

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

LARISSA DE MATTOS ALVES

**O TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
DEMOGRÁFICO DA REGIÃO TURÍSTICA NOROESTE DO PARANÁ**

MARINGÁ - PR

2018

LARISSA DE MATTOS ALVES

**O TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
DEMOGRÁFICO DA REGIÃO TURÍSTICA NOROESTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), para obtenção do título de Doutor em Geografia na área de Concentração: Produção do espaço e dinâmicas territoriais.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ângela Maria Endlich

MARINGÁ - PR

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

Alves, Larissa de Mattos
A474t O turismo e suas implicações em municípios de
pequeno porte demográfico da região turística
noroeste do Paraná/ . -- Maringá, 2018.
303 f. il., figs., color., tabs., maps.

Orientadora: Prof.a. Dr.a. Ângela Maria Endlich.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Programa de Pós-graduação em Geografia, 2018.

1. Região Noroeste do Paraná - Turismo. 2.
Geografia. 3. Implicações do turismo. 4. Municípios
de pequeno porte demográfico. I. Endlich, Ângela
Maria, orient. II. Universidade Estadual de Maringá.
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa
de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 22. ED.918.162

JLM-001936

O TURISMO E SUAS IMPLICAÇÕES EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE
DEMOGRÁFICO DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ

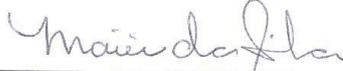
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais.

Aprovada em **05 de março de 2018**.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª. Dr.ª. Angela Maria Endlich
Orientadora - UEM



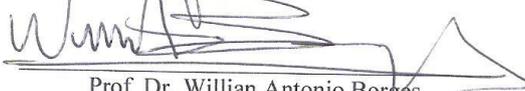
Prof.ª. Dr.ª. Márcia da Silva
Membro convidado - UNICENTRO



Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa
Membro convidado - UNESPAR



Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis
Membro convidado- UEM



Prof. Dr. Willian Antonio Borges
Membro convidado - UEM

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Leonor de Mattos, agradeço imensamente pelo apoio, parceria nas viagens de estudo, contribuições e dedicação na correção de língua portuguesa;

À minha orientadora, Professora Dr^a. Ângela Maria Endlich, sempre atenciosa, inspiradora, paciente e compreensiva em minhas dificuldades, agradeço principalmente pelos incansáveis ensinamentos;

À Professora Dr^a. Eduarda Marques da Costa, pela acolhida e Co-orientação na Universidade de Lisboa;

À Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão pela flexibilidade para que cumprisse as atividades referentes ao doutorado;

À Universidade Estadual de Maringá pela acolhida no mestrado e doutorado realizados no Programa de Pós-Graduação em Geografia;

À Capes pelo apoio financeiro durante o estágio de doutorado realizado na Universidade de Lisboa (Portugal) pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE);

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as implicações do turismo em municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná. Esses municípios passam por perdas populacionais, economia pouco inclusiva, poucos empregos e raras opções de lazer e entretenimento. As análises, que refletem sobre a capacidade do turismo em contribuir na reversão do cenário de estagnação econômica e no desenvolvimento local, estão organizadas em cinco capítulos. No primeiro capítulo, refletimos sobre a adequação das políticas públicas de turismo do Brasil aos municípios de pequeno porte demográfico, considerando seus objetivos e quais escalas geográficas e portes demográficos foram contemplados. No segundo capítulo, analisamos os 65 destinos indutores ao desenvolvimento turístico no Brasil, estabelecendo relação entre os diferentes portes demográficos, seus atrativos, produtos e serviços turísticos ofertados. No terceiro capítulo, as análises foram delimitadas à região turística Noroeste do Paraná, partindo da apresentação do contexto estadual, dirigimo-nos às análises dos municípios de pequeno porte demográfico. Dentre os 98 municípios de pequeno porte demográfico da região, alguns se destacam turisticamente: Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa. Esses municípios foram selecionados por suas particularidades. Iguaraçu, Iretama e Porto Rico tiveram o maior número de empregos no turismo em 2014, enquanto os recursos do MTur repassados aos municípios de pequeno porte demográfico evidenciaram os alcances de Terra Boa entre os demais. O quarto capítulo está dedicado a analisar as implicações das diferentes modalidades turísticas nesses quatro municípios, avaliando os alcances e limites do turismo na região Noroeste do Paraná. No quinto e último capítulo deste trabalho, elaboramos um estudo comparativo acerca das implicações do turismo nos municípios de pequeno porte demográfico. Consideramos em primeiro plano Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, suas micro e mesorregiões, mas outras realidades turísticas brasileiras e portuguesas como Coruche, Montemor-o-Novo e Óbidos foram consideradas para complementar as análises comparativas. A presente pesquisa exigiu, principalmente, revisão bibliográfica, análise de documentos e estudos de campo que envolveram a permanência e o consumo de produtos locais, observação, entrevistas e consultas com moradores e turistas durante o uso de espaços públicos, de equipamentos e serviços turísticos. Observamos que não há uma política pública de suporte ou estímulo ao desenvolvimento do turismo em pequenos municípios. Esses têm demandas muito específicas, e por isso exigem atenção especial para se inserir no competitivo mercado de destinos turísticos. As análises e comparações entre municípios turísticos de diferentes portes demográficos indicaram que tanto os investimentos privados, oriundos de redes hoteleiras internacionais, quanto os investimentos públicos concentram-se nas cidades grandes, ficando as pequenas localidades às margens desse processo. É possível apontar, enquanto principais alcances econômicos do setor, os empregos de Iguaraçu e Iretama e a dinamização econômica decorrente disso. Entre os alcances socioambientais, destacam-se a conservação de recursos naturais e manifestações culturais de Porto Rico e a ampliação das opções de lazer nos quatro municípios. As análises realizadas permitiram apreender que existe uma contribuição expressiva do turismo, porém não é adequado depositar nessa atividade toda a responsabilidade pela dinamização econômica necessária para suportar o desenvolvimento local, pois nesse caso dificilmente o segmento corresponderá.

Palavras-chave: Turismo. Implicações do turismo. Geografia do turismo. Municípios de pequeno porte demográfico. Região Turística Noroeste do Paraná.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implications of tourism in small demographic municipalities of the Northwest Paraná region. These municipalities suffer from population losses, a poorly inclusive economy, few jobs and rare leisure and entertainment options. The analyzes which reflect on tourism capacity to contribute to scenario's reversal economic stagnation and local development are organized into five chapters. In the first one, we reflected on the adequacy of public tourism policies in Brazil to small demographic municipalities, considering their goals and what geographical scales and demographic sizes were contemplated. In the second one, we analyzed the 65 tourism development inductive destinations in Brazil, establishing a relationship between the different demographic dimensions, their attractions, products and tourism services offered. In the third chapter, the analyzes were delimited to the tourist region Northwest of Paraná, starting from the state presentation context and the municipalities demographic sized. Among 98 small demographic region towns some of them stand out turistically and were selected for their particularities such as: Iguaraçu, Iretama, Puerto Rico and Terra Boa. In 2014, Iguaraçu, Iretama and Puerto Rico had the largest job number while Mtur resources transferred to small demographic municipalities showed the reach of Terra Boa among the others. The fourth chapter is devoted to analyzing the implications of the different tourist modalities in these four municipalities, evaluating the scope and limits of tourism in Paraná Northwest region. The last but not least chapter of this work, we have elaborated a comparative study about the implications of tourism in small demographic municipalities. We consider Iguaraçu, Iretama, Puerto Rico and Terra Boa, their micro and mesoregions in the foreground, but other Brazilian and Portuguese tourist realities such as Coruche, Montemor-o-Novo and Óbidos were considered to complement the comparative analyzes. The present research required, mainly, bibliographic review, document analysis and field studies that involved the permanence and local products consumption, observation, interviews and consultations with residents and tourists during the use of public spaces, equipment and tourist services. We observed that there is no public policy to support or stimulate tourism development in small municipalities. These have very specific demands and therefore require special attention to enter the competitive market of tourist destinations. Analyzes and comparisons between tourist municipalities of different demographic sizes indicated that both private investments from international hotel chains and public ones are concentrated in large cities, with small towns remaining on the margins of this process. It is possible to point out, as the main economic achievements of the sector, jobs and the economic dynamization resulting in Iguaraçu and Iretama. Among the socio-environmental achievements, we highlight Puerto Rico natural resources conservation and its cultural manifestations and the expansion of leisure options in the four municipalities. The analyzes made it possible to perceive that there is a significant contribution of tourism, but it is not appropriate to place in this activity all the responsibility for the economic dynamization necessary to support the local development, because in this case the segment will hardly correspond.

Keywords: Tourism. Implications of tourism. Geography of tourism. Municipalities of small demographic. Tourist Region Northwest of Paraná.

RELAÇÃO DE FIGURAS, GRÁFICOS, MAPAS, QUADROS E TABELAS

Lista de Figuras

Figura 1 - Região Centro Oeste e Sudeste. IDHM, Gini, População e empregos de destinos indutores de pequeno porte demográfico, 1991-2014	90
Figura 2 - Região Centro Oeste e Sudeste. Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Bonito, Alto Paraíso de Goiás e Tiradentes, 2016	92
Figura 3 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2003	105
Figura 4 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2008	107
Figura 5 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2013	109
Figura 6 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2017	111
Figura 7 - Paraná. Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2010	129
Figura 8 - Paraná. Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Iguaraçu e Iretama, 2010	133
Figura 9 - Paraná. Empregos de Iguaraçu e Iretama, 2006 -2014	133
Figura 10 - Iguaraçu. Casa da Cultura de Iguaraçu, 2016	147
Figura 11 - Iguaraçu. Centro de Eventos, 2016	148
Figura 12 - Iguaraçu. Rua João Borges Sobrinho, 2016	150
Figura 13 - Iretama. Parque do Lago e Praça Central	152
Figura 14 - Iretama. Expoméia, 2016	153
Figura 15 - Nova Trento. Comercialização do turismo religioso na internet, 2016	169
Figura 16 - Terra Boa. Praças e espaços de lazer, 2016	174
Figura 17 - Terra Boa. Praças e monumentos católicos, 2016	175
Figura 18 - Terra Boa. Bosque Municipal André Ricardo da Silva, 2016	175
Figura 19 - Terra Boa. Centro de Eventos e Portal, 2016	177
Figura 20 - Terra Boa. Arena e Pavilhão do Centro de Eventos, 2016	178
Figura 21 - Porto Rico. Material de Divulgação Porto Rico <i>Resort Residence</i> , 2016	190
Figura 22 - Porto Rico. Área de construção do Porto Rico <i>Resort Residence</i> , 2016	191
Figura 23 - Porto Rico. Convênios estabelecidos entre Porto Rico e o MTur, 2016	193
Figura 24 - Iguaraçu. <i>Ody Park Aquático Resort Hotel</i> , 2016	220
Figura 25 - Montemor-o-Novo. Ruínas do Castelo e Convento da Saudação, 2017	237
Figura 26 - Çoruche. Praça de Touros, 2017	244
Figura 27 - Óbidos. Vila de Óbidos, 2017	247

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Brasil. População dos municípios de pequeno porte demográfico indutores do turismo no Brasil, 1991-2010	81
Gráfico 2 - Brasil. Número de empregos em ACTs dos municípios indutores de pequeno porte demográfico, 2012-2014	82
Gráfico 3: Brasil. IDHM e Gini dos municípios indutores de pequeno porte demográfico, 2000-2010	83

Gráfico 4 - Região Nordeste. IDHM e Gini de destinos indutores de pequeno porte demográfico do Nordeste, 2000-2010	88
Gráfico 5 - Paraná. Valores de repasse de convênios por classe de município, 2003 - 2014	119
Gráfico 6 - Paraná. Solicitações dos municípios de pequeno porte demográfico da Região Turística Noroeste do Paraná ao MTur, 2003 - 2014	121
Gráfico 7 - Paraná. População de Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 1970-2030	127
Gráfico 8 - Paraná. Índice de Gini e IDHM de Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2000 - 2010	128
Gráfico 9 - Paraná. Censos e projeções populacionais de Iguaçu e Iretama, 1960 - 2030	132
Gráfico 10 - Paraná. Empregos no turismo de Iguaçu e Iretama, 2006 - 2014	135
Gráfico 11 - Paraná. Convênios estabelecidos por Iguaçu e Iretama com o Governo Federal, 1996 - 2016	142
Gráfico 12 - Terra Boa. Produto Interno Bruto, 2013	160
Gráfico 13 - Terra Boa. Pessoas ocupadas por setor, 2007 - 2013	161
Gráfico 14 - Terra Boa. Empregos no Turismo, 2006 - 2015	162
Gráfico 15 - Terra Boa. Estabelecimento no Turismo, 2006 - 2015	163
Gráfico 16 - Terra Boa. Convênios estabelecidos entre Município e Governo Federal, 1996 - 2016	172
Gráfico 17 - Região Turística Noroeste do Paraná. Convênios por área estabelecidos entre a Região Turística e o Governo Federal, 1996 - 2016	177
Gráfico 18 - Porto Rico. Empregos por setor, 2006 - 2015	198
Gráfico 19 - Região Turística Noroeste do Paraná. Valor Adicionado Fiscal Agropecuária, Indústria de Transformação, Comércio Varejista e Turismo, 2014	202
Gráfico 20 - Região Turística Noroeste do Paraná. Domicílios de uso ocasional de Porto Rico, Iretama, Terra Boa e Iguaçu, 1991 - 2010	213

Lista de Mapas

Mapa 1 - Paraná - Regiões turísticas - Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa.	124
Mapa 2 - Portugal - Coruche, Montemor-o-Novo, Óbidos.	235

Relação de Quadros

Quadro - Paraná. Hierarquia dos municípios da Região Turística Noroeste do Paraná, 2008	114
---	-----

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Brasil. Número de municípios do Brasil por classe, 2010	49
Tabela 2 - Paraná. Municípios do Paraná com maior número de convênios estabelecidos com o Governo Federal, 1996 - 2015	100
Tabela 3 - Paraná. Municípios do Paraná com maior valor conveniado com o Governo Federal, 1996 a 2015	101

Tabela 4 - Paraná. Municípios do Paraná e Região Turística Noroeste do Paraná por classe, 2010	113
Tabela 5 - Paraná. População de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 1970-2010	125
Tabela 6 - Paraná. Estabelecimentos no Turismo, Meios de Hospedagens e Empregos no Turismo de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2014	130
Tabela 7 - Paraná. Empregos nos serviços, agropecuária, indústria e turismo em Iguaraçu e Iretama, 2006 - 2014	134
Tabela 8 - Porto Rico. Número de domicílios por situação de ocupação, 1991 - 2010	189
Tabela 9 - Porto Rico. Convênios estabelecidos com o Governo Federal, 1996 - 2016	192
Tabela 10 - Paraná. Convênios do MTur por habitantes em Porto Rico, Iguaraçu, Terra Boa e Iretama, 2016	194
Tabela 11 - Porto Rico. Unidades atendidas por serviços públicos, 1980 - 2016	194
Tabela 12 - Porto Rico. Empregos total e no turismo, 2006 - 2015	197
Tabela 13 - Paraná. VAF de Iretama, Terra Boa, Porto Rico, Terra Boa, Microrregiões e Mesorregiões e Paraná, 2007 - 2014	201
Tabela 14 - Paraná. Valor Adicionado Fiscal Total e do Turismo, 2014	208
Tabela 15 - Paraná. Emprego total e proporção por atividade econômica, 2007 - 2014	209
Tabela 16 - Paraná. Estabelecimentos no Turismo de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2007 - 2014	211

Lista de Apêndices

- Apêndice A - Matriz 65 destinos indutores
- Apêndice B - Matriz 98 pequenos municípios da região
- Apêndice C - Matriz Iguaraçu, Iretama, Porto Rico, Terra Boa
- Apêndice D - Matriz Contribuição do turismo nas economias locais
- Apêndice E - Roteiro Entrevistas – Representantes municipais
- Apêndice F - Termo de autorização para uso de dados

LISTA DE SIGLAS

ACT	Atividades Características do Turismo
APA	Área de Proteção Ambiental
ATI	Academia da Terceira Idade
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
Embratur	Empresa/Instituto Brasileira de Turismo
Fungetur	Fundo Geral do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Ipardes	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPDM	Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal
Ipea	Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada
MTur	Ministério do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
Pronatec	Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Plantur	Plano Nacional de Turismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
Rais	Relatório anual de informações do Ministério do Trabalho e Emprego
Regic	Região de Influência das Cidades
Setu	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
Sedu	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná.
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SIMT	Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
VAF	Valor Adicionado Fiscal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÊNFASE NOS MUNICÍPIOS	24
1.1 Relações de poder e a formulação de políticas públicas.....	24
1.2 Relações de poder e influência no turismo e a demanda por políticas públicas .	28
1.3 Políticas Públicas de Turismo e as demandas municipais: aspectos históricos..	33
CAPÍTULO 2 - O TURISMO EM MUNICÍPIOS DE DIFERENTES PORTES DEMOGRÁFICOS	48
2.1 Os municípios e seus diferentes portes demográficos: particularidades da oferta turística.....	50
2.2 Os municípios de pequeno porte demográfico e o turismo	73
2.3 Pequenos municípios como destinos indutores ao desenvolvimento do turismo no Brasil	78
CAPÍTULO 3 - REGIÃO TURÍSTICA NOROESTE DO PARANÁ: IMPLICAÇÕES DO TURISMO EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO	97
3.1 Os reflexos das políticas públicas voltadas ao Turismo no Estado do Paraná....	97
3.2 Região Turística Noroeste do Paraná	103
3.3 Os municípios de pequeno porte demográfico da Região Turística Noroeste do Paraná.....	116
CAPÍTULO 4 - ALCANCES E LIMITES DO TURISMO EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO DA REGIÃO TURÍSTICA NOROESTE DO PARANÁ	123
4.1 Iguaraçu e Iretama: diferenças socioeconômicas e semelhanças turísticas	131
4.2 Terra Boa e as tentativas de inserção no turismo: características comuns dos municípios de pequeno porte demográfico	160
4.3 Porto Rico: as implicações do turismo em um pequeno município	182
CAPÍTULO 5 - O TURISMO FRENTE AOS DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO: ESTUDO COMPARATIVO DOS NÚMEROS E PARA ALÉM DELES	200
5.1 - O turismo em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa: um estudo comparativo dos números e para além deles	200
5.2 Aprendendo com experiências internacionais: o turismo em algumas pequenas localidades portuguesas.....	234
CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
REFERÊNCIAS	270
APÊNDICES	283

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as implicações do turismo em municípios de pequeno porte demográfico. Apesar de abordar reflexões espacialmente mais amplas, a observação detalhada nesta pesquisa direciona-se à região turística Noroeste do Paraná, e em relação a esta, é preciso iniciar com algumas considerações.

A citada região turística localiza-se na porção noroeste do Estado do Paraná, e é resultado de uma divisão territorial proposta pelo Ministério do Turismo - MTur para fins de planejamento e gestão. A Região, instituída em 2003¹, é formada por 115 municípios, a maioria com menos de 20 mil habitantes. Porém, o turismo não é significativo vetor de desenvolvimento socioeconômico, tampouco uma atividade econômica expressiva na maioria dos municípios dessa região, administrativamente, considerada como turística.

É relevante esclarecer que as implicações podem referir-se a aspectos positivos ou negativos em relação ao turismo e que serão considerados como municípios de pequeno porte demográfico, aqueles com até 20 mil habitantes. Os municípios serão considerados pequenos em relação ao porte demográfico dos mesmos, e não seus aspectos territoriais ou funcionais. Esses são aspectos igualmente relevantes e serão mencionados quando necessário.

É preciso fazer a ressalva de que ao optar pelo estudo de municípios, a diferenciação da população entre urbana ou rural, serviços ofertados e populações atendidas não são critérios classificatórios. Nesse sentido, este trabalho pauta-se nas orientações de Moura (2009, p. 17) que reconhece a relevância da cidade na dinâmica municipal, mas enquanto estratégia metodológica “a opção pela análise foi o município, posto que é sobre esta unidade que incide grande parte dos indicadores selecionados para responder as questões às quais o tema remete”. Este estudo não se restringirá ao estudo das cidades, aos equipamentos e serviços urbanos das sedes municipais e o alcance regional dos serviços centralizados nas cidades. Ao se optar pelo estudo do turismo, diferente da análise de alguns serviços urbanos, não é relevante restringir o estudo às sedes urbanas, por isso a referência a municípios e

¹ Para esse estudo será considerado o primeiro mapa de regionalização apresentado pela Secretaria de Estado do Turismo do Paraná - Setu em 2003. Não se ignora que, desde 2013, o mapa Região de estudo apresentou mudanças, quando alguns municípios se retiraram do Programa de Regionalização e outros se desmembraram. Essas alterações voltarão a ser consideradas nas análises dos municípios estudados.

não a cidades. Isso porque, a população e os serviços rurais podem imprimir centralidades diferentes na rede urbana, fazendo com que um município que não tem relevante centro urbano para oferta de serviços, centralize a oferta de serviços e equipamentos turísticos em áreas distantes dos centros urbanos.

Três objetivos específicos direcionarão as reflexões sobre as implicações do turismo em municípios de pequeno porte demográfico. O primeiro objetivo busca avaliar a adequação das políticas públicas de turismo aos municípios de pequeno porte demográfico. O segundo objetivo consiste em verificar similitudes e divergências nos destinos turísticos de diferentes portes demográficos, buscando estabelecer relações entre o porte demográfico e os produtos e serviços turísticos ofertados. O terceiro objetivo busca, à luz das reflexões anteriores, analisar as dificuldades de inserção das localidades da região Noroeste do Paraná no cenário turístico, identificando as implicações do turismo em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa.

Os municípios de pequeno porte dessa região passam por perdas populacionais, economia estagnada, além de poucas opções de trabalho, lazer e entretenimento para a população. Tendo em vista esse cenário preocupante, a pauta do desenvolvimento regional demanda alternativas de desenvolvimento socioeconômico. Considera-se o turismo como uma delas.

É preciso compreender que “o turismo pode, teoricamente, acontecer em todos os lugares do planeta, isso lhe confere uma competência, maior que de qualquer outra atividade econômica, de distribuir espacialmente a riqueza” (CRUZ, 2006, p. 339). É indiscutível que belezas naturais e famosas manifestações culturais, como praias e carnaval, são recursos turísticos de primeira grandeza, capazes de atrair fluxo de visitantes e fazer dos serviços turísticos expressiva atividade econômica local, quando pautados em eficientes estratégias de desenvolvimento socioeconômico. No entanto, isso não significa que locais sem recursos dessa magnitude estejam fadados ao esquecimento turístico. Isso porque existem inúmeras motivações de viagens, perfis de viajantes e uma infinidade de atrativos para os mais específicos gostos e interesses. Sendo o lazer apenas umas das incontáveis motivações das viagens turísticas, entendê-los como sinônimo é no mínimo um reducionismo da compreensão desta atividade.

Dessa forma, é possível compreender que diversas localidades podem apresentar interesses e recursos turísticos. Tal realidade se observa na região estudada, com os exemplos que serão abordados nesse trabalho. Convém antecipar

que mesmo sem grandes monumentos históricos, a região gera, internamente, deslocamentos motivados pela fé e cultura. Mesmo sem recursos naturais de primeira grandeza, há consumo do turismo de lazer e de natureza, e motivado pela imponência da agroindústria regional, o turismo de negócios e tecnológico é evidente.

Contudo, as atividades turísticas ainda não são reconhecidas como vetor de desenvolvimento socioeconômico regional. Para atingir tal patamar, é necessário inserir o turismo em localidades social e economicamente fragilizadas, pois nelas os desafios para geração de emprego e renda são enormes. A fragilidade se mostra mais evidente em pequenos municípios negligenciados pelo investimento público e pelo capital privado.

Os municípios de pequeno porte demográfico são negligenciados nas políticas públicas, e também pela academia. São poucos os trabalhos que têm como foco as pequenas localidades, e são especialmente escassas as obras que abordam o turismo em municípios de pequeno porte demográfico. As poucas fontes disponíveis são estudos de caso sobre algum município considerado de pequeno porte. “Uma parte substancial da literatura dos estudos urbanos, produzida sobre a temática das cidades de pequena e média dimensão, consiste em estudos de casos mais ou menos isolados de cidades que, porventura, são pequenas ou médias” (GOMES, 2012, p.6).

Dessa forma, não foram identificados, até o momento, trabalhos que busquem estabelecer relações e comparabilidades entre os municípios de pequeno porte demográfico. Sobre a região Noroeste do Paraná, a insuficiência dos dados sobre o setor de viagens e turismo também emergiu como uma das dificuldades encontradas para o trabalho.

Reconhecendo tais lacunas é que se procura construir a contribuição dessa pesquisa. Espera-se compreender as implicações do turismo em municípios de pequeno porte demográfico da Região Noroeste do Paraná, seus alcances e limites, além de ampliar os debates e reflexões sobre essa temática. Para isso, a revisão bibliográfica será transversalmente abordada na pesquisa, priorizando produções da área da Geografia, sem deixar de estabelecer um diálogo com demais áreas de conhecimento, quando se fizer necessário.

Ainda que tenhamos um recorte territorial regional, incluímos na pesquisa outras dimensões espaciais de análise, que servirão para contextualizações e comparações com a região estudada. Os resultados do processo de pesquisa estão

orientados pelos objetivos específicos listados anteriormente, e exigiram procedimentos específicos.

O primeiro capítulo está dedicado à análise das políticas públicas, buscando refletir sobre como foram formuladas, quais seus objetivos e que expectativas existem sobre as mesmas, mas principalmente quais escalas geográficas foram e são contempladas nas políticas elaboradas para o turismo no Brasil. Para verificar a adequação das políticas nacionais de turismo aos municípios de pequeno porte demográfico, a pesquisa documental é o procedimento mais adequado para coleta de dados. Nesses documentos, buscamos identificar ações que estimulam o turismo em municípios de pequeno porte demográfico, sem ignorar a atenção dada aos municípios de grande e médio porte.

Enquanto o primeiro capítulo desta tese se destinou à análise dos discursos oficiais por meio das referidas políticas, no segundo capítulo, o objetivo foi verificar como tais discursos oficiais se desdobraram em práticas. Nesse sentido, produções científicas e também documentos oficiais foram considerados para observar como o turismo têm modificado as condições de vida em municípios de diferentes portes demográficos no Brasil. Para tanto, optamos por observar os 65 municípios indutores ao desenvolvimento turístico no Brasil, ou seja, localidades capazes de atrair fluxo turístico internacional e de induzir o desenvolvimento do turismo regional, e por isso recebem do governo federal atenção especial no que se refere aos repasses financeiros, programas de qualificação, estudos e pesquisas sobre o turismo regional.

Com a finalidade de orientar as reflexões e facilitar a apresentação dos dados, elaboramos uma matriz (Apêndice A) com informações sobre os 65 municípios indutores. Essa matriz contém dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, como população residente (1991, 1996, 2000, 2007, 2010), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM (2000 e 2010) e o Índice de Gini (2000 e 2010). Também concentra dados de outras fontes referentes à Região de Influência das Cidades - Regic, em sua classificação na hierarquia urbana e dados do Portal da Transparência sobre os convênios realizados com o Ministério do Turismo. Especificamente sobre os pequenos municípios, a matriz apresenta além desses dados, os empregos formais gerados pelo turismo (2012, 2013, 2014) e a relação entre o número de empregos e a população residente. A avaliação da influência do capital internacional nos destinos indutores também é abordada nesse capítulo e exigiu a identificação dos meios de hospedagens de redes internacionais, instalados

nos 65 destinos indutores. A presença de tais hotéis foi verificada em pesquisas nos bancos de dados virtuais disponíveis, como cadastro nacional de hotéis e *sites* de busca e reserva de meios de hospedagem.

Conforme apresentado, os dois primeiros capítulos dessa pesquisa envolvem recorte territorial amplo, considerando as políticas nacionais e os destinos indutores distribuídos no território brasileiro. Receberam maior detalhamento de dados os destinos indutores com menos de 20 mil habitantes das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, por apresentarem características mais próximas da região de estudo.

No terceiro capítulo, as análises foram delimitadas à região turística Noroeste do Paraná, partindo da apresentação do contexto estadual, dirigimo-nos às análises dos municípios de pequeno porte demográfico. Constituída por 115 municípios, essa área envolve três mesorregiões: Centro Ocidental, Noroeste, e Norte Central (RETUR, 2008). Os principais dados sobre essa região foram retirados da tese de Endlich (2006), e atualizados quando necessário.

Os 98 municípios de pequeno porte demográfico dessa região exigiram maior detalhamento sobre seus aspectos socioeconômicos e turísticos. Foram organizados em matriz específica (Apêndice B) os seguintes dados: população residente e taxa de crescimento populacional (1960 -1970 - 1980 - 1990 - 2000 - 2010), Índice de Gini, IDHM, empregos no turismo (2006 - 2007 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014), empregos em meios de hospedagem, convênios estabelecidos com o Ministério do Turismo (número de convênios, valor conveniado, valor liberado).

Os dados demográficos dos quatro períodos intercensitários (1960-1970; 1970-1980; 1980-1991 e 1991-2000) foram coletados na tese de Endlich (2006). Os dados demográficos de 2010, as estimativas populacionais, Gini e IDHM foram retirados do banco de dados do IBGE Cidades. O Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada - Ipea e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes foram as fontes para os dados sobre os empregos no turismo e o Portal da Transparência para as informações sobre os convênios. A análise dessa matriz foi determinante para eleger os municípios que receberam maior atenção no capítulo quatro.

Dentre os 98 municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste, alguns se destacam turisticamente: Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa. O quarto capítulo está dedicado analisar as implicações das diferentes modalidades turísticas nesses quatro municípios, avaliando os alcances e limites do turismo na região turística Noroeste do Paraná.

Esses municípios foram selecionados por suas particularidades. Iretama e Iguaçu têm o maior número de empregos gerados pelo turismo em 2014. Esses empregos devem-se aos *resorts* instalados nas áreas desses municípios. Ou seja, Iguaçu e Iretama dispõem de um único complexo turístico que concentra espacialmente a prestação de todos os serviços necessários ao hóspede.

Outro destino turístico conhecido no estado é Porto Rico e tem uma formatação bem particular. O principal produto de Porto Rico é o turismo de sol e praia de água doce e de pesca, e os condomínios de segunda residência são os principais meios de hospedagem. Ainda assim, o município se destaca pelo número de empregos gerados pelo setor de hospedagem e por essas peculiaridades, faz parte desse estudo.

Os recursos do MTur repassados aos municípios de pequeno porte demográfico evidenciaram os alcances de Terra Boa entre os demais. Terra Boa destaca-se entre os demais 97 municípios com menos de 20 mil habitantes em quantidade de convênios (treze) e o maior valor conveniado (R\$ 2.710.200,00). Iretama, por exemplo, com mais de quatrocentos empregos no turismo, conseguiu realizar apenas dois convênios, totalizando pouco mais de duzentos mil reais.

Por suas peculiaridades, esses quatro municípios: Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa foram selecionados para este estudo. Esses municípios representam a diversidade dos municípios de pequeno porte demográfico com suas diferentes características econômicas, populacionais, demográficas e turísticas, das três mesorregiões geográficas contidas na região turística Noroeste do Paraná.

Nova matriz (Apêndice C) foi elaborada com o objetivo de organizar as seguintes informações socioeconômicas sobre Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa: população (1960 -1970 - 1980 - 1990 - 2000 - 2010), taxa de crescimento da população, população projetada (2016, 2030) Índice de Gini (2000 – 2010), IDHM (2000 – 2010), Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal - IPDM (2010 – 2013), taxa de pobreza (2000 – 2010) e Índice de Exclusão Social (2000 - 2010). Alguns dados específicos sobre o turismo municipal também estão na matriz, como: número de estabelecimentos no setor de turismo, número de estabelecimentos hoteleiros, empregos no turismo, empregos em estabelecimentos hoteleiros, maior empregador no turismo, massa salarial do turismo, rendimento médio no turismo, rendimento médio em estabelecimentos hoteleiros (2006 - 2007 - 2009 - 2010 - 2011 - 2012 - 2013 - 2014). A matriz finaliza com os dados sobre os convênios estabelecidos entre Iguaçu, Iretama,

Porto Rico, Terra Boa e o Ministério do Turismo (número de convênios, valor conveniado, valor liberado).

Essas informações permitiram estabelecer relações e apresentar semelhanças e divergências entre os quatro pequenos municípios e desses com outros municípios turísticos de pequeno porte demográfico. Com base nessas reflexões, os municípios de Iretama e Iguaraçu, devido às suas similaridades turísticas e diferenças socioeconômicas, estão apresentados paralelamente neste trabalho, seguidos da apresentação das implicações do turismo nos municípios de Terra Boa e Porto Rico, respectivamente.

Outras fontes foram necessárias para complementar as estatísticas citadas. Buscamos documentos, *sites*, jornais e outros meios de comunicação, informações sobre o histórico do turismo nos municípios. Porém, informações dessa natureza são raramente registradas, e são coletadas com maior detalhamento em pesquisa de campo. Para esse tipo de informações, realizamos entrevistas (Apêndices E e F) com representantes do turismo municipal. Nos quatro municípios, foram abordados membros do poder público municipal e representantes da iniciativa privada ligados ao turismo, totalizando dez entrevistas². Preferencialmente, buscamos os secretários

² Em Iguaraçu foram realizadas entrevistas com a responsável pelo turismo municipal cadastrada no MTur, a Secretária de Cultura, Professora Marilene Aparecida Bernini Marteis e com o Gerente do Ody *Park* Aquático *Resort* Hotel, Sr. Valdinei dos Santos. As entrevistas foram realizadas no dia 29 de julho de 2016, em Iguaraçu, na Prefeitura e no *Resort*. A entrevista realizada no Ody contou com a participação de funcionários do setor de recursos humanos, da recepção e com um dos sócios do empreendimento. Outras consultas foram realizadas em Iguaraçu com gestores públicos responsáveis pelo setor de esportes e lazer, ex-servidores públicos, moradores, candidatos ao cargo de vereadores, responsáveis por serviços de alimentação oferecidos no Ody e hóspedes do *resort*. Em Iretama foram realizadas duas entrevistas com gestores públicos: com o Secretário de Agricultura do Município, Sr. Delmiro Pereira Passos Junior e com o Sr. Aparecido Soares da Silva, que esteve à frente dos assuntos da prefeitura sobre o turismo até 2012. Duas entrevistas também foram realizadas com representantes da iniciativa privada: a primeira, com a família do Sr. Eugênio Urbanski, proprietários e gestores do Hotel Iretama desde 1971. As entrevistas em Iretama foram realizadas no dia 22 de julho de 2016, na prefeitura e no Hotel Iretama. Após algumas tentativas, foi viabilizada uma entrevista via e-mail com o Sr. Fábio Luis, gerente de Recursos Humanos do Termas de Jurema *Ecoresort*. Observações e breves consultas aconteceram com moradores de Iretama encontrados em espaços públicos como praças e parques, com proprietários e clientes de hotéis e restaurantes, moradores antigos e jovens, taxistas, vendedores ambulantes, estagiários e antigos funcionários do *resort* e da prefeitura. Em Terra Boa foram realizadas duas entrevistas principais no dia 07 de dezembro de 2016, a primeira com o responsável pelo Turismo na Prefeitura, Sr. Lucinei Molina e a segunda entrevista com o coordenador das atividades de turismo religiosos, Sr. Gilmar Aparecido Pedrozo. Algumas consultais informais foram realizadas com participantes das atividades de turismo religioso, com estudantes, funcionários da prefeitura, de restaurantes e do hotel do Gaúcho. As atividades de observação em campo incluíram a festa do prato típico do

municipais das pastas ligadas ao turismo e prestadores de serviços de hospedagens. Além dessas entrevistas, diversas consultas mais breves foram realizadas com moradores, turistas, empresários e trabalhadores do turismo.

Nesses municípios, também foi de extrema relevância a permanência e observação da rotina dos moradores e turistas. Observamos os usos dos espaços públicos, de lazer e de eventos, com atenção às implicações do turismo nas condições sociais dos moradores. O uso de equipamentos e serviços de hospedagem, alimentação e eventos, possibilitaram a compreensão dos municípios enquanto oferta turística. As entrevistas, a observação e também as consultas permitiram identificar a participação dos municípios nos programas desenvolvidos pelo poder público estadual e federal, o consumo turístico local, alcances e limites locais do desenvolvimento turístico, identificando atores locais e as implicações do turismo nesses municípios.

Todas essas informações foram necessárias para fundamentar a questão central dessa pesquisa: Quais os alcances e limites do turismo em municípios de pequeno porte demográfico da Região Turística Noroeste do Paraná?

No quinto e último capítulo deste trabalho elaboramos um estudo comparativo acerca das implicações do turismo nos municípios de pequeno porte demográfico. Consideramos em primeiro plano Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, suas micro e mesorregiões, mas outras realidades turísticas foram consideradas para complementar as análises comparativas. Essa comparação não tem por objetivo hierarquizar esses municípios, e sim dar suporte à compreensão dos processos turísticos desenvolvidos, buscando identificar e comparar as estratégias de desenvolvimento, os agentes envolvidos e os objetivos alcançados.

Reorganizamos os dados sobre cada município, com o objetivo de analisar a contribuição do turismo nas economias locais (Apêndice D). Além dos dados referentes aos quatro municípios, essa matriz inclui dados regionais, abordando as três microrregiões e três mesorregiões geográficas que envolvem os municípios estudados, considerando ainda as referências estaduais. Dessa forma, apresentaremos variáveis das seguintes localidades: Iretama, Terra Boa, microrregião de Campo Mourão,

município. Em Porto Rico, no dia 16 de dezembro de 2016 foram realizadas duas entrevistas principais, uma na prefeitura municipal com o Secretário Municipal de Turismo, Sr. Benedito José Martins, e outra na Pousada Porto do Sol, da qual participaram duas funcionárias e o proprietário do hotel. As consultas foram realizadas com proprietários de residências secundárias, hóspedes das pousadas, trabalhadores dos condomínios, barqueiros e moradores.

mesorregião Centro Ocidental Paranaense; Iguaçu, microrregião de Astorga, mesorregião Norte Central Paranaense; Porto Rico, microrregião de Paranaíba, mesorregião Noroeste Paranaense e Estado do Paraná.

O recorte temporal envolveu, prioritariamente, três anos específicos: 2007, 2010, 2014. A escolha desses anos se deu pois, 2007 é o primeiro ano em que temos disponíveis as variáveis necessárias para o estudo dos pequenos municípios selecionados. E, 2014 foi selecionado por ser o último ano que temos divulgados os dados detalhados sobre o Produto Interno Bruto - PIB. O ano de 2010 foi eleito por estabelecer a metade do período, e pelo censo realizado, o que amplia a disponibilidade de dados. É preciso considerar que o Ministério do Turismo foi criado em 2003 e só a partir desse ano, o setor passou a receber atenção estatística para todo o território nacional. Outros períodos serão considerados de acordo com a disponibilidade de cada variável.

Essa matriz retoma os dados demográficos e indicadores socioeconômicos que serviram como referências para a análise das variáveis econômicas que a compõem: PIB per capita, Valor Adicionado Bruto a Preços (total, agropecuária, indústria, serviços e administração pública).

Com a finalidade de detalhar a participação das Atividades Características do Turismo - ACTs³ na composição do PIB, inserimos na matriz dados sobre o Valor Adicionado Fiscal - VAF⁴ das atividades econômicas. Selecionados, enquanto variáveis, o Valor Adicionado Fiscal Total das seguintes seções/divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE diretamente ligadas ao turismo: Transporte Terrestre, Alojamento, Alimentação, Atividades artística, criativas e espetáculos, Atividades ligadas ao patrimônio ambiental e Atividades esportivas de

³ “Baseado nas orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT) e da Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), o Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPES) do Ministério do Turismo (MTur) e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) selecionaram na CNAE 2.0 um grupo de atividades e serviços responsáveis pela produção de bens e serviços característicos do turismo, as Atividades Características do Turismo (ACTs), que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas. Essa seleção contempla oito grupos de ACTs: Alojamento; Alimentação; Transporte Terrestre; Transporte Aéreo; Transporte Aquaviário; Agências de Viagem; Aluguel de Transportes; e Cultura e Lazer, sendo que os dados provêm do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) da Relação Anual de Informações Anuais (RAIS) e contemplam apenas vínculos CLT” (IPARDES, 2017).

⁴ “O valor adicionado fiscal (VAF) corresponde à diferença entre o valor das saídas de mercadorias, acrescido do valor das prestações de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS e o valor das entradas de mercadorias e serviços recebidos em uma empresa a cada ano civil” (IPARDES, 2017).

recreação e lazer. A fim de estabelecer comparações, e compreender a participação do turismo em relação a outras atividades, optamos por verificar também os dados referentes ao Valor Adicionado Fiscal de outras atividades econômicas: Agropecuária, Indústria de Transformação e Comércio Varejista, bem como a proporção de cada um em relação aos valores totais.

Para os mesmos setores, fizemos ainda o levantamento do número de empregos. Além desses, inserimos ainda os dados referentes aos empregos da administração pública no município, pois sabe-se que é significativa a proporção de empregos nas prefeituras dos pequenos municípios. Da mesma forma, estão disponíveis no final da tabela, dados sobre o rendimento médio de cada setor. A compreensão das implicações do turismo não se restringe à dimensão econômica, consideramos também outras implicações socioculturais relevantes.

Pretende-se compreender o turismo enquanto atividade socioeconômica em cada um dos quatro municípios selecionados, estabelecer relações e parâmetros entre eles e considerar a participação dos mesmos nos dados do turismo regional. O estudo comparativo realizado exigiu a retomada de dados, conceitos e teorias, bem como a análise de novos dados e diferentes temáticas como lugar, não-lugar, desenvolvimento, regionalização, agentes locais e padronização de produtos turísticos.

Refletimos, por fim, sobre experiências de pequenas localidades portuguesas que se apresentaram como lições e inspirações para a região turística Noroeste do Paraná. O estágio doutoral realizado em Lisboa⁵ permitiu conhecer, teórica e empiricamente, os alcances e limites do turismo em pequenas localidades de Portugal, bem como o papel dos agentes locais em cada uma delas. Investigamos como o turismo se apresenta frente aos desafios socioeconômicos de Coruche, Montemor-o-Novo e Óbidos. Para análise do turismo nesses concelhos, além de revisão bibliográfica e análise de documentos, realizamos estudos de campo que envolveram a permanência e o consumo de produtos locais, e a observação e consultas com moradores e turistas durante o uso de espaços públicos e equipamentos e serviços turísticos. As pequenas localidades portuguesas se

⁵ Estágio possibilitado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) - Edital nº19/2016. O estágio foi realizado no período de 01/05/2017 a 30/09/2017, no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, sob co-orientação da Professora Eduarda Marques da Costa.

apresentaram como um observatório de experiências para os municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE A ÊNFASE NOS MUNICÍPIOS

O presente capítulo tem por objetivo refletir sobre a atenção direcionada aos municípios de pequeno porte demográfico nas políticas nacionais de turismo elaboradas pelo governo federal nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990.

Para isso, os próximos tópicos trazem alguns esclarecimentos acerca das influências exercidas pela sociedade na formulação das políticas públicas, e sobre a importância de tais políticas para melhorar a qualidade de destinos turísticos e as condições de vida das pessoas envolvidas. Na sequência, o trabalho dedica-se à apresentação de ações jurídicas institucionais do governo federal, retratando os aspectos históricos relevantes à compreensão das atuais políticas públicas para o turismo. Essa leitura das políticas avalia como os municípios são contemplados nas propostas de desenvolvimento turístico apresentadas pelo governo federal, buscando refletir sobre a relação entre as políticas e o porte demográfico dos municípios. As políticas voltadas ao turismo são inicialmente setoriais, mas neste trabalho ganham enfoque territorial - os municípios de pequeno porte demográfico. Portanto, trata-se de um segmento da economia com expressiva potencialidade que precisa ser pensado como política territorial.

1.1 Relações de poder e a formulação de políticas públicas

As políticas públicas são comumente compreendidas como instrumento de gestão utilizado para tornar públicas as propostas de um governo para um dado período e orientar a execução das ações definidas. Mais do que isso, é preciso compreender que tais políticas são a materialização do poder de alguns grupos, que permeiam diversas formas de influência, especialmente econômicas, burocráticas e ideológicas.

Reconhecendo as amplas abordagens ideológicas, teóricas e práticas que envolvem os temas política e poder, não se tem a pretensão de fazer um debate profundo neste sentido. Trabalho anteriores (ALVES; 2012 e SILVA; ALVES, 2013) abordaram de forma mais detalhada os assuntos, porém aqui, a referência aos temas

será o mínimo necessário para contextualizar a formulação das políticas que serão detalhadas depois. O objetivo dessas reflexões é mostrar que as políticas públicas têm agentes concretos.

O poder político é uma forma elementar de poder. Nas democracias, é essencialmente um poder em relação ao povo e realizado por meio do povo, mas ao contrário do que se espera, raramente é realizado em benefício do povo (CASTRO, 2005).

O poder político é um poder social sob domínio do Estado com a finalidade de controlar a vida dos homens em sociedade e influenciar no próprio comportamento estatal. É uma força vinda da sociedade, que confere a atribuição de sua organização e manutenção ao estado, que exerce o poder político em nome dessa mesma sociedade (CHIARADIA, 2009, p. 37).

O poder político busca, ou deveria buscar, o exercício do bem comum sobre os membros de uma comunidade. Na história de sua formação, o Estado surge marcado pelas relações de poder e não está acima das diferenças sociais. Por isso, estas expectativas não se realizam. Precisamos pensar que embora o surgimento do Estado seja marcado pelo poder, ele justifica-se por meio dos interesses de todos. E esta contradição, podemos estranhar e problematizá-la, reiterando sua real natureza - respalda o poder e tende a centralização.

Teoricamente, o poder público seria o principal responsável pela elaboração de políticas públicas, no entanto é o poder econômico, quase sempre, que decide o que vai virar política pública. Como resultado histórico de relações sociais, emergiram grupos dominantes, não só governantes, mas também profissionais liberais, membros do empresariado, classes médias assalariadas (SILVA, 2008).

[...] uma sociedade estratificada, com grupos de interesse, micro poderes, relações individuais e de grupos estrategicamente formados. [...] 'estados, coexistem com outras organizações, com outras estruturas igualmente relevantes do ponto de vista da sua capacidade de determinar as trajetórias globais das sociedades.' São os chamados contra-poderes ou mesmo a instrumentalização do Estado por meio de diversos agentes (FELIZES, 1999 *apud* SILVA, 2008, p.3).

No entanto, nenhum grupo de interesse atua de forma autônoma, posto que a articulação local e as associações são imprescindíveis para a manutenção do poder, para ampliar a legitimidade (SILVA, 2008). Reflexões dessa natureza serão, secundariamente, contempladas nessa pesquisa, ao identificar a articulação entre os

agentes do turismo, públicos ou privados, em busca de interesses turísticos comuns e ao verificar a expressividade política dos municípios de pequeno porte demográfico na elaboração das políticas públicas nacionais, estaduais e regionais que os contemplem.

No caso dos estudos sobre o poder, a escolha de uma escala nunca consiste na exclusão das demais escalas, pois as relações que ali se estabelecem não podem ser analisadas isoladamente, visto que podem refletir ou contradizer uma realidade mais ampla ou mais específica. “O recorte espacial a ser analisado estará sempre relacionado com seu entorno, com as demais escalas” (RAMBO; RÜCKERT, 2008, p. 101). Por isso, é necessário refletir sobre a influência dos municípios na elaboração de políticas públicas em escala nacional, estadual e regional, e compreender porque essas políticas atingem os municípios de pequeno porte demográfico de formas tão diferenciadas. O ideal é que essas escalas de gestão sejam complementares, porém podem ser, também, incompatíveis e conflitantes.

Castro (2005, p. 105) alerta que “as escalas jogam um papel importante e não é possível utilizar a categoria poder na Geografia sem considerar como as relações mudam quando as escalas mudam”. Concorde-se com a autora, ainda que pareça relevante esclarecer que as relações e a amplitude das influências realmente mudam, mas é notável que a reprodução de poder, em muitos casos se mantém, independente da escala.

É preciso salientar que não se tem aqui a pretensão de considerar o Estado como o único agente responsável pelo crescimento ou fracasso do turismo de uma localidade. Tampouco, que uma ou outra escala de gestão tenha condições de determinar futuro turístico de uma localidade. Conforme afirma Raffestin (1993, p. 16), “dizer que o Estado é a única fonte do poder é, como dissemos, uma confusão”. É necessário reconhecer, que ele é um poder muito estruturado e organizado, mas não o único. “O fato político penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser um centro de conflitos e de oposições [...], um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e reais” (RAFFESTIN, 1993, p. 22). O entendimento do Estado, enquanto único, “não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais” (RAFFESTIN, 1993, p. 17).

É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2002, p. 60).

Os governantes têm, ou deveriam ter, a função de, por meio do Estado, garantir a cidadania, intervindo, por meio de políticas públicas, inclusive nas forças do mercado. No entanto, essas políticas amplas e generalizadas, ao "tratar da mesma forma pessoas tão desiguais redundam em acirramento da desigualdade" (DEMO, 2005, p. 463).

Esta função, teórica e socialmente atribuída, pouco significa em relação as práticas atuais. Mais parece, a criação do Estado, um consolo à plebe, pois nota-se que a finalidade máxima é a mesma: o controle dos meios de produção e apropriação dos lucros alheios (ENGELS, 2002). Os objetivos verdadeiros não mudam, uma vez que não se alteram também os indivíduos e/ou grupos à frente das decisões. Observa-se um Estado mais voltado a atender os interesses da elite, do que garantir a cidadania.

As relações entre poder público e econômico são tão íntimas que é bastante difícil falar em um sem mencionar o outro. Isso porque, muitas vezes, são os detentores de poder econômico que ocupam os cargos públicos, devido principalmente à influência que conseguem exercer por conta de suas empresas e desempenho econômico. A existência de relações entre o Estado e o poder econômico é inquestionável. A divergência é sobre quando o poder econômico se mostra um forte ou um fraco ator político.

Esse texto não tem por objetivo defender uma posição privilegiada de um agente, em detrimento da participação dos demais atores sociais. Deve-se apenas considerar que tais relações de poder existem e coexistem, e são determinantes dos reflexos socioeconômicos de uma localidade. O interesse do mercado e o investimento do Estado são determinantes na ampliação do turismo enquanto vetor de crescimento econômico em municípios de pequeno porte demográfico. Essa

atenção às relações entre poder público e privado justifica-se pois, mais adiante identificaremos os agentes hegemônicos nos municípios turísticos.

O mercado nunca terá vocação social, se o faz, é por vantagens competitivas e exigência da sociedade. Uma elite minoritária, proprietária dos meios de produção e do poder econômico, impõe à população o que pode e deve ser consumido e/ou desejado. E, como o Estado não tem se mostrado empenhado em mudar esse cenário, resta à sociedade essa responsabilidade, que por sua fragilidade, e também desconhecimento das implicações positivas e negativas do turismo não consegue se posicionar.

As considerações apresentadas nesse tópico orientarão os procedimentos empíricos previstos nessa pesquisa, observando a atuação da iniciativa pública e privada na atividade turística, nos municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná. Cabe verificar se, e de que forma, o turismo consegue ser reconhecido dentre as demais estratégias de desenvolvimento econômico adotadas pelos municípios. Da mesma forma, deve-se refletir sobre quais atores são mais influentes, os atores públicos, privados ou a representação social. As posições de privilégio e de exclusão se alteraram ao longo da história do Estado.

1.2 Relações de poder e influência no turismo e a demanda por políticas públicas

Analisar o turismo em sua complexidade pressupõe extrapolar a linear compreensão de atividade econômica, e entendê-lo como um fenômeno humano. Não se deve restringir às considerações sobre seus efeitos econômicos, mas considerar as interferências sociais e ambientais que gera nas localidades emissivas, receptoras e nos percursos utilizados.

O turismo é um fenômeno social e espacial que propicia o surgimento de atividades econômicas. Nesse último aspecto ele é uma atividade capitalista complexa, difícil de ser analisada como um todo, pois envolve uma gama imensa de ramificações [...] considerando as múltiplas facetas do fenômeno (MAGALHÃES, 2002, p. 24).

O turismo foi compreendido durante longo período unicamente como uma atividade econômica-administrativa, com efeitos financeiros espacialmente localizados. “Na década de 1970 prevalecia, na área de turismo, a ideia, difundida por

organismos internacionais de desenvolvimento, de que esta atividade estava destinada a salvar as economias do Terceiro Mundo” (BARRETO, 2003, p. 15).

Era consenso, no período, que o turismo seria a atividade econômica capaz de imputar um menor desequilíbrio na divisão social do trabalho em plano internacional, ao possibilitar “uma relação menos desfavorável entre as exportações e importações, de maneira que o país não sofra de uma crônica penúria de divisas que obstaculize seu ritmo de crescimento” (SESSA, 1983, p. 80). Também foi atribuída ao turismo uma longa lista de vantagens como a preservação dos recursos naturais e valorização das sociedades envolvidas.

Esses aspectos extremamente benéficos atribuídos ao turismo já foram contestados por diversos autores, que exemplificaram as implicações negativas que o fluxo intenso e concentrado de visitantes trouxe a diversas destinações turísticas. O turismo é uma atividade com uma rotina de trabalho, quem sabe, menos penosa que a maioria dos postos de trabalho disponíveis no campo e nas indústrias, mas raramente é bem remunerada. Magalhães (2002) salienta que o turismo não pode ser visto como um remédio ou antídoto ao capitalismo. Não se pode considerar o turismo como uma contraposição ao capitalismo. O turismo não é um modo de produção diferente do capitalismo, é produzido no contexto desse. Trata-se de um segmento de atividades econômicas dentro do capitalismo. Talvez a sua novidade seja a difusão mais recente, a possibilidade de menor impacto ambiental e algumas outras peculiaridades.

O triunfo global do capitalismo se deu por volta de 1860, quando a sociedade acreditou que ‘o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive o trabalho) e vender no mais caro’ HOBBSAWM (1979:21). A partir daí, o avanço da economia capitalista tornou-se presente em escala mundial, e o turismo, enquanto atividade econômica, surgiu e se desenvolveu segundo a mesma lógica (MAGALHÃES, 2002, p. 19).

Com o passar dos anos, tanto o turismo como o capitalismo se valeram dos mesmos fatores para se expandir pelo mundo: as facilidades de locomoção e comunicação. Ambos tiveram seus triunfos e fracassos, mas sem abrir mão da exploração e transformação dos espaços e da apropriação da mão de obra barata. Tal como impõe a “lógica capitalista, a busca por mercados novos, a expansão em razão de uma nova clientela e de contornar as crises utilizando a modernização e a

substituição do produto saturado, ocorre com grande intensidade no mercado turístico” (MAGALHÃES, 2002).

Para exemplificar seu argumento, a autora descreve a relação entre as fases do capitalismo e as fases do turismo. Durante a fase fordista, a padronização e a produção em série tinham por objetivo o consumo em massa. É possível “estabelecer semelhança com a geração de oferta turística de destinos padronizados, voltados a atender grandes massas, [...] satisfazendo a um grande número de viajantes [...] e produzindo estruturas turísticas urbanizadas” (MAGALHÃES, 2002, p. 21). Os *resorts* instalados nos municípios de Iguaraçu e Iretama, que serão detalhadamente abordados ao longo dessa pesquisa, têm forte influência dessa fase. Os dois produtos turísticos estudados, *Ody Park Aquático Resort Hotel* e *Eco Resort Hotel Termas de Jurema*, para se manter no mercado turístico estão em constante modernização, buscando novas clientelas, tal como prega a lógica capitalista.

A crise desse modelo de produção padronizada, ocasionada pela saturação do consumo, entre os quais se insere o turismo, fez emergir uma nova fase do capitalismo, o pós fordismo. “A solução para a crise do modelo fordista veio com a produção ‘flexível’ ou pós-fordista, em que a diversidade dos produtos permitia atender às necessidades do momento sem sacrificar as vantagens econômicas” (MAGALHÃES, 2002, p. 22).

No turismo, a fase de produção fordista é materializada na reprodução em massa de modelos americanos e europeus de núcleos turísticos concentrados e padronizados: *resorts*, parques temáticos e balneários. A concentração espacial e temporal do consumo dos poucos produtos turísticos disponíveis levou à massificação e ao congestionamento de destinos amplamente comercializados. A crise do turismo de massa, ou seja, o desinteresse do consumidor nesses produtos que apresentavam queda de qualidade ambiental e de serviços turísticos fez surgir uma produção flexível. Flexível no sentido de ofertar destinos turísticos diferentes dos previamente estabelecidos. Surgem, então, produtos turísticos nos quais a padronização não é mais tão evidente, mas a particularidade das paisagens e sociedades passa a atrair menores grupos de visitantes.

O produto turístico se tornou flexível no momento em que começaram a perceber que a massificação já não mais satisfazia a toda a clientela, mesmo porque a degradação e a descaracterização dos centros turísticos já se faziam visíveis [...]. É nessa fase de globalização que começam a ser valorizadas as diferenças dos atributos dos lugares,

no que diz respeito ao exótico, ao singular, ao regionalismo, aos valores étnicos [...]. No tocante a atividade turística, os elementos diferenciados que caracterizam o lugar passam a funcionar como insumo para a gestão de cidades e da sua venda como produto (MAGALHÃES, 2002, p. 22).

A crescente discussão socioambiental faz surgir atividades voltadas a grupos menores que o turismo de massa, os quais apresentam motivações diversas e exigem serviços diferenciados. Essas atividades começam comercialmente a se denominar como ecoturismo, turismo sustentável, alternativo, responsável, equilibrado, em detrimento das críticas acadêmicas sobre tais nomenclaturas. Essas novas práticas turísticas determinavam novas formas de exploração do espaço (MAGALHÃES, 2002). Não como um contraponto ao capitalismo, apenas uma nova base para que o capitalismo garanta sua reprodução.

Para tentar mitigar esses desequilíbrios, o capitalismo por meio do pensamento dominante produz novos conceitos, dentre estes, o de que o turismo deve ser construído de forma sustentável. Este termo se apresenta como eficaz na correção de incongruências e discrepâncias do desenvolvimento do turismo, mas na verdade, este oferece à ideologia neoliberal, novas bases para atingir seus objetivos, pois congrega noções que têm por primazia a eficiência econômica, sendo que, estas noções estão pouco preocupadas com os impactos que podem ser atribuídos ao turismo (MESQUITA, 2006, p. 86).

Essa nova fase do turismo emerge no mundo após a década de 1970 e reacende a visão superficial e romantizada do turismo como uma milagrosa estratégia de desenvolvimento para as economias periféricas. O período de entusiasmo com o turismo é divulgado como uma fase onde não há exploração das sociedades nem da natureza, pelo contrário, o discurso da sustentabilidade garante uma maior conservação e valorização dos recursos motivadas pela atividade turística.

Na verdade, as novas ofertas de produtos turísticos com mais características regionais e menos padronizadas surgem de uma demanda de interesses privados: compradores em busca de qualidade e atendimento especializado e empresários interessados em atender a esses novos consumidores. “Os responsáveis pelo setor chegaram à conclusão que o grande número de pessoas no mesmo lugar nas mesmas épocas do ano e o superdimensionamento dos equipamentos para atendê-los não trazem a rentabilidade esperada” (MAGALHÃES, 2002, p. 27).

O turismo, por sua abrangência econômica e social na vida das sociedades envolvidas, é bastante complexo. São diversas as opiniões sobre se o turismo seria

realmente uma das mais adequadas estratégia de desenvolvimento socioeconômico para localidades periféricas ou apenas mais uma forma de garantir a acumulação e reprodução de agentes hegemônicos. Mesmo que não se tenha nesse trabalho a pretensão de trazer o debate teórico e ideológico sobre turismo, capitalismo e globalização, considerou-se necessário pelo menos sinalizar para essa reflexão nesta abordagem que trata do lazer, viagens e turismo mundial.

Talvez isso [o turismo alternativo] tenha sido, além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), como resultado da emergência das questões ambientais que vêm ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional (MAGALHÃES, 2002, p. 28).

A citação de Magalhães (2002) permite considerar a perspectiva de que há um caminho de se apropriar do turismo como atividade socioeconômica capaz de trazer ampliação no bem-estar das sociedades envolvidas. Sem esse viés interpretativo, considera-se que o turismo perde sua relevância como objeto de pesquisas e reflexões acadêmicas e científicas, visto que mais do que apontar as implicações do turismo e os desvios que a sociedade toma na sua gestão, é necessário aceitar que tais críticas possam sinalizar uma esperança de melhoras, que possam amenizar minimamente os efeitos da divisão mundial do trabalho. “Mais genericamente, é uma nova divisão do trabalho internacional que se impõe na direção de uma mais ampla e proporcional participação do terceiro mundo nas trocas internacionais” (SESSA, 1983, p. 80). A citação também permite refletir sobre a divisão espacial do trabalho dentro de um território nacional, onde pequenos municípios ficam às margens dos processos de mudança, dos fluxos de investimentos e do fluxo de visitantes.

Embora os exemplos de impactos negativos sejam constantes, “é preciso acreditar na possibilidade de mudança, ainda que em longo prazo” (MAGALHÃES, 2002, p. 57). Tal mudança só é possível com comprometimento de agentes ou atores endógenos e exógenos, envolvidos nas relações turísticas. Os autores Gândara, Lefrou e Torres (2005) consideram seis grupos como principais atores do processo turístico: visitantes, comunidade local em geral, sociedade civil organizada, recursos humanos, iniciativa privada e administração pública. São “atores que intervêm no processo turístico e que também se beneficiarão dos resultados do desenvolvimento da atividade turística” (GÂNDARA; LEFROU; TORRES, 2005, p. 6).

Considerando a maior influência na intervenção e maiores benefícios dos resultados turísticos, Cruz (2000) destaca três agentes do turismo: o turista, o mercado e “os planejadores e promotores territoriais, [...] agentes de turistificação dos lugares [...]. Trata-se, nesses casos, de iniciativas locais, regionais ou mesmo nacionais, assumidas pelos respectivos poderes públicos” (CRUZ, 2000, p. 15).

O comprometimento do poder público pode ser determinante, tanto dos gestores locais como das demais escalas de gestão, ao identificar vocações e sugerir caminhos com ações de planejamento e gestão.

Para se proceder à organização do espaço turístico do município, deverão trabalhar em parceria com técnicos a comunidade e o governo local. A este último, no intuito de alcançar os benefícios do desenvolvimento turístico, atribui-se a tarefa de compatibilizar as necessidades dos turistas, dos investidores na área, com as necessidades de proteção do meio ambiente e da comunidade anfitriã. Entende-se que, para tanto, é preciso implementar políticas que privilegiem esses atores igualmente (MAGALHÃES, 2002, p. 119).

A demanda por implementação de políticas justas e adequadas para os diversos grupos sociais, envolvidos na prestação de serviços turísticos é uma demanda histórica no Brasil. Ainda que políticas mais amplas tenham sido apresentadas nos últimos vinte anos, desde as primeiras ações nacionais voltadas ao turismo “observa-se um descaso, por parte dos administradores, em relação ao problema do conjunto, favorecendo, em consequência, a prosperidade de poucos empresários” (MAGALHÃES, 2002, p. 89). Sobre isso, refletiremos nos próximos tópicos.

1.3 Políticas Públicas de Turismo e as demandas municipais: aspectos históricos

Esse tópico busca evidenciar a frágil atenção historicamente dada aos municípios na elaboração de políticas nacionais de turismo. Para isso, é preciso trazer ao trabalho algumas considerações acerca das políticas públicas.

Não há uma única definição aceita na academia para o conceito de política pública. A divergência mais comum “refere-se ao protagonismo no estabelecimento das políticas públicas” (SECCHI, 2013, p. 2). Para a abordagem estadista “o que determina se uma política é ou não ‘pública’ é a personalidade jurídica do ator

protagonista” (SECCHI, 2013, p. 3), enquanto que, para a abordagem multicêntrica, uma política é pública “quando o problema que se tenta enfrentar é público” (SECCHI, 2013, p. 4). Essa abordagem considera organizações privadas, não governamentais e estatais como protagonistas no estabelecimento de políticas públicas.

No Brasil, as políticas públicas sempre estiveram vinculadas a um Estado tradicionalmente intervencionista, e por isso, a abordagem estadista parece melhor representar as políticas públicas de turismo tratadas adiante. No entanto, desde 2003 - como será detalhado adiante, observa-se crescente participação de atores não estatais no processo de elaboração das políticas nacionais de turismo, em uma tentativa de governança pública, buscando articular sociedade e Estado na busca de soluções para os problemas públicos. Para a abordagem multicêntrica, apesar da participação social, essa é uma política governamental.

Outras divergências na definição relacionam-se à compreensão da negligência ou omissão dos governantes, bem como das diretrizes operacionais enquanto políticas públicas (SECHHI, 2013). A literatura que envolve as definições, conceitos e teorias são amplas e serão retomadas quando necessárias. Por hora, convém esclarecer, que as políticas nacionais de turismo, abordadas a seguir, tratam-se de políticas governamentais, que recentemente foram elaboradas com participação social, ao menos teoricamente. Ainda que o foco principal sejam as políticas nacionais estratégicas e estruturantes, também serão consideradas as políticas setoriais relacionadas ao turismo, bem como programas e projetos operacionais, em nível nacional, estadual, regional e municipal.

As políticas de turismo são “um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público” (CRUZ, 2000, p. 41). A mesma autora organiza as ações do Estado para o turismo no Brasil em três períodos. O primeiro, ela chama de pré-história jurídico institucional, que se inicia em 1938, com a criação de decretos que regulamentam a venda de passagens e o funcionamento das agências, e termina em 1966.

Até a década de 1960, a organização do turismo restringia-se a pontuais e desarticuladas ações, como normas de incentivo à preservação do patrimônio cultural e natural, e regulamentações sobre compra de passagens e prestação de serviços turísticos relacionadas à proteção do consumidor. Diversas políticas setoriais, como a implementação de infraestrutura básica, tiveram grande influência no crescimento do setor de turismo no Brasil. Mesmo que não fosse esse o objetivo de tais políticas, o

incremento de infraestruturas e tecnologias de comunicação e transporte voltadas à facilitação do crescimento econômico, também beneficiaram o crescimento dos fluxos turísticos no Brasil.

A atuação mais intensa do governo nacional em relação ao turismo fica mais evidente apenas na segunda metade da década 1960, com a homologação do decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo - CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo - Embratur. Esse decreto é um relevante marco jurídico institucional das políticas públicas em turismo no Brasil e, de acordo com Cruz (2000), com ele se inicia o segundo período das políticas públicas no país, que se estende até 1991.

A partir de meados de 1960, a atividade turística passa a ser considerada como “capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis regionais que caracterizavam a nação” (CRUZ, 2000, p. 49). O decreto nº 55/1966 realmente menciona a responsabilidade do governo federal em “garantir um desenvolvimento uniforme e orgânico à atividade turística nacional” (BRASIL, 1966, p. 1). Para isso, reconhece a necessidade de iniciativas favoráveis ao desenvolvimento de empreendimentos em diferentes regiões turísticas do país (BRASIL, 1966). Tal documento, de 1966, menciona a escala municipal com grande superficialidade, apenas em dois momentos, para lhe atribuir a responsabilidade de conceder facilidades fiscais a empreendimentos turísticos e abastecer de informações a escala nacional.

Diretrizes, resoluções e atos passam a ser elaborados após a criação do Conselho Nacional de Turismo, teoricamente responsável pelo planejamento nacional. Entre eles, vale destacar a Resolução nº 31, de 10 de abril de 1968, que estabelece o plano de prioridade para localização de hotéis de turismo, onde são consideradas prioritárias as capitais, mas também as estâncias de lazer e cidades históricas, “geralmente pequenos e médios núcleos urbanos, constituíam territórios de uso turístico reconhecido e poderiam, com base na Resolução 31, pleitear os incentivos fiscais previstos por lei” (CRUZ, 2000, p.54). Porém, isso era uma possibilidade para liberação de recursos e não um compromisso com o investimento em pequenas localidades. A mesma resolução delegava ao Conselho Nacional de Turismo o poder de decisão sobre as áreas de prioridade, “segundo critério próprio, o que abre precedentes a barganhas políticas” (CRUZ, 2000, p.55), nas quais os pequenos municípios, com pequena arrecadação e pequeno número de eleitores, pouco podem se impor.

Outros documentos são relevantes marcos na história jurídica do turismo brasileiro: a Resolução CNTur nº 71, de 10 de abril de 1969, ao apresentar orientações para elaboração da Política Nacional de Turismo, que não chegou a ser implementada, e o Decreto-lei nº 1.191, de 1971, que cria o Fundo Geral do Turismo - Fungetur, o primeiro fundo criado para financiamentos direcionados especialmente para o turismo no Brasil. Entre 1970 e 1972, no Governo Emílio Garrastazu Médici, o turismo é contemplado, pela primeira vez, entre os setores prioritários da economia. Em 1973, o decreto nº 71.791 define que o Conselho Nacional deve estabelecer zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo. As mesmas são apresentadas apenas em 1977 como áreas de interesse turístico que envolve bens históricos, culturais e naturais, sem mencionar municípios ou localidades específicas (DIAS, 2003).

Grande parte das políticas, após esse período, concentraram-se nas regiões Norte e Nordeste. Em 1976, foram criados fundos de investimentos para a Amazônia, Região Norte e Nordeste, todos com objetivo de atrair investimentos para o turismo, principalmente para criação de equipamentos hoteleiros (BENI, 2006). No entanto, isso nitidamente não garantiu o prometido desenvolvimento uniforme e orgânico, visto que, embora houvesse uma tentativa de inserir regiões fragilizadas, os incentivos se concentravam em grandes centros urbanos, deixando os pequenos municípios às margens do processo.

No período, cresceram os elogios para a iniciativa da Embratur de atrair investimentos através dos fundos criados. “Ao longo dos anos 70 o parque hoteleiro - sobretudo de luxo - é significativamente ampliado, beneficiado pela criação de um sistema de fomento ao setor, constituído por fundos especiais” (CRUZ, 2006, p. 346). Porém não faltaram críticas e alertas quanto à inadequação dos investimentos ao perfil dos investidores e consumidores locais, o que provocou a “implantação de uma oferta incompatível com as características da demanda interna regional - e mesmo com as características da receptiva internacional” (BENI, 2006, p. 25). O direcionamento inadequado desses fundos levou a um alto custo das instalações e a um baixo rendimento, devido à reação no mercado com baixa ocupação em tais empreendimentos.

Os anos 50, 60 e 70 foram marcados pelos Planos de desenvolvimento que pensavam o território nacional na sua totalidade, no que tange ao desenvolvimento do setor turismo não foi diferente e até final dos anos 80 se pode dizer que as políticas públicas para o setor oscilaram entre

ações voltadas para o território nacional como um todo (CRUZ, 2006, p. 348).

Assim, no período entre 1970 e 1990, pouca interferência do governo na gestão do turismo nacional foi notada empiricamente nos pequenos municípios. A Embratur, então responsável pelo planejamento do turismo nacional, reduzia suas ações a campanhas de divulgação e comercialização dos grandes destinos turísticos do Brasil, como o Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste (DIAS, 2003).

A incipiência de atuação pública no turismo deve-se em parte à baixa percepção da atividade turística enquanto instrumento de promoção do desenvolvimento. Portanto, quando esta começa a se destacar na economia brasileira, intensificam-se as iniciativas para estruturá-la e regulamentá-la (BRANDÃO, 2010, p. 76).

A ilusão quanto às fáceis vantagens de optar pelo turismo, enquanto estratégia de desenvolvimento econômico nos anos 1970 e 1980, foi comprometedor para a qualidade do produto turístico nacional. A iniciativa privada se inseria na prestação de serviços turísticos sem o conhecimento técnico, científico e operacional necessários para atender às demandas dos consumidores. O Estado, por sua vez, também sem conhecimento, empenhava esforços para dar fluidez ao território e atrair visitantes internacionais.

A política turística foi seguidamente confundida com a ação política no setor, perdendo, portanto, a possibilidade de ser estudada num determinado nível científico, para emitir os princípios de ações concretas, que virá a ser realizada nos diferentes centros de decisões de uma nação, a começar daqueles públicos. O estudo [da política turística] corresponde à realidade de um sistema econômico misto de mercado onde, ao lado dos poderes públicos, suscitam outros centros de decisão representados, além dos poderes públicos e privados, nacionais e internacionais, pelas próprias unidades familiares que, através da demanda do produto turístico, impõem a atualização de uma determinada política. O estudo de uma política turística, proposta para uma bem precisa situação ambiental e numa determinada nação, deve ter em conta todos aqueles diferentes centros de decisões. O estudo da política turística não deve descuidar dos componentes sociais e culturais desta atividade econômica. A política turística social é uma das alavancas fundamentais para o incremento da demanda nacional (SESSA, 1983, p. 117-118).

As ações desarticuladas entre os entes públicos e privados, atreladas ao isolamento imposto à comunidade local nas decisões e às demandas dos turistas, levou a uma baixa taxa de crescimento turístico no Brasil, no período em que as economias centrais observavam o turismo alcançar significativos patamares no

crescimento econômico. “O dever da noção científica de política turística é, portanto, aquele de construir uma ‘ponte’ entre a análise econômico-turística abstrata e a ação concreta” (SESSA, 1983, p. 119).

Elaborar uma política turística adequada às demandas sociais envolve estudos e análises, pautados em dados e informações precisas. A qualidade de tais dados e informações necessárias às análises científicas dependem profundamente de dois outros grandes obstáculos nacionais: recursos financeiros e profissionais qualificados. “Por quanto concerne os Países do Terceiro Mundo, procede de toda nossa exposição que, na atual carência crônica de capital e mais em geral das propensões humanas, que constituem o substrato essencial de cada processo de crescimento, o papel do Estado é fundamental” (SESSA, 1983, p. 120).

O papel do Estado deveria se fundamentar no compromisso de equilibrar interesses e a distribuição dos ganhos e regular a qualidade dos produtos ofertados no país, buscando alinhar a “dupla exigência de assegurar a satisfação do turista e gerar desenvolvimento harmonioso no contexto da economia nacional” (SESSA, 1983, p. 122).

Entre 1970 e 1990, era nítida a desarticulação entre as ações do poder público e a falta de incentivo aos investimentos de novos empreendedores brasileiros.

Na quase totalidade das ações, a criação da indústria receptiva foi devida, na maior parte, a obra da iniciativa privada, enquanto a participação do Estado naquela época foi, acima de tudo passiva. Essa política passiva, que nascia da falta de consciência dos problemas que se opõem a atividade turística, determinou a série de deterioração do patrimônio turístico que influiu negativamente sobre o próprio desenvolvimento turístico. [...] causou sérios desequilíbrios constituídos, sobretudo, pelas excessivas concentrações territoriais e temporais, que causaram gravíssimos danos não só ao patrimônio turístico, isto é, ao patrimônio natural e cultural, mas também à própria saúde dos cidadãos (SESSA, 1983, p. 120-121).

Ou seja, ainda com diversas ações de planejamento, não havia ampliação da qualidade dos destinos turísticos. “Na realidade, se usou e abusou desse termo [política turística] de maneira crescente por parte dos governantes, homens públicos, operadores econômicos e turísticos de todo mundo, mas com significados, frequentemente, contrastantes entre eles” (SESSA, 1983, p. 116).

As análises das décadas de 1960 e 1970, apresentadas na obra de Sessa (1983), indicam que no Brasil - mas também em diversos outros países, não é possível identificar uma linha de ação coerente, de objetivos e estratégias alinhados e

articulados, capazes de realmente orientar regiões, estados e municípios na gestão do turismo nacional.

Um exame, ainda que sintético, destes últimos vinte anos, coloca em evidência a denominação de política turística, por exemplo, para programas de ações; projetos especiais; planejamento de algum setor específico (não de uma área ou zona integrada); tipos de estímulos específicos, por exemplo, a hotelaria; ações visando a instituição de algum instrumento de lei; enfim, para numerosos fatores individualizados. Não se identifica uma linha de pensamento que signifique o guia de base que leve a ações concretas, mesmo que com as necessárias opções. O Brasil, continua a carecer da definição de uma efetiva e global política turística, que embora deva e necessite acompanhar a evolução e as circunstâncias do País, represente o instrumento fundamental, independente das ações ligadas às alternâncias de poder, no âmbito das organizações administrativas locais ou regionais e a certas circunstâncias de ações econômicas, sobretudo de capital externo a nação (SESSA, 1983, p. 116).

A década de 1980, principalmente a segunda metade, foi marcada pela liberação do mercado para o exercício de atividades turísticas. “Foi um período de transição, principalmente por conta da nova Constituição, que propiciou um momento de ampla discussão nacional” (BENI, 2006, p. 25) e mencionou o turismo como responsabilidade de todos os níveis governamentais. Dentre as ações que diferenciaram essa década, mas vale destacar alguns marcos da intervenção governamental no turismo. Com a liberação do mercado, observou-se aumento de prestadores turísticos que saíram da clandestinidade e também alguns programas voltados à ampliação das viagens nacionais como a promoção do turismo interno e o estímulo à criação de albergues (BENI, 2006), um meio de hospedagem mais adequado tanto ao investidor quanto ao turista brasileiro.

O período também é marcado pelo teórico comprometimento mundial dos governantes com a preservação dos recursos naturais, resultado da divulgação global da problemática ambiental através das grandes conferências realizadas nas décadas de 1970 e 1980. Nesse contexto, em 1987, o turismo ecológico foi lançado pela Embratur como um produto que merece atenção nacional. Porém, as diretrizes e orientações traçadas nesse período não se desdobraram em ações concretas. Poucas ações tiveram efeito prático no setor até o início da década de 1990.

Até meados da década de 1990, a política nacional de turismo, reduz-se, na prática, à ampliação e melhoria da infra-estrutura hoteleira. [...] O plano de 1971 jamais foi executado. E, como até 1992, nenhum outro plano - tal como o Plantur, com uma abordagem global do

turismo no país - foi elaborado, a política nacional de turismo nesse período, acabou restringindo-se à uma política nacional de incentivos financeiros e fiscais, especialmente direcionada ao setor hoteleiro (CRUZ, 2000, p. 53).

Dessa forma, apenas em 1991 surge outra marcante ruptura na organização jurídico institucional no Brasil: reestruturação da Embratur, o que dá início ao “terceiro período da história das políticas nacionais de turismo do país, que se estende até o momento atual” (CRUZ, 2000, p. 43). A reestruturação consiste principalmente na transformação da Embratur de “empresa pública em autarquia especial, modifica parte de sua denominação de Empresa Brasileira de Turismo para Instituto Brasileiro de Turismo e lhe atribui a finalidade de “formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Turismo – PNT”” (CRUZ, 2000, p. 57).

Entre as ações de grande influência nessa nova configuração da Embratur está o decreto 448/92. Este documento estabelecia as orientações para elaboração da política para o turismo nacional. Nele são definidas as finalidades e objetivos da Política Nacional de Turismo, com ênfase na promoção dos recursos naturais e culturais e valorização do homem, democratização do acesso ao turismo e a redução das disparidades sociais. “Há que se considerar o fato de [...] terem sido estabelecidas sob um governo com características populistas, como foi o governo Collor de Mello (1990-1992)” (CRUZ, 2000, p. 57).

A escala municipal foi abordada neste documento ao indicar a ampliação de produtos e serviços adequados às características regionais e municipais. Porém, as vantagens não estavam disponíveis a todos os municípios. O Decreto informa que a política nacional deverá “beneficiar especialmente as regiões de melhor nível de desenvolvimento” (CRUZ, 2000, p.58), nas quais raramente se incluem municípios de pequeno porte demográfico. “As regiões mais pobres, assim, continuariam em desvantagem, do ponto de vista de um possível uso de seu território pelo turismo” (CRUZ, 2000, p. 59). Aqui se vê que a política entra em contradição com aquilo que se espera do Estado e que por vezes ele mesmo anuncia - como o compromisso de promover o equilíbrio no desenvolvimento territorial.

Outra ação relevante na qual a Embratur desempenha seu novo papel planejador se deu com o lançamento, em 1992, do Plano Nacional de Turismo - Plantur. “O Plantur compõe-se de sete programas: programa de polos turísticos, programa turismo interno, programa marketing institucional, programa qualidade e

produtividade, programa Mercosul, programa ecoturismo, programa formação de recursos humanos” (CRUZ, 2000, p. 60).

Algumas das considerações tecidas no Plantur parecem trazer maiores possibilidades aos municípios do que os documentos anteriores. No plano, é reconhecida a necessidade de qualificação da gestão pública em Turismo. Assim, a eficiência administrativa e cooperação entre as instâncias governamentais estão entre as diretrizes do documento, que tem também em seus objetivos a necessidade de ordenar as ações do setor público, ampliando seu papel planejador. Dessa forma, o discurso do plano possibilita que municípios se qualifiquem, ao mesmo tempo que estimula produtos naturais e culturais disponíveis nos municípios de pequeno porte, onde há, via de regra, maior conservação da cultura e natureza local. Mesmo que não haja um direcionamento específico aos municípios de pequeno porte, os mesmos não são excluídos das áreas de atuação do plano. Nota-se que até 1994 os municípios eram lembrados nas ações do governo federal, mas de forma ampla, genérica, pouco aplicada e com ênfase a municípios turisticamente mais desenvolvidos.

A efetiva responsabilidade da gestão municipal foi definida em 1994, durante a gestão do Presidente Itamar Franco (1992-1994), quando foi institucionalizado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços turísticos brasileiros e descentralizar a gestão do setor. “Para tanto, o programa buscava capacitar agentes multiplicadores locais para reconhecerem a importância do turismo no desenvolvimento socioeconômico de seus municípios” (TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p. 841).

A Política Nacional de Turismo, prevista em 1991 com a estruturação da Embratur, é definida apenas em 1996, na primeira gestão do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nessa política, a responsabilidade do município no desenvolvimento turístico fica mais evidente. Entre seus objetivos são mencionados a importância da ordenação do setor público, do esforço do Estado, do planejamento das ações dos governos municipais e suas articulações. A descentralização do poder de decisão e o fortalecimento dos órgãos municipais estão entre as estratégias apresentadas para o desenvolvimento do turismo (CRUZ, 2000).

A recente valorização do turismo no Brasil [...] é resultado de fatores como a crescente importância econômica que a atividade vem adquirindo no mundo, traduzida na sua ascendente participação na composição do PIB mundial; a diversificação das atividades produtivas nacionais (CRUZ, 2000, p. 62).

O PNMT segue como programa orientador durante todo Governo Fernando Henrique Cardoso, delineando o desenvolvimento turístico dos municípios brasileiros, com base na capacitação de agentes locais, capazes de sensibilizar comunidades locais para identificação de recursos de interesse turístico. “Para tanto, pressupunha o repasse, pela Embratur, de condições técnicas, operacionais e gerenciais para o planejamento e gestão do turismo na escala local dos municípios” (TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p. 842).

Apesar de aparentar uma significativa estratégia, o programa não esteve isento de críticas. Poucos estados conseguiram desdobrar as ações do PNMT nos resultados esperados de empreendedorismo e de planejamento integrado e participativo (BENI, 2006), principalmente por não garantir aos municípios nenhum repasse financeiro direto. “Os municípios [...] recebiam apenas, o repasse de tecnologia e de informações, com uma série de oficinas de planejamento participativo, baseadas em técnicas de dinâmica de grupo” (FRATUCCI, 2008, p. 165). As críticas de Magalhães também abordam a escassez de aporte financeiro pelo governo federal para a gestão do turismo municipal. “É necessário que os empreendedores e organizadores públicos ou privados disponham de recursos financeiros. Sem dinheiro nada se realiza nas áreas industriais, comerciais e prestação de serviços” (MAGALHÃES, 2002, p.147). A autora ainda complementa a crítica expondo outras falhas das ações do governo federal para o turismo:

A política nacional de turismo vem incentivando a especialização turística dos municípios, sem conseguir alcançar, na íntegra, os objetivos propostos no seu programa de ‘Municipalização do Turismo’ que são os de dotar os municípios, com potencial turístico, de condições técnicas e organizacionais necessárias para promover o desenvolvimento da atividade [...]. Verifica-se, em consequência dessa postura, uma corrida em busca de especialização na atividade turística, sem o mínimo de preparo e conhecimentos específicos, colocando em risco a manutenção da diversidade cultural e dos atributos físicos das localidades (MAGALHÃES, 2002, p.145).

Era esse o contexto em que Cruz (2000) organizou a política nacional de turismo em três períodos específicos. Desde 2003, observa-se certamente uma nova etapa, e o grande ato institucional que trouxe a ruptura nas políticas públicas nacionais, dessa vez, foi a criação do Ministério do Turismo, durante o governo Lula (2003-2006). Com a criação de um ministério específico para a gestão do turismo nacional, a Embratur passa novamente por uma reestruturação. Esse Instituto volta a

concentrar suas ações na promoção internacional dos destinos turísticos brasileiros, enquanto cabe ao MTur as atribuições de planejamento e gestão do turismo brasileiro. O grande diferencial nesse período é o programa estratégico principal, que deixa de ter como foco a gestão municipal e volta-se à articulação regional.

Os anos 90 viram emergir e consolidar-se o paradigma da descentralização da gestão e, atrelado a ele, as escalas regional e local como escalas prioritárias da ação pública. Se o PNMT é o representante mais fiel, naquela década, da valorização da escala local no planejamento governamental do turismo, o Programa de regionalização do turismo, do governo Lula, tem o mesmo significado no que diz respeito à escala regional, para esses primeiros anos do século XXI (CRUZ, 2006, p. 348).

Durante o governo Lula foram lançados dois planos de desenvolvimento turístico para o Brasil: Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007), e o Plano Nacional de Turismo (2007-2010). Parece interessante salientar que, com a ressalva de alguns indicadores, os dois planos - assim como os anteriores - tiveram metas muito parecidas, voltadas à geração de empregos e renda, dinamização do mercado interno e atração de turistas internacionais. Confirmando que a ação do Estado, em relação ao turismo, se mantém ao longo da história “balizado por teorias e práticas da área administrativa e por técnicas publicitárias e de *marketing*; as primeiras desenvolvendo projeções futuras com base nas tendências de mercado, e as segundas criando hábitos de consumo” (BARRETO, 2003, p. 22).

O Plano Nacional do Turismo - Diretrizes, Metas e Programas (2003 - 2007) traz o macro programa Gestão e Relações Institucionais, contendo ações já previstas desde o governo Collor, mas ainda sem resultados satisfatórios. O documento esclarece que o desenvolvimento do turismo no Brasil exige a “articulação entre os diversos setores públicos e privados, no sentido de agilizar soluções, eliminar entraves burocráticos, compartilhar decisões e facilitar a participação de todos os envolvidos no processo de crescimento do setor”. Para tanto, este macro programa pretendia a integração das esferas de governo, descentralizando o processo de decisão, e a integração dos “setores público e privado e demais instituições, otimizando recursos e dando eficiência às ações” (BRASIL, 2003, p. 44).

Ao longo do texto, o município é constantemente mencionado como uma fundamental escala de gestão, que merece atenção por ser o local onde estão os recursos turísticos. Dentre os objetivos desse plano está a ampliação da qualidade de vida das cidades turísticas. Novamente, dando maior atenção a municípios de maior

porte, turisticamente mais dinâmicos, ignorando o turismo como uma estratégia de desenvolvimento em pequenos municípios, recorrentemente esquecidos.

Em 2004, o MTur apresenta o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, Diretrizes Políticas. Essa política deriva do Plano Nacional de Turismo (2003-2007), especificamente, de seus objetivos relacionados à diversificação da oferta turística.

Dos objetivos e estratégias dos macroprogramas derivam diretrizes e programas operacionais que, articulados, são capazes de responder às demandas nacionais para a consolidação do turismo no País. As bases do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil derivam do Macroprograma 4 - Estruturação e Diversificação da Oferta Turística -, reestruturado a partir do debate nacional com os segmentos representativos da sociedade, de modo a impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões (BRASIL, 2004, p.10).

O Programa foi amplamente divulgado como coletivo e participativo por ser elaborado após reuniões realizadas nos estados da federação. Foi enaltecida por refletir “o entrosamento das instâncias de governo com a sociedade” (BRASIL, 2004, p.10). O documento, principal orientador da gestão do turismo nacional, tal como o plano nacional, ainda direciona maior apoio aos municípios que já recebem significativo fluxo de turistas. “O Programa - Roteiros do Brasil - é dirigido para os mercados competitivos e impulsionado na perspectiva do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2004, p. 6).

Em junho de 2007, é lançado o segundo plano do governo Lula para o turismo do Brasil: o Plano Nacional do Turismo 2007-2010. Nele, é apresentado um diagnóstico das ações dos últimos quatro anos. Segundo avaliação do Governo, foram muitos os avanços da gestão descentralizada, possibilitados principalmente por fóruns de discussões estabelecidos entre o poder público e a iniciativa privada, em todas as regiões brasileiras. “No conjunto, essa é uma brigada que envolve 1.358 representantes diretos com 12.000 indiretos, vinculados às instituições públicas e entidades privadas relacionadas ao turismo em todo o País” (BRASIL, 2007, p. 23).

Porém, tais resultados mostram-se insuficientes, visto que não se observou durante o período grandes avanços no turismo nacional, tanto que a gestão permanece entre os principais gargalos e, por isso, segue entre as ações prioritárias para o desenvolvimento do turismo nacional. O diagnóstico apresentado no próprio plano reconhece a necessidade de ampliar as ações centradas nos municípios. Para isso, coloca a escala local como indispensável estrutura da gestão descentralizada.

Ao reconhecer a importância dos municípios, esse documento federal repassa aos mesmos grandes responsabilidades da gestão, mas se compromete com o apoio e orientação aos gestores municipais de turismo. No entanto, profissionais qualificados para a gestão do turismo são insuficientes nos municípios turisticamente desenvolvidos e raros nos municípios que querem se inserir no concorrido mercado dos destinos turísticos.

Esse documento, pela primeira vez se compromete em prover infraestrutura adequada aos municípios, reconhecendo que essa é uma condição para a expansão da atividade turística e que “demanda recursos financeiros de grande valor, sendo estes gerenciados por órgãos públicos [...]. É de fundamental importância uma ação interministerial priorizando as infraestruturas de apoio ao turismo demandadas pelo setor” (BRASIL, 2007, p. 72). Porém, essa é mais uma ação restrita aos municípios considerados turísticos.

No último ano de gestão do Presidente Lula, o MTur apresenta a segunda edição do Documento Referencial Turismo no Brasil 2011/2014. Desde a primeira versão, elaborada em 2006, o Documento tem como objetivo apresentar um detalhado diagnóstico do cenário turístico e orientar a elaboração de políticas para o setor no Brasil.

Trata-se, neste sentido, de um documento que consolida o pensamento das principais lideranças do Turismo no Brasil, constituindo uma referência fundamental para o debate sobre as perspectivas de desenvolvimento da atividade, para a formulação de políticas públicas e para os investimentos privados e a ação empresarial (BRASIL, 2010, p. 1).

As reflexões traçadas nesse documento enfatizavam como entrave ao desenvolvimento turístico no Brasil: a falta da cultura planejadora e participativa e os inexpressivos orçamentos para o turismo nas governanças municipais. As deficiências no planejamento e ausência de recursos são recorrentes nos municípios de pequeno porte demográfico. Tal como denuncia no documento: “os colegiados municipais têm apresentado uma organização insipiente e uma participação limitada, deixando uma lacuna que coloca em risco a abrangência da rede e a perenidade no processo de gestão local do Turismo” (BRASIL, 2010, p. 61).

As propostas para o turismo na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) pouco se diferenciam em relação às propostas do ex-presidente Lula. O “Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil (2013-2016)”, que teve

como principal orientador o Documento Referencial 2011/2014, apresenta como inovador apenas a declarada intenção de preparar o país para os megaeventos. As metas do governo federal, nessa nova gestão, continuam se pautando na ampliação do turismo doméstico e da chegada de turistas estrangeiros, buscando, com isso, aumentar a receita com o turismo.

Assim como nos demais planos lançados deste século, o município continua aparecendo transversalmente como corresponsável pela gestão do turismo, e por isso, os diagnósticos do cenário nacional continuam evidenciando a necessidade de qualificar os gestores públicos e demais agentes planejadores dos municípios. “Para consolidar o Sistema Nacional de Turismo, é ainda necessário aperfeiçoar a interlocução e a qualificação institucional, a partir das unidades federadas, com as regiões e os municípios que compõem o Mapa da Regionalização” (BRASIL, 2013, p. 44).

Ainda que a escala municipal seja reverenciada enquanto instância de gestão, a inserção de novos municípios no mercado turístico não está entre as prioridades apresentadas nesse plano. O interesse em diversificar os destinos turísticos, em gerar novos fluxos de visitantes ou melhor distribuí-los no território nacional é superficialmente tratado no plano previsto para o período de 2013 a 2016. É mais evidente a intenção em aumentar a ocupação de destinos turísticos consolidados. “O turismo doméstico é, ainda, uma importante ferramenta para reduzir efeitos da sazonalidade do turismo internacional, distribuindo a atividade turística de forma mais homogênea ao longo do exercício” (BRASIL, 2013, p. 68). A estratégia de diminuir a sazonalidade não é ruim, apenas insuficiente ou inadequada para os objetivos traçados nas políticas: diminuir as desigualdades sociais e ampliar o bem-estar social em todo território nacional.

O discurso apresentado na política sugere a descentralização da gestão, porém as práticas indicam a concentração da oferta ao dedicar maior atenção à qualificação de destinos consolidados. A concentração da oferta intensifica a direção dos fluxos de visitantes, bem como de novos equipamentos, trabalhadores do setor de turismo e serviços agregados, levando por fim ao cenário de concentração populacional e deficitária infraestrutura básica, aspectos tão problemáticos no Brasil.

Nos próximos capítulos nos dedicamos a refletir sobre como as propostas de descentralização atingem os municípios de diferentes portes demográficos, com

atenção especial aos destinos indutores do turismo no Brasil e aos destinos turísticos de pequeno porte demográficos da região Noroeste do Paraná.

CAPÍTULO 2 - O TURISMO EM MUNICÍPIOS DE DIFERENTES PORTES DEMOGRÁFICOS

É conhecida a concentração espacial de renda, emprego e população no Brasil. Isso se repete no turismo, e muitas vezes é um efeito das políticas historicamente lançadas no país. Observa-se que a atual política nacional de turismo reproduz tais tendências. Isso evidencia-se quando se dedica especial atenção a 65 municípios classificados como destinos no Brasil, em sua maioria de grande porte:

Foram definidos 65 destinos turísticos no Brasil, sobre os quais vem sendo aplicada, desde 2007, a metodologia que permite avaliar o índice de competitividade de cada um deles. Como resultado, é possível mostrar quais os setores em que é preciso realizar investimentos e dedicar esforços para melhorar a capacidade competitiva desses destinos (BRASIL, 2013, p. 69).

Esses 65 destinos⁶ diferenciam-se dentre os outros municípios do Brasil por apresentarem particularidades, que faz com que se destaquem na atração de visitantes. Entre si, esses destinos, apresentam algumas semelhanças, mas principalmente muitas diferenças. O porte populacional dos 65 municípios, classificados como destinos turísticos, é uma das grandes diferenças. O destino com menor número de habitantes é Mateiros - TO que tem 2.223 habitantes e o maior, São Paulo, com mais de onze milhões de moradores.

Os 65 municípios indutores estão distribuídos em todas as regiões do país. Todos os estados contam com ao menos um município indutor, como é o caso do Acre, Amapá, Espírito Santo, Paraíba e Sergipe. Outros estados como o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Ceará e Bahia têm quatro ou mais municípios indutores.

⁶Alto Paraíso de Goiás/GO, Angra dos Reis/RJ, Aracaju/SE, Aracati/CE, Armação dos Búzios/RJ, Balneário Camboriú/SC, Barcelos/AM, Barreirinhas/MA, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Bento Gonçalves/RS, Boa Vista/RR, Bonito/MS, Cáceres/MT, Caldas Novas/GO, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Diamantina/MG, Distrito Federal/DF, Fernando de Noronha/PE, Florianópolis/SC, Fortaleza/CE, Foz do Iguaçu/PR, Goiânia/GO, Gramado/RS, Ilhabela/SP, Ipojuca/PE, Jijoca de Jericoacoara/CE, João Pessoa/PB, Lençóis/BA, Macapá/AP, Maceió/AL, Manaus/AM, Maragogi/AL, Maraú/BA, Mata de São João/BA, Mateiros/TO, Natal/RN, Nova Olinda/CE, Ouro Preto/MG, Palmas/TO, Paranaguá/PR, Paraty/RJ, Parintins/AM, Parnaíba/PI, Petrópolis/RJ, Pirenópolis/GO, Porto Alegre/RS, Porto Seguro/BA, Porto Velho/RO, Recife/PE, Rio Branco/AC, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santarém/PA, São Joaquim/SC, São Luis/MA, São Paulo/SP, São Raimundo Nonato/PI, Teresina/PI, Tibau do Sul/RN, Tiradentes/MG, Vitória/ES.

Destes 65 municípios, 38 têm mais de 100 mil habitantes e apenas dez deles têm menos de 20 mil habitantes.

O pequeno número de municípios com menos de 20 mil habitantes, selecionados como destinos indutores, não tem relação com a proporção dos mesmos no Brasil. O país tem 5.565 municípios, desses, 3.914 municípios possuem menos de 20 mil habitantes (70% do total). Nos 65 destinos indutores do Brasil, a proporção de municípios de pequeno porte demográfico é inversa, pois 85 por cento dos destinos indutores têm mais de 20 mil habitantes, como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Brasil. Número de municípios do Brasil por classe, 2010

Classes de população	Número/porcentagem de municípios por classe			
	Brasil	%	Municípios indutores	%
população até 5.000	1301	23%	2	3%
entre 5.001 e 10.000	1212	22%	2	3%
entre 10.001 e 20.000	1401	25%	6	9%
20.001 e 50.000	1043	19%	11	17%
50.001 e 100.000	325	6%	6	9%
100.001 e 500.000	245	4%	18	28%
Mais que 500.000	38	1%	20	31%
Total:	5.565	100%	65	100%

Fonte: IBGE Cidades (2015) e Ministério do Turismo (2015)
Org.: Larissa de Mattos Alves (2015)

O número de habitantes não é um critério para inserir ou excluir um município na lista de destinos turísticos. Entretanto, de acordo com o número de moradores, os municípios podem apresentar algumas semelhanças em relação aos equipamentos e serviços disponíveis, o que pode levar à formatação de diferentes produtos turísticos. Nesse sentido, inclusive o papel que desempenha na rede urbana é relevante na configuração de um destino turístico, pois, é comum que destinos turísticos localizados em municípios menores, pela falta de infraestrutura, sejam divulgados como atrativos das cidades maiores próximas. Enquanto centros maiores concentram equipamentos e serviços turísticos, os centros locais dispõem de recursos naturais e culturais e, essa oferta combinada leva à formatação de um único produto turístico.

2.1 Os municípios e seus diferentes portes demográficos: particularidades da oferta turística

As reflexões aqui tecidas não ignoram a hierarquia das cidades nas diversas configurações da rede urbana, visto que são determinantes para compreender as dinâmicas municipais e regionais, e tais aspectos serão retomados sempre que necessário. Essas informações apenas não serão determinantes para classificar os municípios e selecionar o universo a ser observado e analisado nessa pesquisa. As tentativas de classificar, diferenciar e hierarquizar as cidades geraram um embate teórico muito mais complexo que a bibliografia que busca classificar os municípios quanto ao seu porte.

Tais divergências na classificação devem-se à diversidade da distribuição populacional no Brasil, que não permite que números gerais sejam adequados para a análise das particularidades de todo território nacional. Os municípios podem ser medidos, classificados ou hierarquizados por sua área territorial ou número de habitantes, por exemplo. Porém, esses dados absolutos não são capazes de caracterizar as dinâmicas que ali acontecem. Alguns aspectos como a infraestrutura, serviços, renda e área de influência também são considerados para identificar tais dinâmicas.

Para alicerçar as reflexões sobre o turismo e a relação com o porte demográfico dos municípios, também serão utilizadas nesse trabalho, bibliografias que tratam da rede urbana e das cidades. Obras que refletem sobre cidades são mais comuns nas produções científicas na área da Geografia do que as que consideram os municípios. Porém, os estudos sobre a rede urbana e as cidades não ignoram as atividades que acontecem fora do perímetro urbano. Por isso, considera-se que as bibliografias que refletem sobre a rede urbana e o porte da cidade, são determinantes para as reflexões sobre pequenos municípios que se pretende neste trabalho.

Devido à mecanização da lavoura e sucessiva diminuição de pessoas no campo, as considerações sobre as condições sociais de vida dos moradores da cidade servem, salvo suas proporcionalidades, para compreender a população municipal como um todo, visto que grande parte da infraestrutura, equipamentos e serviços são compartilhados tanto por moradores do campo, como por moradores das cidades.

Os serviços e infraestruturas disponíveis, considerados nos estudos sobre as redes urbanas, são aspectos de grande relevância em um destino turístico, e variam de acordo com o porte das cidades. O acesso e serviços de transporte, comunicação, alimentação e hospedagem são determinantes na atração de turistas. Contudo, serviços de uso prioritário ao morador, como serviços de saúde e bancários também são relevantes em um destino turístico. Ainda, podem ter interesse turístico algumas especialidades produtivas que, por seus aspectos tecnológicos, culturais, ambientais ou mesmo econômicos, são capazes de atrair fluxos de visitantes. Dessa forma, os estudos sobre rede urbana, ao interpretar a combinação de elementos no espaço, evidenciam particularidades de interesse turístico. As diversas possibilidades de combinações dos elementos na rede urbana são comentadas por Corrêa:

A diversidade diz respeito às possíveis combinações dos mesmos elementos que, entretanto, ao se concretizarem, o fazem de modo específico, pois cada um desses elementos assume a sua própria especificidade. Entre estes elementos estão a gênese dos centros, o tamanho deles, a densidade que perfazem no espaço, as funções urbanas e as relações espaciais que dela derivam (CORRÊA, 2006, p. 275).

A disponibilidade de infraestrutura, serviços e atrativos turísticos expressam arranjos socioespaciais particulares, que vão, por fim, se formatar em produtos turísticos diferenciados. A disposição desses elementos no espaço não leva à relação direta entre a qualidade de um destino turístico e a infraestrutura e serviços disponíveis. Vale o simples exemplo de que um destino de turismo de eventos exige serviços aéreos, tecnológicos, bancários, entre outros prioritariamente urbanos, enquanto o ecoturismo e o turismo rural são exemplos menos seletivos em relação a infraestrutura e serviços urbanos. Porém, a qualidade ambiental e aspectos socioculturais têm menor relevância no turismo de eventos.

Algumas modalidades de turismo exigem atualizações tecnológicas, onde os turistas são atraídos pelas novas formas e funções dispostas no espaço. Outras modalidades pautam-se na inércia das formas espaciais, impondo novas funções, como o uso turístico e educacional, valorizados no turismo cultural e rural, por exemplo. Novamente, as reflexões de Corrêa sobre a rede urbana servem para compreender os usos turísticos do espaço:

O tempo, impregnado de processos, funções e formas, assim como das contradições delas derivadas, é um determinante fundamental que fixa, ao menos temporariamente, os elementos combinados da rede urbana. Encarrega-se de transformar esses elementos e suas combinações, ainda que nessa transformação a inércia das formas espaciais esteja em ação (CORRÊA, 2006, p. 277).

A gênese dos centros urbanos, os processos históricos, a densidade, o tamanho, as funções e a renda dos municípios, “por mais importantes que sejam, são expressões e condições de estruturas socioespaciais mais profundas, historicamente produzidas” (CORRÊA, 2006, p. 276). Por isso, uma análise sobre turismo, considerando sua relação com a rede urbana, exige compreender aspectos locais, mas sempre contemplando os aspectos exógenos que diretamente influenciam as relações locais. Corrêa (2006, p. 275) elenca como relevantes para o estudo da rede urbana: “outros elementos, de natureza política, social e cultural, considerados menos frequentemente na literatura, podem ser agregados, explicitando mais nitidamente a rica e complexa diversidade de redes urbanas”.

No turismo, como anteriormente assinalado, são os aspectos naturais e culturais os grandes fatores de atração de visitantes, mas o atendimento dos mesmos depende de uma conjuntura que envolve fatores econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, ao optar por compreender o turismo enquanto complexo fenômeno humano não se pode ignorar que este é, essencialmente, uma atividade econômica, pautada em relações comerciais de oferta e demanda. Ignorar esse aspecto pode levar a uma interpretação superficial e romantizada das relações sociais que se estabelecem nos destinos turísticos, entre visitantes e moradores. Endlich (2006) discorre quanto ao risco de se deslumbrar com os rápidos ganhos financeiros de certas atividades econômicas e menosprezar suas implicações sociais:

A atenção às dinâmicas econômicas está orientada pelo entendimento destas como condições materiais para a leitura do espaço enquanto dimensão social. Os processos observados recentemente na esfera da economia demonstram o espaço como fator primordial para a compreensão da racionalidade econômica, operante em ampla escala geográfica nestes tempos denominados de globalização. Tempos em que a economia articula o espaço geográfico como um todo, comandada por interesses de poucos, subordinando a vida de muitos. Assim, refuta-se a leitura do espaço pelo viés econômico como mera constatação da espacialidade adquirida ou espacialização de interesses e tendências econômicas. Por mais que as novas dinâmicas possam ser deslumbrantes, munidas de instrumentos, ou de objetos e ações densos de tecnologia e intencionalidades, estes qualificativos não podem ofuscar os significados sociais deste

processo. Portanto, o olhar para a economia tem a duração e a profundidade consideradas necessárias para estes propósitos (ENDLICH, 2006, p. 21).

Tal como mencionado pela referida autora, o olhar para a economia deve ter a duração e profundidade necessárias para a compreensão do fenômeno estudado. Neste trabalho, ao observar aspectos econômicos do turismo, consideramos a relação entre o porte demográfico dos destinos indutores, os serviços ofertados e os investimentos, públicos e privados. Sobre a relação entre o patamar demográfico e os serviços e equipamentos ofertados, Carvalho assinala:

As pequenas cidades que possuem histórico de diminuição populacional ao longo dos anos, sofrem com o encerramento de alguns serviços públicos, que deixam de fazer parte desta área, em virtude da redução de demanda populacional. Isso ocorre com escolas que são fechadas, já que o número de estudantes é baixo, centros de assistência social, postos de saúde e hospitais, em que o custo de manutenção é elevado, enquanto o número de habitantes que usufrui desses serviços é baixo. Os sistemas públicos mais buscados nas grandes e médias cidades, que passaram a concentrar a maioria dos serviços indispensáveis à sociedade, envolvem o ensino profissionalizante e oportunidade de emprego, assim como o setor de saúde, no que se refere às consultas especializadas e tratamentos que exigem tecnologias sofisticadas. Contudo, não apenas o setor terciário público sofre as consequências do encerramento de serviços nos pequenos centros, mas também o privado [...] Atividades culturais e de lazer, também deixaram de ser realizadas, como no caso de filmes, ou peças de teatros, e até mesmo a exposição de circos, deixou de fazer parte da rotina de diversos municípios pertencentes à região. Na ordem pública, a perda demográfica implica na diminuição dos repasses de verbas governamentais para provimento de equipamentos urbanos, em virtude do baixo número populacional, como no caso do FPM – Fundo de participação municipal (CARVALHO, 2016, p. 27-45).

A autora citada, apesar de não estudar o fenômeno turístico, remete a aspetos relevantes para compreender o turismo, como a infraestrutura de apoio, as atividades relacionadas ao lazer e à cultura e os investimentos, públicos e privados. De maneira específica, qualquer investimento, público ou privado, e mesmo a incipiência do capital, traz diferentes configurações socioespaciais.

Os investimentos, pensados e programados segundo uma perspectiva global, criaram e reestruturaram inúmeras e complexas redes geográficas, das quais a rede urbana é a expressão mais contundente. Trata-se, em toda parte de uma rede urbana que sofreu o impacto da globalização, na qual cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção [...], produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens,

serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais (CORRÊA, 1999, p. 44).

As temáticas investimentos públicos e privados, turismo e fluxos de visitantes remetem aos estudos da rede urbana e à teoria dos lugares centrais, que buscam “explicar a hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização das cidades num determinado espaço” (IPEA, 2001, p. 337). Ao optarmos pelo estudo de pequenos municípios, considerações sobre a rede urbana e municípios de diferentes portes demográficos são relevantes.

São diversos, diversificados e complexos os estudos sobre a rede urbana. As primeiras teorias explicativas da rede urbana consideravam as atividades terciárias para explicar a teoria das localidades centrais. Entretanto, sabe-se que os elementos elencados por Christaller, em 1933, para as primeiras análises sobre a rede urbana, não são mais suficientes para compreender as complexas redes atuais. A globalização traz novas configurações nas redes geográficas e sociais, microlocalizadas e transescalares ao mesmo tempo.

A teoria explicativa da rede urbana desenvolvida por Christaller (1988), considerada como clássica e, portanto, referencial comparativo para apreender as modificações atuais, resultou da procura de uma explicação geral para o número, tamanho e distribuição das cidades. Esta teoria fundamentou-se basicamente em atividades terciárias como o comércio varejista e a prestação de serviços e certas regularidades expressas na teoria das localidades centrais [...] A insuficiência dessa teoria para tratar da rede urbana atual não se explica somente pelas alterações no perfil das necessidades e na racionalidade de seu suprimento, mas também no imperativo de incluir elementos na análise, como a dispersão relativa de atividades industriais, porque promovem interações diferenciadas. Observa-se tanto na literatura como na realidade analisada que a redefinição da rede urbana não está restrita ao seu funcionamento como um conjunto articulado de localidades centrais, como centros de comércio e de serviços, ainda que as transformações nesse âmbito também tenham sido substanciais (ENDLICH, 2006, p. 175).

Com a globalização e suas implicações nos padrões de consumo, a teoria de Christaller se mostrou insuficiente pois, ao considerar apenas os serviços destinados à população residente, ignorava uma série de serviços especializados que poderiam impulsionar o desenvolvimento regional, como o turismo, por exemplo. Nesse sentido, estudos sobre a especialização das cidades ou “a diferenciação das cidades por classificação funcional representam outra abordagem da rede urbana, muitas vezes complementar da teoria dos lugares centrais” (IPEA, 2001, p. 338).

O turismo enquanto produto de consumo imprime, na rede urbana e na centralidade das localidades, configurações particulares que o diferenciam dos demais serviços estudados por Christaller. Configuram, de alguma forma, particularidades cujos fluxos são bastante diferenciados daqueles. Os investimentos públicos e privados, bem como a ausência desses, interferem na redefinição da rede urbana e podem impor facilidades ou dificuldades para reinserção de municípios economicamente estagnados. Um exemplo disso são as especialidades produtivas das cidades que atraem visitantes, gerando fluxos de turismo de negócios, eventos e realizações técnicas ou científicas.

Outro exemplo é a capacidade que o turismo tem de imprimir centralidades diferentes na rede urbana, fazendo com que uma localidade que com seus serviços atende uma pequena população local, seja capaz de atrair fluxos de visitantes internacionais. “A projeção de centros turísticos como Cancun ou Florença não está relacionada ao tamanho dessas aglomerações. Isso quer dizer que a diferenciação funcional das cidades aparece como elemento essencial na organização espacial de um território” (IPEA, 2001, p. 338).

Em muitos casos, como no turismo rural, de natureza e nos *resorts*, a centralidade imposta pelo turismo não está na sede urbana do município, mas afastada, em áreas periféricas, no campo ou em ambientes naturais. Gaspar (2011) lembra que a urbanização generalizada faz com o urbanismo não seja mais uma exclusividade das cidades.

Duas das expressões mais fortes dos novos espaços de lazer ocorrem fora de contextos urbanos e constituem grandes atrações turísticas. Referimo-nos, por um lado, aos mega complexos de atividades ditas de sol e praia que se têm instalado em destinos exóticos, em geral na faixa inter-tropical e, por outro lado, aos parques temáticos, que por vezes aparecem como alternativas ao declínio de atividades económicas tradicionais (GASPAR, 2011, p. 293).

O fato é que, devido à complexidade das relações atuais, as redefinições na rede urbana impõem uma desordem, ou uma nova ordem, nas tradicionais redes de cidades, indicando novas centralidades em diferentes centros urbanos. Enquanto especialidade produtiva, ou serviço complementar a outras atividades produtivas, o turismo interfere nas relações de centralidades entre as cidades.

As próximas reflexões dirigem-se a perceber as implicações do turismo, enquanto especialização produtiva, em municípios de diferentes portes demográficos.

As considerações sobre municípios de diferentes portes permitirão identificar as particularidades dos pequenos centros, pois as redefinições na rede urbana deixam lacunas para pequenas localidades, cuja reinserção ocorre por vezes por especializações produtivas – primárias, secundárias e terciárias, nosso foco volta-se ao turismo.

Para refletir acerca das implicações do turismo em localidades de diferentes portes demográficos é preciso apresentar algumas considerações sobre as classes de municípios. Os estudos que buscam compreender a hierarquia funcional das cidades e classificá-las não são recentes. Friedman, em 1972, apontava quatro classes de cidades de acordo com a função urbana e número de habitantes: a cidade primaz com funções de alta complexidade e especialização de serviços; as cidades regionais que são aglomerados de reconhecida importância regional por polarizar centros populacionais menores; as cidades sub-regionais “que são os centros comerciais inferiores, esporadicamente com alguns centros industriais; e, cidades locais agrícolas, com menor volume populacional e densidade, mas integradas por uma dinâmica socioeconômica comum” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 253).

Para cada estudo é primordial a análise da realidade envolvida. A organização dos municípios em classes segundo seu porte demográfico é flexível, considerando a rede urbana onde estão localizados. Costa (2002), ao estudar as cidades médias na Europa, reconhece a limitação da utilização do critério quantitativo, como a dimensão populacional, para definir uma cidade:

Um dos fatores que explicam a dificuldade de encontrar um valor quantitativo que identifique uma cidade média é o facto de a dimensão populacional proposta variar com a escala de análise. À escala mundial os valores apresentados são bastante heterogêneos e enquadram-se num intervalo bastante alargado, obviamente necessário para cobrir as diferentes e específicas situações das redes urbanas dos países (COSTA, 2002, p. 106).

A amplitude da heterogeneidade de valores faz com que algumas organizações mundiais considerem como médias cidades que têm desde 20 mil habitantes até cidades com milhões de habitantes. “Os limiares populacionais tão elevados propostos pela Comissão Europeia e outras organizações internacionais justificam-se num contexto de estudos sobre a rede urbana mundial ou europeia” (COSTA, 2002, p. 106). Contudo, a autora faz a ressalva de que na escala nacional e regional, mesmo

dentro da Europa, os valores são mais baixos, especialmente em países como Grécia e Portugal. “Se considerarmos o critério europeu relativo à dimensão populacional (100.000 - 250.000 habitantes), Portugal não tem cidades de dimensão média” (COSTA, 2002, p. 108).

Diversos fatores influenciam na heterogeneidade, fazendo com que cidades com 20 mil habitantes sejam consideradas pequenas em algumas redes urbanas e médias em outras. Entre os fatores de interferência estão o grau de urbanização das redes e a especialização dos centros. Verifica-se a “existência de pequenos sistemas urbanos, de cidades ou sistemas economicamente muito especializados (como os eixos turísticos do litoral) que individualmente podem ter uma dimensão inferior a 20.000 habitantes”, e ainda assim desenvolvem papel central na rede urbana (COSTA, 2002, p. 107). Todas essas diversas peculiaridades fazem com que, por exemplo, na França se encontre municípios a partir de 2 mil habitantes, enquanto no Japão esse patamar sobe para 30 mil (GOMES, 2012).

Entretanto, as dificuldades em definir as cidades não se restringem ao número de moradores. Conforme analisa Costa (2002), as dificuldades em diferenciar as cidades não se restringem aos critérios demográficos e funcionais, dependem vários fatores como

[...] do grau de urbanização e do sistema de povoamento, por outro lado, depende do próprio conceito de urbano. Factores como a diferença na organização político-administrativo e o nível de desenvolvimento económico e social de cada país ou região são igualmente importantes, permitindo relevar a necessidade de compreender as diferenças e os contextos regionais em que se inserem as cidades (COSTA, 2002, p. 109).

Para Milton Santos, ao considerar esses diversos aspectos, é possível organizar a rede urbana em cidades locais, cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas, de acordo com as “atividades existentes nas cidades e que lhes conferem papéis na divisão espacial do trabalho” (ENDLICH, 2006, p. 87).

Outras organizações optam por subdivisões dentro das cidades regionais ou mesmo dos centros locais. Para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004b), por exemplo, existem cinco classificações dos municípios de acordo com sua população: Pequeno Porte I – município de até 20 mil habitantes, Pequeno Porte II – município de 20.001 a 50 mil habitantes, Médio Porte – município de 50.001 a 100mil habitantes, Grande Porte - município de 100.001 a 900 mil

habitantes e Metrópole - municípios com mais de 900 mil habitantes. Classifica o diferente pode ser observada ainda nos dados do IBGE (2014), que nas estimativas da popula o dos municípios brasileiros, apresenta como de médio porte, os municípios que possuem entre 100 mil e 500 mil habitantes.

Também   referência no estudo das redes urbanas, a classifica o das cidades em cinco grandes níveis, apresentados no Regic. São classificados como Metr poles, doze principais centros urbanos brasileiros, com mais de um milhão de moradores. São consideradas como Capital regional setenta cidades que têm mais de 250 mil habitantes. Os Centros sub-regionais são 169 centros com popula o entre 71 mil e 250 mil moradores. Centro de zona é um nível hierárquico formado por 556 cidades que têm entre aproximadamente 10 mil e 50 mil habitantes. “Centro local – as demais 4.473 cidades cuja centralidade e atua o não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm popula o predominantemente inferior a 10 mil habitantes” (REGIC, 2007, p. 13).

Não se ignora que os grandes pesquisadores sobre a rede urbana orientam que para ser considerada média, uma cidade deve ter entre 100 mil e 500 mil habitantes, como exemplo a

[...] classifica o de cidades de porte médio utilizadas nos trabalhos de Santos (1994), Braga (2005), Maricato (2001), Amorim Filho e Serra (2001), Brito, Horta e Amaral (2001), Andrade e Serra (2001a) e Lima (1998). Para esses autores, as cidades brasileiras de porte médio são os municípios cuja popula o urbana situava-se entre 100 mil a 500 mil habitantes, presentes nos Censos Demográficos de 1970 e 2010 (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 252).

Dessa forma, “considerando o tamanho demográfico, compõe um quadro de cidades pequenas, médias e grandes, cujas faixas de tamanho dependem do sistema de povoamento do universo de análise” (BRANCO, 2007, p. 95). Na região turística Noroeste do Paraná, por exemplo, alguns municípios com pouco mais de 20 mil habitantes superam o papel exclusivamente agrícola e ofertam serviços para muitos centros menores, como se observa em Astorga e Goioerê. Por isso, sobre os portes dos municípios serão feitas ressalvas sempre que necessário.

Considerando a região estudada, e para evitar, nesse momento, os grandes embates teóricos e empíricos que discutem número de habitantes e o porte de cada município, optou-se neste trabalho por partir de alguns consensos: serão considerados grandes, os municípios com mais de 500 mil habitantes, pequenos os

municípios com menos de 20 mil habitantes. Os municípios que têm entre 20 mil e 500 mil habitantes serão considerados municípios de médio porte, que envolvem “as cidades regionais e sub-regionais, como centros urbanos intermediários” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 253).

O turismo nos municípios de grande porte demográfico

O grande município, devido à maior infraestrutura disponível, é capaz de atrair um número maior de atividades econômicas. E, devido aos empregos que oferta, atrai população, que por sua vez, exige um número maior de serviços públicos e privados. Essa é uma explicação bastante superficial, que resume os históricos processos de industrialização, globalização e consumo, que levaram ao êxodo rural e à atual distribuição demográfica, responsáveis, via de regra, pela concentração de grandes contingentes populacionais em grandes centros urbanos. É superficial, pois os incontáveis estudos sobre os grandes centros populacionais ainda são insuficientes para explicar as complexas dinâmicas que o envolvem. Corrêa define os diversos aspectos em que esses grandes centros populacionais se mostram complexos:

Estas caracterizam-se por uma maior complexidade, não apenas funcional, mas também em termos de sua estrutura social, organização interna e dinâmica espacial. No que tange as atividades, não se trata apenas da ampliação daquelas já existentes, mas, em decorrência da escala a que chegaram, do aparecimento de novas atividades, aspecto que não se verifica, ou se verifica em menor grau, nas cidades menores (CORRÊA, 1999, p.43).

Endlich (2006) destaca quatro problemas comuns nas grandes cidades do Brasil: trânsito, violência, poluição e pobreza, mas apresenta a ressalva que esses problemas não são mais restritos às grandes cidades, encontram-se também em pequenos centros locais e até mesmo na área rural essas mazelas são comuns. Corrêa elenca problemas que exemplificam implicações dessas economias tão complexas:

O centro de gestão do território não é apenas a expressão gloriosa das corporações vitoriosas, dos prédios modernos e serviços sofisticados. O centro de acumulação capitalista é também um centro de acumulação de pobreza, miséria, de contrastes e de conflitos, que deverão também, agora no plano da metrópole, ser equacionados pelo capital (CORRÊA, 1996, p. 27).

Ainda que as diferenças socioeconômicas sejam espacialmente mais evidentes nos grandes centros urbanos, os municípios, independente do porte demográfico, “expressam as contradições presentes no processo de urbanização do país, que produziu uma espacialidade adequada ao desenvolvimento econômico, mas descompassada de um ritmo e de uma condição humana e social apropriada de vida” (ENDLICH, 2006, p. 29). Os municípios de grande porte demográfico diferenciam-se, principalmente, por concentrar poder de decisão e capital, oriundos de agentes públicos e privados.

A concentração da função de gestão do território, com base na concentração de sedes sociais de poderosas corporações, e muitas vezes do Estado, origina importantes centros de gestão do território, os focos principais de complexos ciclos de reprodução do capital (CORRÊA, 1996), dos quais as denominadas cidades globais ou mundiais estão no ápice da hierarquia urbana (CORRÊA, 1999, p. 43).

A concentração espacial da indústria, sua atração de trabalhadores e novas demandas de consumo, não só de produtos, mas também de serviços, foram durante muito tempo a principal explicação para as características de municípios de grande porte. Todavia, as grandes corporações multinacionais diversificaram seus ramos de atuação, expandindo seus alcances. Assim, além de ser um grande contingente de trabalhadores, um significativo mercado consumidor, consolidando uma densa estrutura econômica, financeira e política, a metrópole contemporânea assume novas características. As metrópoles atuais são centros de mão de obra qualificada e de produção e irradiação de conhecimento e cultura, e por isso, é um equívoco reduzir a ampliação da sua complexidade à simples substituição da produção industrial pela prestação de serviços especializados (MEYER, 2000).

É fundamental não perder de vista, sob pena de produzir outros equívocos, que está em jogo não apenas a simples substituição da atividade industrial pela de serviços, mas algo mais complexo, ou seja, a ampliação de suas atribuições no interior do novo estágio em todos os níveis e aspectos da etapa produtiva, denominada pós-industrial. É uma banalização despropositada desse processo de transição metropolitana avaliar e comparar a permanência ou substituição de atividades industriais, pois cada uma das etapas do desenvolvimento socioeconômico gerou nas cidades e metrópoles em graus variados, a permanência de atividades centrais da etapa que se encerrava (MEYER, 2000, p.7).

Ao analisar a oferta de equipamentos e serviços turísticos de municípios também se deve evitar a banalização e simplificação, que leva aos comuns equívocos

sobre a atividade turística. O turismo e o lazer são atividades que surgem nas complexas dinâmicas dos municípios de grande porte demográfico. O lazer insere-se no contexto da necessidade de entretenimento para a grande massa de trabalhadores residentes. O turismo, no entanto, tem razões mais amplas. Os recursos turísticos naturais e culturais são presentes em grande parte dos destinos turísticos nacionais, independentemente de seu porte demográfico. Porém, os grandes centros, via de regra, concentram atrativos turísticos como atividades econômicas diferenciadas ou de grande porte, atrações técnicas, científicas ou artísticas que motivam o turismo técnico-científico, de eventos e de negócios.

As grandes corporações multinacionais, por exemplo, motivam o deslocamento de trabalhadores de outras sedes, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços temporários, o que leva a significativo número de turistas de negócios. A magnitude dessas corporações, das suas especialidades produtivas ou gerenciais, também atrai visitação em busca de conhecimento, gerando o turismo científico, pedagógico, educacional, e o turismo de eventos. Os grandes municípios, também centros de poder político, ao dispor de 'escritórios centrais' das instituições públicas também motivam deslocamentos, com fins educacionais, de trabalho e negócios.

Para atender a esses viajantes, motivados por lazer, trabalho ou conhecimento, uma densa estrutura de equipamentos e serviços turísticos é necessária. Esse novo mercado atrai corporações multinacionais turísticas, principalmente prestadoras de serviços de transporte, hospedagem e alimentação.

Restaurantes e hotéis de luxo, centro de convenções, clubes e serviços sofisticados para os 'executivos do capital' também estão presentes na metrópole (CORDEIRO, 1992). Aeroportos com amplas ligações nacionais e internacionais garantem rápida e fácil acessibilidade (CORRÊA, 1996, p. 23).

Esses serviços especializados de luxo situam-se, principalmente, em grandes centros urbanos, que concentram consumidores locais ou viajantes a negócios, eventos e lazer. Especialmente os serviços turísticos elitizados estão localizados nas capitais estaduais. No Brasil, todas as capitais das unidades da federação são consideradas destinos indutores, ou seja, localidades capazes de atrair fluxo turístico internacional e de induzir o desenvolvimento do turismo regional. Os destinos indutores ainda concentram atrativos, equipamentos e serviços em quantidade,

qualidade e diversidade, capazes de motivar deslocamentos mais longos e com maior taxa de permanência.

Apenas um por cento dos municípios brasileiros tem mais de 500 mil habitantes, totalizando 38 municípios. Dentre esses 38 grandes municípios do Brasil, vinte, mais da metade, são considerados municípios indutores. Esses vinte municípios com mais de 500 mil habitantes, somam um terço dos 65 destinos indutores do turismo nacional (Apêndice A). Ou seja, os centros demograficamente maiores são minoria entre todos os 5.565 municípios brasileiros, mas destacam-se entre os destinos indutores do turismo no Brasil.

As três capitais mais populosas estão entre os destinos turísticos mais consagrados no Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Nelas é fácil encontrar as grandes corporações internacionais ligadas ao turismo. Hoje, são numerosas e diversificadas as redes hoteleiras presentes no Brasil. As redes internacionais ligadas ao turismo chegaram ao Brasil na década de 1970, momento marcado por políticas de abertura do mercado brasileiro ao capital externo.

Um exemplo disso é a Accor, grande corporação de origem francesa que atua em diversos segmentos turísticos além da hotelaria, como transporte, agenciamento e alimentação, operando sua cadeia produtiva em 140 países, de todos os cinco continentes no mundo. Observando dados apresentados por Santos (2012), nota-se que a quinta maior rede de hotéis no Mundo, a Accor domina também o parque hoteleiro no Brasil. “No Brasil a Accor é líder em todos os segmentos - do *Budget* (supereconômico) ao luxo” (SANTOS, 2012, p. 86). A Accor, em 2010, superou tanto em número de hotéis, quanto de unidades habitacionais, outras três maiores redes hoteleiras nacionais juntas.

São Paulo, a Grande Metrópole Nacional (REGIC, 2007), além de ser um centro de poder e população, também concentra grande diversidade e de serviços e corporações. Apenas no município de São Paulo, a rede Accor tem 43 hotéis. O maior grupo hoteleiro do Mundo, a rede inglesa *Intercontinental Hotels Group* tem quatro hotéis em São Paulo. E são várias as grandes redes hoteleiras internacionais que operam em São Paulo e na sua região metropolitana. “São Paulo é, de fato, o principal centro de gestão do território no Brasil, isto é, o principal centro de acumulação capitalista. E por concentrar sedes regionais de corporações multinacionais” (CORRÊA, 1996, p. 29), representa para corporações com sedes em Nova York, Londres, Tóquio, um centro poderoso.

Os grandes centros populacionais dispõem de equipamentos e serviços turísticos para receber viajantes motivados pela diversidade, especialidade ou qualquer outra especificidade das atividades econômicas ali desenvolvidas. Contudo, as atividades econômicas não são o único fator de atração de turistas.

É comum que o processo de concentração populacional e seus desdobramentos configurem aspectos socioculturais particulares, atrativos do turismo cultural. Para atender a essas grandes populações de moradores e o fluxo de visitantes que por ali transitam, os serviços de alimentação e entretenimento se ampliam. A quantidade e a diversidade desses serviços são fatores de atração de mais visitantes.

Além das características socioculturais particulares, a produção cultural, ligada ao entretenimento como show, teatros, espetáculos voltados a moradores e visitantes, faz com que grandes centros imprimam, na rede urbana, significativa centralidade cultural, gerando novos e específicos fluxos de pessoas, informações e mercadorias.

Entre os atrativos turísticos de destaque em São Paulo estão as atividades culturais. Stefani e Shibaki (2010) refletem sobre o turismo e a centralidade cultural em São Paulo e evidenciam a multiterritorialidade do espaço, no caso do estudo, a Avenida Paulista ocupada por atividades múltiplas e, por vezes, com públicos heterogêneos.

Durante a semana, os engravatados regem o clima de corre-corre, mas nos fins de semana a imagem é outra: paulistanos e turistas passeiam tranquilos em estilo casual [...]. A Avenida Paulista, desta forma, constitui um centro, ou melhor, pelo menos dois centros, um de ordem econômica e outro de ordem cultural, que atraem fluxos e fixos de interesses e características distintos, materializados, contudo, num mesmo espaço físico, dotado da mesma infraestrutura (STEFANI; SHIBAKI, 2010, p. 4).

São diversos os atrativos, equipamentos e serviços ligados ao lazer, entretenimento e cultura que levam turistas e moradores ao centro de São Paulo. Os museus, programações de arte, grandes livrarias, feiras de artesanato, de antiguidades e espaços culturais destinados a apresentações e exposições são considerados elementos propulsores das centralidades culturais da capital paulista (STEFANI; SHIBAKI, 2010).

Assim, a construção destes equipamentos permite afirmar a existência de uma centralidade cultural. Outrossim, não se afirma que tal centralidade cultural [da Avenida Paulista] seja a única deste tipo

presente na cidade de São Paulo: o centro histórico (centros culturais, museus e espaços para exposições) e a região dos Jardins e do Itaim (salas de exposições, museus e casas de cultura) também se apresentam como núcleos congregadores de equipamentos e, obviamente, fluxos de público. Afirma-se, pois, que constitui uma centralidade cultural das mais relevantes da metrópole, capaz de atrair público além do residente, isto é, apresenta-se como foco real e pujante de atração turística (STEFANI; SHIBAKI, 2010, p. 6).

A concentração de equipamentos e serviços ligados à cultura e entretenimento na área central de São Paulo fizeram com que, no ano de 2007, três quilômetros da Avenida Paulista concentrassem vinte salas de cinema com aproximadamente quatro mil poltronas, sendo considerado o maior polo de cinemas de arte da América Latina (STEFANI; SHIBAKI, 2010).

A territorialidade de cinemas de arte na Avenida Paulista é ainda reforçada quando na realização anual da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, o maior evento exibidor cinematográfico brasileiro, que firma sua sede no Conjunto Nacional, em plena avenida (STEFANI; SHIBAKI, 2010, p. 5).

Graças ao perfil de referência na produção cultural, além da Mostra de Cinema, São Paulo é sede de diversos grandes eventos, festas e manifestações populares, dentre os quais destacam-se a Corrida Internacional de São Silvestre, *Reveillon* na Paulista e Parada do Orgulho Gay. A agenda cultural de São Paulo é densa e, muitas vezes, centralizam-se nessa cidade únicas apresentações feitas no Brasil e na América Latina por grandes artistas e grupos internacionalmente reconhecidos. A capital paulista “expressa-se, hoje, como uma incontestável centralidade cultural, cujo poder de atração extravasa geograficamente seus limites municipais e mesmo metropolitanos” (STEFANI; SHIBAKI, 2010, p. 8), atraindo inclusive turistas de outros países para assistir a shows, por exemplo.

Apesar da inexistência de dados que quantifiquem o fluxo turístico motivados por atrativos culturais, alguns estudos indicam as implicações econômicas dos eventos. A Parada Gay, por exemplo concentrou 3 milhões de pessoas, desses, “43,6 por cento utilizam hotéis ou flats, com uma média de 3,1 pernoites, ou seja, o turista, tanto brasileiro quanto estrangeiro, permanece na metrópole além do dia do evento, mais dias em que usufrui de outros atrativos” (STEFANI; SHIBAKI, 2010, p. 7).

Além dos tradicionais atrativos culturais, econômicos e técnico-científicos dos grandes centros populacionais, alguns grandes municípios turísticos também dispõem de atrativos naturais de primeira grandeza, com capacidade de atrair grandes e

constantes fluxos de visitantes de localidades distantes. Dois relevantes exemplos são Rio de Janeiro e Salvador, respectivamente, segundo e terceiro municípios mais populosos do país, também considerados destinos indutores do turismo no Brasil. Os atrativos naturais motivam, principalmente, o turismo de lazer e de natureza, que demandam de equipamentos e serviços especializados, também absorvidos por corporações internacionais.

Mesmo com atividades produtivas (empregos) e atrativos turísticos diferenciados e diversificados em quantidade e qualidade, os índices relacionados ao desenvolvimento local não se destacam nesses grandes municípios turísticos. São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e o Distrito Federal têm os piores índices de desigualdade social entre os destinos turísticos indutores. No *ranking* dos dez piores índices de Gini dos municípios indutores, sete são de municípios com mais de 500 mil habitantes. Os interesses do capital não se direcionaram às demandas sociais.

Os municípios de grande porte demográfico, devido ao grande mercado consumidor que centralizam, são atrativos às corporações turísticas internacionais, como empresas de hospedagem, transporte e alimentação. Essas multinacionais, para se instalar e garantir o padrão internacional da prestação de serviços, exigem densa infraestrutura de apoio para a logística e operação.

Usando como principal argumento os empregos gerados e, apoiadas pelo financiamento de campanhas políticas partidárias, essas corporações conseguem exercer poder e influenciar representantes e governantes a tomar decisões favoráveis à implantação da infraestrutura de apoio necessária para a prestação de serviços turísticos. Quanto maior for a população de um município, maior será a geração de impostos e o número de eleitores. Esses dois aspectos, impostos e votos, também influenciam os gestores públicos a realizar obras públicas de interesse turístico, tais como criação e manutenção de áreas públicas de lazer, terminais de embarque de passageiros, entre outros investimentos que atendem tanto aos interesses do capital, como aos moradores e turistas.

Os maiores repasses feitos pelo Ministério do Turismo foram aos municípios com maior número de habitantes, mas a relação entre população e repasse de recursos não é sempre proporcional. Brasília, por exemplo, sexto maior destino indutor em número de habitantes, é o município que recebeu maior quantidade de repasses do MTur e teve o maior valor conveniado. O Distrito Federal recebeu quase o dobro do valor disponibilizado para o município de São Paulo, que tem uma população cinco

vezes superior. Investimentos federais dessa magnitude reforçam a impressão de que o poder político de Brasília tem maior influência na atração de investimentos do que as demandas sociais de São Paulo, por exemplo. A concentração de recursos evidencia a influência das relações de poder na atração de recursos e, a necessidade de vínculos entre interesses turísticos e interesses políticos para atração de investimentos.

São Paulo e Rio de Janeiro, os destinos com maior população, estão entre os piores índices na relação valor repassado/habitante. Nesse aspecto Brasília se destaca entre as melhores na relação recurso do MTur/habitante. Porém, ao mesmo tempo, o Distrito Federal, e também São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador estão entre os piores índices de Gini dos destinos indutores, indicando que os valores repassados não estão direcionando a uma melhor distribuição dos ganhos econômicos entre os seus habitantes. Gaspar (2011) alerta que os problemas ligados às cidades, especialmente nas grandes concentrações demográficas, não se restringem aos municípios brasileiros, mas são comuns nos países menos desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, onde

[...] tem chamado a atenção para as dificuldades de abastecimento de água, para os elevados custos energéticos, bem como para a progressiva destruição dos solos aráveis e de ecossistemas de áreas húmidas, nomeadamente das faixas costeiras, onde se tem concentrado a maior parte do fenómeno da urbanização (GASPAR, 2011, p. 286).

As reflexões indicam que o título de grande destino turístico não garante um satisfatório desenvolvimento socioeconômico. Porém, é preciso fazer a ressalva que em municípios tão complexos, atribuir o sucesso ou o fracasso do desenvolvimento social a um único vetor produtivo é também reducionismo de análise. Não é possível dissociar qualquer atividade da densa dinâmica socioeconômica local e global que envolve os grandes municípios. As análises que envolvem municípios de menor porte demográfico, permitem uma observação mais detalhada. Municípios de menor porte demográfico parecem ser economicamente menos complexos do que as metrópoles, contudo apresentam desafios socioespaciais que precisam ser respondidos, tendo em vista a condição social e humana de vida. Para avançar nas reflexões previstas para este trabalho, os próximos tópicos abordarão municípios de menor porte demográfico, sucessivamente, municípios de médio e pequeno porte demográfico.

O turismo nos municípios de médio porte demográfico

O surgimento das cidades de médio porte demográfico emerge dos avanços da urbanização na frágil rede urbana, que atingiram não só os grandes centros, mas também ampliou o número de centros intermediários que, assim como as metrópoles, absorveram a população, especialmente do campo (BRANCO, 2007). “Com a crise dos anos setenta, as cidades médias, aproveitando os seus recursos e potencialidades, surgem como alternativa às grandes cidades em crise e reforçam sua posição nos sistemas urbanos regionais” (COSTA, 2002, p. 101).

As cidades médias cresceram historicamente, atendendo aos interesses do processo de industrialização e urbanização, desenvolvendo assim a “capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidade de trabalho, interrompendo o movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 254).

A desconcentração industrial, a mobilidade da fronteira agrícola e os investimentos em infraestrutura que integraram o interior do Brasil à dinâmica da economia nacional são apontados como os responsáveis pela dispersão espacial da população brasileira. As cidades de porte médio têm uma posição estratégica potencial para a continuidade da desconcentração regional no Brasil (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 251).

As cidades médias têm sido difundidas pela sua qualidade de vida, atraindo não só os habitantes dos municípios menores que constituem o fluxo mais volumoso, mas também pessoas oriundas de áreas metropolitanas ou grandes cidades, que procuram fugir dos estrangulamentos urbanos impostos pelos adensamentos populacionais e carências estruturais dos grandes municípios.

O crescimento demográfico dos centros urbanos intermediários compõe-se de fluxos humanos, ora procedentes de cidades maiores, constituindo um contingente em busca de tranquilidade e *qualidade de vida*, ora procedentes de municípios com pequenos núcleos urbanos, formando um grupo, em geral mais numeroso que o primeiro, constituído essencialmente por migrantes pobres (ENDLICH, 2006, p. 30).

Ao dispor de mão de obra trabalhadora e novos consumidores, as cidades médias com vantagens locacionais, também se tornaram interessantes ao capital privado. “A rede urbana é afetada pela globalização tanto por intermédio de criações

urbanas recentes [...], como da refuncionalização dos centros preexistentes, impostas ou induzidas pelas corporações globais” (CORRÊA, 1999, p. 44).

As cidades médias são reverenciadas por representar facilidades na distribuição de bens e serviços ofertados anteriormente apenas em grandes cidades, como serviços bancários, médicos, educacionais e comércios especializados, por exemplo. “As cidades de médio porte, além das funções das cidades de menor porte, apresentam um maior peso econômico e assumem a função de suprir as demandas dos produtos que não são produzidos nos centros de menor porte” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 252). A localização, relativamente próxima de um grande centro de maior importância, facilidade de transporte, maior segurança e qualidade de vida são vantagens atribuídas às cidades médias. “O universo das cidades médias corresponderia à gama de centros regionais, com posição hierárquica entre as metrópoles e os centros locais” (BRANCO, 2007, p. 95)

Como mencionado anteriormente, a população do município, ou cidade, não é um critério rígido para caracterizá-lo como centro intermediário, cidade média, centro regional ou sub-regional, principalmente, por dois motivos. Primeiro, o que define o papel de um centro intermediário, que o diferencia de pequenos ou grandes centros, é a sua área de influência e os serviços prestados em escala regional, é capacidade de intermediar os interesses entre populações de centros locais e níveis superiores. Municípios com 30 mil habitantes podem atender unicamente interesses imediatos como centros locais, ou ter uma grande área de influência, caracterizando-se como um centro intermediário, dependendo da região em que está localizado. Em alguns sistemas urbanos portugueses, por exemplo, cidades com 20 mil habitantes centralizam a oferta de produtos e serviços para um grande número de localidades menores e populações distantes, inclusive turistas internacionais (COSTA, 2002).

O segundo fator impeditivo da padronização do porte demográfico das cidades médias é que não há um parâmetro populacional aplicável a todo território nacional. “Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas [...]. Áreas de maior adensamento são marcadas, em geral, pela ausência ou reduzido número de centros intermediários” (BRANCO, 2007, p. 90-94).

Optamos, neste trabalho, pela exclusão e pelo consenso para definir os municípios de médio porte demográfico. Consideramos de médio porte, os municípios que não se adequam na descrição município de grande porte, com mais de 500 mil

habitantes, nem na classificação como pequeno porte, com menos de 20 mil habitantes. Dessa forma, os municípios que têm entre 20 mil e 500 mil habitantes serão considerados como municípios de médio porte demográfico.

É relevante reconhecer que em relação ao grande grupo, formado pelos municípios classificados como de médio porte, existem debates acerca da diferenciação entre cidades de porte médio e cidades médias. Para esta última é preciso que exista maior complexidade funcional. Segundo Costa (2002), as diferenças são fundamentalmente ligadas a aspectos de natureza qualitativa e não quantitativa. Essas reflexões surgem, pois, alguns municípios de médio porte demográfico “desempenham funções que não se limitam [...] à sua posição hierárquica no sistema urbano nacional, [...] deixa de se reduzir ao [papel] de capital regional ou sub-regional” ao transformar o “espaço geográfico em espaço de fluxos” (COSTA, 2002, p. 118).

No Brasil, são 1.613 municípios que têm entre 20 mil e 500 mil habitantes, 29% do total de municípios do país. Essa grande classe congrega a maior parte (54%, 35 municípios) dos 65 municípios indutores do turismo no Brasil. Dentro desse grande número de centros, é comum a divisão em três blocos: a) os municípios que têm entre 100 e 500 mil habitantes, b) municípios que têm entre 50 e 100 mil habitantes, c) municípios que têm entre 20 e 50 mil habitantes.

Os municípios que têm entre 100 e 500 mil habitantes são consensualmente considerados de médio porte, e tal classificação foi utilizada em trabalhos referenciais no Brasil como “Santos (1994), Braga (2005), Maricato (2001), Amorim Filho e Serra (2001), Brito, Horta e Amaral (2001), Andrade e Serra (2001a) e Lima (1998)” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 252). Contudo, como se afirma ao tratar da cidade, de modo geral é preciso considerar as áreas de comparabilidade, pois o Brasil é bastante diverso para que se adote um critério para todo o território.

Apenas 245 municípios no Brasil, quatro por cento do total, estão nessa classe de 100 e 500 mil habitantes. Desses, dezoito são considerados indutores ao desenvolvimento do turismo no Brasil. O que representa uma significativa parcela (28%) dentre os 65 destinos indutores do turismo nacional.

Desses, sete são capitais estaduais. Excluindo as capitais devido a sua complexa dinâmica metropolitana, restam nesse grupo onze municípios de médio porte demográfico. Compõem essa classe municípios maiores como Petrópolis - RJ e Santarém - PA com mais de 290 mil habitantes, e Corumbá - MS e Parintins - AM com

menos de 105 mil habitantes. Todos, devido ao porte populacional, são facilmente enquadrados na categoria de municípios intermediários, mas é preciso considerar outros aspectos para verificar a hierarquia dos centros urbanos. A cidade média remete para aspectos estáticos, como por exemplo, a população, mas sua função intermediária, envolve aspectos dinâmicos relacionais (COSTA, 2002). Um estudo com o propósito de considerar seus aspectos físicos e dinâmicos foi realizado pelo IBGE em 2007: Regiões de Influência das Cidades - Regic. No estudo, as cidades são organizadas em cinco classes, as metrópoles, capital regional, centro sub-regional, centro de zona e centro local (BRASIL, 2007).

De acordo com o Regic, os onze destinos indutores de médio porte demográfico estão nas subdivisões das classes intermediárias. Santarém, por exemplo, que centraliza grande região, atendendo a população de diversos municípios, é considerada uma Capital Regional. Sete outros municípios indutores são classificados como Centros sub-regionais, entre eles, relevantes destinos de turistas internacionais como Angra dos Reis - RJ, Foz do Iguaçu - PR e Balneário Camboriú - SC. Menor centralidade ainda tem Corumbá - MS e Porto Seguro - BA, considerados como centro de zona na hierarquia urbana. Porto Seguro, porém, destaca-se entre os mais procurados destinos do turismo de lazer, gerando fluxos tanto no turismo doméstico, quanto internacional.

As cidades médias assumiram, diante da internacionalização da economia, novas funções, como estabelecer relações com outros centros de todos os níveis hierárquicos e até mesmo articular-se em rede internacional para o desenvolvimento de funções similares ou complementares (BRANCO, 2007). Nesse aspecto de relação com centros distantes e também com centros internacionais, destaca-se Paranaguá - PR, por sediar “o maior porto graneleiro da América Latina” (PARANÁ, 2016).

Atualmente, o Porto de Paranaguá é um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo, unindo localização estratégica a uma das melhores Infraestruturas portuárias da América Latina. Entre as principais cargas movimentadas em Paranaguá estão: Soja, farelo, milho, sal, açúcar, fertilizantes, contêineres, congelados, derivados de petróleo, álcool e veículos (PARANÁ, 2016).

Dessa forma, Paranaguá centraliza grande parte dos serviços de escoamento da produção de grãos da região sul e centro-oeste do Brasil para a Comunidade Europeia, Estados Unidos da América, Porto Rico e Mercosul. Entre os novos projetos do porto está a construção de cais para atracação e terminal de navios de

passageiros, que pode fazer com que Paranaguá amplie suas relações internacionais, recebendo visitantes de diversas partes do mundo interessados nos destinos indutores próximos, Curitiba e Ilha do Mel.

Com aproximadamente 140 mil habitantes, Paranaguá, próximo à Ilha do Mel, significativo destino de turistas internacionais na região Sul do Brasil, estabelece relações internacionais de grande alcance e grandes fluxos. A ampliação do porto e o interesse turístico na Ilha do Mel atraem visitantes, mas também moradores interessados nas novas atividades produtivas e nas amenidades oferecidas pelos municípios de médio porte demográfico, localizados em áreas litorâneas. Isso não é uma exclusividade de Paranaguá, visto que as cidades médias “têm induzido principalmente a difusão de atividades mais modernas por todo território nacional e, conseqüentemente, uma maior distribuição da população no sistema urbano brasileiro” (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013, p. 251).

Essas características positivas dos municípios de médio porte demográfico, além de atraírem população, atraem também os interesses do capital internacional. E, nesse sentido, as redes hoteleiras internacionais ampliam seu interesse em se estabelecerem nesses municípios que atraem visitantes, seja por suas atividades econômicas peculiares, ou por seus produtos turísticos.

Nesta nova dinâmica da hotelaria de rede no Brasil os hotéis começaram a se dispersarem pelo território, operando em diferentes capitais e, também, em cidades do interior. O contexto da dispersão dos hotéis para o interior ocorre com a dinâmica de outras redes que oferecem diferentes serviços (PÍCOLO; GÂNDARA, 2012, p. 476).

As redes internacionais são procuradas por visitantes estrangeiros em busca de um padrão de qualidade pré-estabelecido. “Os principais clientes das redes hoteleiras são os homens de negócios, que viajam por várias partes do mundo [...]. Este tipo de turista se torna mais exigente, pois conhece a qualidade dos serviços prestados por um hotel de rede em nível mundial” (PÍCOLO; GÂNDARA, 2012, p. 477). Porém, a busca por um padrão de qualidade internacionalmente conhecido, tão comum no turismo de negócios, é crescente também no turismo de lazer. Angra dos Reis e Foz do Iguaçu, dois municípios de médio porte demográfico que são essencialmente destinos de lazer, contam com hotéis de redes internacionais especializados em serviços elitizados. Entre as redes hoteleiras que operam em Angra

dos Reis, com pouco menos de 160 mil habitantes, estão a espanhola *Meliá*, a holandesa *Golden Tulip* e as portuguesas Vila Galé e Pestana.

Foz do Iguaçu, por sua vez, com aproximadamente 250 mil moradores, está sempre entre os principais portões de entrada de turistas internacionais no Brasil e conta com hotéis de rede como a francesa *Accor*, a holandesa *Golden Tulip Hotels Inns e Resorts* e a rede *Belmond*, de origem inglesa, especializada em hotéis de luxo. Não se pode ignorar o interesse das redes nacionais e estaduais nos municípios de médio porte demográfico. Em Foz do Iguaçu, por exemplo, operam as redes hoteleiras nacionais *Bourbon Hotéis & Resorts; Bristol Hotéis & Resorts; Harbor*, Mabu Hotéis e *Resorts* e San Juan Hotéis (PÍCOLO; GÂNDARA, 2012).

Outros seis municípios de médio porte demográfico, entre 50 e 100 mil habitantes são considerados destinos indutores ao turismo internacional: Cáceres - MT, Ipojuca - PE, Caldas Novas - GO, Ouro Preto - MG, Aracati - CE e Barreirinhas - MA. Dentre esses, merece destaque Caldas Novas devido ao grande incremento populacional. O município contava no ano 2000 com menos de 50 mil habitantes e a população estimada para 2015 ultrapassava os 81 mil habitantes.

São onze os municípios indutores que têm entre 20 mil e 50 mil habitantes, os menores entre os aqui considerados municípios de médio porte demográfico. Todos os municípios dessa classe apresentaram crescimento populacional nos últimos censos. Armação de Búzios - RJ, por exemplo, que tinha 18.204 habitantes de acordo com o censo de 2000, apresentou no recenseamento de 2010 um total de 27.560 habitantes, e sua população foi estimada em mais de 31 mil moradores em 2015 (IBGE, 2016). A mesma proporção de crescimento populacional é também observada em Paraty - RJ e Ilhabela - SP, confirmando o crescimento demográfico em centros urbanos intermediários e a concentração demográfica e econômica nos estados do Sul e Sudeste, especialmente entre o eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Todas as amenidades, buscadas por moradores e pelo capital privado em centros médios, estão sendo contaminadas pelos problemas estruturais, principalmente urbanos, anteriormente comuns apenas aos grandes centros demográficos. Nesse sentido, os municípios com pequenas populações têm se mostrado expressivos para a instalação de algumas atividades produtivas específicas.

Comumente, um município demograficamente pequeno terá uma economia menos diversificada. Dessa forma, as implicações do turismo enquanto atividade

socioeconômica é mais evidente. Por isso, investigações mais profundas se destinarão a pequenos municípios.

Olhar para a política pública, voltada ao turismo pelo prisma do porte demográfico do município, permite observar a seletividade que se aplica a partir dos interesses privados, acompanhados de algum modo por estas políticas.

2.2 Os municípios de pequeno porte demográfico e o turismo

Aumentou o número de municípios de pequeno porte demográfico no Brasil até meados da década de 1990. Em 1970, eram 2.875 municípios com população inferior a 20 mil habitantes, representando 73% dos 3.952 municípios brasileiros. Esses municípios concentravam 28,1% da população total do país. Quarenta anos depois, somam-se mais de mil municípios nessa classe, totalizando em 2010, 3.914 municípios de pequeno porte demográfico. A ampliação do número de pequenos municípios deve-se, principalmente, a processos de emancipação municipal. Os municípios de pequeno porte demográfico continuam representando setenta por cento em relação ao total de municípios brasileiros, porém, abrigam apenas 17,1% da população nacional (STAMM; STADUTO; LIMA; WADI, 2013). Mesmo com a diminuição da parcela da população estabelecida nos pequenos municípios, “continuam sendo uma manifestação significativa da rede urbana brasileira, as numerosas e variadas pequenas cidades, várias inseridas em contextos territoriais das espacialidades em esvaziamento” (ENDLICH, 2006, p. 182).

Os tópicos anteriores evidenciaram que os municípios de maior porte demográfico concentram significativa parcela da população nacional e diversidade de pesquisas, estudos e, assim, atraem investimentos públicos e privados. “O volume de capital investido em determinados locais, as infraestruturas sociais que possuem um importante papel na reprodução, tanto do capital como da força de trabalho, conformam restrições à mobilidade do capital” (ENDLICH, 2006, p. 85). Municípios de pequeno porte abrigam um percentual cada vez menor da população, pois tem sido difícil viabilizar a reprodução social da vida. Por isso, tem sido difícil permanecer ali. Observa-se, também, uma desproporcional atenção da comunidade científica em compreender os processos que atingem as pequenas localidades, e grande negligência dos investidores públicos e privados.

Apesar do elevado número de cidades pequenas em plena busca pela sustentabilidade e melhor qualidade de vida para população, ainda são poucos os estudos e metodologias adotadas para a elaboração de estratégias eficientes para tal. A provável hipótese perante a falta de interesse e estudos direcionados a este cenário seria a dificuldade enfrentada pelas cidades pequenas em obter concentração de capital financeiro. Nota-se, portanto que pesquisas relacionadas ao tema tendem a privilegiar aquelas cidades que possuem mais de 20.000 habitantes ou estudos direcionados a pequenas comunidades com alguns aglomerados de famílias (JORIS, 2010, p. 33).

Contudo, cresce aos poucos o número de estudos sobre municípios de pequeno porte demográfico e sobre pequenas cidades. Desde 1990, observa-se que as discussões acerca dos pequenos municípios e sua inserção na rede urbana voltam a chamar a atenção de um maior número de geógrafos, bem como de outros pesquisadores (FRESCA, 2010).

Em 2008, a realização do I Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades pela Universidade Estadual de Maringá foi um marco no amadurecimento e ampliação da produção científica acerca da temática. Desde então, o Simpósio foi realizado bianualmente e teve como organizadores a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual do Norte Pioneiro. Em sua quarta e última edição, realizada pela Universidade Federal de Uberlândia em 2016, foram apresentados 118 trabalhos e alguns desses foram selecionados para a publicação de duas edições da Revista Geoinf. Em relação aos estudos sobre pequenas cidades, Fresca (2010) revela a proporcional relação entre o crescimento do interesse do capital e da atenção da comunidade científica a essas localidades:

Esta retomada nos estudos sobre cidades pequenas tem a ver com as intensas modificações na organização socioespacial brasileira que provocaram transformações em redes urbanas; que permitiram realização de novos papéis nestas cidades; que possibilitaram às mesmas tornarem-se lócus privilegiado da realização de uma parcela da produção propriamente dita; que permitiram a inserção das mesmas em interações espaciais de grande alcance; enfim a redescoberta destas cidades como uma particularidade da urbanização brasileira (FRESCA, 2010, p. 75).

Em relação a esses estudos, cada vez mais em evidência, sobre os pequenos municípios, Fresca (2010) indica alguns pesquisadores que optaram por classificar enquanto pequenas, as cidades com menos de 20 mil habitantes. Porém, a autora alerta sobre os riscos de se definir um patamar demográfico para definir uma cidade pequena.

Utilizando-se este caminho para caracterizar uma cidade como sendo pequena, incorre-se no risco de igualar cidades que na sua essência são diferentes. Em outras palavras, o número de habitantes como variável utilizada resultará em considerar cidades com populações similares como sendo pequenas, mas não levará em conta as especificidades de cada uma delas. Não permitirá que se entenda as diferentes inserções de cada núcleo urbano nas redes ou região, impedindo que se entenda seus papéis, suas áreas de influência, suas integrações internas e externas às redes, dentre outros aspectos fundamentais para a consideração de uma cidade como sendo pequena. Evidente que dependendo do estudo e objetivos, nada impede que se utilize o número de habitantes, mas há que se fazer as ressalvas necessárias, acorde aos objetivos estabelecidos na pesquisa (FRESCA, 2010, p. 76).

Já foi mencionado que o número de moradores não é determinante nas funções que um município desempenha. É preciso considerar outros aspectos como as relações que estabelece com outras localidades, a diversidade de suas atividades produtivas, as áreas que influencia, além de observar a população que atende com seus serviços urbanos. Ainda que, não seja possível considerar iguais cidades observando apenas seu porte demográfico, é um dado a se considerar.

Apesar do número de habitantes não ser um elemento seguro para definir a existência de uma cidade, estabelecer um patamar demográfico mínimo serve como ponto de referência, desde que não seja um critério isolado e rígido [...]. Uma cidade definida como pequena pelos seus dados demográficos intra-urbanos pode não ser funcionalmente pequena (ENDLICH, 2006, p. 87).

Considerando a região estudada, opta-se por uma atenção maior aos municípios com menos de 20 mil habitantes. O recorte consiste unicamente na necessidade de observar mais profundamente alguns municípios e não sugere que o número de moradores seja um critério classificatório ou caracterizador, pois esse é um amplo debate. Reconhece-se a importância de análises mais profundas sobre as funções desses municípios, bem como a necessidade de flexibilização desse valor demográfico e da busca por referências que apresentem características comuns e permitam a comparabilidade.

O que é certo e tem sido constantemente assinalado por quem já escreveu sobre o tema é que é fundamental sempre considerar o caráter variável do fenômeno no tempo e no espaço. Isso deve acontecer principalmente em relação ao tamanho demográfico, pois dimensões que podem caracterizar uma pequena cidade em determinado espaço ou período podem ser consideradas como de cidade média, por exemplo, em outro contexto. Por isso, não é adequado adotar uma tipologia rígida, sendo aconselhável, além da

flexibilidade na classificação, o estabelecimento de áreas comparáveis, ou onde é possível tomar por referência critérios comuns (ENDLICH, 2011, p. 151).

Endlich (2017, p. 44) elenca alguns pontos fundamentais para delimitar áreas de comparabilidade tais como “áreas de formações socioespaciais similares, com dados de densidade demográfica e estrutura fundiária sem grandes oscilações” também devem ser considerados os papéis do núcleo populacional e acesso a serviços e comércio. Os municípios com aproximadamente 20 mil habitantes, ou menos, apresentam algumas características comuns. Atuais municípios de pequeno porte demográfico foram, no passado, importantes centros locais ao concentrar serviços, decisões econômicas e políticas que envolviam a sua produção agrícola. Ademais, “essas pequenas localidades possuíam papel extra-econômico já que funcionavam como ponto de encontro e de convergência das relações sociais” (ENDLICH, 2006, p. 90).

Por influência dos processos de industrialização e urbanização, os pequenos municípios sentiram, assim como relatado sobre os grandes e os médios centros, os efeitos da mecanização da agricultura e do êxodo rural. Também como reflexo de tais processos, a logística e conectividade entre os centros urbanos se intensificaram, ampliando o acesso da população a serviços e produtos em localidades mais distantes e diminuindo a necessidade de produtos e serviços, bem como a oferta de empregos nos centros locais (ENDLICH, 2006).

Confirma-se a tendência de esvaziamento dos municípios com pequenos núcleos urbanos, pois dos 5.507 municípios brasileiros, 27,2% do total tiveram declínio de população e outros 40% dos municípios estão abaixo da média nacional de 1,6% ao ano, a maioria destes demograficamente pequenos (ENDLICH, 2006, p. 182).

Mesmo que sofram profundo efeito do declínio populacional, os municípios de pequeno porte demográfico ainda desempenham relevante papel na rede urbana, nas relações de trabalho, e principalmente na vida das populações locais e regionais. “Acerca das funções não centrais, as pequenas cidades destacam-se como substanciais espaços de moradia” (ENDLICH, 2006, p. 182). Os centros urbanos dos pequenos municípios destacam-se principalmente pela diversidade de seu papel residencial. Buscam os pequenos municípios, principalmente, a classe trabalhadora do campo e de atividades relacionadas à produção, comercialização e industrialização da agricultura local. Contudo, proprietários rurais, trabalhadores de cidades maiores e

aposentados também optam pelos pequenos municípios como espaço de moradia, motivados pelas amenidades disponíveis nos pequenos núcleos populacionais como a qualidade ambiental, o trânsito e moradias mais amplas (ENDLICH, 2006).

Quando tais amenidades se somam a recursos naturais, como por exemplo os balneários, esses pequenos municípios tornam-se espaços de residências secundárias, casas de veraneio ou de campo, dos moradores de grandes cidades. Tais aspectos elevam a densidade demográfica significativamente nos finais de semana, os valores dos produtos e serviços locais e tornam esses espaços inacessíveis aos moradores locais. Endlich (2006) confirma que os municípios de pequeno porte demográfico

[...] dependendo das *amenidades* e acessibilidade oferecidas, podem ser locais de moradias secundárias, quase sempre associadas a atividades recreativas, configurando um uso elitizado desses espaços, que contrasta com a condição de vida da população local (ENDLICH, 2006, p. 189).

Essas novas funções exigem trabalhadores, produtos, serviços e equipamentos diferenciados, imprimindo novas funções aos centros urbanos dos pequenos municípios. Alguns pequenos municípios conseguem compensar sua fragilidade política e econômica com atividade industrial, papel turístico ou função militar (ENDLICH, 2006). “As pequenas cidades ganham novos significados, extrapolando o costumeiro papel de localidade central. Por isso, mesmo com a redução da centralidade elas não são insignificantes, por mais que se encontrem fragilizadas” (ENDLICH, 2006, p. 189).

As novas funções nos pequenos centros indicam mudanças na reinserção dos pequenos municípios na rede urbana e na divisão espacial do trabalho, pois os novos papéis podem significar especializações econômicas primárias, secundárias ou terciárias, dinamizando economias e trazendo a possibilidade de melhorias nas condições sociais das populações envolvidas.

Os pequenos municípios, especialmente suas pequenas sedes urbanas, ora espaço de pobreza e desemprego, ora cenário de especialidades produtivas ou novas funções, representam parte das diversas e contraditórias manifestações do processo de urbanização (ENDLICH, 2006). Em linhas gerais, os pequenos municípios no Brasil respondem aos diversos momentos e movimentos de concentração e dispersão demográfica, influenciados pela urbanização e industrialização, e por isso,

apresentam algumas características comuns. Porém, Endlich (2006, p. 189) alerta que não há um nítido “esquema explicativo regular, embora os processos apresentem tendências parecidas”.

Do mesmo modo, é necessário, ainda que complexo, identificar quais tendências são parecidas no desenvolvimento turístico dos municípios de pequeno porte demográfico. Compreender o efeito do turismo no desenvolvimento socioeconômico de um pequeno município é tarefa complexa e exige análise atenta, pois a atividade pode acarretar em implicações positivas e negativas, para as comunidades receptoras.

A chegada de turistas em pequenas localidades pode acarretar em resistência e insegurança por parte dos moradores locais, acostumados com a tranquilidade e clima familiar dos pequenos centros. A concentração de visitantes pode também aumentar o tráfego, congestionamentos e a poluição, interferindo na rotina da maioria dos trabalhadores das pequenas cidades, enquanto os benefícios econômicos da chegada desses visitantes ficam restritos a alguns empresários locais. Porém, quando esses ganhos econômicos são socialmente distribuídos, e ainda estimulam a valorização e preservação da natureza e cultura locais, implicações positivas da atividade podem ser observadas nos pequenos municípios turísticos (ENDLICH, 2013).

2.3 Pequenos municípios como destinos indutores ao desenvolvimento do turismo no Brasil

Entre os 5.565 municípios brasileiros, 3.914 têm população menor de 20 mil habitantes. Desses, apenas dez são considerados municípios indutores ao desenvolvimento turístico do país. A maior parte dos municípios indutores está localizada na região Nordeste. Dois destinos indutores estão na Bahia: Marau e Lençóis, dois outros no Ceará: Jijoca de Jericoacoara e Nova Olinda. Outras duas localidades de pequeno porte no Nordeste brasileiro são Tibau do Sul - RN e Fernando de Noronha - PE⁷. Dentre os seis pequenos municípios que são destinos indutores do

⁷ Fernando de Noronha recebeu em 1938 o título de distrito do município de Recife - PE. Em 1942, o distrito é desmembrado de Recife e elevado a categoria de território federal, considerado uma unidade da federação. Pela Constituição Federal, em 1988, Fernando de

Nordeste, quatro são localidades litorâneas, destacando-se no turismo devido aos seus recursos naturais. Lençóis - BA e Nova Olinda - CE, localizados no interior de seus estados, dispõem principalmente de recursos relativos ao patrimônio cultural.

Dentre os demais municípios de pequeno porte demográfico considerados destinos indutores ao turismo no Brasil, dois estão na região Centro-Oeste do país: Alto Paraíso de Goiás - GO e Bonito - MS, além de Tiradentes - MG, localizado na Região Sudeste, e Mateiros - TO, situado na região Norte. Esses quatro municípios estão localizados no interior de seus estados e não dispõem da oferta do turismo de sol e mar, tão valorizada no Brasil. O reconhecimento turístico deve-se aos recursos naturais ou culturais de interesse turístico. A região Sul é a única que não tem nenhum município de pequeno porte demográfico entre seus destinos indutores. Apenas oito unidades da federação contam com destinos indutores desse porte.

Antes de atentar para as particularidades socioeconômicas, convém retomar algumas características comuns observáveis nesses pequenos municípios, mencionadas em tópicos anteriores. Entre os 65 destinos indutores do turismo no Brasil, os municípios de pequeno porte demográfico concentram os piores índices de desenvolvimento humano – IDHM (2010) e os menores valores de convênios estabelecidos com o Ministério do Turismo (2015). Essa situação desfavorável contrapõe-se aos municípios de grande porte demográfico, que dominam o *ranking* do IDHM e dos recursos disponibilizados pelo MTur (Apêndice A).

No entanto, nos municípios mais populosos se verificam as maiores desigualdades sociais, de acordo com o índice de Gini (2010). O desequilíbrio econômico é gritante nos grandes centros urbanos, embora não seja exclusividade dos mesmos.

Os problemas urbanos das pequenas cidades são os mesmos vistos em cidades de porte médio e grande. A diferença reside na escala. Nessas localidades o processo de favelamento existe e está intimamente relacionado ao processo de modernização do campo que expulsa levas de migrantes para as periferias destas localidades e, também, geram os conflitos habitacionais com invasões e ocupações de áreas de risco (BACELAR, 2009, p. 5).

Noronha é novamente reincorporado do Estado de Pernambuco como distrito estadual (IBGE, 2016). Fernando de Noronha é o único destino indutor que não é um município. Porém, nessa pesquisa não se atentará a essa particularidade visto que o distrito estadual dispõe dos dados necessários para estabelecer sua comparabilidade com os demais municípios indutores.

Os municípios de grande porte demográfico classificados como destinos indutores ocupam função central na rede urbana, desempenhando papéis metropolitanos, e proporcionalmente a sua população e aos investimentos que recebem, estão os problemas sociais que enfrentam. Ainda que seja generalizador dizer que a única diferença entre os problemas das grandes e das pequenas cidades seja apenas a escala, é preciso reconhecer que existem intensos problemas em cidades menores.

Os municípios de pequeno porte demográfico, mesmo que se destaquem nacionalmente enquanto destino turístico, obviamente não têm grande hinterlândia. Estes atendem com seus produtos e serviços de conveniência pequenas populações locais e de suas áreas rurais, ao mesmo tempo em que precisam recorrer a centros urbanos maiores para acesso a produtos e serviços mais especializados. Os destinos indutores de pequeno porte demográfico, por exercer, na rede urbana, pouca influência regional, são considerados centros locais, excetuando Maraú - BA, classificado no Regic (2007) como Centro de Zona. Nos pequenos municípios turísticos se observa a sobreposição de papéis diferenciados na rede urbana. Um centro como Maraú, por exemplo, atende com seus serviços urbanos uma pequena população regional, ao mesmo tempo em que seus atrativos, equipamentos e serviços turísticos atraem público distante. Na sua especialização econômica pelo turismo, consegue ampliar espacialmente seus nexos no âmbito da rede urbana. Os fluxos que os destinos indutores de pequeno porte demográfico atraem como centros turísticos são mais amplos do que os fluxos que atraem como localidades centrais.

A população dos dez pequenos municípios indutores varia entre 2.223 moradores de Mateiros - TO e 19.587 residentes de Bonito - MS, o município mais populoso da classe.

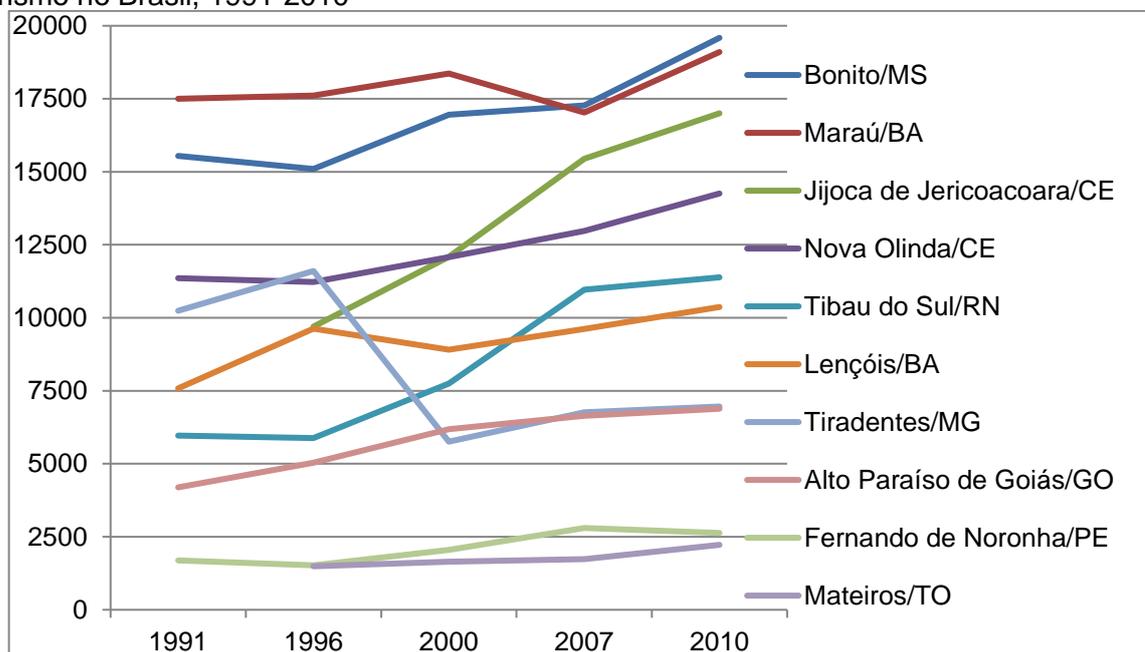
A perda de população em pequenos municípios foi muito comum no Brasil após os processos de mecanização do campo e industrialização nas cidades. "O campo perde população, mas também, e nessa nova configuração, as pequenas cidades perdem população" (BACELAR, 2009, p. 6). A estagnação, o decréscimo ou aumento populacional pouco expressivo instalou-se especialmente em localidades distantes de cidades economicamente dinamizadas. A evasão populacional é um efeito da estagnação econômica social e administrativa dos municípios de pequeno porte demográfico. A migração para centros urbanos de maior porte é uma consequência e não uma causa da dificuldade econômica dos pequenos municípios, "é fruto de uma

contradição desencadeada pela qualidade da prestação de serviços à população, que é, em verdade, reflexo de sua condição na divisão territorial do trabalho estabelecida nas últimas décadas do século XX” (BACELAR, 2009, p. 14).

De uma maneira geral, as pequenas cidades, quando se localizam distantes de centros economicamente dinâmicos, tendem a reduzir a sua população. Isto decorre da falta de perspectivas, principalmente para a população jovem que migra, da redução da fecundidade mais acentuada neste tamanho de cidades e também da ausência destes jovens no contexto do processo produtivo. Neste sentido, a migração decorre da incapacidade destas cidades de gerarem recursos suficientes para promover uma melhoria da qualidade de vida de seus residentes (FIGUEIREDO, 2008, p. 54).

Alguns dos dez destinos turísticos em municípios de pequeno porte demográfico também sentiram esses efeitos como é o caso de Lençóis e Maraú, onde a perda populacional foi mais evidente (Gráfico 1). Características particulares de Tiradentes e Bonito receberão atenção especial mais adiante.

Gráfico 1 - Brasil. População dos municípios de pequeno porte demográfico indutores do turismo no Brasil, 1991-2010



Fonte: IBGE Cidades (2015) e Ministério do Turismo (2015)

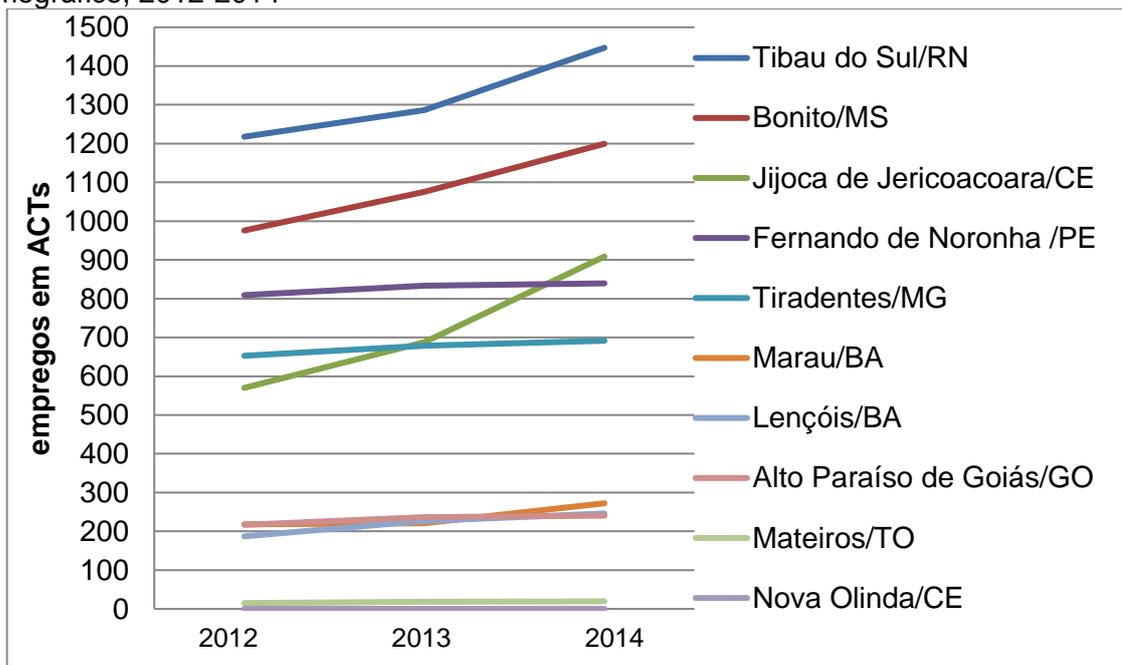
Org.: Larissa de Mattos Alves (2015)

Contudo, com poucas exceções, é possível verificar que os destinos turísticos de pequeno porte demográfico no Brasil tiveram crescimento populacional entre 1991 e 2010. O crescimento populacional acontece nos 65 destinos indutores, independente do seu porte. O cenário menos negativo nesses municípios sugere que talvez o turismo tenha se apresentado, nas últimas décadas, como uma estratégia

adequada para reverter a evasão populacional, inclusive em municípios de pequeno porte demográfico. Isso porque, embora o aumento de população não signifique melhorias nas condições sociais dos residentes, pode aumentar a oferta de empregos, tornando o município economicamente mais dinâmico. A permanência da população tem o significado de que a reprodução social da vida tem sido viabilizada.

Os dados do Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo - SIMT, publicado pelo Ipea (2014), parecem os mais adequados para observar a ocupação em Atividades Características do Turismo - ACT: alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagens; aluguel de transporte; e cultura e lazer. Segundo tal estudo, os dez municípios de pequeno porte demográfico indutores ao desenvolvimento do turismo somaram 5.865 empregos formais em 2014. Quanto aos números absolutos sobre os empregos formais nos pequenos municípios turísticos, Tibau do Sul (RN) é o município com maior número de ocupados no setor de turismo: 1.448 trabalhadores no ano de 2014. Seguido de destinos internacionalmente conhecidos como Bonito (1.200 empregados) e Jijoca de Jericoacoara (909 registrados). Em Fernando de Noronha, com 2.630 habitantes, as ACTs geraram 840 empregos no ano de 2014 (Gráfico 2).

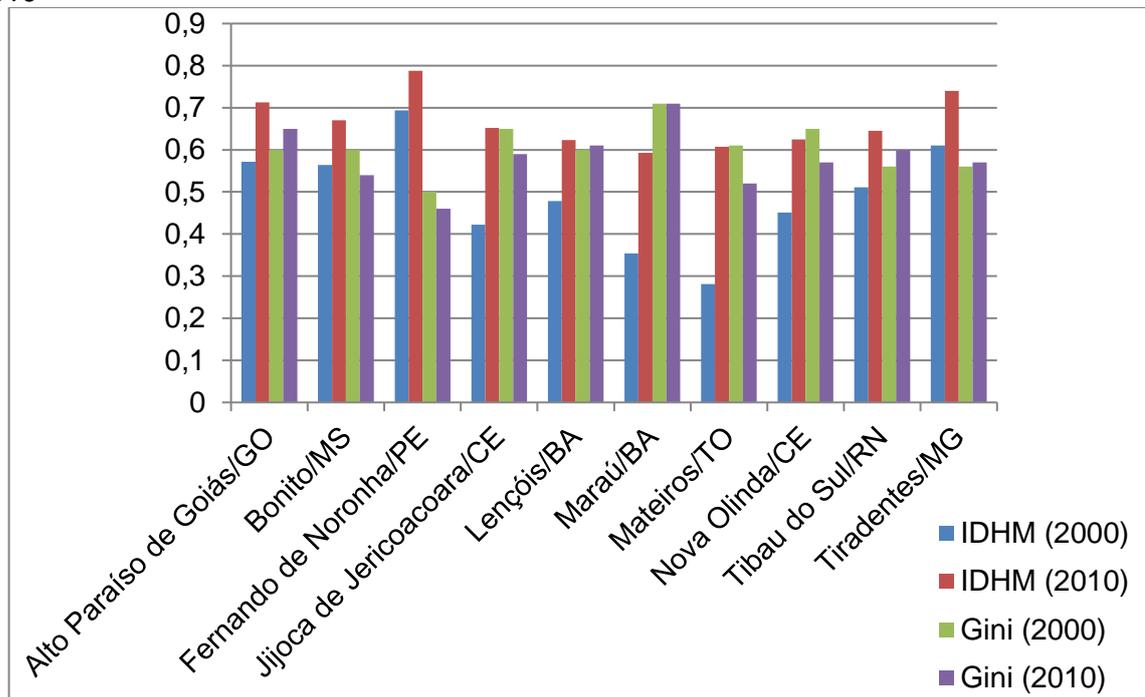
Gráfico 2 - Brasil. Número de empregos em ACTs dos municípios indutores de pequeno porte demográfico, 2012-2014



Fonte: Ipea (2016) e Ministério do Turismo (2015)
Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Excetuando Nova Olinda e Mateiros, todos os demais destinos indutores com menos de 20 mil habitantes têm ao menos duzentos empregos formais gerados pelo turismo. O emprego entre 2012 e 2014 mostrou-se crescente, em detrimento às crises econômicas mundiais. Ainda segundo o Ipea, observando a média nacional, é possível estimar que para cada emprego formal, existem 1,06 empregos informais (IPEA, 2014). A proporção entre empregos formais e informais sugere que os dez destinos turísticos de pequeno porte concentrem 6.159 empregos informais, totalizando mais de doze mil empregos em atividades relacionadas ao setor em uma população de pouco mais de 110 mil habitantes. A maior parte dos empregos formais provém dos meios de hospedagem e dos serviços de alimentação e transporte que operam nesses municípios. Além do aumento demográfico e da oferta de emprego, é relevante assinalar que os índices de desenvolvimento humano apresentaram melhoras na maioria dos municípios, nos últimos dez anos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Brasil. IDHM e Gini dos municípios indutores de pequeno porte demográfico, 2000-2010



Fonte: IBGE Cidades (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Porém, o conjunto de dez municípios é uma pequena amostra ao se considerar em escala nacional, ainda assim, apresentam muitas diferenças. Não há como estabelecer comparação, por exemplo, entre Fernando de Noronha, localizado no

litoral nordestino e Mateiros no interior do Tocantins que tiveram histórias e propósitos inteiramente diferentes entre si.

As pequenas cidades são bastante diferenciadas entre si. Esse fator ocorre tanto pela própria diversidade da formação espacial do país, bem como pelos processos locais de cada espacialidade, pela atuação dos agentes sociais e do Estado e pelas particularidades sócio-culturais, assim como pela sua localização geográfica, suas condições de acessibilidade, bem como pela maior ou menor inserção dos lugares na economia globalizada, entre outros (ALVES; MELO; SOARES, 2009, p. 8).

Além dos processos históricos de ocupação peculiares, o perfil da população e seus investidores também podem influenciar o desenvolvimento turístico de um pequeno município. A participação popular e as iniciativas locais são ações que, quando concretizadas podem impor relevante dinâmica na atividade turística em pequenos municípios. Alguns fatores favorecem a atuação social em pequenos municípios, como a proximidade nos relacionamentos entre os moradores e as semelhanças no perfil socioeconômico das famílias que direcionam para demandas solidárias.

No mundo da economia, que inclui a cidade francamente, ela se eleva a sujeito. Cidades populares, especialmente as pequenas, de inserção mais residual, passam a se tornar: econômicas - verdadeiros complexos produtivos, o que pode substituir o grupo dominante, cultural - envolvendo aí a presença do turismo, que também altera substancialmente a inserção econômica e cultural de sua população; etc. É uma transformação social: a cidade se culturaliza, se economiza (DAMIANI, 2006, p. 144).

Os resultados positivos que a participação política das populações nas melhoras socioeconômicas, descritos na citação, assemelham-se com a realidade de Fernando de Noronha. Tendo o turismo como principal atividade econômica, a Ilha destaca-se em diversos indicadores socioeconômicos. Em relação ao Estado de Pernambuco, Fernando de Noronha apresentava em 2005 os melhores índices como IDHM, renda per capita, esperança de vida, percentual de pobres e analfabetos. Tal sucesso é atribuído aos empregos gerados pelo turismo e aos moradores que participam efetivamente das decisões políticas e econômicas da localidade.

No ano de 2005, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do PNUD, a ilha era o local do Nordeste com maior Índice de Desenvolvimento Humano (0,862), maior renda per capita (R\$ 558,95 em 2000) e maior esperança de vida (75,11 anos). Possuía também

menor percentual de pobres (2,74%) e de analfabetos com 25 anos ou mais (6,69%) da região. O que se destaca nesses dados é seu contraste com a média nordestina, uma vez que a principal atividade econômica do arquipélago é o turismo, a mesma de muitas outras cidades da Região. Para o coordenador regional da Fundação Getúlio Vargas em Pernambuco (2005) e organizador do Mapa do Fim da Fome no Estado, Jorge Jatobá, a ilha é um caso especial. A população pequena, a grande oferta de trabalho bem-remunerado no turismo, a comunidade bem articulada politicamente são os principais fatores que influenciam a prosperidade do lugar. De acordo com Jatobá, as demandas sociais sempre foram cobradas de forma forte pelos líderes comunitários. A administração do arquipélago nunca deixou de investir em saúde e educação (ROCHA; BRASILEIRO, 2013, p. 82).

Também em Noronha se observa leve melhora no índice de Gini, que mede a desigualdade social. Devido à grande restrição de posse de terra e número de moradores dessa Ilha, considerada uma unidade de conservação, Fernando de Noronha não conta com empreendimentos turísticos de cadeias internacionais. Porém, investidores externos apropriam-se da gestão de pousadas, instaladas em casa de pescadores. E, mesmo entre os moradores mais antigos, a concentração de capital também se observa na prestação de serviços turísticos.

O protagonismo das populações locais, enquanto agentes turísticos, em Fernando de Noronha é também verificada em outras experiências, como os casos de turismo de base comunitária, em sua maioria, associados aos fluxos de visitantes direcionados a localidades de pequeno porte demográfico. Sampaio (2007) apresenta alguns exemplos onde a participação social de pequenas comunidades estimula e regula o crescimento do fluxo de visitantes. Esses exemplos, embora não se localizem em municípios indutores, merecem destaque.

No município de Santa Rosa de Lima - SC, de 2 mil habitantes, “o interesse de implantar o agroturismo na região, iniciou-se da criação da Associação de Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral” (SAMPAIO, 2007, p. 68). Da necessidade de hospedar os visitantes que vinham conhecer as agroindústrias do município, surgiu outra reorganização social: a Associação da Acolhida da Colônia, que envolve hospedarias rurais e aluguel de quarto nas residências de agricultores orgânicos familiares. Além da forma de alojamento menos convencional, a manutenção da agricultura orgânica como principal atividade econômica dos associados e o papel da associação na distribuição dos ganhos são aspectos que diferenciam o turismo ofertado em Santa Rosa de Lima, e fazem com o município diferencie nas lógicas

dominantes de concorrência e competição, estimuladas pelas tradicionais estratégias de desenvolvimento via turismo.

A ideia da associação é chamar a atenção do produtor orgânico familiar para que não abandone sua atividade principal. A implantação do agroturismo deve ser um agregado, por isso não é a atividade principal. [...] A Associação coordena as reservas de hospedagem e as distribuem de forma igualitária para seus associados. [...] Trata-se de uma tentativa para combater a visão somente econômica que, geralmente, prevalece na maioria dos projetos de turismo (SAMPAIO, 2007, p. 68-69).

Além desse caso no interior catarinense, Sampaio (2007) destaca outro exemplo, o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde, uma comunidade de pescadores e rendeiras com aproximadamente 1.200 habitantes, localizada no litoral do Ceará, próximo a Fortaleza. A existência de uma associação de moradores também foi determinante para o turismo no Canto Verde. Esta, tal como a associação de Santa Rosa de Lima, não nasce do interesse da gestão do turismo. Segundo Sampaio (2007, p. 71), a Associação Comunitária do Canto Verde tem origem na luta de seus moradores contra a grilagem de terras no ano de 1989, mas tem contribuído no combate a outros problemas como “pesca predatória, especulação imobiliária, turismo de massa e falta de apoio do governo estadual”. Entre as pautas da associação está a implantação do turismo socialmente responsável, voltado a melhorar a renda e bem-estar dos moradores. “A atividade turística se iniciou com famílias que puderam, com recursos próprios ou tomando empréstimos de um Fundo Rotativo de recursos da Associação, construir quartos e pousadas” (SAMPAIO, 2007, p. 72). A efetiva participação social nas decisões locais também imprimiu características particulares no turismo da Prainha do Canto Verde:

[...] todos os empreendedores são oriundos da própria comunidade, por tanto não há investimentos externos e os lucros permanecem na própria localidade, diferentemente de outras localidades próximas [...], onde predominam o chamado turismo de massa, baseado respectivamente na rede hoteleira e no conjunto de residências secundárias (SAMPAIO, 2007, p. 72).

Apesar dos exemplos elencados de Fernando de Noronha, de Santa Rosa de Lima e da Prainha do Canto Verde, a participação da comunidade local, enquanto efetivo agente do turismo, não é comum em todos os destinos turísticos de pequeno porte demográfico. Nem sempre as iniciativas locais são responsáveis pela dinamização econômica dos pequenos municípios. Em alguns casos, são capitais

externos que identificam a vocação turística em pequenos municípios e, sem considerar os interesses e demandas locais, criam empreendimentos turísticos.

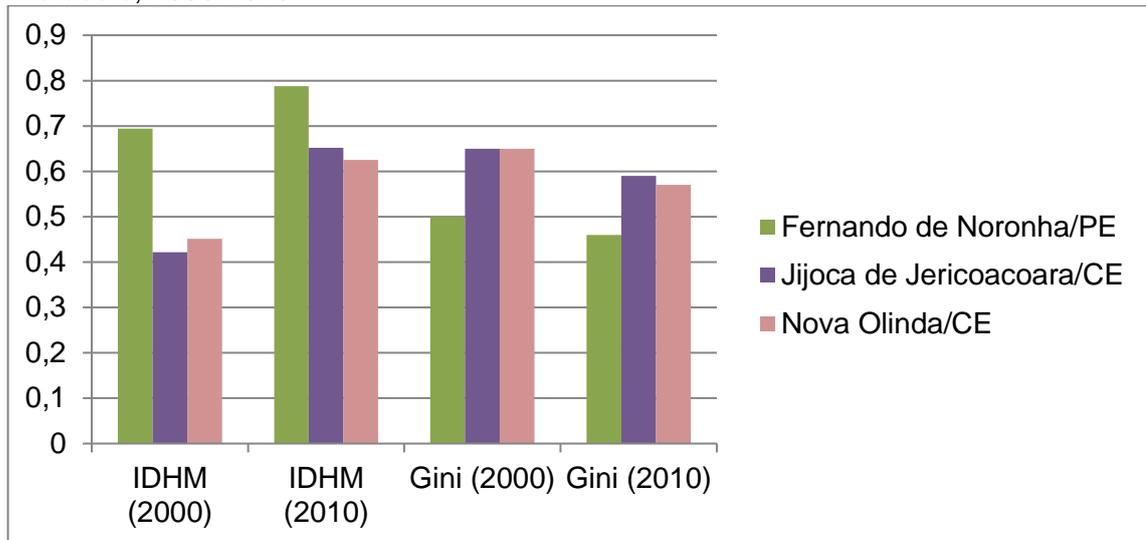
O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões e define uma simultaneidade de comunicação ou uma rede intrincada de relacionamentos, rompendo as estritas hierarquias e, portanto, deve determinar a reconsideração das hierarquias como tradicionalmente propostas: há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade (DAMIANI, 2006, p. 136).

Jericoacoara (CE), por exemplo, com apenas 17 mil habitantes atrai, além de turistas de diversas partes do mundo, investidores internacionais. Nesse município turístico, devido à grande sazonalidade imposta ao litoral brasileiro, as tradicionais redes hoteleiras internacionais, encontradas nos grandes centros de negócios, ainda não se instalaram.

Porém, redes hoteleiras especializadas em destinos de lazer já operam no litoral brasileiro. Um exemplo é o Grupo *My Blue*, especializado em empreendimentos hoteleiros de luxo, do empresário italiano Giovanni Bofize, que conta também com hotéis na África e no México. No Brasil, o grupo é responsável por quatro empreendimentos de luxo na mais famosa vila de Jericoacoara, sendo que no novo hotel foi investido mais de dez milhões de reais (O ESTADO, 2014). Tal perfil hoteleiro mostra-se inadequado para o brasileiro, tanto enquanto empreendedor, investidor ou concorrente devido aos altos valores investidos, quanto para o turista nacional, devido aos altos preços cobrados.

O capital internacional atrelado ao forte crescimento populacional (em 1996, Jericoacoara tinha menos de 10 mil habitantes e atualmente se aproxima dos 20 mil moradores) talvez sejam os responsáveis pelos índices mais discretos do município, em relação a Fernando de Noronha. O Gráfico 4 facilita a observação desses dados ao destacar os índices dos três destinos turísticos indutores de pequeno porte demográfico, localizados no, turisticamente promissor, nordeste brasileiro.

Gráfico 4 - Região Nordeste. IDHM e Gini de destinos indutores de pequeno porte demográfico do Nordeste, 2000-2010



Fonte: IBGE Cidades (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Nota-se melhoras nos índices dos três municípios. Fernando de Noronha teve pequeno incremento da população e nos empregos formais em atividades características do turismo. Em Jericoacoara, por sua vez, houve maior crescimento populacional no período (cinco mil novos moradores em 2010 em relação a 2000), e também ampliação no número de postos de trabalho, que de 570 em 2012, para 909 em 2014.

Porém, não é possível estabelecer uma relação de causa e consequência entre o turismo e os índices populacionais, de Gini e desenvolvimento humano. Nova Olinda - CE, por exemplo, apresentou incremento populacional, melhoras nos índices de desenvolvimento e desigualdade social, porém, desde fevereiro de 2012 não registra nenhum emprego formal em atividades características do turismo.

Nota-se que mesmo no Nordeste brasileiro, com diversas características comuns, municípios de pequeno porte demográfico, que fazem parte da mesma política de governo federal, desenvolvem-se de forma particulares, acarretando em muitas diferenças socioeconômicas.

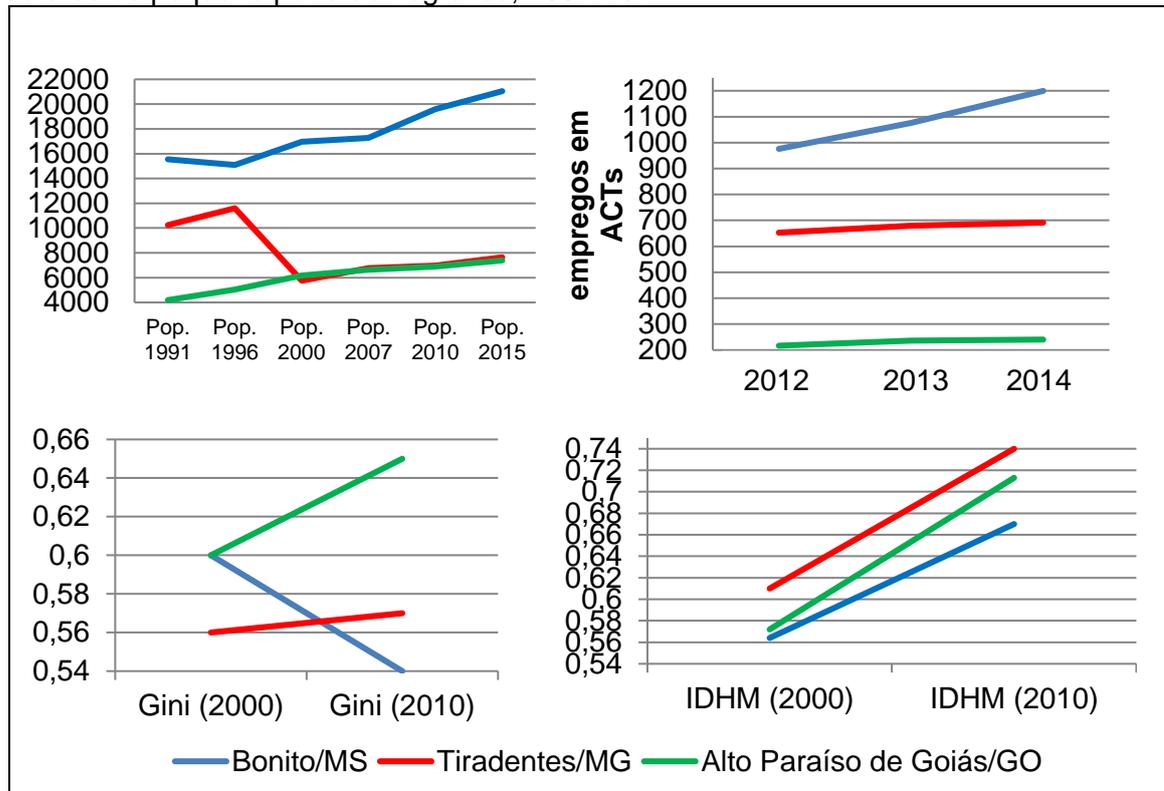
É evidente que não é possível comparar o turisticamente esquecido interior no Paraná com a realidade do requisitado litoral do Nordeste, porém, as reflexões permitem estabelecer relações e observar que regiões turisticamente conhecidas também apresentam diversas dificuldades a superar. Conforme mencionado, no Paraná e nos demais estados da Região Sul não tem nenhum pequeno município classificado como indutor de turismo.

As regiões brasileiras Centro-oeste e Sudeste, que fazem limite geográfico com a região turística Noroeste do Paraná, têm pequenos municípios indutores do turismo: Bonito - MS, Alto Paraíso - GO e Tiradentes - MG. Esses municípios apresentam algumas características semelhantes à região paranaense que é objeto deste estudo: estão localizados no interior de seus estados e seus atrativos turísticos estão pautados em recursos naturais e culturais. Refletir sobre tais pequenos municípios indutores pode auxiliar na compreensão das possibilidades de desenvolvimento turístico da região de estudo.

Esses três municípios não se destacam entre todos os 65 destinos indutores do turismo no Brasil nos índices de Gini e IDHM. Contudo, entre os pequenos municípios como destinos indutores, os três destinos citados estão entre os maiores IDHM, atrás apenas de Fernando de Noronha. Bonito, Tiradentes e Alto Paraíso de Goiás têm os maiores valores de convênios estabelecidos com o MTur e a proporção entre valores conveniados e habitantes.

Para compreender melhor esses três municípios, é necessário refletir sobre as semelhanças e peculiaridades de cada um. Na próxima figura, estão alguns dados já apresentados, mas aqui concentrados e organizados, com objetivo de permitir melhor visualização e comparação do histórico populacional, IDHM e índice de Gini divulgados pelo IBGE, e dos empregos formais registrados entre 2012 e 2014 pelo Ipea (Figura 1). Bonito, Alto Paraíso de Goiás e Tiradentes apresentam, de acordo com as últimas contagens populacionais, crescimento demográfico. A diminuição da população entre os anos 1996 e 2000 no município de Tiradentes deve-se a emancipação de Santa Cruz de Minas, que levou 7.042 habitantes.

Figura 1 - Região Centro Oeste e Sudeste. IDHM, Gini, População e empregos de destinos indutores de pequeno porte demográfico, 1991-2014



Fonte: IBGE Cidades (2015) e Ipea (2016)
Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

O número de empregos registrados entre 2012 e 2014 teve leve crescimento, com a abertura de poucos novos postos. É possível notar, nos dois primeiros gráficos apresentados na Figura 1, que o crescimento dos empregos em atividades características do turismo é proporcional ao crescimento populacional. Bonito teve nos últimos anos um maior incremento da população em relação aos demais municípios. Nota-se também que a linha que representa os empregos em Bonito também é mais íngreme.

Tiradentes e Alto Paraíso, por sua vez, têm menor crescimento populacional e de empregos em ACTs. Entre 2012 e 2014, Bonito registrou 224 novos empregos formais, número muito maior do que as novas ocupações registradas em Tiradentes (39 empregos) e Alto Paraíso de Goiás (24 empregos). Nos dois primeiros gráficos, é possível verificar que as populações registradas neste século são semelhantes em Alto Paraíso de Goiás e Tiradentes. Porém, os empregos registrados são, proporcionalmente, muito maiores em Tiradentes (692 empregos formais), do que em Alto Paraíso de Goiás (232 registros).

A melhora no IDHM é observada nos três municípios nos últimos dez anos. Contudo, um pouco mais evidente em Alto Paraíso de Goiás do que em Tiradentes e Bonito, em detrimento do menor número de empregos. Nos gráficos, é possível verificar relação entre o aumento da população, dos empregos e do IDHM. Excetuando Bonito, nos demais municípios, a variação índice de Gini entre 2000 e 2010 não segue a mesma lógica de melhora.

Tiradentes apresentou moderado crescimento na população e nos empregos e destaca-se como melhor IDHM dentre os três. Porém, em relação aos 65 destinos indutores, Tiradentes está no final da lista de valores repassados pelo MTur. O peculiar patrimônio histórico cultural de Tiradentes exige atenção dos gestores públicos, responsáveis por sua proteção, restauração e manutenção. Investimentos nessa direção foram imprescindíveis para o crescimento do turismo.

É preciso considerar que os investimentos públicos nem sempre direcionam ao desenvolvimento local para as comunidades envolvidas. Os investimentos em infraestrutura e valorização dos atrativos turísticos podem direcionar para uma especulação imobiliária na qual a comunidade local não consegue permanecer, isso quando não são feitas com esse propósito. Os investimentos públicos e privados contribuíram para reprodução desse cenário em Tiradentes, como descreve Magalhães (2002):

É certo que o conjunto de investimentos proporcionou a reabilitação da cidade histórica, que, se não fosse isso, estaria completamente descaracterizada ou mesmo destruída, como se tem observado em outras cidades no interior mineiro. [...] A reorganização promoveu o desenvolvimento econômico da antiga vila [...] promoveu também a exclusão e segregação [...] aumento exagerado dos aluguéis do centro da cidade, [...] expulsa dali o antigo comércio. As análises dos espaços turísticos devem contemplar todos esses fatores para identificar até que ponto a produção e o consumo do espaço dos municípios têm sido um fator de desenvolvimento econômico e social das comunidades locais (MAGALHÃES, 2002, p. 74).

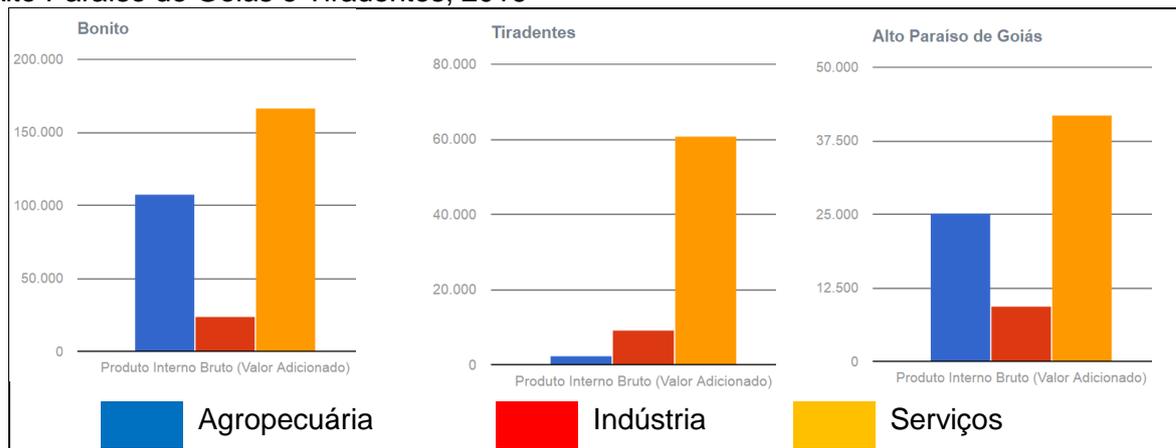
É possível inferir que o cenário relatado, de expulsão das populações e comércios tradicionais do centro histórico de Tiradentes, esteja entre os fatores responsáveis por fazer com que o índice de Gini apresente piora em Tiradentes, indo em direção contrária à ampliação da população, dos empregos e IDHM.

Bonito e Alto Paraíso de Goiás tinham, em 2000, o mesmo índice de Gini, 0,6, em uma escala onde 1,0 significa uma desigualdade total, e 0,0 indica um município sem diferenças na distribuição de renda. Em dez anos, os valores se distanciaram.

Bonito melhorou seu índice de Gini na mesma proporção que Alto Paraíso de Goiás observou ampliação da sua desigualdade.

Essa polaridade dos índices desses dois municípios não se explica pela participação das atividades econômicas na composição do Produto Interno Bruto - PIB. Apenas Tiradentes segue a proporção nacional, onde os serviços são mais representativos na composição do PIB, a indústria ocupa a segunda posição e a agropecuária tem pequena contribuição. Em números absolutos, Tiradentes e Alto Paraíso de Goiás têm PIB próximos, e a contribuição mediana da agropecuária também é semelhante. Mas devido ao terreno acidentado, no município mineiro a agropecuária tem pequena contribuição na composição do PIB, enquanto o município goiano destaca-se pela significativa participação da agropecuária em proporção aos serviços (Figura 2).

Figura 2 - Região Centro Oeste e Sudeste. Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Bonito, Alto Paraíso de Goiás e Tiradentes, 2016



Fonte: IBGE (2016)

Apesar das grandes diferenças populacionais, de distribuição da renda, de empregos em Bonito e Alto Paraíso de Goiás, a composição do PIB é proporcionalmente semelhante, onde a indústria tem participação discreta, enquanto os serviços se destacam, com contribuição significativa da agropecuária. Alto Paraíso de Goiás apresenta, proporcionalmente, melhor distribuição entre as atividades econômicas na composição do PIB, mas ainda apresenta uma grande desigualdade da distribuição de renda.

A princípio, parece que o turismo é responsável pelo desenvolvimento socioeconômico de Bonito. Não é possível afirmar que há uma relação direta entre as melhorias nos índices de Bonito com uma economia diversificada, não pautada exclusivamente em um setor produtivo. Mas é possível confirmar que o município que

era inicialmente “rural, com vocação pecuária, atualmente está conseguindo dinamizar sua economia com o turismo”, uma prova é que 25 por cento da população, ou seja entre seus “18 mil habitantes, mais de 4 mil estão envolvidos direta ou indiretamente na atividade turística” (SAMPAIO, 2007, p. 70).

Tais méritos são atribuídos, tal como em Fernando de Noronha, Santa Rosa de Lima e na Prainha do Canto Verde, à organização da atividade turística, onde a participação da população local parece ter grande influência no modelo menos agressivo de turismo desenvolvido em Bonito. O papel de controle e fiscalização do desenvolvimento turístico de Bonito é de responsabilidade dos “Conselhos Municipais de Turismo e de Meio Ambiente, compostos por representantes do governo, do *trade* turístico e da comunidade local, o que torna um ambiente democrático para debates sobre a organização da atividade” (SAMPAIO, 2007, p. 71)

As análises sugerem que o turismo pode ser um vetor econômico que direciona municípios de pequeno porte demográfico ao desenvolvimento local.

Tal como as indústrias culturais e criativas, também o setor turístico foi conquistando, ao longo da segunda metade do século XX, a reputação de ser uma atividade com elevada capacidade de expansão e forte potencial econômico – uma das grandes indústrias do século XXI, como frequentemente é qualificado. O seu interesse estratégico, principalmente em cidades pequenas e médias, viu-se em muitos casos acentuado em virtude de os poderes e os agentes econômicos locais verem nele um dos setores capazes de recuperar a competitividade e o dinamismo econômico perdidos na sequência dos processos de desindustrialização (GOMES, 2012, p. 7).

No entanto, o crescimento dos indicadores socioeconômicos caminha ao lado do crescimento populacional, tirando, aos poucos, esses destinos da classe de pequenos municípios. Bonito também exemplifica isso, pois de acordo o IBGE, estima-se que em 2015 o município tenha ultrapassado os 20 mil habitantes. Os pequenos municípios, “entre a grandeza cosmopolita das metrópoles e a proximidade ao rural mais localista, enfrentam constantemente desafios e dilemas entre a possibilidade de crescimento e a preservação da sua pequenez” (GOMES, 2012, p. 5).

A manutenção do pequeno porte demográfico dos municípios não interessa aos poderes públicos nem aos agentes econômicos, principalmente devido à perpetuação da ultrapassada “ideia de que elas [as cidades] deveriam ser coisas grandes. Que fossem extraordinárias ou terríveis na sua grandeza era indiferente, desde que fossem grandes” (GOMES, 2012, p. 5).

A concentração demográfica, via de regra, gera impactos socioambientais, e especialmente no caso de Bonito, não condizem com as aspirações de representantes políticos, gestores e planejadores ao promover o município como “Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil” (BONITO, 2016). É preciso equilibrar a projeção de Bonito como melhor destino do país com suas características de município de pequeno porte demográfico, o que compõem sua particularidade enquanto produto turístico.

À medida que se vêm intensificando as lógicas de circulação globais, ganham cada vez mais importância, na atração [...] de fluxos de turistas e visitantes, os particularismos de cada cidade, as suas especificidades, aquilo que as distingue num sistema urbano cada vez mais globalizado (GOMES, 2012, p. 8).

É um desafio para municípios de pequeno porte demográfico equilibrar o crescimento populacional e manter as peculiaridades de pequenas localidades que compõem as características do produto turístico municipal. O município de Gramado observou o crescimento de visitantes e moradores entrar em conflito com a qualidade ambiental. Gramado tinha, em 1991, uma população de 22 mil habitantes, em 2010 teve um incremento de 10 mil novos moradores e estima-se que no ano de 2017 sejam mais de 35 mil habitantes (IBGE, 2017). Diversos estudos realizados indicam que o aumento populacional de Gramado está “diretamente relacionado às oportunidades de emprego que a atividade turística gera” (BERTI; GRIEBELER; MATTE JUNIOR, 2017, p. 115). De acordo com o Rais (2015), no município de Gramado, o setor de lazer e turismo é diretamente responsável por 6.600 empregos.

Apesar de ter uma população que permeia entre os conceitos de cidade média e pequena, Gramado demanda densa infraestrutura para atender aos 6 milhões de visitantes que recebe anualmente em seus mais de 11 mil leitos (BRASIL, 2015). Esse crescimento, demográfico e turístico, trouxe implicações que não se restringem a ganhos econômicos como atração de investimentos e geração de empregos. Outras implicações econômicas como, por exemplo, a transformação de pequenas pousadas em grandes hotéis e Spas implicam em mudanças nas características socioculturais e ambientais, comercializadas como produtos turísticos (SOUZA; LEITE, 2015).

O tipo de consumo de serviços oferecidos por Gramado e Canela está na venda do território natural. São as paisagens ‘europeias’, o clima e a cultura identificada através das edificações, culinária e costumes que são alvo de propagandas promotoras do turismo (SOUZA; LEITE, 2015, p. 11).

Mesmo que a concentração de pessoas seja esperada e que existam equipamentos e serviços suficientes, os fluxos turísticos podem causar um colapso nas frágeis infraestruturas de cidades como Gramado (SOUZA; LEITE, 2015). A alta densidade demográfica traz implicações negativas relacionadas ao congestionamento das vias de circulação, dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos, levando à descaracterização de aspectos ligados à natureza e à paisagem bucólica, prometidos nas propagandas turísticas. Sobre o futuro do turismo de Gramado, as autoras alertam que o “espaço turístico antes vendido corre o risco de não ser mais o mesmo: a tranquilidade, a vista para o campo, e as paisagens bucólicas” (SOUZA; LEITE, 2015, p. 11).

Observa-se, então, que é um desafio para os pequenos municípios “contornar a pequenez do seu tamanho e alcançar uma influência maior, inscrevendo-se e participando de fluxos e espaços socioeconômicos, culturais e simbólicos mais amplos” (GOMES, 2012, p. 10). A participação nesses fluxos e as relações geograficamente mais amplas são possíveis em pequenos municípios via turismo, considerado “uma rara oportunidade de regeneração econômica. [...] Através do turismo, cidades pequenas ou médias podem ultrapassar a sua dimensão territorial e, ainda que somente por essa via, são de alguma forma cidades globais” (GOMES, 2012, p. 10). Não unicamente via turismo, mas diversas especializações econômicas podem imprimir uma maior complexidade na rede urbana ao promover inserções de natureza diferenciada para as localidades.

O amplo reconhecimento do município enquanto produto turístico e a melhora de índices não são suficientes para afirmar que há o desenvolvimento socioeconômico. Da mesma forma, que não é possível atribuir unicamente ao turismo os méritos das melhoras dos indicadores sociais. O desenvolvimento local via turismo não se mede em alcance do produto turístico. Um município ser mundialmente conhecido enquanto destino de lazer ou atrair visitantes de locais distantes não garante melhores condições socioeconômicas para seus moradores. Da mesma forma, que a melhora no índice de Gini não leva automaticamente à qualidade de vida, visto que o índice pode indicar diminuição da desigualdade social através da ampliação da pobreza.

Devido à complexidade dos efeitos da atividade turística na vida das sociedades envolvidas, não é possível considerar “o desenvolvimento como uma meta a ser atingida, medida e mediada pela produção de mercadorias” (RODRIGUES,

2002, p.47). Desde 1990, os impactos, positivos e negativos, gerados pelo turismo recebem crescente atenção. Porém, pouco se avançou na capacidade de medir e avaliar o papel que o turismo desempenha nos municípios, enquanto estratégia de desenvolvimento socioeconômico, especialmente quanto ao que se poderia considerar como conquistas para a sociedade local. “Pouco se avançou em termos de estudos, pesquisas e modelos de medidas de impactos que a atividade de turismo exerce no desenvolvimento local” (CUNHA; CUNHA, 2005, p. 15).

As peculiaridades de cada localidade e as demandas sociais de seus habitantes devem ser os parâmetros para medir o desenvolvimento, sendo então, as metas de desenvolvimento particulares e individuais a cada localidade. Identificar as implicações do turismo no desenvolvimento em pequenos municípios exige atenção especial e detalhada.

CAPÍTULO 3 - REGIÃO TURÍSTICA NOROESTE DO PARANÁ: IMPLICAÇÕES DO TURISMO EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO

Nos capítulos anteriores foram apresentados os caminhos e orientações traçados pelo governo federal para o desenvolvimento turístico no Brasil, observando com maior atenção a relação entre o desenvolvimento turístico e os municípios com diferentes portes demográficos. As reflexões tecidas, acerca dos destinos indutores do turismo e das políticas públicas para o setor, servirão para orientar as análises desse capítulo que visam avaliar as implicações do turismo nos municípios da região Noroeste do Estado do Paraná.

Para tanto, serão apresentados os desafios socioespaciais da região turística Noroeste do Paraná, com atenção aos seus problemas socioeconômicos, considerando como o turismo pode contribuir na solução de tais problemas. Sinaliza-se, assim, que pensar o desenvolvimento regional e o turismo como parte desse processo deve responder não apenas a interesses econômicos, mas as diversas questões socioespaciais que se apresentam na região. Será necessário compreender as mudanças que ocorreram com os municípios da região desde o início do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, em 2003. Com base nestes debates, será possível analisar as implicações do turismo nos municípios de pequeno porte demográfico e refletir sobre os caminhos e estratégias para o desenvolvimento turístico.

3.1 Os reflexos das políticas públicas voltadas ao Turismo no Estado do Paraná

No Brasil, em especial com a Constituição de 1988, coube aos estados e aos municípios operacionalizar as ações estrategicamente pensadas pelo governo federal. Ao analisar as políticas públicas para o turismo no Estado do Paraná, observa-se também a reprodução das ações pensadas e planejadas pela escala nacional, Embratur e Ministério do Turismo, principalmente.

É possível verificar a coerência entre a política nacional e estadual para o turismo. A coerência é um dos critérios considerados para a avaliação de políticas públicas e “corresponde à verificação da existência de articulação entre os instrumentos de várias escalas ou que atuam no mesmo território” (COSTA;

ANTONELLO, 2015, p. 4080). A coerência é evidente tanto nas virtudes como nas deficiências das ações dos gestores públicos nacionais e estaduais ao propor ações para o desenvolvimento turístico.

Em escala nacional, a década de 1960 é marcada pela criação da Embratur e do Conselho Nacional, enquanto no Paraná, observa-se a criação da Empresa Paranaense de Turismo e do Conselho Estadual de Turismo. Nas duas esferas foram elaborados planos de desenvolvimento, mas nenhum foi efetivado. Durante longo período, tanto na União como nos estados, a pasta do turismo era inconstante, e foi durante mais de 30 anos agregada a diversos ministérios ou secretarias, como esporte, lazer, cultura, meio ambiente, entre outros. No Paraná, em 2003, foi criada uma secretaria específica para os assuntos do turismo, a Secretaria de Estado do Turismo - Setu, mesmo ano da criação do Ministério do Turismo. As políticas, salvo suas proporções, reproduziram as mesmas propostas e os mesmos equívocos.

Tal como se observou nas políticas nacionais das duas últimas décadas, no Estado do Paraná é documentada a intenção de articulação institucional e mobilização dos atores envolvidos na gestão do turismo “em uma visão de integração horizontal e vinculação vertical, compatibilizando as questões federais, macrorregionais, estaduais e municipais” (PARANÁ, 2008).

Os governos estaduais, assim como observamos na gestão nacional, se equivocaram em alguns momentos da história ao fomentar investimentos em locais que já concentravam fluxos turísticos. A Lei 5.948 de 1969 estimulava a construção ou reforma dos meios de hospedagem, com isenção de impostos estaduais, desde que estivessem localizados em municípios que também apresentassem facilidades fiscais. Neste período, apenas municípios essencialmente turísticos dispunham de tais legislações, o que estimulava a concentração de benefícios das diversas escalas do poder público em poucas localidades turisticamente dinamizadas no Paraná.

As insuficientes tentativas de melhor estruturar a gestão pública, o discurso de estímulo a descentralizações e os investimentos concentrados em destinos turísticos consolidados são apenas algumas das ações pensadas em escala nacional e reproduzidas no Estado do Paraná. Ações desarticuladas, tais como observadas na escala nacional, também ocorreram no Paraná até a criação do Programa Nacional de Regionalização e da Setu, em 2003. As articulações regionais existentes até o momento se resumiram a tentativas políticas de articulação, mas não se efetivou a gestão regionalizada.

Nas políticas estaduais de regionalização, lançadas desde 2003, a atenção ao município é superficial, como se observou nos documentos federais. No Paraná, a fragilidade da gestão municipal e das interações intermunicipais não permitiram a consolidação das regiões turísticas enquanto escala de gestão.

A regionalização do turismo do estado do Paraná inicia-se em 2003 com a divisão de todos os seus 399 municípios em nove regiões turísticas⁸. Em 2008, esses municípios estavam reorganizados em dez regiões turísticas⁹. Atualmente, são 261 municípios organizados em quatorze regiões turísticas¹⁰. Orientações mais recentes¹¹ disponíveis para a gestão do turismo estadual estão contidas no Plano de Turismo do Estado do Paraná 2012-2015. Segundo este documento, o Paraná era, em 2011, o “quarto estado mais visitado por turistas estrangeiros”, e atrai anualmente um fluxo anual de “cerca de 13 milhões de turistas” (PARANÁ, 2012, p. 6).

O produto turístico estadual é marcado pela diversidade das geografias locais e dos aspectos culturais, que “conformam as mais diferentes paisagens com potencial de visitação inerente em suas belezas naturais, condições climáticas, características do povo, expressões culturais como a gastronomia e a religiosidade e ambiente para negócios e eventos” (PARANÁ, 2012, p. 13). Os destinos estaduais mais procurados são Foz do Iguaçu, enquanto destino de lazer, e Curitiba, referência no turismo de negócios e eventos. Foz do Iguaçu, Curitiba e Paranaguá são os destinos indutores eleitos no Paraná.

Para atender a esse crescente fluxo de visitantes, o Paraná conta com um também crescente número de prestadores de serviços turísticos. “Percebe-se que houve um acréscimo de estabelecimentos, que em 2009 era de 16.692 para 18.938

⁸ Regiões Turísticas do Paraná (2003): Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Centro, Centro-Sul e Sudoeste (SETU, 2017).

⁹ Regiões Turísticas do Paraná (2008): Litoral do Paraná, Rotas do Pinhão - Curitiba e Região Metropolitana, Cenários do Tempo - Campo Gerais, Norte do Paraná, Riquezas do Oeste, Iguassu & Caminhos do Lago Itaipu, Estradas e Caminhos - Centro do Paraná, Vales do Iguaçu - Sudoeste do Paraná, Terra dos Pinheirais - Centro-sul do Paraná e Caminhos das Águas - Noroeste do Paraná (SETU, 2011).

¹⁰ Regiões Turísticas do Paraná (2013): Campos Gerais, Cataratas do Iguaçu e Caminhos ao Lago de Itaipu, Corredores das Águas, Ecoaventuras Histórias e Sabores, Entre Morros e Rios, Lagos e Colinas, Litoral do Paraná, Norte do Paraná, Norte Pioneiro, Riquezas do Oeste, Rotas do Pinhão, Terra dos Pinheirais, Vale do Ivaí e Vales do Iguaçu.

¹¹ No período em que esta pesquisa está sendo elaborada o plano estadual para o período vigente ainda não foi elaborado. Em agosto de 2016 o Conselho Estadual de Turismo disponibilizou para consulta pública, o plano estratégico de longo prazo Paraná Turístico 2026 – Pacto para um Destino Inteligente.

em 2011” (PARANÁ, 2012, p. 15). Todavia, o crescimento do turismo no Paraná é bastante pontual nos destinos indutores, e não se distribui de uma forma homogênea no território estadual. A concentração de turistas e dos prestadores de serviços concentra também os investimentos privados e os recursos públicos.

A criação do MTur, em 2003, trouxe a gestores públicos e privados a esperança de maiores investimentos no setor, principalmente apoio financeiro para a ampliação do turismo em municípios fragilizados social e economicamente.

Para considerar sobre a participação dos pequenos municípios da Região Turística Noroeste do Paraná nos repasses de recursos federais, é preciso também observar como se posicionam, nesse aspecto, os municípios demograficamente maiores, a fim de estabelecer algumas relações sobre a influência do porte do município e os convênios realizados.

De acordo com o Portal da Transparência (2015), entre o período de 01/01/1996 e 26/04/2015, todos os 399 municípios do Estado do Paraná estabeleceram convênios com o Governo Federal, totalizando R\$ 11.127.872.739,45.

As análises realizadas indicaram que o município com maior número de convênios no Paraná é Curitiba, que estabeleceu 3.835 convênios, totalizando R\$ 5.127.656.797,98 em valor conveniado, quase metade (46%) do valor total repassado aos municípios do Paraná. O restante, R\$ 6.000.215.941,47, foi dividido entre os demais 398 municípios do Estado. Os municípios demograficamente maiores, Londrina, Maringá e Cascavel, completam os primeiros lugares nos *rankings* dos convênios (Tabela 2).

Tabela 2 - Paraná. Municípios do Paraná com maior número de convênios estabelecidos com o Governo Federal, 1996 - 2015

Município	Habitantes	Nº de convênios	Valor Conveniado (R\$)	Valor Liberado (R\$)
Curitiba	1.751.907	3835	5.127.656.797,98	3.745.448.370,80
Londrina	506.701	978	518.770.039,80	375.020.735,75
Maringá	357.077	662	499.538.994,14	396.227.119,53
Cascavel	286.205	463	158.319.962,81	101.823.777,57
Ponta Grossa	311.611	410	180.182.196,03	131.708.303,49
Francisco Beltrão	85.486	321	72.214.653,86	56.411.424,31
Guarapuava	167.328	281	86.387.009,42	61.519.224,96
Toledo	119.313	234	81.877.626,01	66.515.713,01
Umuarama	100.676	218	62.315.802,61	44.126.922,96
Foz do Iguaçu	256.088	212	131.540.232,26	107.731.998,76
Irati	56.207	207	32.721.462,25	21.385.052,24
Campo Mourão	87.194	175	37.792.580,63	26.674.062,63

Arapongas	104.150	174	44.336.923,08	30.998.119,45
Barracão	9.735	170	30.985.607,31	25.984.332,23
Pato Branco	72.370	170	81.366.729,99	67.225.207,05

Fonte: Portal da Transparência (2015)

Organização: Larissa de Mattos Alves (2015)

Observa-se que o maior número de convênios foi estabelecido com os municípios mais populosos. Entre todos os municípios paranaenses com mais de 200 mil habitantes, apenas Colombo e Pinhais não estão entre os quinze municípios com maior número de convênio. Apenas um pequeno município está nessa lista, Barracão (9.735 habitantes), que ocupa a 14^a posição em quantidade de convênios, todos os demais têm mais de 55 mil moradores. Esses quinze municípios juntos captaram 64% de todos os convênios estabelecidos pelo governo federal com os municípios do Paraná.

Campo Mourão, Barracão e Irati, apesar de ter grande quantidade de convênios, não estão entre os quinze municípios que tiveram os maiores valores conveniados (Tabela 3). Esses três municípios são substituídos no *ranking* dos maiores valores conveniados por municípios de maior porte demográfico como, Paranaguá (140.169 habitantes) e São José dos Pinhais (264.210 habitantes).

Tabela 3 - Paraná. Municípios do Paraná com maior valor conveniado com o Governo Federal, 1996 - 2015

Município	Quantidade	Valor Conveniado (R\$)	Valor Liberado (R\$)
Curitiba	3835	5.127.656.797,98	3.745.448.370,80
Londrina	978	518.770.039,80	375.020.735,75
Maringá	662	499.538.994,14	396.227.119,53
Ponta Grossa	410	180.182.196,03	131.708.303,49
Cascavel	463	158.319.962,81	101.823.777,57
Foz do Iguaçu	212	131.540.232,26	107.731.998,76
Paranaguá	134	103.562.634,59	33.559.110,30
São José dos Pinhais	124	91.686.269,57	62.873.650,81
Guarapuava	281	86.387.009,42	61.519.224,96
Toledo	234	81.877.626,01	66.515.713,01
Pato Branco	170	81.366.729,99	67.225.207,05
Francisco Beltrão	321	72.214.653,86	56.411.424,31
Umuarama	218	62.315.802,61	44.126.922,96
Jandaia do Sul	91	50.033.564,05	34.090.207,31
Arapongas	174	44.336.923,08	30.998.119,45

Fonte: Portal da Transparência (2015)

Organização: Larissa de Mattos Alves (2015)

A lista que leva em consideração os maiores valores conveniados é inteiramente composta por municípios com mais de 20 mil habitantes. Salientamos que entre os maiores valores conveniados estão os três municípios classificados como destinos indutores ao turismo do Paraná: Curitiba (1º), Foz do Iguaçu (6º) e Paranaguá (7º). Nenhum dos municípios que serão abordados, enquanto objeto, neste estudo estão nessa listagem. Toda a região turística Noroeste do Paraná tem apenas um representante nesta lista dos maiores valores, Maringá o maior município da região.

A outra extremidade dessa lista, como era de se esperar, é formada por municípios de menor porte demográfico. Ao observar os municípios com menores convênios, tanto em quantidade, quanto em valor conveniado, verifica-se que as piores colocações são ocupadas por 22 municípios, apenas três têm mais de 10 mil habitantes, e nenhum mais que 21 mil habitantes.

Quanto aos convênios concedidos exclusivamente pelo MTur no Paraná, Curitiba (92), Foz do Iguaçu (41), Londrina (35) e Paranaguá (trinta) foram os municípios com maiores quantidades de convênios. Os municípios com maiores valores conveniados foram Curitiba, Jandaia do Sul, Quatro Barras e Londrina. Do total, apenas 32 municípios não realizaram convênios com o MTur.

O destaque de Curitiba e Foz do Iguaçu no turismo mundial atrai novos trabalhadores, ampliando a densidade populacional e exigindo investimentos públicos em infraestrutura, essa por sua vez, torna a localidade interessante ao capital privado. Devido ao destaque internacional, Curitiba e Foz do Iguaçu atraem também investidores estrangeiros.

A rede hoteleira internacional em Foz do Iguaçu, anteriormente mencionada enquanto destino indutor do turismo nacional, tem representantes de redes francesas, holandesas e inglesas. Em Curitiba e região metropolitana também estão grandes redes internacionais como *Accor; Golden Tulip Hotels, Inns & Resorts; InterContinental Hotels Group; Pestana; Howard Johnson*. “As redes de hotéis estão, cada vez mais, se concentrando nos principais centros de negócios” (PÍCCOLO, 2011, p. 58), fortalecendo a concentração do capital em locais economicamente dinamizados.

A internacionalização no Estado do Paraná se inicia pela região de Curitiba e intensifica-se nos anos 1990, quando “atividades relacionadas a serviços e comércio passaram a ser controladas por grupo de atuação mundial, além da implantação de duas unidades da indústria automobilística e seus respectivos fornecedores” (FIRKOWSKI, 2004, p. 93). Para dar suporte a tais atividades e demais relações

externas que se estabeleciam, outros elementos foram necessários, nesse sentido, o setor de viagens e turismo também se insere.

A internacionalização se apresenta forte no setor hoteleiro, tanto na forma de novos empreendimentos como na forma de associação entre hotéis já existentes e as operadoras internacionais, de modo a que possam se integrar à rede mundial de hotéis das mesmas (FIRKOWSKI, 2004, p. 93).

A internacionalização é seletiva e concentrada. Ela torna algumas regiões altamente dinamizadas com municípios inseridos em relações socioeconômicas amplas, e relega os pequenos municípios ao isolamento, especialmente os não metropolitanos. Nota-se que, tal como ocorre na escala nacional, as políticas estaduais de turismo também não direcionam a melhor distribuição do turismo no espaço. No Paraná também se observa a concentração de capital público e privado nos grandes centros. Dedicaremos especial atenção nas próximas páginas para observar o turismo na região turística Noroeste do Paraná, criada no início do processo de regionalização do estado, em 2003. Por isso, ao apresentar o processo de criação dessa região, retoma-se aspectos sobre a regionalização do turismo no Estado do Paraná, complementando esse tópico.

3.2 Região Turística Noroeste do Paraná

Os estudos realizados nos municípios da região turística Noroeste do Paraná tratam especialmente seus aspectos sociais, educacionais, econômicos e geográficos. Da mesma forma existem pesquisas que abordam os aspectos turísticos e os efeitos do turismo nas sociedades envolvidas, no entanto, na maioria, são estudos que tratam de um único município. Não foi encontrado nenhum trabalho que busque abordar a região como um todo.

A tese “Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná” (ENDLICH, 2006) é referência nos trabalhos realizados na região por traçar um panorama que explica os principais desafios socioeconômicos dos municípios do Noroeste do Paraná. A região em análise se insere na região nominada por Endlich (2006), em sua tese, como Noroeste do Paraná, que tem 165 municípios e difere-se da

região turística em estudo por envolver outros cinquenta municípios¹². A exclusão desses municípios não traz mudanças muito profundas na caracterização regional. A Região Noroeste do Paraná, de Endlich (2006), é a soma de três mesorregiões estabelecidas pelo IBGE – Norte central, Centro ocidental e Noroeste, e serve para explicar a formação e perfil socioeconômico da região turística Noroeste do Paraná.

A criação de grande parte dos municípios dessa região foi resultado da ação de empresas colonizadoras, que atuaram na comercialização de loteamentos rurais e assentamentos urbanos em toda região. A estratégia de ocupação, atrelada aos desmembramentos e emancipações, levou à configuração de uma densa rede de municípios com dimensões demográficas diversificadas (ENDLICH, 2006), conforme detalhado a seguir:

A produção do espaço estudado apresentou algumas características diferenciadas como: empreendimentos privados de colonização; estrutura fundiária inicialmente baseada em pequenas propriedades; acentuada demanda de força de trabalho; implementação de uma densa rede urbana com muitos pequenos núcleos, cuja centralidade estava relacionada ao contingente populacional formado pela presença intensa de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Posteriormente, o declínio populacional no campo foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional, promovendo uma outra mobilidade oriunda das pequenas cidades estagnadas em direção, sobretudo, a centros maiores (ENDLICH, 2006, p. 24).

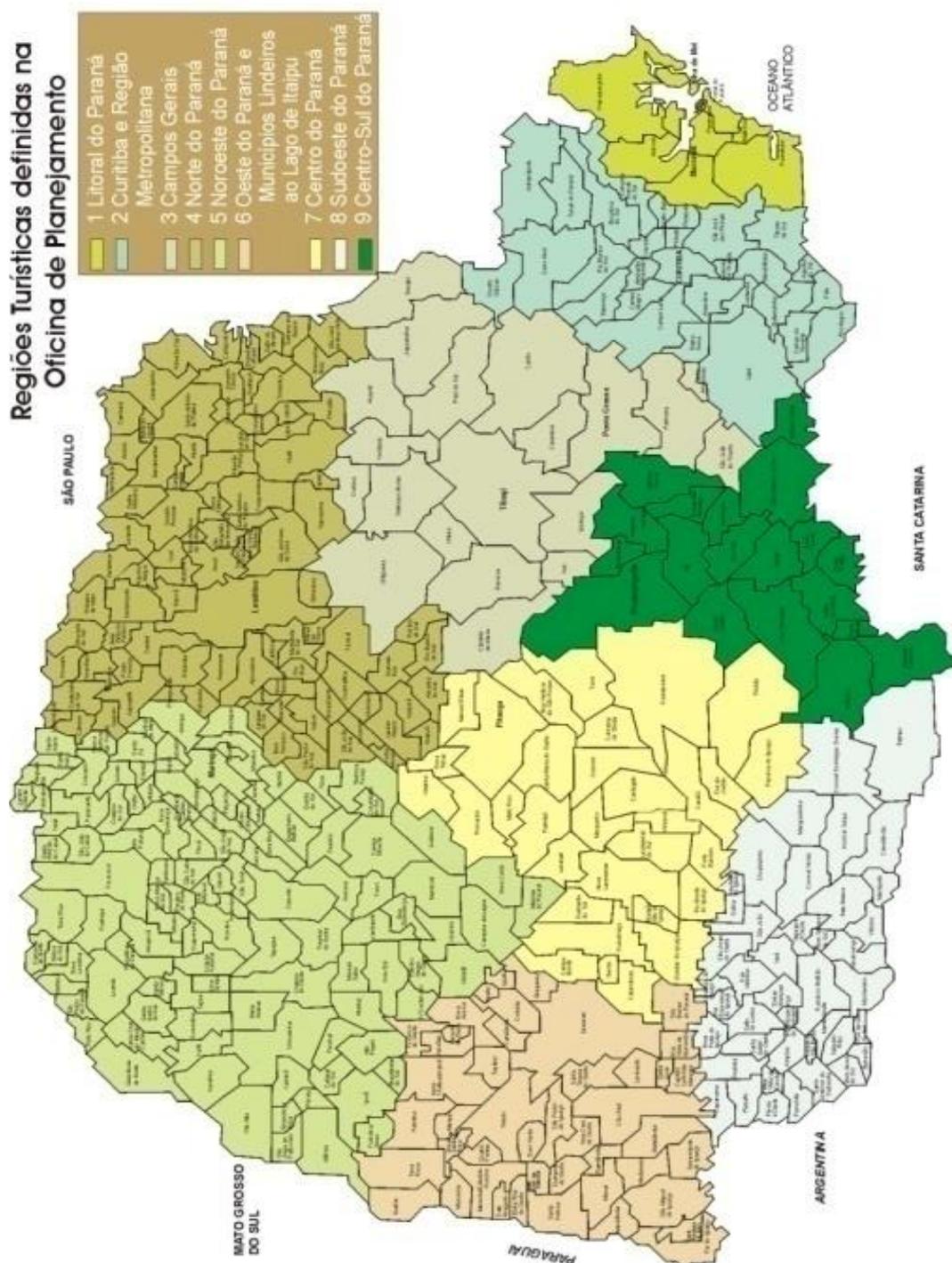
Tais processos de produção do espaço resultaram em uma densa rede, onde localidades demograficamente maiores são mais dispersas no território regional, e a presença de pequenos municípios é frequente (ENDLICH, 2006). Os reflexos socioeconômicos da organização da rede urbana na região são conhecidos, porém, além do registro de poucas pousadas de turismo rural, pouco se sabe historicamente sobre os fluxos do turismo na região.

No Estado do Paraná, conforme mencionado, as ações voltadas à regionalização do turismo tiveram início com a criação da Setu, em 2003, quando

¹² Alvorada do Sul, Apucarana, Arapongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambé, Cambira, Cândido de Abreu, Centenário do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Florestópolis, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guaraci, Ibiporã, Ivaiporã, Jaguapitã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Londrina, Lunardelli, Lupionópolis, Manoel Ribas, Marilândia do Sul, Marumbi, Mauá da Serra, Miraselva, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rolândia, Rosário do Ivaí, Sabáudia, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Sertanópolis e Tamarana.

oficinas foram realizadas com o objetivo de reconhecer, articular e institucionalizar as regiões turísticas no Paraná. De acordo com a Setu (2016), após a realização de diagnósticos e análises acerca da “potencialidade de cada região, concluiu-se pela definição de nove regiões turísticas: Litoral, Curitiba e Região Metropolitana, Campos Gerais, Oeste e Lindeiros ao Lago de Itaipu, Norte, Noroeste, Centro, Centro-Sul e Sudoeste” (Figura 3).

Figura 3 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2003



Fonte: Extraído de Setu (2016)

A região Noroeste se destacava por ser territorialmente maior que as demais, constituída por 115 municípios¹³, correspondendo a 21,6% do território estadual e com aproximadamente dezesseis por cento da população (RETUR, 2008).

A região já recebe significativo número de viajantes a trabalho, negócios e eventos, atraídos principalmente pela agroindústria e pela indústria do vestuário. Para atender a esses visitantes, a região dispõe de suficiente sistema de transporte, meios de hospedagens, serviços de alimentação e eventos.

A riqueza dessa região provém principalmente das atividades da agroindústria e da indústria têxtil com seus shoppings de atacado, distribuídos principalmente em Maringá e Cianorte. [...] A cultura rural e a criatividade do seu povo, fez com que surgissem inúmeros pratos típicos formando um verdadeiro festival onde se destaca o saboroso Carneiro no Buraco, tema de festa anual, realizada em Campo Mourão. Eventos e negócios são uma constante na região, que tem Maringá como pólo irradiador (PARANÁ, 2016).

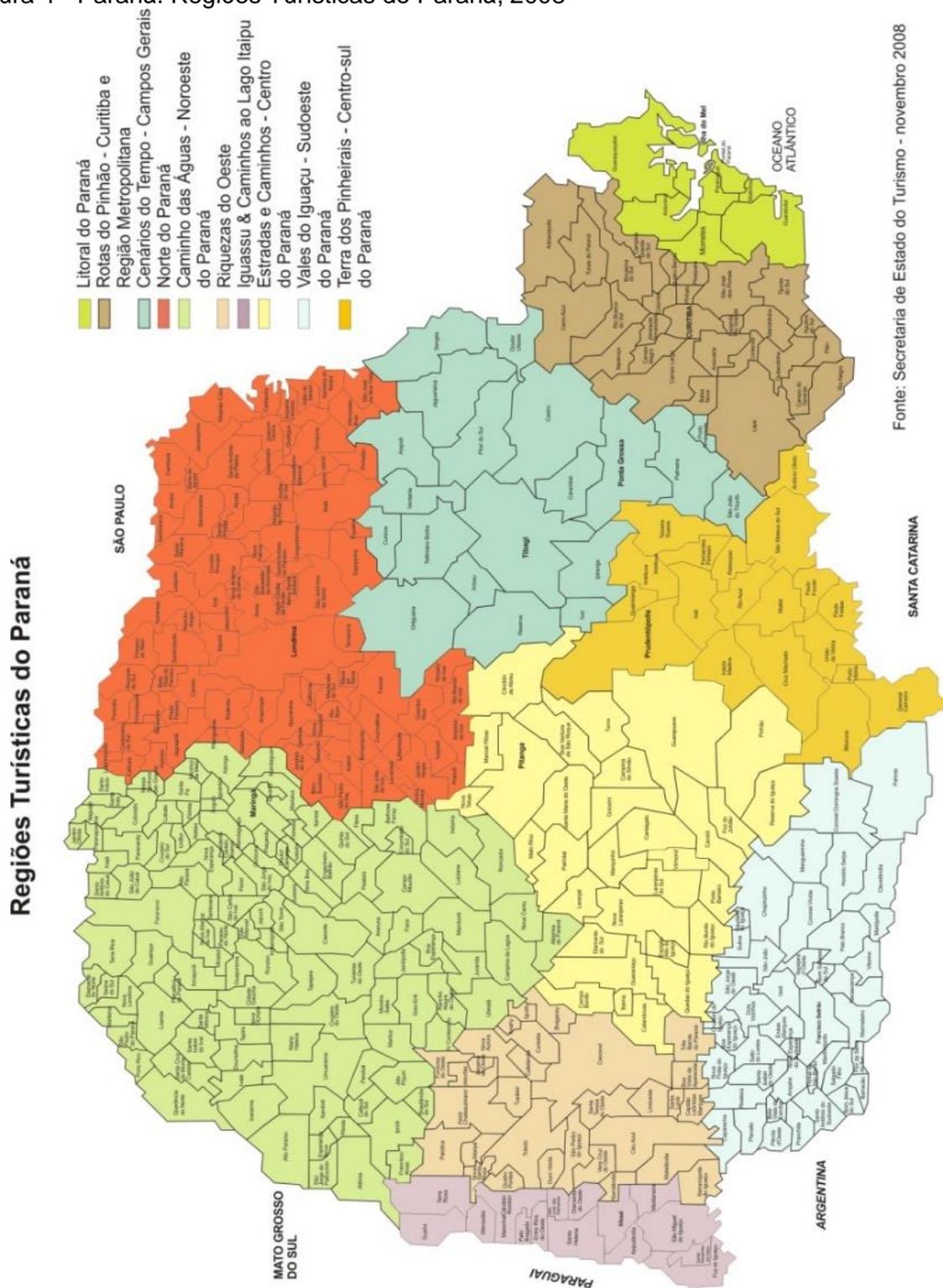
A ocupação da região e suas atividades produtivas configuraram, além das atividades econômicas atuais, heranças culturais preservadas em atividades sociais, construções, hábitos e eventos. As características culturais e sociais da região também se mostram relevantes recursos para atração de turistas. “O turismo religioso também vem crescendo. São inúmeros templos e igrejas, como a Catedral Basílica de Maringá e a Igreja de Santa Rita em Barbosa Ferraz, ponto de partida para um especial roteiro de fé” (PARANÁ, 2016).

Em 2008, o mapa das regiões turísticas do Paraná (Figura 4) passa por atualizações, onde se observa a criação de uma nova região turística, que envolve

¹³ Altamira do Paraná, Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altonia, Amaporã, Ângulo, Araruna, Astorga, Atalaia, Barbosa Ferraz, Boa Esperança, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Campina da Lagoa, Campo Mourão, Cianorte, Cidade Gaúcha, Colorado, Corumbataí do Sul, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Esperança Nova, Farol, Fênix, Floraí, Floresta, Flórida, Francisco Alves, Goioerê, Guairaçá, Guaporema, Icaraíma, Iguaçu, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iretama, Itaguajé, Itambé, Itaúna do Sul, Ivaté, Ivatuba, Janiópolis, Japurá, Jardim Olinda, Juranda, Jussara, Loanda, Lobato, Luiziana, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Maria Helena, Marialva, Marilena, Mariluz, Maringá, Mirador, Moreira Sales, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Ourizona, Paiçandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranaíba, Peabiru, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Quarto Centenário, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rancho Alegre d' Oeste, Roncador, Rondon, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antonio do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé, Sarandi, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Ubitatã, Umuarama, Uniflor e Xambré.

quinze municípios lindeiros ao Lago Itaipu. Neste mapa, a região turística Noroeste do Paraná não passa mudanças na sua composição, mas recebe novo nome: Caminho das Águas - Noroeste do Paraná. Em alguns documentos estaduais a região turística também é chamada de Corredores das Águas, nome mais utilizado desde então.

Figura 4 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2008



Fonte: Extraído de Setu (2016)

O nome Corredores das Águas é uma menção aos recursos turísticos naturais hídricos da região. Ela conta com expressivas bacias hidrográficas e unidades de conservação. Ressaltam-se as bacias hidrográficas dos rios Ivaí, Pirapó, Piquiri, Paranapanema e Paraná, que se configuram como atrativos interessantes para o segmento de pesca esportiva, náutico e de lazer, sol e praia, visto que, no período de verão, muitos turistas são atraídos à região motivados pela presença de lagos, lagoas, bancos de areia e praia de água doce, ilhas fluviais, entre outros. Na região, cabe destaque ao Corredor da Biodiversidade Caiuá - Ilha Grande (PARANÁ, 2008, p.8).

Uma região de clima tropical úmido, com verões quentes, que se destaca por suas propriedades de lazer, pousadas rurais, parques aquáticos, fontes de água mineral termal. A aventura fica por conta do vôo livre em Terra Rica no Três Morrinhos e do rally fluvial de Fênix, onde também se encontra o Parque Estadual de Vila Rica do Espírito Santo, guardando um pedaço da história da região (PARANÁ, 2016).

Apesar de muitos recursos naturais, poucos são os produtos comercializados, ou seja, poucos locais contam com infraestrutura, equipamentos e serviços adequados para receber turistas. Os fluxos de turistas, como nas demais escalas mencionadas, concentram-se nos destinos demograficamente maiores, reproduzindo, também regionalmente, o processo de atração e concentração do capital público e privado em municípios mais populosos.

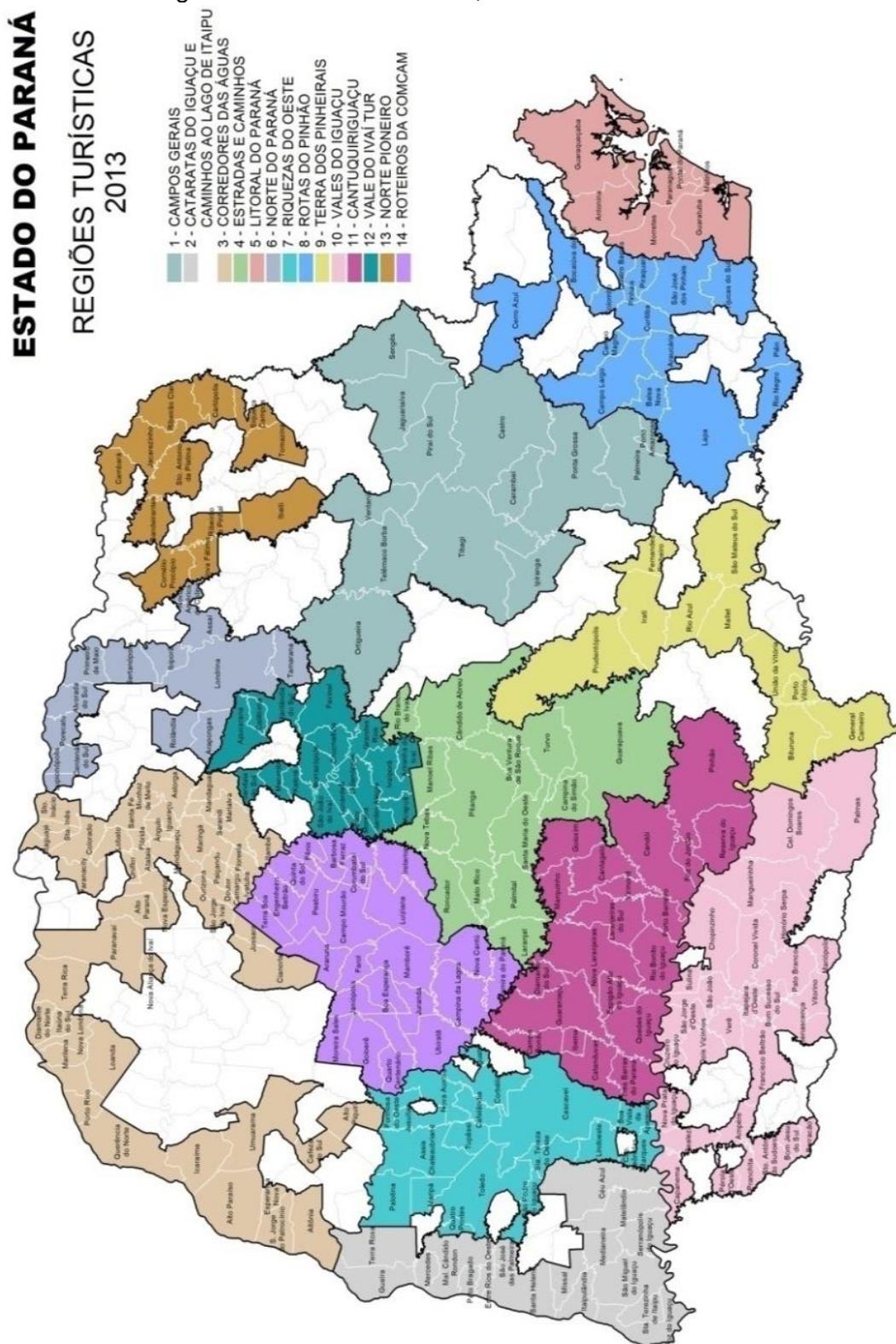
Os insuficientes avanços do turismo, em dez anos do Programa Nacional de Regionalização do Turismo em todo o território brasileiro, fizeram com que o Ministério do Turismo deliberasse novas orientações para que os estados apresentassem novo mapa de regionalização. A regionalização considerada pela Setu até 2012, englobava, em regiões turísticas, todos os 399 municípios do Estado. Porém, tal proposta, com objetivo de descentralizar, integrar, ampliar e qualificar os destinos turísticos no Estado, teve poucos ou nenhum resultado, enfim, falhou.

Seguindo orientações do MTur, em 2013, a Setu apresenta nova proposta para a regionalização do turismo no Paraná, gerando um recorte que não envolveu todos os municípios. A regionalização dessa vez, mais do que considerar aspectos culturais e naturais de regiões turisticamente semelhantes, envolve também os aspectos políticos.

Para a definição de um novo mapa da regionalização turística (Figura 5), as prefeituras tiveram papel determinante. Com o objetivo de ampliar o envolvimento dos municípios, o MTur apenas aceitou a adesão dos municípios ao Programa de

Regionalização do Turismo, via assinatura do prefeito de um termo específico, informando qual região turística estavam dispostos a integrar. Outra exigência para definir uma região foi a continuidade entre seus municípios.

Figura 5 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2013



Fonte: Extraído de Setu (2013)

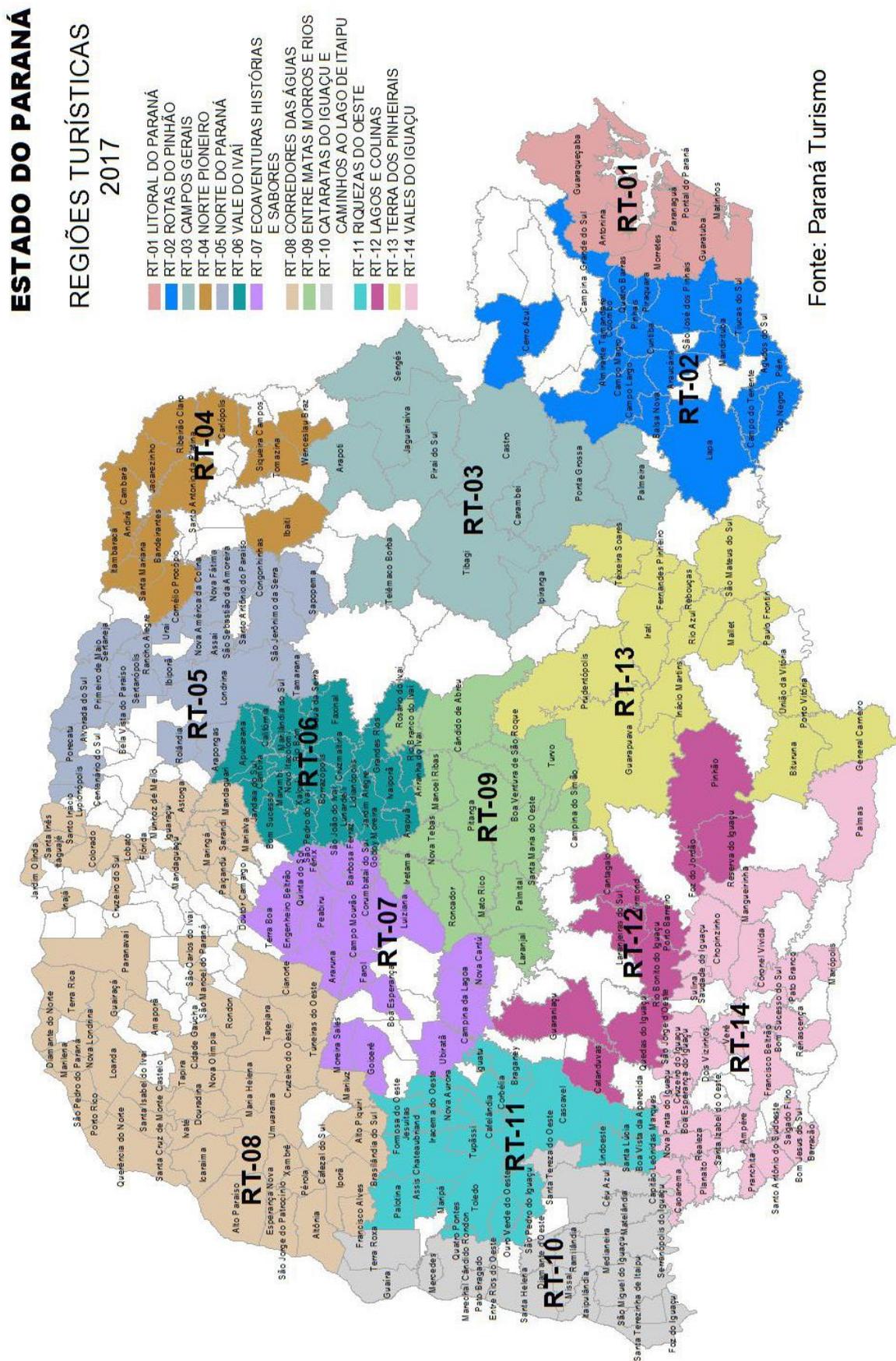
A exigência de um compromisso formal de cada município na organização do turismo gerou uma regionalização que não envolve todos os municípios e, portanto, sem contiguidade territorial como se observa no mapa apresentado. É possível observar claras mudanças na região Noroeste, objeto desse estudo. Essas mudanças também receberão especial atenção mais adiante.

A região Noroeste, anteriormente composta por 115 municípios sofreu profundas modificações. Em 2013, apenas 39 municípios participaram da reunião convocada pela Setu com objetivo de apresentar o novo processo de regionalização. Após a reunião, iniciou-se uma tarefa de articulação regional para a formalização das novas regiões. Tal articulação culminou em 72 municípios que enviaram o termo exigido pelo MTur para oficialização das novas regiões turísticas. Permaneceram na região turística Corredores das Águas, 49 municípios.

O município de Roncador solicitou sair da região para integrar a já existente região Estradas e Caminhos. Os outros 24 municípios da mesorregião Centro Ocidental Paranaense uniram-se para a criação de uma nova região turística, nominada Roteiros da Comcam. Todavia, o que mais se destaca é o fato de que 41 municípios não manifestaram interesse em ingressar nessa nova proposta de regionalização da Setu e MTur. A grande mudança na região Noroeste deve-se, possivelmente, aos insatisfatórios resultados turísticos do Programa de Regionalização. Essa insatisfação com os resultados das ações da região turística Noroeste do Paraná atingiu 66 municípios, a maioria de pequeno porte demográfico.

Em 2016 e 2017, foram lançadas novas versões do Mapa do Turismo Brasileiro. No ano de 2016, o número de municípios da região noroeste é ainda menor que a versão apresentada em 2013. Contudo, em 2017, é nítida a maior adesão dos municípios do noroeste do Paraná ao Programa Nacional de Regionalização do Turismo (Figura 6).

Figura 6 - Paraná. Regiões Turísticas do Paraná, 2017



Fonte: Extraído de Paraná Turismo (2017)

O número de municípios membros da região turística Corredores das Águas voltou a crescer em 2017, enquanto a recém-criada região composta pelos municípios da mesorregião Centro Ocidental, agora nominada Ecoaventuras, Histórias e Sabores, diminuiu. O mapa das regiões turísticas 2017 também não apresenta a exigência de continuidade entre os municípios de uma mesma região.

Pela necessidade de compreender essas mudanças, optou-se por trabalhar com a região apresentada em 2003, e observar qual o comportamento de municípios de pequeno porte ao longo dos últimos anos.

Sobre a região turística Noroeste do Paraná, instituída em 2003 e formada por 115 municípios, são poucos os estudos desenvolvidos. O turismo, enquanto área do conhecimento, é uma das poucas que utiliza as regiões turísticas enquanto recorte de estudo, especificamente porque, enquanto escala de gestão, as regiões turísticas ainda não representaram grandes mudanças na estrutura socioeconômica.

Segundo dados do IBGE (2010), a população total da região é de 1.735.598 habitantes. Apenas 21, dos 115 municípios da região têm uma população maior que quinze mil habitantes. Todos os demais, 94 municípios, têm população menor que 14.981 habitantes. A região turística Noroeste do Paraná tem desde municípios com população muito pequena como Jardim Olinda e Nova Aliança do Ivaí, com respectivamente 1.409 e 1.431 habitantes, até municípios mais populosos como é o caso de Maringá com 357.007 habitantes, Umuarama que superou a marca de cem mil habitantes e Campo Mourão, Paranavaí e Sarandi, todos com mais de oitenta mil habitantes.

A menor sede urbana é do município de Esperança Nova, que conta com 752 habitantes. Maringá, por sua vez, é a maior cidade da região, com mais de 350 mil moradores na sede urbana, o que totaliza mais de 98% de toda população do município. Tal concentração populacional em áreas urbanas, típicas de regiões com dinâmicas metropolitanas, também é observada em Paiçandu e Sarandi, que têm apenas um por cento da sua população no campo. Tais dados sugerem uma quase nula permanência de famílias no campo. Porém, a disparidade entre os municípios da região é notável neste aspecto, visto que Xambê e Nova Esperança, por exemplo, mantêm mais de sessenta por cento da população na área rural.

Seguindo o mesmo critério de apresentação dos municípios quanto ao porte demográfico, nota-se que a região turística Noroeste não conta com nenhum município considerado de grande porte, com mais de 500 mil habitantes. O município de maior

porte demográfico é Maringá. A cidade representa relevante centro de gestão e serviços para um grande número de municípios, classificada no Regic como uma capital regional.

Segundo estudo realizado em 2011, excetuando-se a Região Metropolitana de Curitiba e Foz do Iguaçu, Maringá era a única cidade do interior do Paraná com rede hoteleira internacional, onde operam dois hotéis *Ibis*, da Rede *Accor*. Nenhum outro município da Região tem hotéis que operam em rede. “No Estado 88,5% dos meios de hospedagens são empresas únicas e 10,6% são constituídos pelas redes, que se concentram nas principais cidades do Paraná, como Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá” (PICOLLO, 2011, p. 58).

Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí e Umuarama também centralizam a oferta de serviços para municípios menores e áreas rurais próximas. Esses municípios, economicamente mais dinamizados, atraem visitantes motivados principalmente pelas atividades produtivas ali desenvolvidas, gerando o turismo de negócios, estudo, eventos e técnico científico. A região é formada por dezessete municípios com mais de 20 mil moradores (Tabela 4).

Tabela 4 - Paraná. Municípios do Paraná e Região Turística Noroeste do Paraná por classe, 2010

Classes de população	Número de municípios por classe	
	Paraná	Região Noroeste do Paraná
população até 5.000	98	40
entre 5001 e 10.000	105	34
entre 10.001 e 20.000	109	24
20.001 e 50.000	55	11
50.001 e 100.000	14	4
100.001 e 900.000	17	2
Mais que 900.000	1	-
Total de municípios:	399	115

Fonte: IBGE (2010)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

A maioria dos municípios da região turística Noroeste, 98 deles, tem população inferior a 20 mil habitantes. O Paraná conta com 98 municípios com população menor que cinco mil habitantes, e mais de quarenta por cento desses estão nesta região.

O plano de desenvolvimento do turismo para a região Noroeste do Paraná (2008), sem considerar o porte demográfico, classificou os municípios em quatro níveis de desenvolvimento turístico: municípios a promover, a qualificar para

promover, a qualificar e a desenvolver. No Quadro 1 estão representados os municípios da região Noroeste de acordo com essa classificação.

Quadro - Paraná. Hierarquia dos municípios da Região Turística Noroeste do Paraná, 2008

Promover	Qualificar para promover	Qualificar	Desenvolver	
	Maringá Campo Mourão Iretama Cianorte Umuarama	Paranavaí Porto Rico Iguaraçu Terra Rica Roncador Santa Fé	Alto Paraíso Alto Piquiri Altônia Barboza Ferraz Colorado Cruzeiro do Oeste Diamante do Norte Doutor Camargo Fênix Floresta Icaraíma Iporã Ivatuba Jardim Olinda Loanda Luiziana Mandaguaçu Mandaguari Marialva Marilena Munhoz de Mello Nova Esperança Nova Londrina Querência do Norte Santo Inácio São Pedro do Paraná Sarandi	Amaporã Astorga Atalaia Cidade Gaúcha Douradina Engenheiro Beltrão Farol Flórida Francisco Alves Itaguajé Juranda Lobato Maria Helena Moreira Sales Paiçandu Paranacity Pérola Santo Antônio do Caiuá São Carlos do Ivaí São Jorge do Patrocínio Tapejara Xambrê

Fonte: Extraído de Setu (2008)

Destaca-se que a Região Noroeste não conta com nenhum município a “Promover”, como pode ser observado na coluna específica no quadro anterior. Isso indica que nenhum município foi considerado com atrativos, produtos e serviços turísticos suficientemente qualificados para a divulgação e comercialização no mercado internacional. Esse *status* é normalmente reservado aos destinos indutores, e não há nenhum deles na região em questão.

Na melhor classificação da região nesta tabela, “Qualificar para promover”, constam apenas cinco entre os 115 municípios: Maringá, Campo Mourão, Iretama, Cianorte, Umuarama. Mesmo que o porte demográfico não seja um critério utilizado pela Setu para classificar os municípios, quatro deles são os municípios com maior população da região. Tal fato permite inferir que os municípios mais populosos recebem melhor classificação. Iretama, o único município de pequeno porte demográfico que está entre os melhores classificados da região, tem pouco mais de 10 mil habitantes. Apesar de não concentrar população significativa, Iretama concentra capital e investimentos. O *Eco Resort* Hotel Termas de Jurema, de capital regional, está entre as maiores estruturas de serviços do país e atrai turistas do Brasil

todo e de outros países. Entre os municípios da região com mais de 50 mil habitantes, apenas Paranavaí e Sarandi não estão entre aqueles de melhor classificação regional.

Paranavaí, com 81.590 habitantes é classificado pela Setu como um município a “Qualificar”. Também recebem essa classificação Iguaraçu, Porto Rico, Terra Rica, Roncador e Santa Fé. Além de Paranavaí, Terra Rica e Santa Fé, com respectivamente 15.221 e 10.432 habitantes, são demograficamente os maiores municípios dessa classificação, os demais têm menos de cinco mil moradores.

A maioria dos região são considerados pela Setu como municípios que ainda precisam desenvolver seus recursos turísticos. Nessa classe, estão alguns municípios inseridos na Região Metropolitana de Maringá e que concentram maiores populações como Sarandi, com 92.847 moradores, e Paiçandu, Mandaguari e Marialva, com mais de 30 mil habitantes. Terra Boa não participou do estudo de hierarquização, e por isso não está classificado no quadro anterior.

Em relação aos convênios repassados pelo governo federal aos municípios do Estado do Paraná, apresentado anteriormente na Tabela 2, três municípios da região Noroeste do Paraná estão na lista dos municípios com maior quantidade de convênio: Maringá, Umuarama e Campo Mourão, novamente os mais populosos da região. Isto reproduz regionalmente a realidade estadual confirmando que os municípios maiores têm maior acesso aos convênios. Os dezessete municípios da referida região com mais de 20 mil habitantes estabeleceram 197 convênios com o Ministério do Turismo, uma média de 11,6 convênios por município. Entre os 108 municípios da Região que estabeleceram convênios com o Ministério do Turismo, Maringá e Umuarama destacam-se como maior quantidade de convênios e valor conveniado, respectivamente. A proporção de investimentos públicos e privados são menores nos municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná, conforme detalhamos no próximo tópico.

3.3 Os municípios de pequeno porte demográfico da Região Turística Noroeste do Paraná

A região turística Noroeste do Paraná tem 98 municípios com menos de 20 mil habitantes. “A presença dessas pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira” (ENDLICH, 2006, p. 23). O cultivo do café imprimiu na região Noroeste do Paraná, na qual estão inseridos os municípios estudados, “a despeito das diferenças de natureza ambiental, [...] um passado de certa forma homogeneizador” (ENDLICH, 2011, p. 153).

Apesar do declínio da produção cafeeira, o cultivo agrícola manteve-se presente. O processo de transformação na região promoveu uma modernização vinculada à monocultura da soja, em parte dela, a parte mais fértil. Por outro lado, a parte que possui solos decorrentes do Arenito Caiuá apresenta maior diversidade de produção.

Nos pequenos municípios, o cultivo agrícola está fortemente ligado à produção industrial, com grande influência em toda dinâmica regional, por exemplo, gerando postos de trabalho no campo, nas agroindústrias e nas imponentes cooperativas que operam na região.

No caso das pequenas cidades da região Noroeste do Paraná, prevalece em especial o ramo agroindustrial, freqüentemente monoindustriais, o que desenha uma situação econômica de maior fragilidade diante das incertezas do mercado mundial. As atividades agroindustriais são significativas para as pequenas cidades como um todo, tanto para aquelas em que a sede industrial está presente, mas também para os municípios vizinhos, pois normalmente uma unidade industrial está vinculada ao uso de solo de diversos municípios fornecedores de matéria-prima, bem como o recrutamento da mão-de-obra ocorre em âmbito microrregional (ENDLICH, 2006, p. 185).

A agricultura, reflexo da divisão espacial do trabalho e da industrialização, imprime, na rede urbana mundial e também nos pequenos municípios da região noroeste, características muito marcantes, mas ainda não foram capazes de melhorar significativamente as condições de vida das populações envolvidas. Essas, entre outras características, permitem estabelecer algumas comparabilidades entre os municípios de pequeno porte da região turística Noroeste do Paraná.

Será que a região Noroeste pode ainda ser considerada uma área de comparabilidade para a compreensão dos papéis e significados de suas localidades urbanas? Pressupõe-se, portanto, que esta região reuniu, no período de sua ocupação capitalista efetiva, características que

resultaram em uma área comparável [...]. Será que os processos de transformação vivenciados na região alteraram suas características de forma que tal área não pode ser compreendida em relação aos objetivos aqui propostos como uma unidade? [...] Os dados analisados não demonstraram diferenças suficientes para não se considerar o Noroeste como uma área comparável do ponto de vista do fenômeno urbano. Ao contrário, com exceção do destaque à formação do mencionado eixo, o restante da região parece ter dinâmicas que prosseguem comparáveis, apesar das intensas mudanças ocorridas (ENDLICH, 2011, p. 153-164).

Os municípios de pequeno porte dessa região, salvo suas peculiaridades, passam por diversos problemas com destaque à estagnação econômica, esvaziamento populacional, subemprego e dificuldade de acesso ao lazer e atividades culturais (ENDLICH, 2006).

O insistente declínio demográfico em áreas municipais com pequenas cidades na região Noroeste inevitavelmente induz ao questionamento de seus papéis no período atual. Esse declínio, conforme já se expôs antes, não é exclusivo da área estudada. Na região Sul, mais de 40% dos municípios perde população, índice acompanhado pelo Paraná (ENDLICH, 2006, p. 183).

Nota-se que as estratégias de desenvolvimento econômico, via produção agrícola e industrial, não foram suficientes para garantir melhoras nas condições de vida dos moradores dos pequenos municípios dessa região. Estas características socioeconômicas da região são preocupantes e motivam a busca por novas estratégias de desenvolvimento socioeconômico, em especial com atividades socialmente inclusivas gerando renda e emprego. Nesse contexto, o turismo pode ser uma possibilidade. Dados do Ipardes (PARANÁ, 2013), baseado no Relatório anual de informações do Ministério do Trabalho e Emprego - Rais, indicam que os 98 municípios da região com menos de 20 mil habitantes ofertam 2.309 empregos no setor de turismo, que geram uma massa salarial de R\$ 2.530.756,37. A tais números podem ser acrescidos mais 35%, que representa a média de empregos informais gerados, tornando-os mais significativos (SÃO PAULO, 2011).

Ainda em relação ao emprego no mercado de turismo, a região turística Noroeste do Paraná também é formada por discrepâncias. Enquanto alguns municípios não têm registrado no Ministério do Trabalho e Emprego (2013), nenhum emprego relacionado ao setor de turismo¹⁴, outros superam os cem empregos

¹⁴ Guaporema, Jardim Olinda, Nova Aliança do Ivaí, Presidente Castelo Branco, Quarto Centenário, Quinta do Sol e Rancho Alegre D'Oeste.

gerados no setor de viagens e turismo, como é o caso de Iretama, com 487 empregos gerados diretamente pelo fluxo de visitantes.

A geração de empregos adequados via turismo é uma estratégia para o desenvolvimento socioeconômico em municípios de pequeno porte demográfico, visto que “as pequenas cidades brasileiras são cidades constituídas basicamente por população de renda mais baixa” (ENDLICH, 2007, p. 57). Direcionar energia para reverter esse quadro de fragilidade dos pequenos municípios é eminente e urgente, visto que 66% dos 5.565 municípios brasileiros têm menos de 10 mil habitantes (IBGE, 2010).

Para que o turismo funcione enquanto estratégia de desenvolvimento socioeconômico, é preciso alinhar os discursos oficiais de descentralização com práticas que estimulem a distribuição dos investimentos e fluxos turísticos em localidades periféricas. Tais práticas devem inserir o turismo em localidades social e economicamente fragilizadas. E, esse cenário de fragilidade tem se mostrado mais evidente em pequenos municípios, quase sempre negligenciados por investimentos públicos e, sucessivamente, pelo capital privado.

A listagem dos municípios menos populosos da região turística Noroeste também coincide com a listagem dos municípios menos privilegiados por convênios. Dez municípios da Região estão entre os 22 municípios do Estado do Paraná menos favorecidos por convênios, todos com menos de cinco mil habitantes.

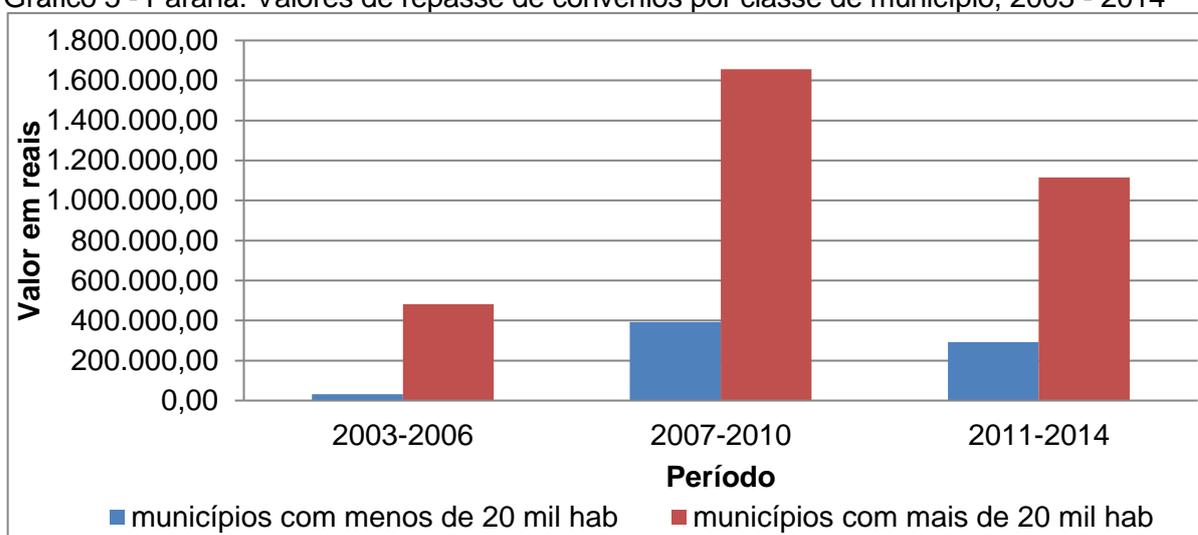
Dentre os 98 municípios com até 20 mil habitantes da Região, sete¹⁵ não realizaram nenhum convênio com o MTur. O maior deles é Cidade Gaúcha, com 11.062 habitantes. Nove municípios, ainda que tenham convênios estabelecidos, não tiveram os valores repassados, todos têm menos de 11 mil habitantes. Entre os municípios com menos de 20 mil habitantes, Terra Boa (15.776 hab.) e Munhoz de Melo (3.672 hab.) tiveram os maiores valores liberados.

Os municípios de pequeno porte demográfico estabeleceram 358 convênios, em média 3,9 convênios por município. Nota-se que a média de convênio por município é três vezes maior em municípios demograficamente maiores, em relação aos municípios com menos de 20 mil habitantes.

¹⁵ Brasilândia do Sul (3.209 hab.), Cidade Gaúcha (11.062 hab.), Guaporema (2.219 hab.), Inajá (2.988 hab.), Paranapoema (2.791 hab.), Presidente Castelo Branco (4.784 hab.), São João do Caiuá (5.911 hab.).

Além da média de convênio por município, a média de valor repassado também é mais significativa em municípios com mais de 20 mil habitantes da região turística Noroeste do Paraná. No período de 2003 a 2006, os maiores municípios da Região receberam, em média, um valor quinze vezes superior aos municípios com menos de 20 mil habitantes. Entre 2007 e 2014, os ganhos dos municípios de pequeno porte demográfico ampliaram em relação a 2006. Porém, no último período avaliado, entre 2011 e 2014, os pequenos municípios receberam um valor quatro vezes menor do que os centros mais populosos (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Paraná. Valores de repasse de convênios por classe de município, 2003 - 2014



Fonte: Portal da Transparência (2015)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

As análises a seguir versam, especificamente, sobre os recursos repassados pelo MTur aos municípios de pequeno porte demográfico da região turística. Dessa forma, as próximas reflexões restringem-se aos noventa municípios que realizaram os 348¹⁶ convênios entre 1999 e 2014.

O maior número de convênios entre o MTur e municípios de pequeno porte demográfico da Região Noroeste do Paraná foi estabelecido entre 2007 e 2010, com destaque ao ano de 2009, quando foram realizados 73 convênios. Porém, quanto ao valor conveniado, o destaque fica para o ano de 2013, com apenas trinta convênios.

Além dos valores, é relevante refletir ainda sobre os objetos de tais convênios, ou seja, o que os municípios solicitaram ao MTur. Na primeira gestão do governo Lula, iniciada em 2003, foi mais significativo o apoio financeiro do MTur para o setor de

¹⁶ Estão incluídos os convênios excluídos ou cancelados.

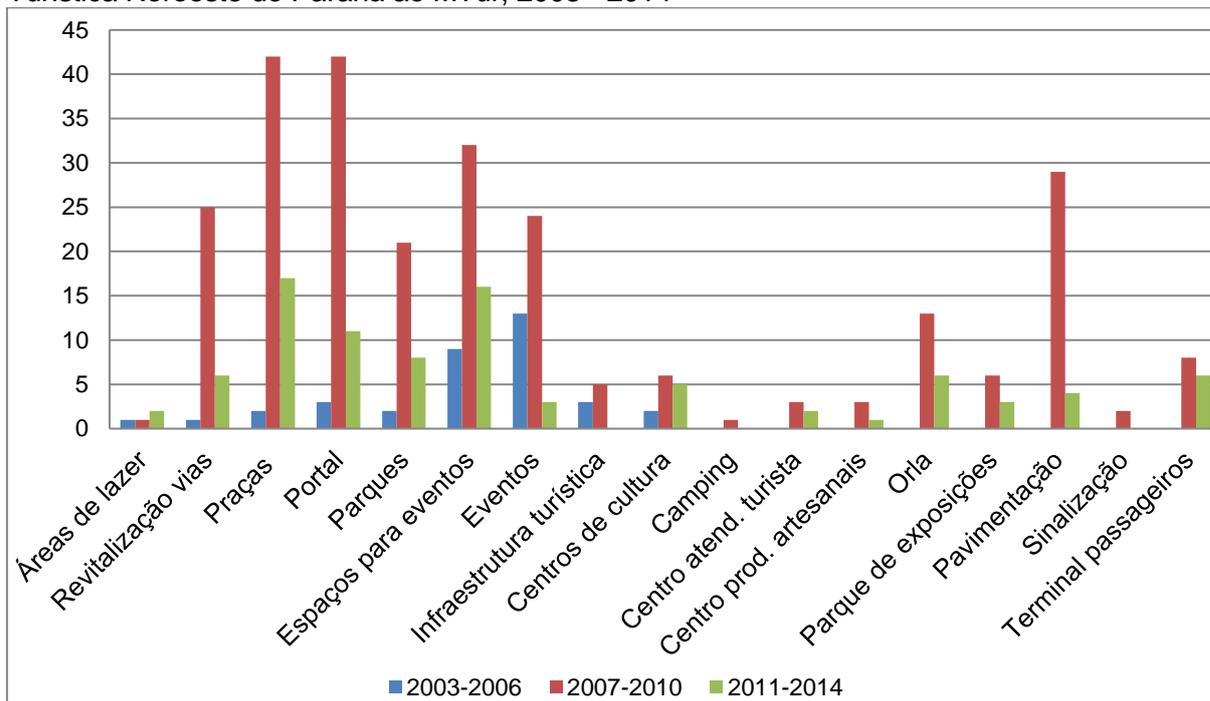
eventos, tanto na organização de eventos comemorativos, festas gastronômicas e feiras agropecuárias, como na construção de espaços de eventos.

Os planos nacionais de turismo¹⁷ apresentados desde a criação do MTur destacam em seus objetivos e metas a criação, ampliação, diversificação de produtos turísticos. Devido a isso, é crescente o interesse da gestão pública municipal na realização de eventos, considerado um produto turístico de fácil criação, e uma alternativa para localidades que não têm grandes manifestações culturais e belezas naturais. Esse interesse dos municípios deve-se à grande repercussão das vantagens socioculturais, ambientais e econômicas que a atividade turística pode estimular, resultado das ações de sensibilização turística do Programa Nacional de Municipalização do Turismo na década de 1990. Desde então, o setor de eventos é um dos mais evidentes apoios financeiros do governo federal. Além dos tradicionais centros de convenções, também são liberados recursos para espaços alternativos de eventos, como parques de exposições, arenas, arquibancadas e centros para apresentações culturais (Gráfico 6).

O plano nacional de turismo para o período 2013-2016 é ainda mais evidente neste aspecto ao ter como foco a organização do país para a realização de megaeventos e a atenção aos espaços para realização de eventos esportivos. A opção pelos grandes eventos é uma escolha que dificilmente terá resultados em áreas distanciadas e municípios de pequeno porte, a não ser aqueles situados na órbita das áreas metropolitanas ou centros urbanos onde se desenvolverão as atividades a ele relacionadas. Dessa forma, essa política não se desdobrou em ações nos municípios de pequeno porte demográfico da região Noroeste do Paraná.

¹⁷ Plano Nacional do Turismo - Diretrizes, Metas e Programas (2003/ 2007); Plano Nacional do Turismo - Uma Viagem de Inclusão (2007/2010); Plano Nacional de Turismo - O turismo fazendo muito mais pelo Brasil (2013/2016).

Gráfico 6 - Paraná. Solicitações dos municípios de pequeno porte demográfico da Região Turística Noroeste do Paraná ao MTur, 2003 - 2014



Fonte: Portal da Transparência (2015)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

É nítido o destaque do período 2007 a 2010, tanto em quantidade quanto em diversidade dos convênios estabelecidos entre o governo federal e os municípios de pequeno porte demográfico. A diversidade evidencia-se na construção de espaços públicos de lazer como praças, parques e orlas. Acredita-se que a ampliação dos investimentos públicos nessa linha é reflexo da política nacional de turismo para o período, intitulada “uma viagem de inclusão”, que tinha entre seus objetivos incluir a “atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros” (BRASIL, 2007, p. 16).

Porém, alguns dos apoios financeiros do Ministério do Turismo aos municípios são questionados, como os recursos para pavimentação, urbanização e revitalização de vias públicas. É inquestionável a relevância desses aspectos estruturais na qualidade de um destino turístico. O questionamento paira no fato de que recursos para tais fins já estão disponíveis em outros órgãos públicos federais e no fato de que esses recursos pouco podem contribuir com melhoras na atividade turística. O mesmo questionamento tem se reproduzido, não só na região, mas em escala nacional, a respeito dos portais ou pórticos instalados nas entradas das cidades, considerados pouco influentes na ampliação de índices turísticos como crescimento de fluxos de visitantes, geração de emprego e renda. Em alguns casos, isso pode refletir o

despreparo de gestores públicos em identificar ações que possam levar ao desenvolvimento socioeconômico via turismo.

A mesma realidade observada no governo Lula se reproduz na gestão da presidenta Dilma Rousseff. Ainda são irrisórios os investimentos governamentais em ações voltadas à informação e à comercialização de produtos de interesse turístico, determinantes para a dinamização econômica do setor. As políticas públicas voltadas ao Turismo no Brasil perpetuam, nos pequenos municípios dessa região, tendências centralizadoras, como ocorre em outras escalas e em outros setores. Continua havendo uma reprodução da desigualdade territorial.

Apesar da fragilidade do turismo regional, algumas peculiaridades relacionadas ao turismo emergem em municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná. Iguaraçu, Iretama e Porto Rico destacam-se entre os demais devido aos empregos no setor turístico, enquanto Terra Boa destaca-se pelos investimentos públicos. Detalhamentos e análises sobre as implicações do turismo nesses quatro municípios estão no próximo capítulo, dedicado ao estudo comparativo dos alcances e limites do turismo frente aos desafios dos municípios de pequeno porte demográfico.

CAPÍTULO 4 - ALCANCES E LIMITES DO TURISMO EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO DA REGIÃO TURÍSTICA NOROESTE DO PARANÁ

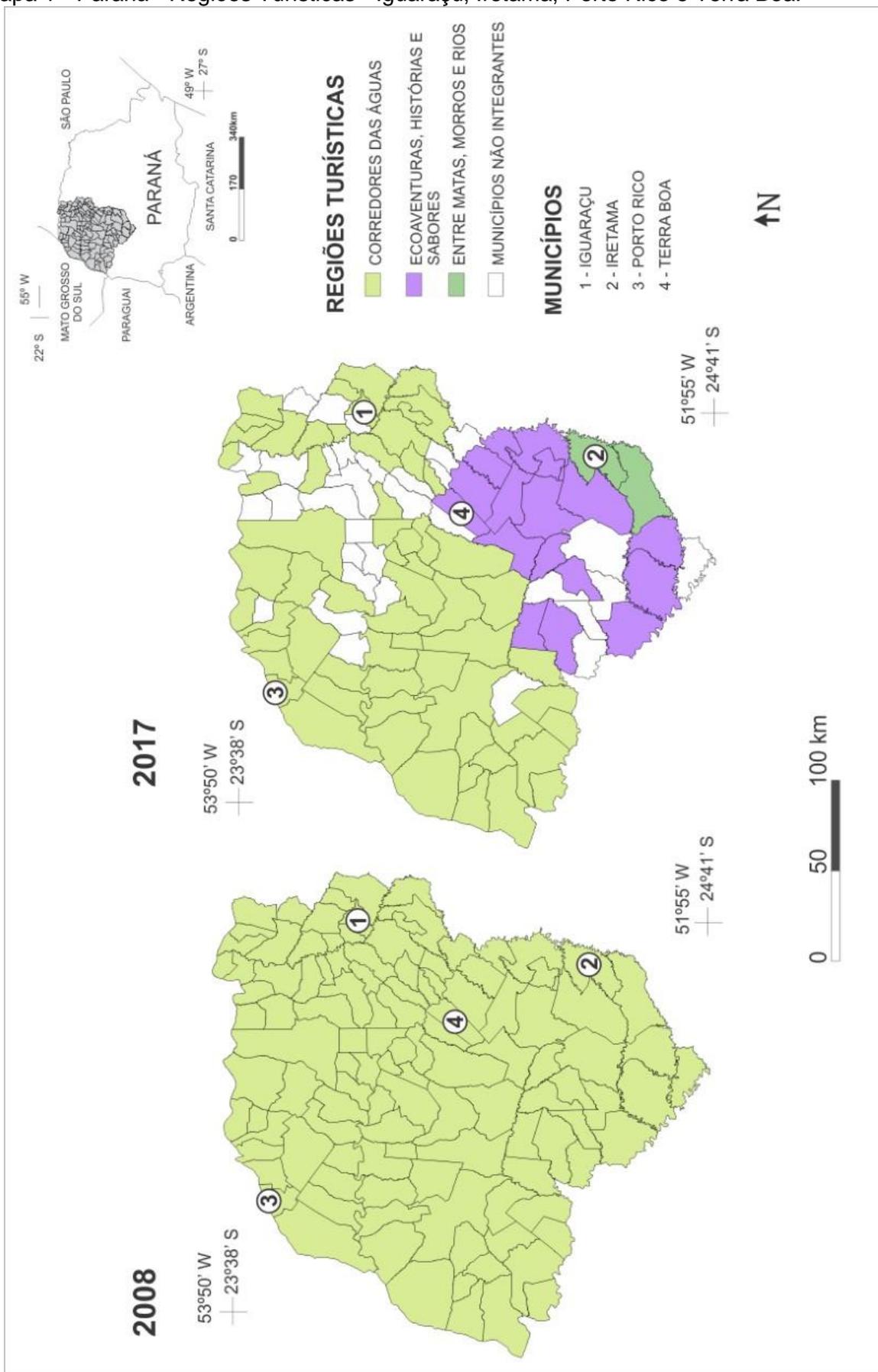
Dentre os 98 municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná, alguns se destacam turisticamente. Iretama e Iguaçu têm o maior número de empregos gerados pelo turismo em 2014. Esses empregos devem-se aos *resorts* instalados nas áreas desses municípios. Ou seja, Iguaçu e Iretama dispõem de um único complexo turístico que concentra espacialmente a prestação de todos os serviços necessários ao hóspede.

Outro destino turístico conhecido no estado é Porto Rico. Enquanto em Iguaçu e Iretama os atrativos e serviços turísticos são ofertados por um único investidor, em Porto Rico, o Rio Paraná e as atividades esportivas e de lazer desenvolvidas em torno dele são os fatores de maior atração de visitantes, que utilizam diversos serviços e equipamentos, especialmente os condomínios de lazer e pesca como meios de hospedagem. Ainda assim, o município se destaca pelo número de empregos gerados pelo setor de hospedagem, e por essas peculiaridades faz parte desse estudo.

Os recursos do MTur repassados aos municípios de pequeno porte demográfico evidenciaram os alcances de Terra Boa entre os demais. Terra Boa destaca-se entre os demais 97 municípios com menos de 20 mil habitantes em quantidade de convênios (treze) e o maior valor conveniado (R\$ 2.710.200,00). Iretama, por exemplo, com mais de quatrocentos empregos no turismo, conseguiu realizar apenas dois convênios, totalizando pouco mais de duzentos mil reais.

Por suas peculiaridades, esses quatro municípios, com diferentes características geográficas, econômicas, populacionais e turísticas, foram selecionados para receber maior atenção nesse estudo: Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa (Mapa 1).

Mapa 1 - Paraná - Regiões Turísticas - Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa.



Org.: Ângelo Ricardo Marcotti (2018)

Geograficamente, os municípios selecionados representam as três mesorregiões que compõem a região turística: Iguaraçu, na microrregião de Astorga, representa a mesorregião Norte Central; A região Noroeste do Paraná, especificamente a microrregião de Paranavaí é representada por Porto Rico. Este último também é representativo de diversos outros municípios do Estado que dispõem de rios e lagos, onde práticas esportivas, de lazer e recreativas podem ser desenvolvidas. Além disso, em Porto Rico também se observa o crescimento dos condomínios de lazer com acesso a recursos hídricos, ilustrando o que acontece em diversos outros municípios no País. Por fim, Iretama e Terra Boa estão na microrregião de Campo Mourão - mesorregião Centro Ocidental do Paraná. A dinâmica turística de Terra Boa parece representar o que se observa em muitos municípios de pequeno porte de Estado. O município conta com alguns eventos gastronômicos, sociais e religiosos, sem grande capacidade de atrair visitantes. Porém, diferente de outros pequenos municípios, conseguiu acessar significativa quantidade de recursos federais.

As populações desses quatro municípios representam bem a diversidade dos 98 municípios de pequeno porte da Região. Isso porque Porto Rico, com pouco mais de 2 mil habitantes representa os municípios muito pequenos, e Terra Boa, que ultrapassa os 16 mil habitantes, está perto do limite máximo dos municípios aqui considerados de pequeno porte. Na Tabela 5, estão ilustrados os dados do IBGE referente aos censos de 1970 a 2010. Optou-se por apresentar os dados a partir de 1970 para que todos os municípios estejam contemplados, visto que os dados 1960 contêm apenas as populações de Iguaraçu e Terra Boa, emancipados em 1955. Iretama e Porto Rico foram emancipados apenas em 1961 e 1963, respectivamente, e por isso não aparecem no censo de 1960.

Tabela 5 - Paraná. População de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 1970-2010

População	1970	1980	TCA	1991	TCA	2000	TCA	2010	TCA
	Total	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total
Iguaraçu	9.855	6.526	(-3,38%)	3.284	(-4,52%)	3.590	1,04%	3.982	1,09%
Iretama	15.042	22.102	4,69%	15.814	(-2,59%)	11.339	(-3,14%)	10.622	(-0,63%)
Porto Rico	6.192	5.341	(-1,37%)	3.211	(-3,63%)	2.547	(-2,30%)	2.530	(-0,07%)
Terra Boa	19.673	16.268	(-1,73%)	14.249	(-1,13%)	14.641	0,31%	15.776	0,78%

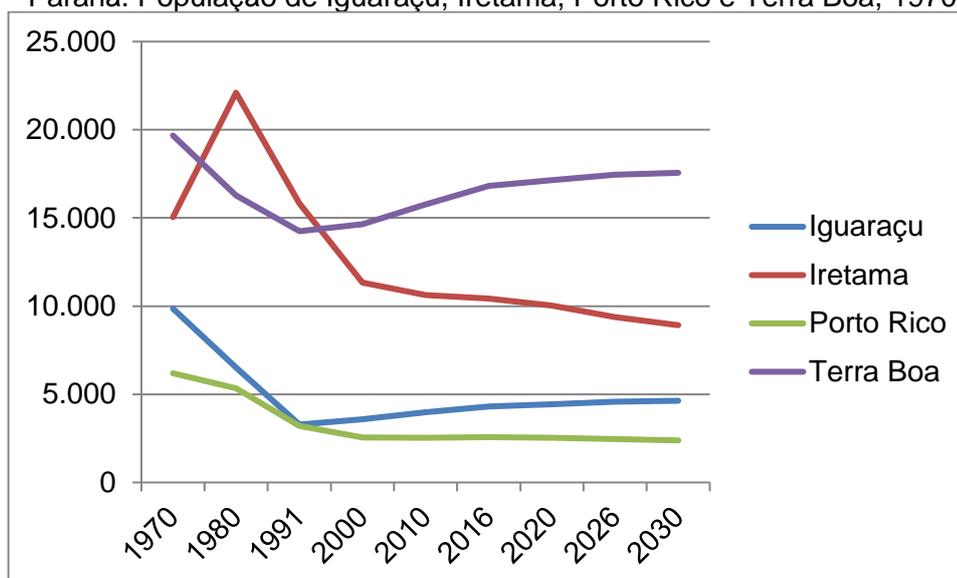
Fonte: IBGE (2010)

As oscilações da população no período de 1970 a 2010 representam a diversidade da mobilidade das populações do Paraná. Grande parte dos municípios perdeu população na década de 1970, devido à mecanização da agricultura e ao êxodo rural, que levou grandes fluxos populacionais a migrar para centros urbanos maiores, preferencialmente industrializados.

Essa realidade não se repete no município de Iretama, que teve uma inserção tardia nesse processo, devido às características dos relevos que o cercam: “bastante acidentados pela presença de vales e morros que dificultaram o processo de modernização agrícola” (BORGES, 2015, p. 182). Porém, logo na próxima década, Iretama se insere no contexto de perda populacional dos pequenos municípios, visto que a perda de população é generalizada nos municípios estudados entre 1980 e 1990. Desde 1990 até o último censo, 2010, Iretama continua perdendo população. O mesmo acontece com Porto Rico, ainda que em menor proporção. É preciso a ressalva de que a proporção de perda populacional nesses dois municípios diminui sensivelmente entre 2000 e 2010.

No Gráfico 7, estão ilustrados os dados populacionais dos Censos (1970 a 2010). Nele, também foram inseridas as estimativas populacionais 2016 e as projeções para os anos de 2020, 2026 e 2030, segundo o Ipardes (2016). Vale fazer a ressalva de que as projeções são calculadas com base no comportamento dos dados do passado, como houve perdas muito intensas é possível que elas estejam exageradas para o caso de Iretama, especialmente. Ainda assim, nas perdas e ganhos populacionais observa-se que, as tendências dos censos se mantêm para os próximos quinze anos: dois municípios ganham população, Iguaraçu e Terra Boa, enquanto outros dois perdem população: Iretama e Porto Rico.

Gráfico 7 - Paraná. População de Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 1970-2030



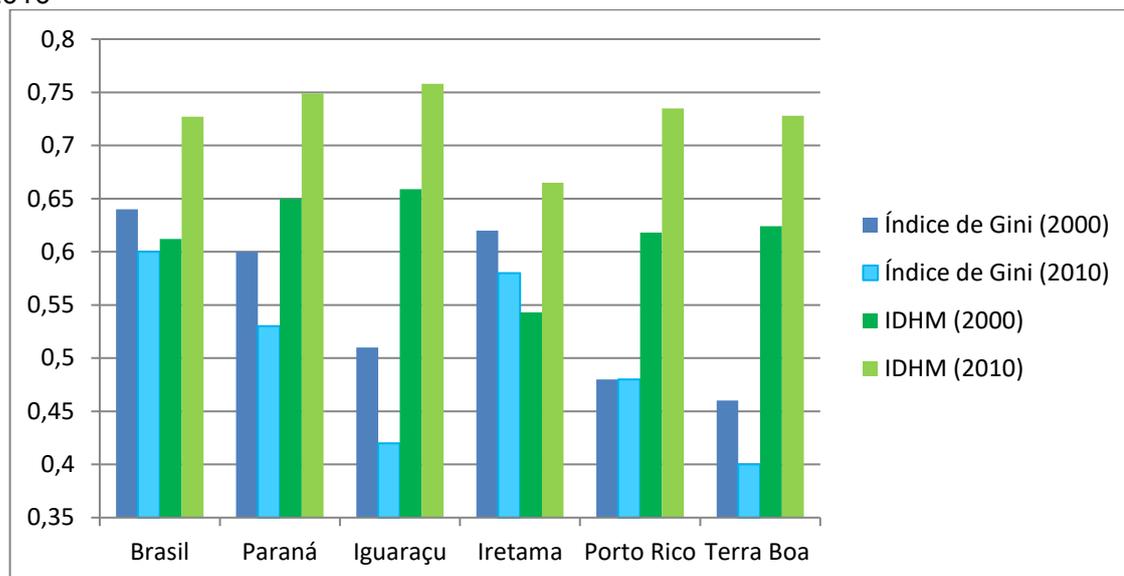
Fonte: IBGE (2010) e Ipardes (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Ainda que o gráfico e a tabela anteriores representem um cenário de estabilidade, nos próximos censos Iretama pode mudar de classe, saindo da lista dos municípios com mais de 10 mil habitantes, enquanto Iguaçu, cidade influenciada pela dinâmica metropolitana de Maringá, pode passar para a classe dos municípios com mais de 5 mil habitantes. É evidente que os números absolutos de população não refletem a qualidade de vida dos moradores de um município, porém, podem influenciar na diversidade dos serviços públicos e privados e dos empregos ofertados. Contudo, o aumento da arrecadação pode não ser suficiente para amenizar os problemas sociais que se intensificam com o aumento populacional.

Os municípios selecionados para este estudo também representam a diversidade do Paraná em seus índices relacionados ao desenvolvimento. No Gráfico 8, estão os índices de Gini e IDHM de Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, bem como do Paraná e Brasil. Ao observar as duas primeiras colunas de cada município, nota-se que o índice de Gini é diversificado entre eles. Iguaçu, Porto Rico e Terra Boa têm índices melhores que a média nacional e estadual. Porém, o índice de Gini em Porto Rico teve pequeno aumento, indicando uma ampliação na desigualdade na distribuição da renda nos últimos dez anos.

Gráfico 8 - Paraná. Índice de Gini e IDHM de Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2000 - 2010

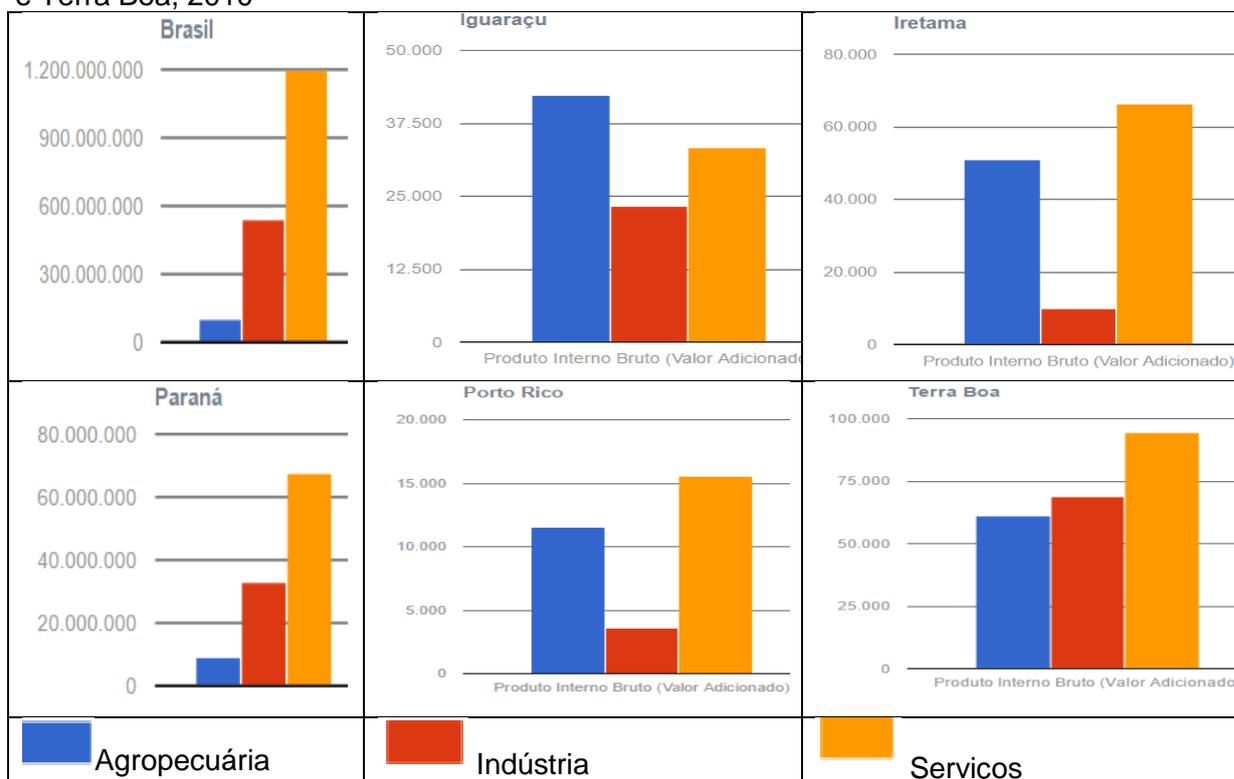


Fonte: IBGE (2010) e IpardeS (2016)
Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, Iguaçu, Porto Rico e Terra Boa também estão acima da média Nacional. Contudo, apenas Iguaçu tem um desempenho maior que a média do Estado do Paraná. Todos esses são considerados municípios com alto desenvolvimento humano, com exceção de Iretama.

Iretama tem o pior IDHM do grupo, o único com índice considerado médio. A desigualdade socioeconômica de Iretama também é evidenciada no índice de Gini. Embora tenha apresentado uma diminuição na desigualdade entre 2000 e 2010, seu índice de Gini é o menor e está abaixo da média estadual. Mesmo que não seja possível estabelecer uma relação direta entre índices econômicos e populacionais, convém salientar que Iretama é o município que teve maiores perdas populacionais nos últimos anos. Em Iretama se observa a menor participação da indústria na composição do PIB em relação aos demais municípios e também em relação à média estadual e nacional como ilustrado no próximo quadro (Figura 7).

Figura 7 - Paraná. Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2010



A agricultura, nesses municípios, mostra-se expressiva em relação às médias nacional e estadual, onde tem papel menos proporcional na composição do PIB. Iguaraçu, especialmente, tem a agricultura como maior responsável na composição do PIB, acima inclusive dos serviços. Isso se deve possivelmente à proximidade de Maringá como grande centro de prestação de serviços metropolitanos e às vastas áreas agrícolas altamente produtivas e mecanizadas.

Os quatro municípios estudados têm outras características semelhantes. Considerando os poucos serviços que ofertam e a pequena área de influência que atendem, todos os municípios foram classificados, segundo o Regic (2008), como Centro Local. De acordo com estudo sobre relevância econômica, realizado pelo Ipardes (2005), todos têm a pior classificação – sem relevância. Com base nesses dados, e outros relacionados a índices de desenvolvimento e populacionais, Iguaraçu e Terra Boa foram classificados no trabalho de Costa (2013) como municípios intermediários, enquanto Iretama e Porto Rico são considerados municípios periféricos.

A apresentação desses dados tem por objetivo apresentar a diversidade dos municípios estudados e estabelecer uma relação entre eles. Tais dados serão retomados e detalhados para análises mais profundas relacionadas ao turismo.

Especificamente sobre o turismo nesses quatro municípios, é possível adiantar que contam com equipamentos e serviços necessários para atender visitantes. Segundo dados do Rais (2014), Terra Boa tem o maior número de estabelecimentos voltados ao turismo (23), e Iretama tem o menor número de estabelecimentos registrados, nove. A maior parte desses estabelecimentos não é de uso exclusivo de visitantes, atendem também moradores, como é o caso dos serviços de alimentação e transporte. Para uso exclusivo de turistas, todos os municípios contam com ao menos um estabelecimento hoteleiro, como é o caso de Iguaçu e Terra Boa. Iretama e Porto Rico dispõem, respectivamente, de três e seis meios de hospedagem, evidenciando a presença de visitantes que precisam pernoitar nesses municípios (Tabela 6).

Tabela 6 - Paraná. Estabelecimentos no Turismo, Meios de Hospedagens e Empregos no Turismo de Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2014

	Estabelecimentos no Turismo	Meios de Hospedagem	Empregos no Turismo
Iguaçu	19	1	148
Iretama	9	3	423
Porto Rico	13	6	62
Terra Boa	23	1	66

Fonte: Rais (2014)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Em relação aos empregos no turismo, conforme mencionado, Iretama é o maior empregador com 423 postos de trabalho, enquanto Porto Rico registou 62 empregos em 2014. Porém, sabe-se que esses números são maiores devido aos empreendimentos não registrados e aos empregos informais. Esses dados serão confirmados em campo e apresentados adiante. Na realidade, muitos dados precisarão ser coletados em campo, pois as pesquisas científicas sobre tais municípios ainda são insuficientes, especialmente as que abordam o turismo. É um claro exemplo disso o acervo sobre esses municípios disponíveis nos principais bancos de pesquisas do país: *Scielo*, Domínio Público e o Portal de Periódicos da Capes.

São poucos os trabalhos sobre Iguaçu, Iretama e Terra Boa, e a grande maioria dessas pesquisas discute aspectos agrícolas desses municípios. Porto Rico

foi o município mais pesquisado academicamente, de acordo com os portais de busca citados. Isso se deve, principalmente, ao Centro de Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá ali instalado. Tal como se observa nos demais municípios, a maior parte dos estudos aborda aspectos ligados à agricultura, solo e hidrografia. No entanto, em Porto Rico foi possível identificar trabalhos ligados ao turismo que auxiliaram na compreensão socioeconômica do município.

Esta região vem sendo estudada sistematicamente desde 1982 quando foi preenchido o Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Grupos como o Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura (NUPELIA) e o Grupo de Estudos Multidisciplinares do Ambiente (GEMA), ambos ligados à Universidade Estadual de Maringá, vem realizando estudos a partir de perspectivas biológica e geográfica, respectivamente (FERNÁNDEZ, 2007, p. 7).

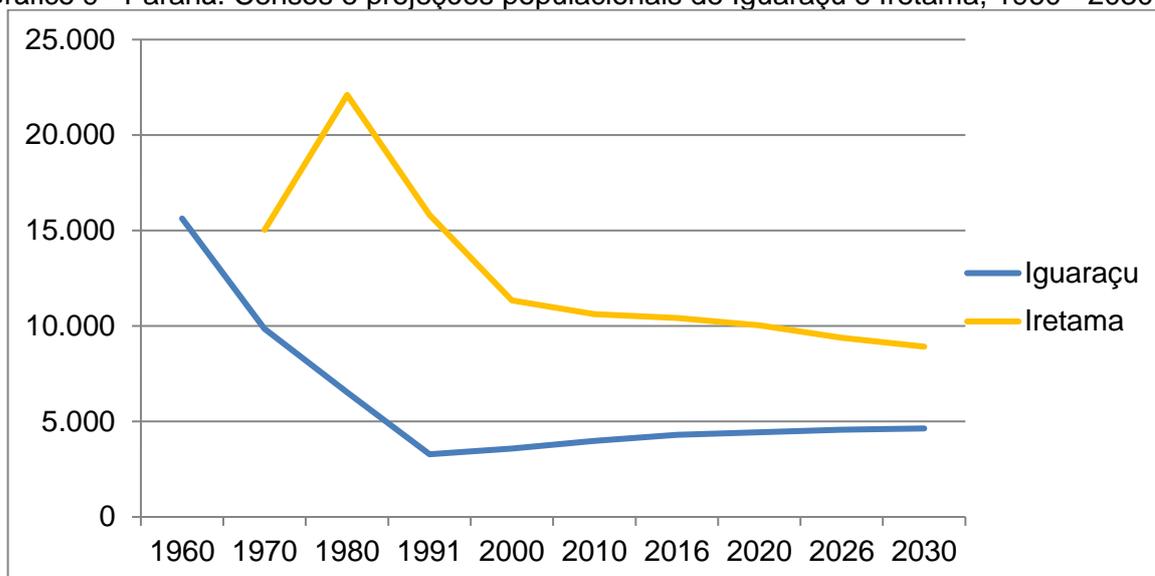
Maiores detalhes sobre os dados de Porto Rico e dos outros municípios estão nos próximos tópicos, que tem por objetivo apresentar os quatro municípios, indicando as semelhanças e estabelecendo relações entre eles e, desses com outros municípios de pequeno porte demográfico, que se apresentam como referência no turismo.

Iguaçu e Iretama serão apresentados no próximo tópico paralelamente. O produto turístico semelhante nesses municípios, os *resorts*, apresentam as diferentes implicações socioeconômicas que a atividade pode trazer em municípios de pequeno porte demográfico. O trabalho segue com reflexões sobre Terra Boa e Porto Rico, individualmente, que se são, respectivamente, os municípios de maior e o menor porte demográfico do grupo.

4.1 Iguaçu e Iretama: diferenças socioeconômicas e semelhanças turísticas

Iguaçu foi criado enquanto município em 1955, desmembrado de Astorga e no primeiro censo que participou, em 1960, registrou 15.631 habitantes. Iretama foi elevado à categoria de município cinco anos depois de Iguaçu, em 1960, e por isso não tem registro no censo daquela década. No censo de 1970, Iretama registrou 15.042 moradores, número semelhante ao de Iguaçu no ano de sua emancipação (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Paraná. Censos e projeções populacionais de Iguaçu e Iretama, 1960 - 2030



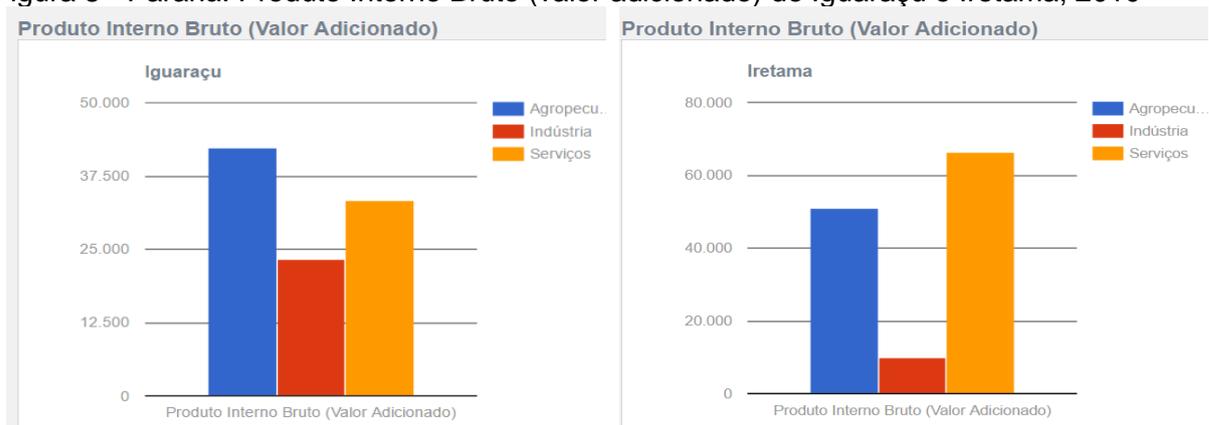
Fonte: IBGE (2010) e Ipardes (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Apesar da semelhança do número de habitantes no período de emancipação, o comportamento populacional dos dois municípios parece seguir caminhos inversos. Iguaçu em dez anos de emancipação perdeu quase seis mil moradores, enquanto Iretama registrou um acréscimo de mais de sete mil moradores, no segundo censo que participou. A década de 1980 é marcada pelo declínio populacional em grande parte dos municípios de pequeno porte demográfico da Região, atingidos pela mecanização do campo e êxodo rural. Desde o censo de 1991, Iguaçu passa a apresentar pequeno ganho populacional, enquanto Iretama segue em declínio, o que pode significar, no futuro, uma inversão das posições.

Nota-se que a composição do PIB, nesses municípios, também é divergente (Figura 8). Em Iguaçu, a agropecuária é responsável pela maior parte do PIB, devido a suas áreas planas, férteis e agricultáveis. Entretanto, a indústria e os serviços também são significativos para a composição do PIB municipal.

Figura 8 - Paraná. Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Iguaçu e Iretama, 2010

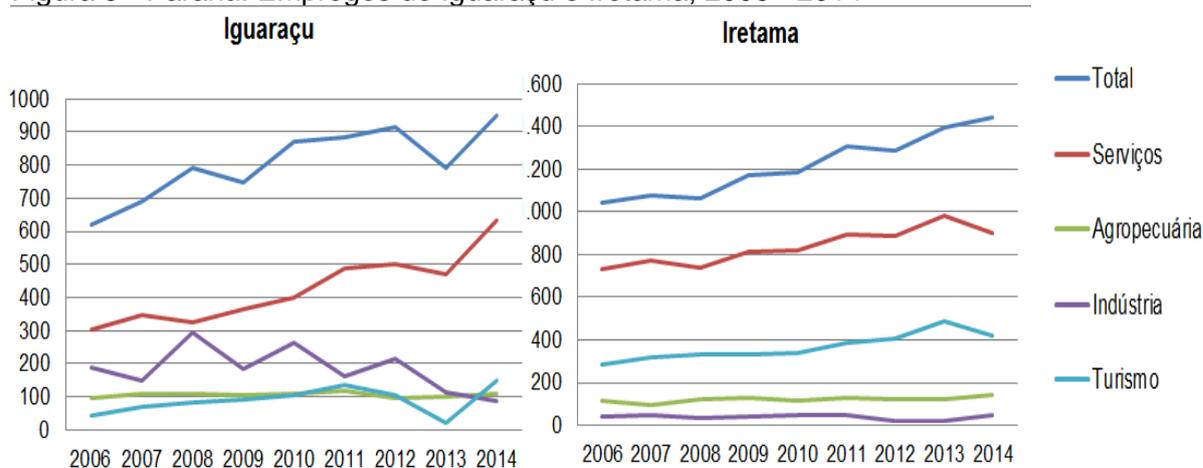


Fonte: IBGE (2010)

Em Iretama os serviços têm a maior contribuição do PIB, o que se deve possivelmente à distância em relação a centros urbanos maiores. Iretama está a aproximadamente setenta quilômetros de Campo Mourão, principal município da mesorregião a que pertence. O percurso, que dura em média uma hora, é feito em estrada simples, mal sinalizada e com pouca manutenção. A agropecuária também é relevante no município, porém a indústria de Iretama tem pequena participação na composição do PIB.

Independente do setor que traz maior contribuição ao PIB, nos dois municípios os serviços são os maiores empregadores, correspondendo a 67% dos empregos formais de Iguaçu e a 63% dos empregos formais de Iretama (Figura 9).

Figura 9 - Paraná. Empregos de Iguaçu e Iretama, 2006 - 2014



Fonte: Iparde (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Em Iguaçu, a agropecuária, que é o setor com maior contribuição no PIB, empregou 109 pessoas, apenas onze por cento dos empregos registrados de 2014.

Isso se explica, possivelmente, por um conjunto de fatores, mas certamente o relevo plano que possibilita a mecanização do campo favorece as atividades agrícolas, embora estas gerem poucos empregos. O turismo¹⁸ é mais influente na geração de empregos do que a agropecuária, posto que dele provêm dezesseis por cento dos empregos de Iguaraçu.

Em Iretama esse número é mais expressivo, visto que o turismo é responsável por 29 por cento dos empregos locais, proporção que era ainda maior em 2013 (35%). Tanto em Iguaraçu, quanto em Iretama, o Turismo gera mais empregos que a indústria e as atividades agropecuárias (Tabela 7).

Tabela 7 - Paraná. Empregos nos serviços, agropecuária, indústria e turismo em Iguaraçu e Iretama, 2006 - 2014

		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Iguaraçu	Empregos - Total	619	692	793	748	869	884	915	790	950
	Serviços	302	349	327	366	398	486	503	470	635
	Agropecuária	98	110	109	106	110	119	96	101	109
	Indústria	188	147	296	186	262	160	216	112	89
	Turismo	45	71	82	92	105	136	105	22	148
Iretama	Empregos - Total	1.043	1.076	1.063	1.174	1.183	1.310	1.289	1.394	1.441
	Serviços	730	770	740	813	820	892	890	983	903
	Agropecuária	113	96	123	129	115	127	121	122	140
	Indústria	41	49	35	41	45	45	18	19	48
	Turismo	288	319	329	335	341	389	407	487	423

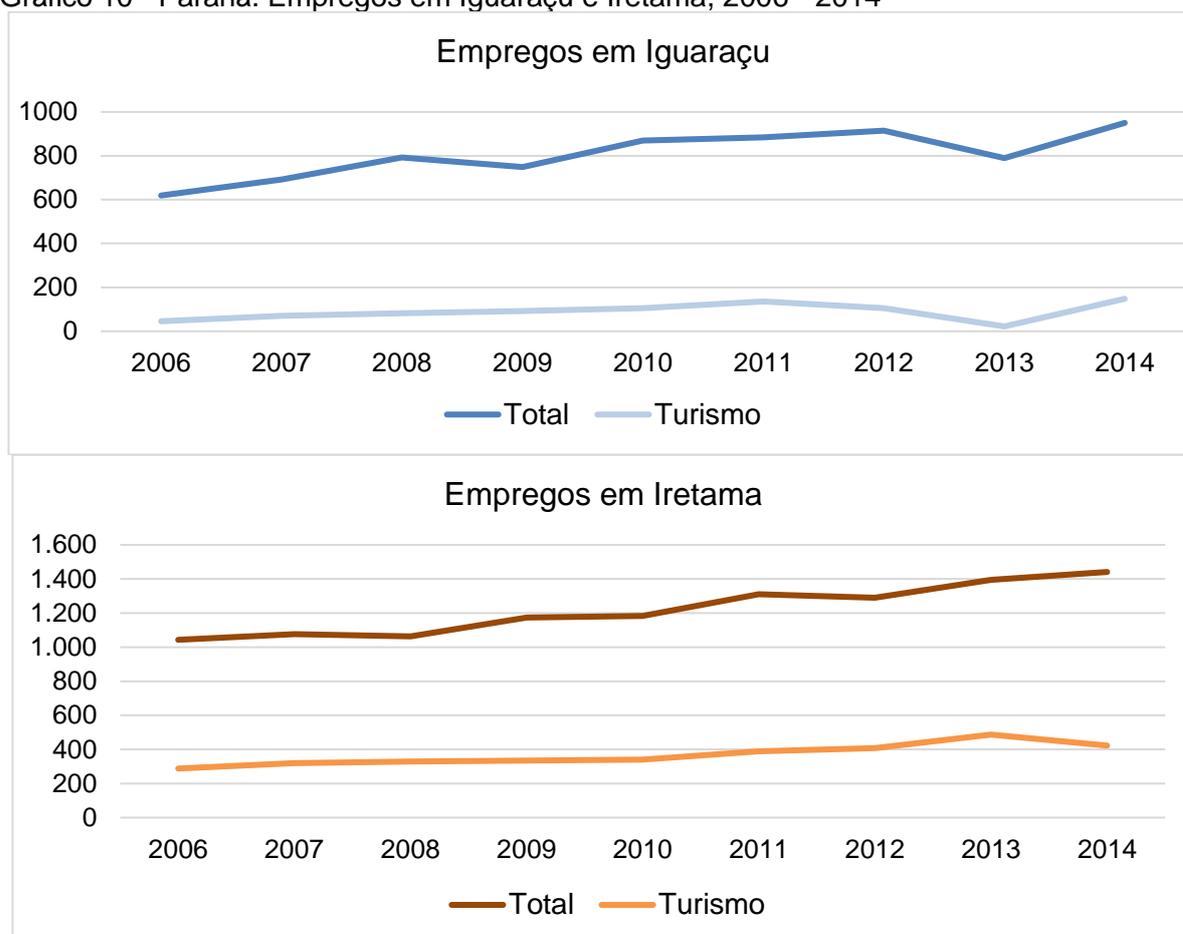
Fonte: Iparides (2014)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Ainda que a atividade turística seja extremamente relevante nos empregos de Iretama, o impacto da diminuição dos empregos do turismo foi amenizado pelo crescimento das vagas no setor industrial, que tem pequena contribuição na composição do PIB municipal, reforçando que a superespecialização produtiva é uma estratégia de desenvolvimento local bastante arriscada em períodos de crise. Isso fica evidente ao isolar os dados sobre os empregos, geral e no turismo, no Gráfico 10.

¹⁸ Os empregos no turismo estão computados no total de empregos gerados pelo setor de serviços na Tabela 7.

Gráfico 10 - Paraná. Empregos em Iguaçu e Iretama, 2006 - 2014



Fonte: Ipardes (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

As duas linhas claras do gráfico, azul e laranja, indicam os empregos no turismo em Iguaçu e Iretama, respectivamente, enquanto as linhas escuras representam o número total de empregos formais nesses dois municípios. Dessa forma, observamos que os empregos seguem crescendo em Iretama desde 2012, independente da diminuição dos empregos no turismo em 2014. Já as linhas que representam os empregos em Iguaçu (azul) mostram direta relação entre os empregos gerais e os empregos no turismo, visto que as duas linhas azuis do gráfico seguem a mesma tendência comportamental. Novamente, tal como se observou no gráfico acerca da população, os números sobre os empregos no turismo comportam-se de maneira opostas. Nesses dois municípios, o maior empregador no setor de turismo são os *resorts* instalados: *Eco Resort Hotel Termas de Jurema* em Iretama, e o *Ody Park Aquático Resort Hotel* de Iguaçu.

Iguaraçu e Iretama: o turismo em resorts

Resorts são hotéis de lazer, que oferecem além de hospedagem, um vasto serviço de alimentação, equipamentos e espaços para lazer, esporte e entretenimento. É um centro integrado e concentrado, muitas vezes murado, de serviços oferecidos ao turista, que raramente necessita sair de um empreendimento dessa natureza para consumir serviços externos. A sua característica principal é a suficiência, diversidade e imponência dos espaços, equipamentos e serviços oferecidos, bem como o isolamento e confinamento do hóspede.

Os Resorts são considerados reservas artificiais construídas para suprir todas necessidades do hóspede, podendo ser encontrados[...] em toda parte do mundo. [...] O atrativo em si é formado pelo conjunto de equipamentos e serviços concentrados e oferecidos em um único local, ou seja, no interior de uma estrutura arquitetônica semifechada (BORBA, 2005, p. 11).

Suas características fazem com que haja, entre os *resorts* de todo o mundo, previsibilidade, padronização e repetição de elementos básicos. Ambos os *resorts* estudados, Termas de Jurema e Ody *Park*, têm em comum grandiosos parques aquáticos, espaços e serviços específicos para crianças, diversos bares e restaurantes, salas de jogos, boates, shows e apresentações, recreação, espaços para eventos, atividades esportivas e de aventura.

Entre a grande carta de equipamentos, serviços e atrativos que os *resorts* oferecem, os recursos naturais e culturais não são determinantes na sua formatação enquanto produto turístico. “O ambiente natural do local, embora em sua maioria seja considerado exótico, funciona muito mais como um detalhe importante que compõe o todo” (BORBA, 2005, p. 11). Porém, não são dispensáveis, uma vez que é comum que *resorts* se apropriem dos recursos naturais disponíveis como praias, rios, montanhas ou fontes termais.

O Eco *Resort* Hotel Termas de Jurema, para ampliar sua oferta turística, apropria-se de recursos culturais e naturais, especialmente ligados à vida no campo, como pescaria, passeios de charrete, rodas de viola e gastronomia, por exemplo. A propriedade foi adquirida por moradores de Campo Mourão, devido à sua fonte termal e demais belezas locais, com o objetivo de instalar uma instância de lazer. O hotel foi inaugurado em 1973, quando as atividades principais se relacionavam às fontes de águas quentes e à lama negra disponível na propriedade. Características rurais

sempre estiveram presentes como passeios a cavalo, charrete, café colonial, casa de chás e chimarrão, lagos para pesca, trilhas e rios. Por isso, o empreendimento passou por diversas denominações como estância hidrotermal e hotel fazenda.

Atualmente, a vertente ecológica também aparece entre suas características. O hotel se apropria de recursos naturais como as fontes termais, lama, trilhas, matas e rios enquanto atrativos turísticos. E com isso, também busca atrelar sua imagem ao compromisso da gestão sustentável desses recursos naturais, produzindo grande parte dos alimentos consumidos no hotel ou comprando de produtores locais, e reduzindo a produção de resíduos, conforme divulgado no *site* do hotel:

Termas de Jurema é pioneiro e exemplo no manejo de programas ambientais, segundo órgãos governamentais da área. Termas aposta na responsabilidade ambiental como um princípio básico. Por isso, alcançou a marca de lixo zero, reciclando, reduzindo e reutilizando 100% do que é consumido no resort e até em mais de 80 propriedades do entorno. Além disso, contribuem para o programa Lixo Zero, as ações relacionadas ao Sistema de tratamento de esgoto - com eficiência atestada pelos órgãos fiscalizadores; devolve ao meio ambiente a água dentro dos melhores padrões de qualidade; Produção de alimentos - laticínios, carne suína e seus derivados e hortaliças oferecidos no restaurante são produzidos na própria fazenda, sem o uso de produtos químicos agressivos à saúde e à natureza. Outras ações: Sistema de tratamento de esgoto próprio; As águas descartadas e que saem da piscina são reutilizadas para descarga nos vasos sanitários; Em 100% dos banhos nos apartamentos de Termas, a água quente não é aquecida por lenha, gás ou eletricidade, mas sim, diretamente das nascentes com temperatura de 43° C; Plantio de árvores e ervas através de programas com os hóspedes infantis; Preservação dos rios existentes, em especial das matas ciliares e florestas nativas. Sendo que somente nos últimos cinco anos mais de 1 milhão de pés de palmitos e outras espécies nativas foram plantados. É assim que Termas atua diariamente. Porque a nossa responsabilidade vai além da diversão dos nossos clientes, pensamos no futuro do planeta (TERMAS DE JUREMA, 2016).

No Eco Resort Hotel Termas de Jurema, o compromisso com a sustentabilidade ambiental fica evidente dos programas e projetos de gestão ambiental implantados. Porém, em muitos casos, o apelo ambiental não se desdobra em práticas de gestão, é apenas uma estratégia de *marketing*, para atrair mais um nicho de mercado. “Alguns resorts no Brasil têm utilizado o termo *ecoresorts*, o que leva a crer que prestam especial atenção ao meio ambiente e à cultura local” (BORBA, 2005, p. 33).

Para atender a esse crescente e diversificado público, o Termas de Jurema tem 188 unidades apartamentos e capacidade máxima para atender a 720 hóspedes, atendidos por seus 385 funcionários. Há previsão de ampliar esses números até 2018 com a construção de nova ala, com 212 apartamentos, e abertura de 250 novas vagas de trabalho. Roberto Bacovis, gerente comercial e de *marketing*, afirma que além da área de hospedagem, a nova área do *Resort* terá espaço “para eventos para 600 pessoas, um restaurante à la carte, um restaurante bufê para 600 pessoas, um teatro para 500 pessoas, discoteca e um parque aquático. Todo esse conjunto está orçado em cerca de R\$ 60 milhões” (SCHAPOCHNIK, 2016).

O *Ody Park Aquático Resort Hotel* tem uma história muito mais recente¹⁹. O *Ody* foi criado por empresários de Maringá. Os sócios idealizadores do empreendimento compraram a propriedade em Iguaraçu devido à sua localização e preço. Apesar de não ter nenhuma relação com o município, anteriormente, os sócios foram investidores em outros empreendimentos de hospedagem, como um motel em Maringá e hotel na Bahia.

O Parque Aquático começou a operar em 2006 e, apenas em 2008, foi transformado em meio de hospedagem, com a inauguração de 22 chalés. O crescimento da procura pelos serviços levou à construção de dezoito apartamentos em 2009 e dois novos blocos, inaugurados em 2010.

O parque aquático iniciou suas atividades atendendo principalmente excursões de estudantes, e com o *Resort* ampliou seu público atendendo também famílias. Cada chalé tem capacidade para cinco pessoas, possibilitando uma ocupação máxima de 325 hóspedes. O parque aquático recebe em média 3.500 pessoas nos finais de semana, porém, já operou com lotação máxima de 7 mil pessoas.

Para atender a esse crescente público e diminuir os efeitos da sazonalidade, o parque aquático está sendo ampliado e piscinas aquecidas inseridas. O *Resort* planeja ampliar sua capacidade de atendimento com a construção de mais 225 apartamentos até 2018. A ampliação depende da aquisição de novas propriedades agrícolas que fazem divisa com o Parque Aquático, porém, segundo o proprietário, o preço está muito acima do valor de mercado e as negociações de novas áreas não estão avançando.

¹⁹ Devido a sua história recente existem poucos dados divulgados sobre o *Ody*. A maior parte das informações sobre o empreendimento aqui apresentadas foram coletadas em entrevista realizada com o gerente e com o proprietário do *Resort*.

Enquanto os atrativos naturais e culturais são presentes no Eco *Resort* Hotel Termas de Jurema, o Ody *Park* aposta em aventura e inovação, como por exemplo os brinquedos do parque aquático. Também por estar próximo a um grande centro, como Maringá, o Ody, através dos espaços e serviços específicos para realização de reuniões e convenções, tem atingido um novo público, o turista de eventos. Dentro do segmento de eventos, o *Resort* é muito procurado no inverno por grupos de igreja, especialmente evangélicos, para encontros e retiros.

O apelo da ecologia, natureza ou sustentabilidade aparece em grande parte dos produtos turísticos, mesmo quando não é uma prática dos locais. A tentativa é criar uma imagem social e ambiental para atrair um público cada vez maior. Enquanto o Ody busca novos públicos com atrativos naturais como a nova trilha ecológica em implantação, o Termas prevê a ampliação de espaços para eventos e construção de novo parque aquático.

Isso é mais uma característica comum aos *resorts*: ampliar seu público. “Uma das características básicas da maioria dos *resorts* no mundo é não trabalhar com uma única segmentação de público-alvo, mas diversificar o máximo possível” (BORBA, 2005, p. 43). Esses empreendimentos ampliam seus equipamentos, tentando atingir um público cada vez maior e mais diversificado, configuram seus serviços e equipamentos de forma a atender públicos diferenciados e temáticas específicas, contudo de uma forma extremamente padronizada entre eles.

Os resorts seguem um certo padrão de identidade do equipamento em todo o mundo, a partir de uma padronização de elementos básicos [...]. Apesar de o hóspede saber previamente o que encontrará no *resort*, o público desse empreendimento continua apreciando sua estada e deixando o espaço com um alto nível de satisfação (BORBA, 2005, p. 38).

Sobre essa satisfação do turista existem diversas reflexões, pois a repetição e a padronização normalmente não se desdobram em satisfação dos consumidores, mas para esse público representa conforto e segurança (BORBA, 2005).

A cultura do turismo está se tornando uma cultural mundial, reproduzindo em várias partes do mundo, um mesmo sistema homogêneo de espaços artificializados, grandes cadeias de hotéis, restaurantes e até mesmo a mistura de objetos que representam aspectos contemporâneos movidos pelo capital global para construir uma falsa história e locais genéricos (BORBA, 2005, p. 34).

Essas características fazem com que esse tipo de empreendimento turístico receba uma série de críticas. São locais artificializados, que ao gerar fluxo de grandes massas de turistas, contribuem para o empobrecimento das experiências das viagens. Porém, não é apenas nos *resorts* que se observa a domesticação e isolamento do turista (BORBA, 2005). O turismo de massa, para atender de uma forma condensada grandes fluxos de visitantes, também isolam o turista, mesmo em produtos considerados abertos, como os circuitos e municípios turísticos, “durante os quais o turista fica cercado pelo guia, que direciona para lojas, museus, enfim, a visitas já previamente estabelecidas pelo pacote turístico” (BORBA, 2005, p. 32). Retomaremos essas reflexões mais adiante.

Ao analisar o turismo em Iguaçu e Iretama, emergem as implicações socioeconômicas de um tipo específico de turismo, o turismo realizado em *resorts*. Observamos que o investimento da iniciativa privada no turismo é grande, concentrado e crescente e, que o capital privado é regional e foi iniciativa dos próprios investidores. Porém, as reflexões tecidas anteriormente sobre as redes hoteleiras mostram que a realidade observada em Iguaçu e Iretama não é uma regra. É comum que os investidores de *resorts* sejam grandes redes hoteleiras internacionais, atraídos por investimentos públicos em infraestrutura básica de apoio ao turismo.

Iguaçu e Iretama: o turismo e a atração de investimentos públicos

Para identificar o desdobramento das políticas públicas em ações concretas nos municípios, realizamos a análise dos repasses do governo federal feitos em Iguaçu e Iretama. De acordo com o Portal da Transparência (BRASIL, 2016), Iretama realizou, entre 1996 e 2016, 71 convênios com o Governo Federal, somando um total de R\$ 8.804.266,47 em valor conveniado. Iguaçu, apesar de ter pouco mais que um terço de habitantes de Iretama, atingiu valor semelhante, acessando R\$8.362.927,74 através de 64 convênios estabelecidos com o Governo Federal.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário foram os que estabeleceram maiores convênios no município de Iretama, dezessete convênios cada. Esse destaque ao setor agropecuário deve-se ao mencionado relevo predominantemente acidentado de Iretama, que impossibilita a mecanização de todas as áreas férteis. Entre os quatro

municípios estudados, Iretama é o município com maior população rural, tanto em porcentagem (42%) como em número de moradores, 4.435 pessoas estão em domicílios rurais (IBGE, 2010). Iretama tem três assentamentos rurais, com 187 famílias assentadas, além de quatro vilas rurais (ANDRADE, 2013). Tais peculiaridades são apresentadas inclusive nos projetos de solicitação de recursos, como no convênio nº 28226/2012, estabelecido entre Iretama e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao evidenciar que “90% das propriedades rurais são familiares, concentrando grande oferta de mão de obra, fator importantíssimo para a agroindustrialização, hortifrutigranjeiros, avicultura, suinocultura e derivados de leite” (BRASIL, 2016).

Grande parte das ações dos ministérios ligados à agropecuária estão relacionados à aquisição de equipamentos e manutenção das estradas rurais. Ações voltadas à infraestrutura melhoram as condições econômicas e de produção, mas também condições de vida dos moradores do campo, facilitando o acesso à saúde e educação, por exemplo. Esse argumento é apresentado como justificativa em solicitações de convênios para manutenção de vias rurais, como no caso do convênio nº 706.144/2009, estabelecido entre o município de Iretama e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

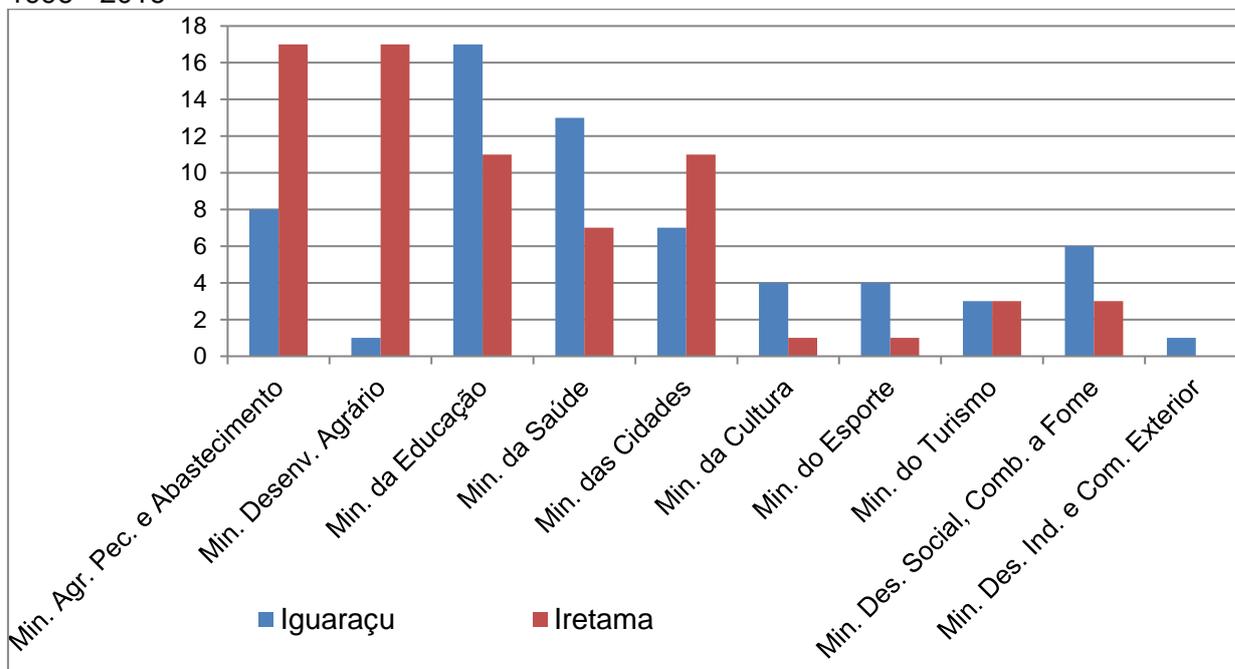
O presente projeto é de extrema relevância e urgência, pois irá viabilizar a readequação e o cascalhamento das estradas vicinais que ligam a área urbana à zona rural, sendo que o principal objetivo é assegurar o tráfego constante de veículos, inclusive nos períodos chuvosos, garantindo aos usuários e as regiões mais carentes o acesso aos serviços públicos de Educação e Saúde. Outro fator importante a salientar é o aprimoramento das condições físicas e de segurança da malha viária do nosso município, diminuindo o custo de transporte através da redução do tempo de viagem. A inexistência de uma malha rodoviária bem definida e de boa qualidade dificulta o desenvolvimento dos povoados e suas comunidades rurais, não facilitando o escoamento de seus produtos e conseqüentemente dificultando a implantação de novos empreendimentos nestas regiões (BRASIL, 2016).

Ao estimular o desenvolvimento econômico e o escoamento da produção agropecuária, esses projetos podem também privilegiar o desenvolvimento turístico ao facilitar o transporte de pessoas até novos empreendimentos, ligados ao turismo rural ou de natureza, por exemplo. Outro exemplo é o convênio nº 28.226/2012 estabelecido entre o município de Iretama e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para a Implantação de Unidade de apoio à distribuição de alimentos

da agricultura familiar. O projeto subsidiou a construção de um espaço para a qualificação de produtores e dos produtos da agricultura familiar e para a comercialização da produção local com moradores e visitantes.

Iretama, que estabeleceu 34 convênios com ministérios relacionados à agropecuária, têm aproximadamente 4.500 pessoas no campo, enquanto em Iguaçu apenas 423 pessoas ainda estão fixadas no campo, onze por cento da população municipal. Talvez por isso, as ações que demandam parceria com tais ministérios não sejam maioria. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabeleceu oito convênios com Iguaçu, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, apenas um (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Paraná. Convênios estabelecidos por Iguaçu e Iretama com o Governo Federal, 1996 - 2016



Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2016)
Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

A maioria dos convênios que Iguaçu estabeleceu com o governo federal foi pelo Ministério da Educação e Saúde. Reformas em escolas e aquisição de materiais e veículos, principalmente para a educação especial, foram os principais objetos dos onze convênios estabelecidos por Iretama e dos dezessete convênios de Iguaçu com o Ministério da Educação. Reformas e aquisições de materiais e veículos foram os principais motivos que levaram Iguaçu e Iretama a realizar convênios com o Ministério da Saúde, respectivamente, treze e sete convênios.

O Ministério das Cidades também se destaca entre os convênios, onze em Iretama e sete em Iguaraçu. Esses convênios, ao relacionarem-se à infraestrutura urbana, têm influência nos equipamentos de lazer e uso público, considerados de interesse turístico. O Convênio nº 22.560/2011, do Ministério das Cidades com Iretama, prevê a instalação de infraestrutura urbana, especificamente recape asfáltico, no distrito Águas de Jurema, onde se localiza o Termas de Jurema, responsável por 385 empregos de Iretama, 99% deles ocupados por moradores desse Distrito.

Projetos dessa natureza estimulam o desenvolvimento econômico via turismo, através de investimentos estruturais necessários para atrair e atender os fluxos de turistas que passam por ali em direção ao *Resort*. Esse projeto, oriundo da Política de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades, também apresenta o apelo ambiental ao prever, além do recape, a construção de galerias fluviais. A justificativa do pedido desse convênio feito pela prefeitura de Iretama evidencia todos esses interesses:

O Distrito de Águas de Jurema em nosso Município vive basicamente do turismo, tendo dentro de seu território um dos melhores resorts do Brasil, que emprega em torno de 400 pessoas, o hotel Termas de Jurema. Ocorre que pouco se tem aproveitado em termos financeiros o fluxo de turistas que nos visitam, por falta de infraestrutura no local. Com a execução da obra em questão, recapeamento asfáltico e galerias para águas fluviais, começaremos a mudar a cara do distrito, pois a avenida Delcídes Constantino Miguel é a principal via do local, no centro, e com isso estaremos incentivando, com uma aparência melhor, a visita dos turistas, fortalecendo o comércio local, gerando mais arrecadação de impostos, empregos e renda. Acreditamos que a obra se enquadra nas diretrizes do programa, pois trata de maior acessibilidade e conforto aos usuários, incentivando para que cada vez mais pessoas (turistas) venham nos visitar (BRASIL, 2016).

Os investimentos públicos e privados feitos no Distrito de Águas de Jurema trouxeram mudanças no hábito de consumo dos turistas do *Resort*. Nos campos, realizados no município de Iretama, em nenhum momento foi possível verificar a presença de hóspedes do Termas de Jurema na sede urbana do município.

A rotina da cidade não faz lembrar que há um empreendimento de tal natureza nas proximidades por alguns motivos principais. Primeiro, porque poucos moradores da cidade trabalham no *Resort*, apenas dois funcionários. Atualmente, durante a construção da nova ala do empreendimento, há uma mudança temporária nesse perfil de empregos. São 145 funcionários registrados trabalhando na construção deste novo complexo, onde 85% desta mão de obra vem da cidade de Iretama. Pela falta de

transporte coletivo urbano, o Termas utiliza transporte particular para locomoção dos trabalhadores da construção civil. O segundo motivo pelo qual não se nota, na sede de Iretama, a proximidade com o *Resort* é porque os turistas não visitam a cidade. Outro fator faz com que o Termas de Jurema seja imperceptível na rotina dos moradores de Iretama: o alto preço distancia os moradores de Iretama dos serviços oferecidos nos Termas, e o empreendimento não divulga nenhuma proposta para ampliar a visitação de moradores da região, tais como viagens subsidiadas, promoções e/ou prêmios.

No entanto, percebemos que, no passado, a relação entre a cidade e o turismo era bastante diferente. Muitos moradores da cidade trabalhavam no Termas. Porém, devido à indisponibilidade de transporte coletivo, a maioria acabou se mudando para o Distrito, que tem atualmente novo loteamento com 96 terrenos, fato apresentado em entrevista com gerente do *Resort* como um efeito positivo do turismo na região.

Segundo os moradores, era comum ver, na sede de Iretama, ônibus com turistas, que visitavam a cidade em busca de bancos, lojas, mercados, farmácias e outros comércios de conveniência. Com a ampliação dos investimentos públicos e privados no Distrito, tais serviços passaram a ser oferecidos ali mesmo, dispensando o deslocamento até a sede de Iretama. É necessário destacar que o Termas de Jurema fica afastado da sede do município, e que a cidade não é caminho dos turistas.

A questão locacional é um dos aspectos que diferenciam os *resorts* dos dois municípios abordados nesta pesquisa. O Termas de Jurema está em área rural afastado da rodovia principal e a sede urbana do município não fica na rota dos turistas. Em Iguaraçu, o cenário é completamente diferente. O *Ody Park* Aquático localiza-se na beira da Rodovia, que alguns quilômetros adiante, torna-se a avenida principal da cidade. Assim, a área central de Iguaraçu é caminho obrigatório para grande parte dos turistas que frequentam o *resort* instalado no município.

As relações entre os turistas, moradores, serviços municipais e o *resort* são mais evidentes em Iguaraçu do que Iretama. A proximidade com a cidade é mais frequente nos visitantes que usam o sistema *day use*, que têm horário de permanência reduzido (das dez horas às dezenove horas), pois algumas refeições como o café da manhã e jantar são realizadas na cidade. Os proprietários de serviços de alimentação e comércio de Iguaraçu confirmam tal fato, e dizem que aguardam a alta temporada para aumentar os ganhos econômicos trazidos pelos visitantes. Segundo o gerente do *Ody*, as únicas solicitações de passeios fora do *Resort* são para os *shoppings* de

Maringá. Serviços como farmácia e banco, localizados na avenida principal de Iguaraçu, também são utilizados pelos visitantes, e tal relação é avaliada como positiva pelos moradores.

Porém, o uso por parte dos visitantes dos serviços públicos de saúde do município é apontado como um problema, visto que os recursos da saúde são insuficientes até mesmo para os moradores. Essa avaliação dos moradores confirma que a população receptora está sempre ansiosa pelas implicações positivas que o turismo pode trazer como o acesso ao lazer, empregos e renda, mas raramente são alertados quanto às implicações negativas que a atividade, inegavelmente, vai trazer, como o congestionamento dos serviços públicos, por exemplo.

A relação entre o *Resort* e os moradores de Iguaraçu se amplia pelo número de trabalhadores. Na baixa temporada, o *Resort* trabalha com aproximadamente 65 trabalhadores, e esse número dobra na alta temporada, que vai de outubro a março. Na baixa temporada, porém, é grande o número de trabalhadores da construção civil que são contratados para as ampliações, reformas e novas construções. A maioria dos trabalhadores do Ody é de Iguaraçu, noventa por cento. Os demais são de pequenos municípios próximos como Ângulo, Astorga e Munhoz de Melo. Maringá contribui com menos de três por cento dos trabalhadores no *Resort*. O pequeno número de trabalhadores deve-se, principalmente à incompatibilidade do horário dos turnos dos funcionários e do transporte coletivo. Da mesma forma, não há transporte público que leve os trabalhadores de Iguaraçu para o Ody *Park*. O transporte desses funcionários é feito em veículo do *resort*, que comumente é visto no município, pegando e deixando trabalhadores.

Os empregos são as implicações positivas mais comumente atrelados ao turismo, e uma das poucas atribuídas ao turismo em *resorts*. Isso porque, conforme comentado, a produção em massa e padronizada dos *resorts* raramente abre possibilidades para concorrência e investimentos locais. E isso realmente é verdade. Na região de Iguaraçu, por exemplo, existem alguns balneários e pesqueiros, porém a movimentação de visitantes nesses locais é insignificante. A criação do Ody nas proximidades desses empreendimentos não estimulou a concorrência e não ampliou o consumo de lazer.

Contudo, no Ody, observamos uma particularidade: todos os serviços de alimentação do *resort* são terceirizados para moradores da região, especialmente pequenos empresários de Iguaraçu. São quatorze empresas diferentes que operam

os serviços de alimentação para todo o parque aquático e também para a parte de hospedagem, bem como o *buffet* para eventos. O número de funcionários dessas empresas, instaladas dentro do Ody, varia entre três e quarenta funcionários em cada um dos quatorze estabelecimentos. Ou seja, diferente da maioria dos *resorts*, esse estimulou a abertura de pequenas empresas locais, que muitas vezes não poderiam realizar os investimentos necessários para construção dos empreendimentos.

Além de uma opção de trabalho, o Parque Aquático também é uma opção de entretenimento para os moradores de Iguaçu, que como os demais pequenos municípios é carente de espaços de lazer. O Ody comercializa títulos para sócios, o que faz com que muitos moradores de Iguaçu sejam sócios e o visitem com frequência. O gerente do Ody informou que, sempre que solicitado e possível, realiza parcerias com a Prefeitura de Iguaçu, oferecendo preços especiais para grupos de estudantes e idosos e doando diárias como prêmios e brindes para atividades de cunho social desenvolvidas no município. Os representantes da empresa destacam que o *Resort* tem notável papel na divulgação do município em feiras e eventos que participa em todo país e no exterior.

Além dessas relações estabelecidas no município, o *Resort* atua regionalmente, participando do Conselho Regional do Turismo, do Maringá *Convention & Visitors Bureau*, e estabelece diversas outras parcerias, principalmente com o objetivo de promover programas de capacitação dos funcionários. Porém, a empresa não sente o apoio da gestão pública local, e afirma que gostaria de estabelecer parcerias para sinalização do local, e também ter acesso aos ganhos fiscais ofertados a um grande condomínio de luxo instalado em Iguaçu, o *Alphaville* Maringá.

Tanto em Iretama como em Iguaçu foram realizados investimentos, via convênios com o Governo Federal, em espaços culturais. Esses espaços são intensamente utilizados para aulas e apresentações culturais e artísticas realizadas por crianças e jovens moradores do município. As entrevistas realizadas indicam que a falta de entretenimento nos pequenos municípios é o que amplia o uso desses centros culturais. A falta de espaços de lazer para uso dos jovens e adolescentes, em contra turno escolar, leva os mesmos a atividades ligadas à música, dança, arte, à cultura de uma forma geral. Da mesma forma, as apresentações que os centros culturais realizam são as poucas opções de entretenimento nesses pequenos municípios carentes de teatro, museu, cinemas e outras atividades culturais.

Em Iguaraçu, entre 1998 e 2001, o Ministério da Cultura estabeleceu quatro pequenos convênios para construção da casa da cultura municipal. Em 2015, o Ministério do Turismo através de um repasse de pouco mais de duzentos mil reais permitiu nova reforma desse espaço, com adequações que, segundo a Secretária de Cultura municipal, permitirão receber diferentes espetáculos e proporcionar mais opções de entretenimento e cultura para os moradores (Figura 10).

Figura 10 - Iguaraçu. Casa da Cultura, 2016



Foto: Larissa de Mattos Alves (2016).

Realidade semelhante envolve os esportes, que são buscados por muitas crianças e jovens como atividade de contra turno. As competições dessas equipes também são opções de entretenimento para os moradores. Em Iguaraçu, inclusive durante atividade de campo para realização das entrevistas, observamos competições realizadas pela Prefeitura, no período de férias, como opção de lazer para os alunos do município. A manutenção dos espaços de realização dos eventos esportivos é foco de quatro convênios estabelecidos entre Iguaraçu e o Ministério dos Esportes.

Ainda relacionado à proposta de ampliação da oferta de eventos, o Município de Iguaraçu, com recurso do Ministério do Turismo, iniciou a construção de um centro de eventos (Figura 11). Nesse espaço, é possível a realização de apresentações culturais, *shows*, rodeios, entre outros. Segundo a Secretária de Cultura do Município, a expectativa é ampliar a oferta de lazer e entretenimento para moradores e, ao mesmo tempo, atrair visitantes da região.

Figura 11 - Iguaraçu. Centro de Eventos, 2016



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2016)

O material de solicitação de recursos para a construção do centro de eventos de Iguaraçu reflete uma exagerada expectativa quanto aos benefícios que o turismo pode trazer, ou ao menos um discurso bastante apelativo, ao atrelar a construção de um equipamento turístico ao desenvolvimento econômico e sustentável:

E pensando também que nosso município encontra-se em um local apropriado para eventos turísticos, [...] dessa forma queremos um lugar apropriado para tais eventos. Os eventos são prestigiados por visitantes de todo o Estado do Paraná, onde além da divulgação dos avanços tecnológicos e econômicos gera receitas e divisas ao município e região, bem como também aprimora o turismo regional dentro de uma política de desenvolvimento sustentável. O poder público, juntamente com órgãos e lideranças locais, está empenhado em incrementar outros eventos também a nível cultural que venha complementar e dinamizar as ações municipais agregando maior valor a estas, e principalmente, venha de encontro aos anseios da população e turistas. Dessa forma, com o intuito de melhor explorar o Turismo de Lazer pleiteia recursos para investimentos em infraestrutura a fim de promover o município, fomentar o

desenvolvimento sócio econômico e o potencial turístico e cultural, bem como embelezar a Sede, propiciando uma identificação moderna, um bem estar à população e turistas de uma forma satisfatória e atraente em promoção da cidadania. Os recursos pleiteados serão utilizados para a Construção de um Centro de Eventos em nosso município, pois não temos um local apropriado para as festividades de nosso município. Isso será possível através da Emenda Parlamentar n. 33140013, funcional programática n. 23.695.1166.10V0, do Deputado Federal Odílio Balbinotti. Destacamos que as obras serão executadas dentro das normativas vigentes e em áreas públicas (BRASIL, 2016).

Os eventos, tanto culturais como esportivos, religiosos e outros, são estratégias de atração de turistas utilizadas por municípios que não têm atrativos naturais. A tentativa de criação de eventos e a expectativa quanto aos ganhos econômicos do setor, não é uma característica exclusiva de Iguaraçu. Isso se observa desde a década de 1990, período em que a principal linha de ação do Governo Federal para o turismo era o Programa de Municipalização do Turismo. Esse programa previa a conquista de um selo de município turístico aos municípios que apresentassem, entre outras características, um atrativo turístico. Conforme mencionado, para os municípios que não tinham produtos turísticos, a criação de eventos parecia a estratégia mais simples para conseguir o selo de município turístico. É influência desse período a criação de muitos eventos gastronômicos, sociais e religiosos nos pequenos municípios do Paraná, especialmente da região de estudo.

Além dos recursos para construção e reforma de espaços para a realização de eventos como a Casa da Cultura e o Centro de Eventos, Iguaraçu estabeleceu um terceiro convênio com o Ministério do Turismo para pavimentação asfáltica. A Rua João Borges Sobrinho, local do investimento, não é uma via de uso de visitantes (Figura 12). É uma rua periférica de uso praticamente restritos aos moradores que ali residem, visto que não há comércio, tampouco é caminho de passagem para moradores ou visitantes. O objetivo dessa nota não é privilegiar o direito ao turista em detrimento das demandas locais. Contudo, recursos dessa natureza têm por objetivo incrementar infraestrutura em zonas turísticas para atrair investidores turísticos, capazes de gerar empregos e renda. Quando recursos de infraestrutura de apoio ao turismo são empregados em espaços onde não há fluxo de turistas, nem interesse turístico, faz com que o investimento do turismo não atinja seus objetivos de gerar renda, empregos e investimentos privados. Por isso, em muitos casos, locais carentes de recursos dessa natureza ficam desassistidos.

Figura 12 - Iguaraçu. Rua João Borges Sobrinho, 2016



Foto: Larissa de Mattos Alves (2016)

Enquanto em Iguaraçu os investimentos do Ministério do Turismo estão voltados aos espaços culturais e de eventos, em Iretama os dois convênios oriundos do Ministério do Turismo são para revitalização de espaços públicos: o canteiro central da Avenida Paraná e a Praça central de Águas de Jurema.

A justificativa para revitalização do canteiro central é pautada no interesse de voltar a atrair visitantes do Termas para a cidade e estimular o consumo de novos produtos turísticos relacionados à natureza, cultura, religião, eventos e compras:

Visando desenvolver o Turismo na cidade de Iretama, elaboramos o roteiro de visitação e compras de produtos locais, para público em potencial oriundos do Resort Hotel Thermas de Jurema; - O Shopping do Produtor localizado na BR 468, que comercializa produtos da agroindústria familiar. - As feiras livre que ocorrem semanalmente comercializa produtos locais; - O mercado do produtor oferece produtos dos assentamentos e vilas rurais instalados no centro da cidade. - A Associação dos Artes es de Iretama, possui um programa com mais de 160 mulheres que fazem artesanatos com cultura local e comercializam na Casa do Artesão. - O Parque do Lago também na cidade possui uma Gruta de Nossa Senhora Aparecida que recebe visitação além de eventos de turismos esportivos anexo ao parque. - Comemoramos ainda as festividades de aniversário do município (25 de julho) e festa da padroeira Santa Rosa de Lima (23 de agosto) (BRASIL, 2016).

Tal como Iguaraçu, Iretama tem como produto turístico unicamente seu *Resort*. Iretama, no entanto, tem diversas peculiaridades de interesse turístico como produção

agrícola familiar e áreas preservadas com muitos rios e cachoeiras. Entretanto, nenhuma iniciativa se consolidou entre o fluxo turístico que Iretama já recebe. O pequeno investimento, tanto público como privado, em áreas não mecanizáveis é uma característica da mesorregião em que Iretama está inserida.

Na Mesorregião em estudo os espaços caracterizados por relevos de médios platôs foram absorvidos pelo capital impulsionados pelo incentivo do Estado, levando a formação de um espaço agrícola moderno e altamente dependente de capital (ANDRADE, 2005). Já os espaços caracterizados por um relevo acentuado pouco interessaram ao capital modernizador, apresentando espaços agrícolas pouco valorizados e com baixos rendimentos (COSTA; ROCHA, 2009, p. 121).

Se por um lado isso possibilitou a preservação da natureza, também não atraiu investimentos turísticos ligados à natureza, normalmente relacionados a locais com essas características. Isso porque, para ser atraente para a iniciativa privada do turismo, alguma infraestrutura de apoio deve estar disponível, o que não se observa na região.

Os serviços turísticos de Iretama, listados anteriormente, não existem mais. O *Shopping* do Produtor, o Mercado do Produtor e as feiras livres criados com o objetivo de comercializar, para moradores e visitantes, a produção da agricultura familiar dos assentamentos e das vilas rurais, não funcionam mais. Um roteiro turístico completo chegou a ser estruturado no município, mas não avançou comercialmente.

A maior dificuldade na consolidação de produtos turísticos é fazer com que os turistas invistam tempo e dinheiro em deslocamento para usufruir de um novo serviço. Após o deslocamento, ampliar o consumo de produtos e serviços no destino, depende apenas da qualidade da oferta turística. Embora o confinamento dos turistas seja uma característica dos *resorts*, em alguns casos, serviços turísticos locais também são comercializados. Tanto em destinos nacionais como Salvador-BA e internacionais como *Punta Cana*, na República Dominicana, diversos pacotes locais são oferecidos aos turistas em ambiente reservado especialmente para isso dentro dos próprios *resorts*. Parcerias dessa natureza são vantajosas para os *resorts* que ampliam a permanência dos hóspedes para conhecer atrativos e serviços turísticos. Todavia são também interessantes para os investidores locais, visto que grande parte do *marketing* dos destinos é feito pelos *resorts*.

É essa a estratégia apresentada pela prefeitura de Iretama ao solicitar convênio para revitalização de via pública principal da cidade: estimular e facilitar o

deslocamento entre os recursos turísticos de Iretama com o objetivo de ampliar o consumo dos turistas que visitam o Termas de Jurema.

Algumas opções de lazer em Iretama devem-se ao seu relevo que possibilitou a conservação de áreas verdes e recursos naturais diversificados. Nota-se na fala dos moradores da cidade um grande orgulho pelas grandes cachoeiras da região. As cachoeiras são a principal opção de lazer de Iretama, e recebem grande número de moradores durante o verão, mesmo sem nenhuma estrutura para isso. A falta de opção de lazer para os moradores é uma reclamação repetidamente comentada nas conversas realizadas, e também constatada durante as visitas a campo.

Os espaços públicos de lazer como a praça central e o Parque do Lago são pouco utilizados (Figura 13). Segundo os moradores, o Parque do Lago tem pouca manutenção e por isso seu uso para caminhadas e práticas de esporte estão diminuindo. Os espaços para esportes e exercícios da praça central eram mais utilizados quando uma feira de artesanato e produtos locais acontecia ali.

Figura 13 - Iretama. Parque do Lago e Praça Central, 2016



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2016).

As fotos da Figura 12 foram feitas em uma sexta-feira, após as dezessete horas, pois segundo os entrevistados, seria um horário de maior movimento. Esperávamos encontrar um uso mais intenso desses espaços por parte dos moradores. Se, por um lado, os espaços públicos de lazer como praças e parques pareceram subutilizados pela população, por outro, a festa de aniversário do município, comemorada em 25 de julho, conta com intensa participação de moradores e visitantes. No ano de 2016, a festa do município, conhecida como Expoméia, aconteceu entre os dias 22 e 25 de julho (Figura 14).

Figura 14 - Iretama. Expoméia, 2016



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2016).

O evento reúne as tradicionais atrações de festas de aniversário similares nos municípios, como parque de diversões, praça de alimentação com barracas de salgados, doces e bebidas. A principal atração, no ano de 2016, foram os *shows* com duplas sertanejas, abertos ao público. A programação, que incluiu também tradicional cavalgada, foi bastante divulgada e comentada em veículos de comunicação e redes sociais. A expectativa é que 15 mil pessoas de toda a região tenham passado pelo local do evento (CENTRAL R3, 2016).

A Expoméia foi realizada no Parque de Exposição Pedro Pereira de Godoi. O local conhecido como parque de exposição é apenas um amplo terreno, mas não há nada no local. Toda estrutura utilizada na Expoméia foi montada exclusivamente para o evento: muros, divisórias, entradas, banheiros químicos, palco, iluminação, barracas de alimentação, entre outros. Tal como ocorre em outras localidades, a vizinhança se organiza para prestar serviços de alimentação, venda de bebidas, e estacionamento, por exemplo.

Apesar de não contar com uma infraestrutura muito confortável, o evento atrai diversificado público, moradores e visitantes, de várias idades e origens. A importância do evento como atividade social, de lazer e entretenimento foi confirmado por todos os entrevistados e observado também durante realização do campo. No Hotel Iretama, localizado na área central da cidade, foi possível conversar com hóspedes que vieram de Curitiba e Astorga para a exposição, em geral antigos moradores que aproveitam para rever a família e amigos que estão sempre presentes no evento.

Parece incoerente que Iretama não tenha estabelecido com o Governo Federal nenhum convênio para construção de um centro de eventos, visto que está entre as

principais áreas de convênio entre o MTur e os pequenos municípios da região, como visto, anteriormente, no Gráfico 6.

A festa de aniversário do município é a única ocasião em que os hotéis de Iretama recebem visitantes a lazer. A existência de dois hotéis econômicos localizados na área central, além de algumas hospedarias mais básicas, deve-se ao atendimento de hóspedes que viajam a trabalho, como os diversos prestadores de serviços e representantes comerciais, por exemplo. A localização de Iretama, distante setenta quilômetros do principal centro urbano regional, faz com que a permanência de viajantes aconteça ali com maior frequência do que acontece em Iguaraçu, por exemplo, que está há menos de trinta minutos de relevante centro hoteleiro regional.

A presença de poucos hóspedes a lazer em Iretama foi confirmada por dois taxistas. Segundo eles, metade dos desembarques da rodoviária é de moradores de Iretama retornando de viagem, e a outra metade é de moradores de outras cidades do Paraná que chegam para visitar a família. Em vinte anos de trabalho, os taxistas com ponto na rodoviária informam que apenas dois desembarques tiveram como destino o Termas de Jurema. Os turistas do Termas viajam de veículo próprio, ônibus de excursão e alguns casos de transporte aéreo até Maringá. Quando os turistas solicitam serviços de *transfers* são oferecidos a eles os taxistas considerados “cadastrados do Termas”, que moram no Distrito e cobram preços mais altos que os “taxistas da cidade”.

Além da questão apresentada pelos taxistas, outras implicações econômicas do turismo são mais evidentes no Distrito do que na sede do município. Algumas famílias do Distrito já têm a terceira geração de trabalhadores no Termas. A maioria entra na área de jardinagem ou auxiliar de limpeza e permanece na empresa durante anos. Alguns se aposentaram ali e conseguiram chegar a cargos de supervisão. O limite de ascensão na empresa deve-se principalmente à baixa formação dos funcionários, apenas 25% desses têm ensino superior. A maioria dos funcionários da empresa pertence a famílias tradicionais do Distrito, porém a gerência é de outros municípios maiores, como Campo Mourão, Curitiba e São Paulo.

Trata-se, mais uma vez, da crescente especialização e internacionalização, em que os empreendimentos locais não são capazes de atender às novas demandas geradas a partir dos processos globais, que tornam cada vez mais comum o deslocamento de executivos e funcionários altamente qualificados, exigindo a reprodução dos mesmos padrões de hospedagem (FIRKOWSKI, 2004, p. 101).

Os moradores do Distrito estão tão longe dos melhores cargos e das melhores remunerações, como do lazer ali ofertado. O consumo do Termas enquanto opção de lazer local é inexistente. Mesmo a possibilidade de *day use*²⁰ parece inadequada a renda dos moradores de Iretama, que tem indicadores socioeconômicos abaixo da média estadual. Alguns poucos moradores vão jantar no *Resort* em datas muito especiais.

Não se pode ignorar que esse distanciamento nas relações entre visitantes e visitados traz implicações negativas ao gerar conflitos socioculturais profundos nas localidades receptoras, como exemplo, a mudança ou abandono de hábitos e tradições estranhas aos visitantes e a reprodução de hábitos de consumo dos turistas. As relações hostis também podem acontecer, e a visão negativa dos moradores em relação aos turistas origina-se no tratamento recebido, pois para muitos visitantes “os habitantes locais existem, apenas enquanto servidores ou objeto de consumo turístico, os ‘aborígenes’ em seu *habitat* natural” (OURIQUES, 2005, p. 21).

Essa relação negativa com a população local não é estabelecida apenas pelos hóspedes. Em muitos casos, os empregadores usam a população local como mão de obra barata e atrativo turístico, fazendo com que o funcionário não se sinta interessado e responsável pela qualidade do produto turístico.

O *resort* Termas de Jurema, por ser tão inacessível aos moradores de Iretama, pode levar a maiores problemas sociais, ligados à exclusão. Alguns funcionários, mesmo depois de muitos anos de trabalho, não conhecem todo o empreendimento, pois nunca tiveram a possibilidade de realizar uma visita, nem mesmo, subsidiada ao *resort*.

Conflitos econômicos também foram relatados pelos moradores. Segundo eles, alguns estabelecimentos comerciais do Distrito que vendiam *souvenirs* para os turistas foram judicialmente proibidos de utilizar a imagem da marca Termas de Jurema. Também é tido como verdade, entre os moradores, que o *Resort* é bastante insistente no interesse de comprar as lojas do Distrito que atendem aos turistas, e

²⁰ O *day use* no Termas de Jurema se inicia as dez horas e termina às dezessete horas, incluindo nesse período o acesso as áreas de lazer, atividades de recreação, um quarto e almoço pelo valor de R\$ 240,00 por pessoa. No Ody *Park* Aquático, o serviço de *day use* dá acesso apenas ao parque aquático das nove horas às dezoito horas pelo valor de R\$ 50,00 para adultos e R\$ 38,00 para crianças.

também que o empreendimento vem, ao logo dos anos, adquirindo todas as propriedades próximas que têm fontes termais.²¹

Entretanto, não é possível afirmar que há uma relação hostil entre empregador e empregados. Existem relatos positivos, como a qualidade dos empregos e a compra de produtos agrícolas de propriedades do entorno. Outro aspecto positivo atrelado ao turismo na percepção dos moradores foi a pavimentação de acesso ao Distrito (convênio estabelecido com o Ministério das Cidades, mencionado anteriormente).

A educação e a qualificação profissional são implicações positivas do turismo, mencionadas, apenas em Iretama. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac ofertou, no Distrito, o curso de Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços Hoteleiros para jovens a partir de dezesseis anos. Ainda que essa ação não configure entre os convênios estudados, exigiu a parceria do Senac que custeou todo o curso, com o município que cedeu a escola para a realização das aulas e o *Resort* que concedeu estágio aos estudantes. Segundo o gerente do Termas, 85% dos jovens que passam pelo hotel são contratados.

A influência do turismo na educação ganhou destaque no Brasil com o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, especialmente o Pronatec Turismo ou Pronatec Copa, que “teve como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional de Tecnológica para a população brasileira” (BRASIL, 2011). No entanto, tal política pública, voltada à interiorização e democratização foi implantada em apenas 214 municípios no Brasil que obedeceram a critérios como:

- Cidades sedes: as doze cidades que receberam os jogos da Copa do Mundo da FIFA de 2014;
- Pacote Turístico: destinos formatados pela Match Connections (Agência oficial da FIFA) que foram apresentados nos catálogos para os operadores estrangeiros;
- Municípios até 50 km: municípios com disponibilidade de leitos para atendimento da demanda sobressalente;
- Municípios entre 50 a 100 km: municípios com disponibilidade de leitos que deram suporte às cidades sedes;
- Municípios com mais de 100 km: destinos consolidados ou que fazem parte do roteiro *Match Connections*;
- Destinos consolidados: destinos reconhecidos internacionalmente ou trânsito de turistas do Mercosul.
- Integrantes das 303 regiões turísticas;

²¹ As informações desse parágrafo não foram confirmadas em nenhuma das fontes envolvidas.

- Ter Instituições de Ensino ofertantes dos cursos de Formação Inicial Continuada do Pronatec;
- Ter fluxo turístico;
- Municípios localizados no entorno de parques nacionais;
- Municípios que sejam patrimônio cultural mundial da humanidade (Unesco);
- Municípios que tenham conjuntos urbanos e bens materiais tombados pelo Iphan (BRASIL, 2011).

No estado do Paraná apenas nove municípios responderam aos critérios do Pronatec em uma primeira fase do programa: Curitiba, Antonina, Foz do Iguaçu, Guaraqueçaba, Lapa, Morretes, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. O Pronatec respondeu a uma demanda urgente por qualificação nesses municípios, que recebiam considerável fluxo de turistas. Porém, o pequeno número de municípios privilegiados pelo programa federal não permitiu a interiorização e democratização prometidas. Apenas dois municípios com menos de 20 mil habitantes, Guaraqueçaba (7.871 habitantes) e Morretes (15.718 habitantes) estão entre os nove municípios prioritários para o Pronatec. Não passa despercebido, nessa política pública, o poder delegado a um único capital privado internacional do setor do turismo de definir quais municípios adequam-se ao recebimento de recursos federais, voltados à educação profissional.

O Pronatec turismo não foi implantado em nenhum dos pequenos municípios estudados. As implicações do turismo na educação que aconteceram no Distrito de Iretama não estavam ligadas ao Pronatec e nem a iniciativas do governo federal.

O Distrito está há 23 quilômetros da sede de Iretama, em estrada rural, cascalhada e mal sinalizada. O percurso, que dura aproximadamente trinta minutos, atrelado à rotina e turnos de trabalho do *resort*, faz com que os deslocamentos dos moradores do Distrito até a cidade sejam raros, e motivados apenas para serviços não disponíveis como posto de combustível, lotérica e serviços médicos especializados, por exemplo. Dessa forma, a proximidade entre os 2.973 moradores do distrito é evidente. Muitos apresentam laços familiares, compartilham ambientes de trabalho e convívio, e também atividades de lazer e entretenimento.

De acordo com os relatos, os moradores do distrito costumam se reunir na praça da igreja, onde acontecem os encontros, os eventos sociais e religiosos. Os moradores relataram que as experiências que os funcionários adquiriram no Termas são aproveitadas nas festas do Distrito, principalmente na produção de alimentos,

atividades de lazer, recreação e apresentações culturais que acontecem na praça central nas festas de natal e páscoa, por exemplo.

A praça, inicialmente de uso religioso e social, ao longo dos tempos diversifica seus usos, sendo atualmente centro de comercializações, manifestações e ponto de encontro entre moradores e turistas, em muitos municípios. A diversificação dos usos dos espaços públicos não é exclusividade de Iretama.

Com o passar dos anos tais espaços públicos foram agregando novas funções, não sendo mais apenas espaços ligados ao uso religioso, áreas do convívio social, da visibilidade das pessoas, da circulação, etc., mas incorporou-se como espaços do lazer, das compras, do comércio e das feiras, do esporte, de diferentes serviços que podem ser oferecidos nestes espaços (BORTOLO, 2015, p. 35).

Devido ao grande uso por parte dos moradores, mas também pela localização estratégica para atrair turistas, a praça central do Distrito Águas de Jurema foi objeto de convênio estabelecido entre o município de Iretama e o Ministério do Turismo. O convênio consiste em repasse financeiro para reforma da praça e prevê investimentos em mobiliários urbanos como bancos, mesas, iluminação, além da construção de um centro de atendimento ao turista. O recurso tem por objetivo melhorar e ampliar o uso da comunidade local e dos turistas, adequando o espaço para realização de eventos e comercialização da produção local.

A reforma da Praça de Águas de Jurema com certeza dará maior força ao desenvolvimento do Turismo, a comercialização de produtos artesanais, o apoio ao turista e obter informações para apreciar os pontos turísticos como: as cachoeiras, riachos, a produção agroindustrial e artesanal onde concentra um trabalho artístico com mais de 185 assentados do INCRA e 80 assentados do banco da Terra além da população rural adjacente propiciando o desenvolvimento socioeconômico e cultural. A reforma da praça irá beneficiar as festividades de Águas de Jurema que tem seu cume nos seguintes eventos: as festas do Padroeiro São Francisco de Assis realizada em duas datas em maio e outubro além da tradicional cavalgada realizada duas vezes no ano 25 de julho e 07 de setembro que parte da Praça de Águas de Jurema ao Centro de Iretama também é realizado no local com evento o encontro de trilheiros. O objeto do projeto é Construção do Centro de Informação ao Turista e Reforma da Praça do Distrito de Águas de Jurema. A reforma da praça contará com bancos, mesas, passeios, jardinagem, arborização e iluminação. O recurso é oriundo de Emenda Parlamentar 2849001 do Deputado Federal Zeca Dirceu (BRASIL, 2016).

Não são mudanças apenas físicas que marcam os usos das praças, mas a ampliação das formas de uso. Contudo, uma praça bonita e funcional com mobiliário

adequado, espaços de descanso, lazer e internet, por exemplo, certamente vai atrair mais gente. Sob o pretexto de minimizar a falta de opções de lazer, cada vez mais equipamentos são inseridos nesses espaços. O conflito de usos e o congestionamento nas praças são problemas menores do que a dificuldade de criar novos espaços públicos de lazer.

Esses espaços públicos em pequenos municípios atingem dimensão multifuncional, atraindo grande parcela da população. Assim, os investimentos do poder público nesses espaços atingem muitos moradores, dando grande visibilidade aos gestores públicos. “A praça, é com certeza um dos espaços urbanos mais visíveis e transformados pelo poder público” (BORTOLO, 2015, p. 32).

Todavia, os espaços podem ser símbolos de abandono, poluição e insegurança, atrelando o aspecto negativo também à imagem de seus gestores. Os usos desses espaços públicos dependem dos equipamentos instalados, e da manutenção dada pelo poder público.

A presença e a disseminação das mais variadas formas e funções dos espaços públicos nas cidades brasileiras, foram atendendo os diferentes interesses políticos: seja o abandono mediante troca de prefeitos e governadores; seja gerando novos investimentos, garantindo publicidade à gestão pública (BORTOLO, 2015, p. 35).

Contudo, os investimentos nem sempre são acertados, os investimentos podem ser errôneos, instalando em espaços públicos equipamentos não adequados ou interessantes às demandas locais, levando à restrição do uso, e não à sua ampliação. A instalação de serviços e equipamentos de uso prioritário do turista, em detrimento das necessidades dos moradores, mostra-se um investimento inadequado, que leva à exclusão da população em favor do uso desses espaços por não residentes. As reflexões sobre os investimentos turísticos em espaços públicos de lazer serão retomadas.

4.2 Terra Boa e as tentativas de inserção no turismo: características comuns dos municípios de pequeno porte demográfico

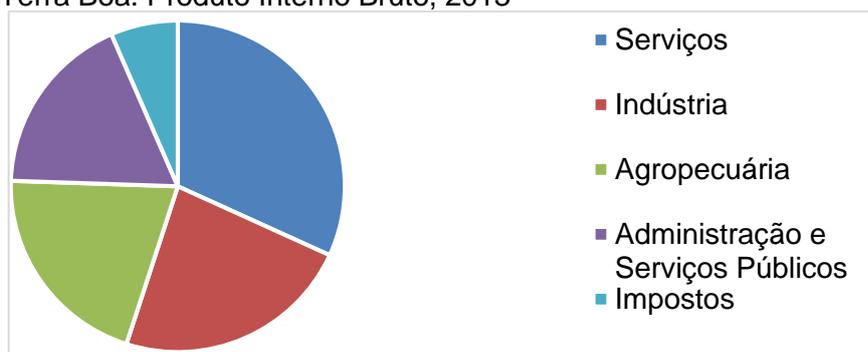
Alguns aspectos sobre Terra Boa, anteriormente mencionados, merecem ser retomados. Com 15.776 habitantes (IBGE, 2010), Terra Boa destaca-se entre os 98 municípios com menos de 20 mil habitantes da região turística Noroeste do Paraná pelos convênios estabelecidos com o Ministério do Turismo.

Terra Boa foi emancipado em 1955, após desmembramento do município de Engenheiro Beltrão e apresentou crescimento populacional entre os censos de 1960 e 1970, quando registrou 19.673 moradores. Nas décadas de 1970 e 1980, devido à crise da produção cafeeira e mecanização da agricultura, verifica-se em Terra Boa, bem como em grande parte da região, grande êxodo rural e migração das populações para centros urbanos maiores em busca de empregos ou para outros estados atrás de novas terras. Tanto que, em 1991, Terra Boa registrou 14.249 habitantes. A partir daí a população estabiliza-se e apresenta leve crescimento.

Entre os índices de desenvolvimento apresentados para os quatro municípios estudados, Terra Boa se destaca positivamente. O IDHM está acima da média nacional e os índices de Gini e taxa de pobreza são melhores que os índices de Iretama e Porto Rico, e muito próximos dos números verificados em Iguaraçu, que apresenta uma composição do PIB bem diferente.

Com exceção de Iguaraçu, onde a agropecuária é mais expressiva, Terra Boa, bem como os demais municípios estudados, tem nos serviços a maior participação na composição do PIB municipal, com 32%, seguido da agropecuária e da administração pública, que são responsáveis por, respectivamente, 21% e dezoito por cento do PIB de Terra Boa (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Terra Boa. Produto Interno Bruto, 2013



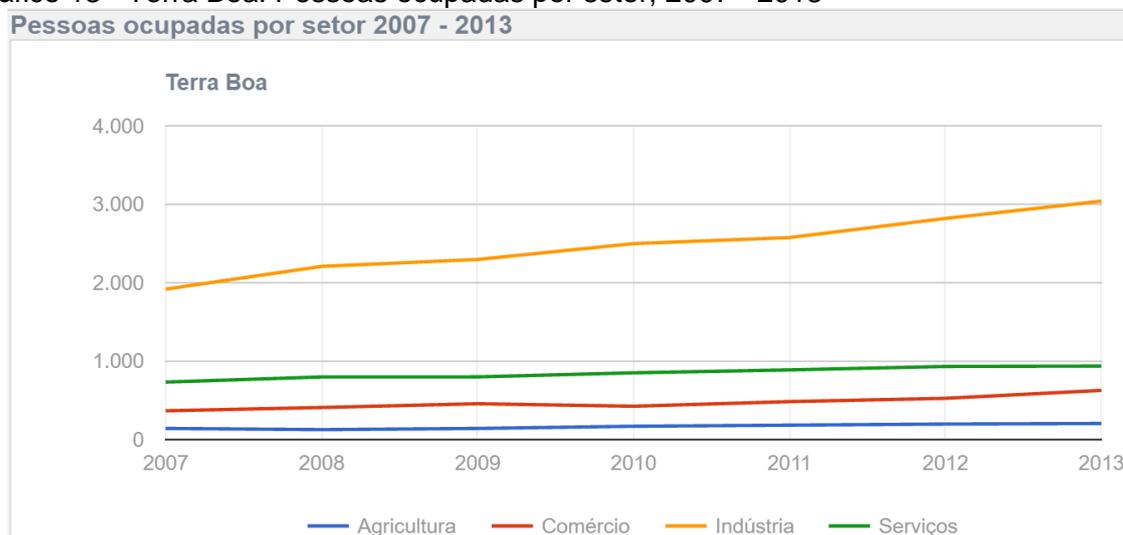
Fonte: IBGE Cidades (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017).

Entretanto, diferente dos demais municípios estudados, a indústria tem especial participação na economia de Terra Boa, pois contribui com 23% da composição do PIB municipal. Borges (2015) destaca a expressividade da indústria municipal, citando os setores moveleiro, vestuário, a produção de alimentos e embalagens que atendem o mercado consumidor local e nacional, além da produção voltada à exportação. “A empresa Amafil Indústria e Comércio de Alimentos fabricante de derivados da mandioca e a Dudalina atuam no comércio internacional. As exportações ficaram entre US\$ 1 a US\$ 10 milhões em 2013” (BORGES, 2015, p.349).

A Dudalina gera cerca de 660 empregos em Terra Boa e tem sedes em São Paulo e em diversos municípios de Santa Catarina e *show room* na Itália, em Milão. A proximidade de Cianorte, expressivo destino de compras de vestuário, a disponibilidade de matéria-prima e mão de obra estimularam a especialização produtiva na confecção de roupas em Terra Boa (BORGES, 2015). O setor industrial é o principal gerador de empregos. São 3.040 empregos registrados em 2013, 63% dos empregos do município (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Terra Boa. Pessoas ocupadas por setor, 2007 - 2013



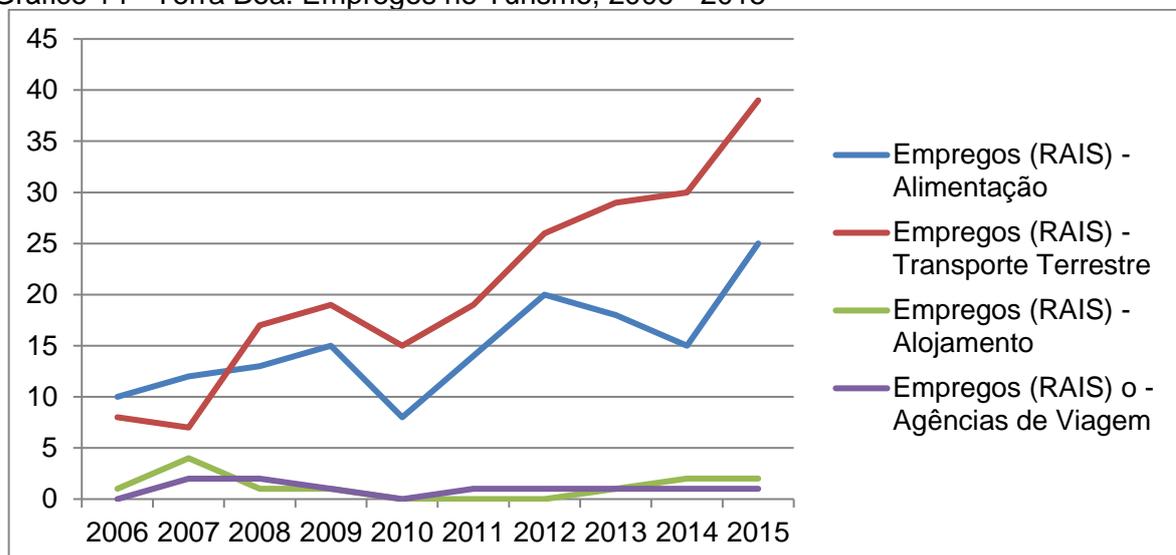
Fonte: IBGE Cidades (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

No setor de serviços, estão vinte por cento dos empregos locais e outros treze por cento dos empregos formais estão registrados no comércio. A agricultura, altamente mecanizada, gera apenas quatro por cento dos empregos, com 207 postos de trabalho formal, registrados em 2013 (IBGE, 2016). Nesse contexto, os empregos formais registrados no Turismo são menos expressivos. Em 2013, eram menos de

cinquenta trabalhadores registrados em atividades características do turismo (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Terra Boa. Empregos no Turismo, 2006 - 2015



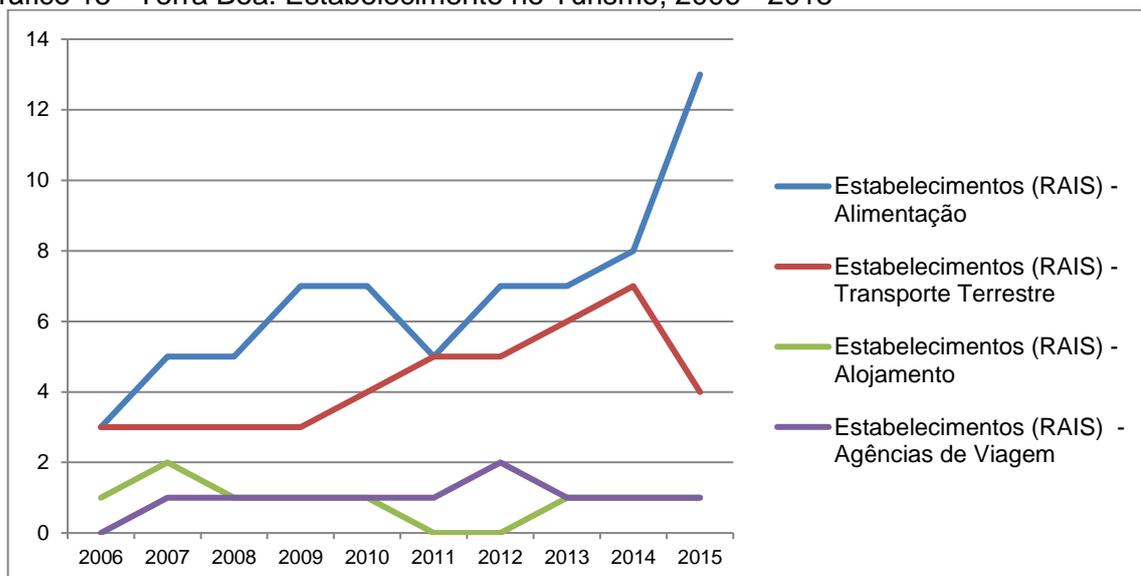
Fonte: IBGE Cidades (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Desde então se observa pequeno crescimento no número de empregos em atividades características do turismo. Em 2015 foram registrados 67 empregos formais dessa natureza em Terra Boa. Ainda que economicamente seja um valor pouco expressivo, é preciso lembrar que em 2010 eram apenas 23 empregos registrados e que grande parte dos empregos no setor é informal. Assim, o número de 67 empregos pode ser extrapolado com os empregos temporários, não registrados e também das atividades diretamente influenciadas pelo setor.

Os empregos registrados no setor de transportes não são parâmetros adequados para a avaliação da dinâmica econômica do setor de lazer, viagens e turismo, pois grande parte dos registros do Rais não se restringe ao transporte de pessoas, e incluem também os empregos e estabelecimentos (Gráfico 15) responsáveis pelo transporte de grãos, expressivo na região.

Gráfico 15 - Terra Boa. Estabelecimento no Turismo, 2006 - 2015



Fonte: IBGE Cidades (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017).

Os dados sobre o setor de alimentação crescem e confirmam a ampliação do consumo desse serviço em Terra Boa. Devido às poucas opções de lazer que o município oferta para todos os públicos, cresce o consumo em restaurantes e bares, que atrelam os serviços de alimentação com entretenimento e apresentações musicais. Segundo os entrevistados, o aumento do consumo deve-se aos moradores do município e de outros municípios próximos, mas também de trabalhadores viajantes, prestadores de serviços para as indústrias locais ou representantes comerciais, um público que também aumenta no município.

No entanto, o efeito desses novos visitantes não reflete em aumento dos serviços de alojamento em Terra Boa. Tal como mencionado sobre Iguaraçu, Terra Boa está a vinte quilômetros de um relevante destino turístico, Cianorte, que com seu parque hoteleiro supre as demandas por hospedagem de pequenos municípios das proximidades. O Hotel do Gaúcho, único meio de hospedagem do município, tem o serviço básico da oferta de leito e seu público principal são trabalhadores em viagem, especificamente, representantes comerciais, que atendem o comércio de Terra Boa e de pequenos municípios da região.

Além dos trabalhadores viajantes, os negócios e os eventos gastronômicos e religiosos também atraem visitantes para Terra Boa. O turismo de negócios e eventos deve-se ao setor industrial. Essas empresas, devido ao seu porte, atraem visitantes para negócios e prestadores de serviços. Esse é um público que, quando há necessidade de permanência, se hospeda em Cianorte. Segundo a proprietária, o

hotel do Gaúcho nunca recebeu clientes encaminhados por essas indústrias, nem mesmo durante a realização dos eventos gastronômicos e religiosos. O que sugere que não há um desinteresse no consumo por parte dos visitantes, mas uma inadequação dos serviços ao perfil deles.

Os eventos foram mencionados em todas as entrevistas e conversas informais realizadas em Terra Boa, tanto os eventos gastronômicos, como religiosos. O responsável pelo Turismo na Prefeitura de Terra Boa, Lucinei Molina, citou os eventos como as principais ações públicas realizadas pelo turismo municipal e listou dois como os mais procurados, enquanto opção de lazer para moradores e visitantes da região: a Festa das Nações e o aniversário do município. Outros eventos também são realizados em parceria da prefeitura com clubes de serviços, associações e outras instituições, como a Feira de Artesanato, Rota da Fé, e festas religiosas realizadas em comunidades rurais. A diversidade de eventos realizados em Terra Boa, ao envolver diversos agentes locais, faz com que a sociedade se sinta representada e prestigiada, levando a uma identificação com os eventos.

As atividades turísticas em pequenas cidades têm ganhado, nos últimos anos, grande dimensão econômica e social, envolvendo diferentes atores, demonstrando novos valores e projetando-se como tema de interesse dos mais variados meios, procurando o reconhecimento dos elementos representativos envolvidos, ainda passíveis de reformulações e entendimentos. O turismo das pequenas cidades alia ao produto turístico características diferenciadoras que vão desde a nostalgia e a tranquilidade proporcionadas pela vida pacata do interior até a adrenalina do turismo de aventura (FERREIRA, 2005, p. 16-17).

Os eventos de interesse turístico têm diversas dimensões, características e intenções, abordando desde megaeventos até pequenos festivais locais, de pequena escala. Eventos, em suas variadas tipologias, são comumente considerados relevantes espaços de socialização, possibilidade de interações, lazer, entretenimento e de ganhos econômicos. Mesmo que as implicações, positivas e negativas, da realização de eventos sejam conhecidas, são poucos os estudos que se aprofundam nesse aspecto. Da mesma forma que os grandes centros urbanos estão no foco dos pesquisadores, os grandes eventos também recebem maior atenção. A literatura disponível aborda, mais frequentemente, questões econômicas e aspectos

relacionados ao *marketing* (SEMEDO, 2008), enquanto os pequenos municípios²² e seus pequenos eventos sofrem “uma carência no que respeita a estudos de eventos culturais de carácter local e as suas respectivas especificidades” (SEMEDO, 2008, p. 39).

É escassa a literatura disponível sobre os eventos realizados nos pequenos municípios da região turística Noroeste. Nos municípios de pequeno porte, dessa região, são comuns os eventos religiosos, tanto no perímetro urbano como nas comunidades rurais. Ainda que não gerem fluxos turísticos, são expressivos espaços de socialização, manutenção das manifestações tradicionais e valorização cultural.

Em Terra Boa, os eventos religiosos são tradicionais e reconhecidos, e seus responsáveis são pessoas relevantes na sociedade local, característica comuns às pequenas localidades da região. As conversas e consultas realizadas no município direcionavam a Gilmar Aparecido Pedrozo, lembrado devido ao seu papel na organização dos eventos religiosos municipais, e pelo grupo terço dos homens que coordena.

Em entrevista, ele informou que acontecem no município diversos eventos religiosos, como o Costelão do Seminário, que reúne mais de 2 mil pessoas do município e região. O evento, que combina gastronomia com religiosidade, é realizado no Seminário São Judas Tadeu no mês de novembro e é antecedido por atividades religiosas como a Novena de São Judas Tadeu. Apesar de não ser um evento turístico, atrai visitantes, pois nesse período comemora-se a ordenação de novos padres formados pelo Seminário, o que atrai outros sacerdotes que por ali passaram, seus familiares e fiéis, e também a Romaria de São Judas Tadeu que está em sua 9ª edição, e em 2016, atraiu 300 participantes de outros municípios.

Além deste evento, mais encontros religiosos acontecem, como a comemoração à padroeira da comunidade rural Nossa Senhora Aparecida, onde é servida a leitoa mateira²³. Os eventos são frequentes, e a maioria envolve a comercialização de comidas típicas regionais, como a festa dos caminhoneiros, comemorada em fevereiro com o almoço porco no tacho. Outros exemplos de encontros, promovidos por organizações religiosas, são o café rural realizado em abril

²² A carência de dados que o autor observa ao estudar o concelho português Tomar também é observável na região turística Noroeste do Paraná.

²³ Consiste em uma leitoa inteira desossada recheada e assada. É o prato típico de outro município da região, Mamborê.

e o jantar dançante em comemoração ao dia dos namorados, que acontece em junho. Tradicionalmente, as diversas paróquias da cidade, as comunidades rurais, bem como o distrito de Terra Boa realizam suas festas locais, onde é servido um prato tradicional como atividade principal do evento, mas também acontecem a comercialização de produtos locais, como alimentos, doces, artesanato, além de pequenos leilões e apresentações culturais. São as tradicionais quermesses, comuns não só em Terra Boa, mas em toda a região, bem como no interior de todo o País.

Eventos dessa natureza têm, em sua maioria, por objetivo angariar recursos para melhorias nas próprias comunidades, ou doação para entidades beneficentes locais. Todavia, atrelado à carência de espaços de socialização nesses pequenos municípios do Brasil, essas atividades ligadas à religião tornam-se indispensável para a manutenção dos encontros, da vida em sociedade, além de ser uma das poucas opções de lazer e entretenimento ofertadas aos moradores.

Outra manifestação religiosa presente e crescente em Terra Boa é o terço dos homens. Esta atividade começou em 14 de abril de 2015 na paróquia São Judas Tadeu de Terra Boa, com 25 homens, mas atualmente participam 294 homens, de diversas idades, desde os quatro anos de idade até maiores de oitenta anos. Segundo o coordenador do terço dos homens da comunidade Nossa Senhora Aparecida, a participação de jovens é um diferencial do grupo de Terra Boa, pouco comum em outras localidades, isso se deve, segundo ele, às poucas opções de lazer e entretenimento ofertadas no município. Os encontros não acontecem exclusivamente na mesma comunidade, mas também leva movimentação em localidades diversas, privilegiando inclusive áreas e grupos de risco.

Além dos encontros locais, o grupo se organiza para participar de eventos em outros municípios do Paraná, que também realizam o terço dos homens. Além dessas excursões curtas e próximas, o grupo também se reúne para a realização de viagens turísticas mais longas, como por exemplo, para o Santuário de Aparecida do Norte - SP. Segundo o entrevistado, cada atividade dessa natureza faz com que um número maior de moradores de Terra Boa participe do terço, por isso elas são significativas e frequentemente programadas.

Algumas atividades são realizadas com o objetivo de atrair grupos de outras localidades para participar de eventos religiosos em Terra Boa. Em 2016 foi realizado, no primeiro sábado de julho, o Arraial do Terço dos Homens, organizado pelas famílias dos participantes e, atraiu mais de 1.200 participantes.

No mês de outubro de 2016, Terra Boa sediou o primeiro Encontro Regional do Terço dos Homens. O número de participantes “surpreendeu os organizadores, com 1.260 homens de cerca de 30 paróquias, das dioceses de Paranavaí, Umuarama, Maringá, Apucarana e Campo Mourão. Somente da diocese de Campo Mourão, 12 grupos compareceram” (DIOCESE CAMPO MOURÃO, 2016). Seis meses depois, no dia 30 de abril de 2017, foi realizada a segunda edição do Encontro Regional que ampliou o número de participantes e a origem dos mesmos.

Atividades dessa natureza não são exclusividades de Terra Boa, é comum e crescente em todo o País, apresentando-se como uma demanda muito segmentada por eventos bastante específicos. Em 2016, por exemplo, a 9ª Romaria Nacional do Terço dos Homens ao Santuário Nacional de Aparecida reuniu mais de 70 mil homens. Segundo os dados do Santuário Nacional de Aparecida (2017), a primeira edição dessa Romaria, em 2009, reuniu seiscentos homens, no ano seguinte teve dois mil participantes, em 2014 reunia 31 mil homens, e em dois anos esse número dobrou. São poucas as opções de eventos apresentadas para o público católico masculino. Dessa forma, em eventos especializados nesse público observa-se a ampliação do número de participantes.

Ainda que seja essencialmente uma prática social, a realização de eventos religiosos, e especialmente o turismo religioso, envolve movimentações econômicas tradicionais ligadas ao transporte, hospedagem e alimentação, e ainda gera comercialização de artesanatos e demais *souvenirs*, e por se formar, em partes, por senhores idosos, serviços e produtos relacionados à saúde também são necessários.

Estudos mais aprofundados sobre a oferta e a demanda do turismo religioso ainda são insuficientes e por isso são poucos os dados sobre a movimentação econômica desse segmento. Essa não é uma realidade exclusiva do Brasil, muitos dados pertencem a instituições que, por não ter interesse turístico, não os divulga. Como exemplifica, em entrevista, Varico Pereira, docente de Turismo na Universidade Católica de Braga, que estuda o fenômeno do turismo religioso em Portugal:

Da parte do Santuário de Fátima não é possível saber qual o resultado global financeiro ou o valor das receitas, sabendo-se apenas que esse valor foi ‘o necessário para cobrir as despesas e garantir uma gestão equilibrada’ de uma estrutura onde trabalham 311 pessoas e mais 432 colaboram em regime de voluntariado, não revelando também qual o valor das doações feitas pelos peregrinos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2017).

Ainda que a igreja e demais entidades religiosas não divulguem os ganhos com a atração de visitantes, e reforcem que seus interesses se restringem à ampliação do número de fiéis, outras entidades já percebem esse nicho de mercado e se preparam para atendê-lo. As implicações econômicas do turismo religioso podem ser observadas no nordeste brasileiro, como o exemplo da citação a seguir que ilustra o que ocorre em Juazeiro do Norte, no Ceará.

Considerando que o turismo religioso ou, para alguns, 'indústria Pe. Cícero' tenha representatividade na movimentação econômica, o Poder Público, a Câmara de Dirigentes Lojistas e empresários estão investindo em novos projetos para atender uma demanda maior de visitantes e a consolidação de novos empreendimentos turísticos (ALVES, 2010, p.5 - 6).

É possível observar investimentos públicos em vias de circulação e meios de transporte para atender os fluxos de visitantes em locais religiosos. Nota-se também, investimentos das entidades religiosas em templos de manifestação de fé e monumentos, além de investimentos privados em serviços turísticos. Claros exemplos do aumento da produção de artigos religiosos no Brasil, voltados a atender turistas estão no Nordeste, como fábricas de imagens religiosas, terços e velas (ALVES, 2010).

Os empregos diretos gerados pelo turismo em serviços de hospedagem, transporte e alimentação e também os indiretos gerados nessas fábricas que abastecem os demais consumos dos visitantes são as implicações positivas mais evidenciados na literatura. A valorização da cultura, tradição e proteção e revitalização dos bens culturais, materiais e imateriais são outros aspectos positivos ligados ao turismo. Porém, quando o interesse turístico é o único que move a proteção e manutenção das manifestações culturais e religiosas, o valor real desses bens passa a ser questionável, e se tornam evidentes as implicações negativas do turismo nas comunidades locais, que passam a encenar tradições inventadas com interesse de entretenimento e não manifestações culturais.

As implicações negativas do turismo religioso não são exclusividade dos grandes centros turísticos, em municípios de pequeno porte demográfico da região adotada para este estudo, aspectos negativos também estão sendo evidenciados por outros pesquisadores. Ouriques (2006, p. 81), ao estudar o turismo religioso em Nova Trento, argumenta que "a fé religiosa vem sendo apropriada por uma forma específica

de acumulação do capital. Em outras palavras, a religiosidade está sendo transformada em uma mercadoria turística”.

Nova Trento consiste em um produto turístico amplamente comercializado, vendido pela internet, por variados preços e com diversas opções de pagamento. E, quando isso acontece, a quantidade e a diversidade de público atingida, nem sempre é adequada aos serviços ofertados, não satisfazendo aos anseios de moradores e turistas. (Figura 15).

Figura 15 - Nova Trento. Comercialização do turismo religioso na Internet, 2016

The screenshot displays a travel package for Nova Trento. On the left, there is a large image of the Basilica of Santa Paulina, a modern architectural structure with a large, curved roof. Below the image, there are logos for various payment methods (MasterCard, Visa) and social media icons. The main content area shows a calendar for July 2017, with the 15th highlighted in red. To the right, there is a list of services and a detailed description of the 'City Tour Nova Trento com Madre Paulina'. The price for the tour is listed as R\$ 475,00 per person, or R\$ 21,727.50 per person in cash. The website also features a search bar and navigation links for 'Cidades' and 'Pousadas'.

Fonte: Extraído de Jopavi Turismo; Vivato Turismo (2016)

A crítica não se volta às manifestações e peregrinações aos templos religiosos, mas ao espetáculo programado e criado unicamente para atrair turistas e que carece de autenticidade. Critica-se uma estratégia mercadologicamente construída para ampliar a permanência e os gastos dos turistas de lazer que vão à Santa Catarina, critica-se “o processo de esvaziamento da dimensão simbólica da fé e o crescimento da dimensão mercantil da fé, traduzidos na proliferação de objetos ‘sagrados’ disponíveis para o consumo dos visitantes” (OURIQUES, 2006, p. 86).

É comum a transformação do sagrado em profano, com o objetivo de criar produtos moldados ao interesse de consumo, modificando inclusive artigos religiosos. Para citar alguns exemplos, em Nova Trento é possível encontrar copos de cerveja e taças de vinho com a estampa de Madre Paulina, e uma imagem foi modificada para se mostrar mais atraente para o turista.

A própria imagem de Santa Paulina, em forma de estatueta, foi ‘reconstruída’ para estimular a veneração dos católicos: Antes, sua estatueta mostrava uma freira de expressão severa, segurando uma Bíblia. Agora, a imagem oficial de Madre Paulina tem feições mais acolhedoras. Ela aparece ao lado de uma criança adormecida, que

carrega um pedaço de pão. A santa olha adiante, segurando um segundo pão, à procura de outra pessoa que precise de seu auxílio [...]. Apelando para mudanças de caráter estético, mesmo com a melhor das intenções religiosas, aqueles que reformularam as imagens, tornando-as 'místicas' ou 'amenas', acabaram por reproduzir o mundo das aparências do capitalismo, já que não basta à Madre Paulina ser santa, ela tem que parecer santa (OURIQUES, 2006, p. 87).

É preciso cautela para que o crescimento dos eventos religiosos em Terra Boa mantenha suas características essenciais de manifestação da fé local, e espaço de socialização e manifestação da fé. Dando a essas manifestações as proporções que merecem, sem criar na fé falsos discursos e falsas expectativas, como o autor anterior alerta que acontecem em Nova Trento, onde a Madre Paulina foi transformada em uma marca de consumo turístico “a santa vai trazer o progresso para nós [...] ‘Nova Trento se transformará no terceiro polo de turismo religioso do Brasil (atrás apenas de Aparecida e Juazeiro)’. Até se inventou um mote: ‘Madre Paulina, padroeira do turismo’” (OURIQUES, 2006, p. 87).

A realização de eventos, tratada como uma estratégia de desenvolvimento econômico, precisa ser avaliada com cuidado em pequenos municípios. Outro exemplo é Lunardelli, município localizado a noventa quilômetros de Terra Boa, reconhecido ponto do turismo religioso no estado do Paraná. O município de pequeno porte demográfico tem 5.160 moradores (IBGE 2010) e recebe mais de mil romarias por ano, somando mais de duzentos mil participantes. No entanto o gasto médio dos visitantes no município, em 2005, foi de menos de dois reais por dia (ROSSI; CAETANO; JANOLIO, 2005).

As implicações que esses visitantes trazem nos congestionamentos em vias e serviços, além dos custos ambientais da concentração de pessoas nesses pequenos municípios sem infraestrutura básica, parece um custo muito alto para compensação financeira tão pequena. Neste caso, as oportunidades de negócios e serviços especializados para esse público não são adequadas ao capital privado dos moradores de Lunardelli. Em entrevista ao jornal local, o secretário municipal de turismo ilustra a situação, informando que alguns moradores produzem alimentos e artesanatos para oferecer aos romeiros. Contudo, ele ressalva:

Região é muito pobre e as pessoas não têm condições de instalar um hotel ou pousada, o que requer um investimento maior, disse. Ele conta que no último final de semana (12 e 13 de abril), 30 romarias foram realizadas na cidade. A falta de locais para pernoitar é tão séria

que muitos romeiros passam a noite nos próprios ônibus de turismo. Um desses ônibus, por exemplo, era de um grupo de Minas Gerais. Eles passaram o final de semana dormindo no ônibus e receberam auxílio de alguns moradores que cederam suas casas para as necessidades básicas (TRIBUNA PARANÁ, 2003).

Não só no Turismo Religioso, mas em muitos outros casos, os serviços e equipamentos necessários para a realização dos eventos não são ofertados no próprio município, exigindo a contratação de equipamentos e serviços em grandes e médios centros urbanos. Esse é um exemplo comum em festas municipais, como o caso mencionado de Iretama, onde todos os equipamentos e serviços não estão disponíveis no município, exigindo que serviços de alimentação, e montagem dos espaços sejam trazidos de centros maiores.

Os eventos concentrados no tempo e no espaço também podem não reverter em implicações positivas para os moradores. Esse é um exemplo comum nos grandes festivais, sejam religiosos ou não. A contratação de uma grande infraestrutura concentra os turistas e a oferta de equipamentos e serviços, impossibilitando o acesso aos produtos e serviços locais.

O fato do evento, por si só, ser capaz de oferecer todas as necessidades dos participantes - como: transporte, acomodação, alimentação, entretenimento e outros serviços - faz com que a relação com os autóctones seja muito limitada. Ainda, é importante frisar que as necessidades citadas acima, em quase sua totalidade, foram cumpridas por grandes corporações que patrocinaram o evento ou estavam envolvidas com ele de alguma maneira, o que faz com que o real impacto financeiro tenha acontecido com esses empreendimentos e não com as pequenas empresas ou cooperativas da região, por exemplo. Ou seja, embora os retornos financeiros sejam perceptíveis no município, o grande maço de divisas não beneficia a população, pois fica na mão de grandes detentores do capital (BOSSO; CARVALHO, 2016, p. 113).

Nos pequenos municípios da região turística Noroeste do Paraná, como o exemplo de Iretama, observa-se nas atividades de eventos a não geração de empregos e rendas e ainda a evasão de divisas. Ou seja, os exemplos apresentados indicam que nem sempre a chegada de visitantes garante empregos e renda aos seus moradores.

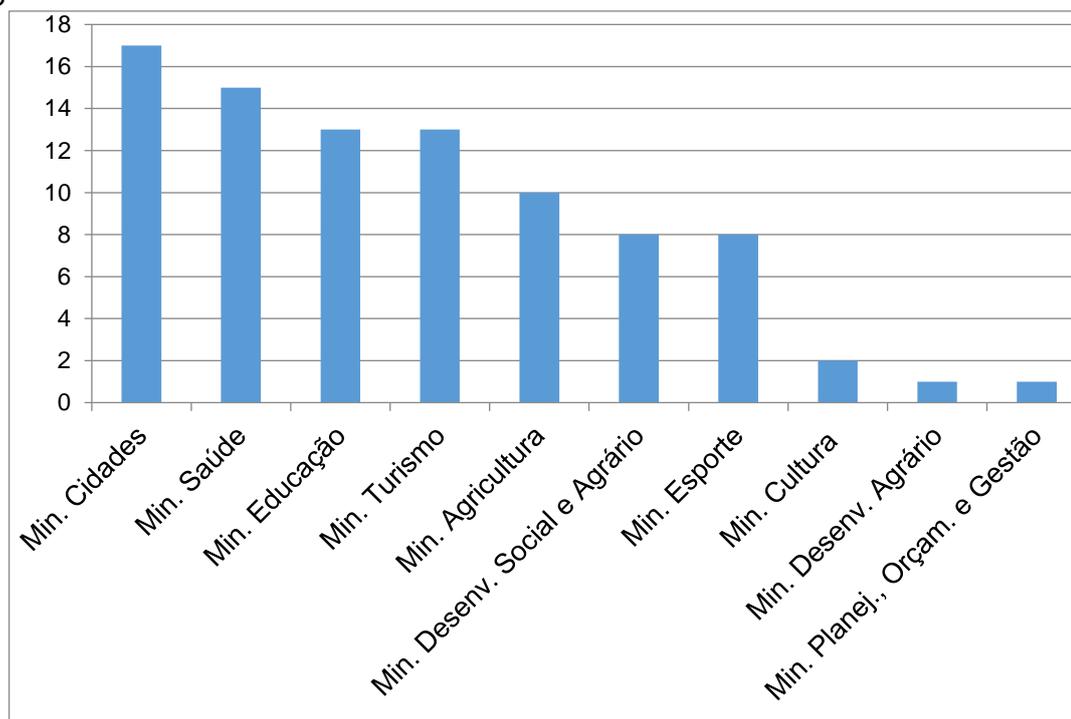
Em Lunardelli, mais um aspecto chama a atenção. Com menos de seis mil moradores, o município realizou oito convênios com o Ministério do Turismo, captando quase um milhão e meio em recursos federais, desde 2005. Todavia, os investimentos públicos não foram suficientes para tornar o território atraente para os investimentos

privados, locais ou externos, visto que, segundo o Rais (2017), o município registra apenas quatro empregos formais e quatro estabelecimentos, todos no setor de alimentação.

Em Terra Boa, as estruturas utilizadas para grande parte dos eventos realizados pela Prefeitura e seus parceiros, não precisam mais de contratos estabelecidos com grandes centros. Isso se deve, prioritariamente, aos investimentos públicos.

Segundo o Portal da Transparência (2016), Terra Boa estabeleceu 88 convênios com o Governo Federal entre 1996 e 2016 (Gráfico 16). Tal como se observou nos demais municípios, existe um grande número de projetos relacionados à agropecuária. São dezenove convênios, a maioria desses, voltados a aquisição de equipamentos agrícolas e melhoria das vias rurais para escoar produção agropecuária.

Gráfico 16 - Terra Boa. Convênios estabelecidos entre Município e Governo Federal, 1996 - 2016



Fonte: IBGE Cidades (2016)
Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Também se reproduzem em Terra Boa os convênios com o Governo Federal para melhoria dos espaços urbanos, como obras de pavimentação de vias públicas, construção de ciclovia, abrigos para pontos de transporte coletivo, além dos comuns convênios para melhorias nos serviços públicos de educação e saúde.

Dentre os 88 convênios estabelecidos por Terra Boa, 25 podem ser considerados de interesse turístico. Os objetivos desses convênios são relacionados ao lazer e bem-estar social, ao contemplarem a construção e melhorias em espaços públicos para eventos e atividades esportivas, apresentações culturais e lazer.

O que difere os convênios de Terra Boa é o valor conseguido via Ministério do Turismo. Terra Boa destaca-se entre os 98 municípios com menos de 20 mil habitantes em quantidade de convênios (treze) e o maior valor conveniado (R\$ 2.710.200,00). Dentre os treze convênios estabelecidos entre o Ministério do Turismo e Terra Boa, nove destinaram-se à construção de um centro de eventos, um convênio visou melhorias na pavimentação urbana e outros três convênios contemplavam áreas públicas de lazer. Dois desses convênios destinam-se a praças: um convênio para revitalização da praça central, outro convênio para a execução de praça em conjunto habitacional.

A busca pela qualidade de vida urbana tem originado projetos de intervenção cujo objetivo principal é a retomada da convivência cidadina nos espaços coletivos. Nesse contexto, verifica-se uma releitura do modelo da praça tradicional como foco central das políticas urbanas contemporâneas (CALDEIRA, 2007, p. 204).

Os projetos de criação ou revitalização desses espaços públicos tem especial relevância para a vida das sociedades envolvidas. Com base nas entrevistas e consultas realizadas no município e durante os trabalhos de campo realizados, constatamos que as praças de Terra Boa são frequentemente utilizadas pelos moradores como espaço de encontros, especialmente, para terceira idade, espaços de lazer para as crianças, e também são utilizadas pela população em geral para práticas de caminhadas e exercícios, pois muitas contam com academias em ar livre, conhecidas como Academia da Terceira Idade - ATI e outras versões adaptadas para crianças e outros públicos (Figura 16).

Figura 16 - Terra Boa. Praças e espaços de lazer, 2016



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2016)

O traçado da malha urbana de pequenas cidades da região posiciona a praça como ponto central e, no seu entorno, encontra-se a área nobre, com os prédios públicos, comerciais e prestadores de serviços. Essas praças são parte do trajeto a ser percorrido diariamente por moradores das pequenas cidades, dessa forma, “contribui para o encontro e a interação, mesmo não intencional, entre os cidadãos. Outra função [...] é a de ambiente de sociabilização, nesse caso motivada pela intencionalidade e certeza do encontro” (CORNELI, 2013, p.70), especialmente dos jovens, nos finais de semana.

Não podemos deixar de considerar que em cada praça central dos pequenos municípios da nossa região está localizada a igreja matriz, sendo indiretamente assim, os investimentos em praças públicas, um investimento público no turismo visto que privilegia o acesso a um recurso religioso, cultural e de eventos de interesse turístico. “Além de configurar-se enquanto cenário das atividades cotidianas da *urbe*, comumente as praças das pequenas cidades também servem como *locus* para festividades, manifestações artísticas, cívicas e políticas” (CORNELI, 2013, p.72). Nas praças se misturam os investimentos nas praças públicas e o apoio aos monumentos católicos. A praça central de Terra Boa, destino de recursos públicos, abriga a igreja matriz e o salão paroquial, característica comum a diversos outros municípios (Figura 17).

Figura 17 - Terra Boa. Praças e monumentos católicos, 2016



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2016)

Além das duas praças que foram foco da política urbana e do investimento público do Governo Federal, um terceiro convênio, ainda em execução, contempla a reestruturação e reforma do Bosque Municipal André Ricardo da Silva (Figura 18).

Figura 18 - Terra Boa. Bosque Municipal André Ricardo da Silva, 2016



Foto: Larissa de Mattos Alves (2016)

Diferente do uso positivo mencionado nas praças de Terra Boa, o bosque municipal foi fechado à visitação após o registro de usos indevido do espaço e falta de segurança. Realidade que tem se tornado corriqueira em pequenas localidades.

O “sentimento de insegurança urbana ocorre quando um indivíduo – ou um grupo – se sente inseguro em determinada localidade, por qualquer motivo que seja, real ou não” (ENDLICH; FERNANDES, 2014, p. 11). Esse sentimento desestimula o uso de locais como o bosque municipal de Terra Boa, tanto para o uso de lazer cotidiano, como enquanto atrativo turístico.

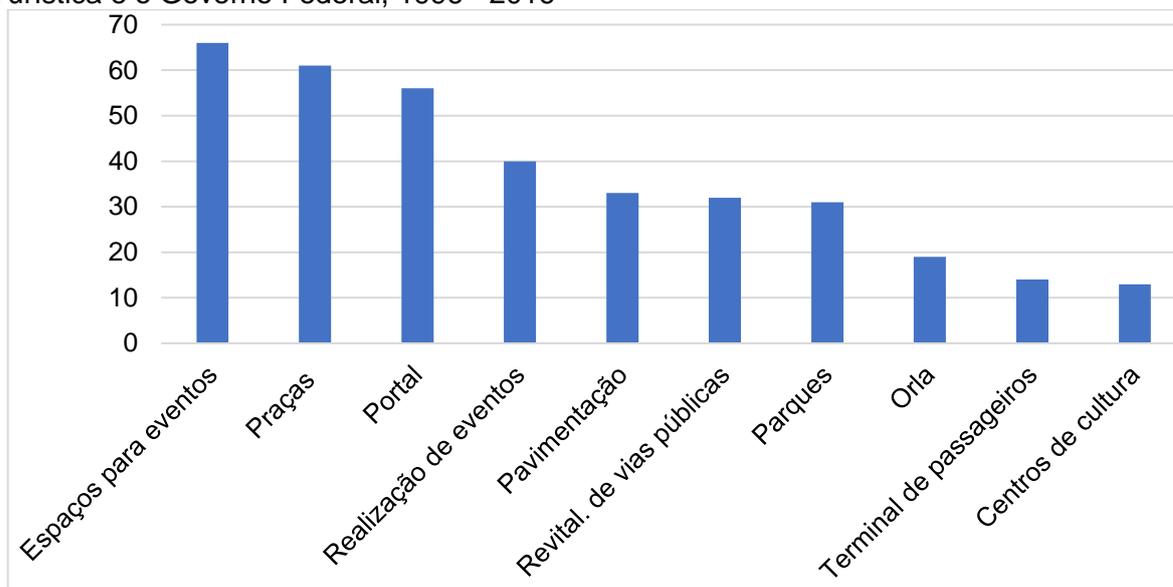
Os problemas relacionados à falta de segurança são crescentes nos pequenos municípios do Brasil, e não uma exclusividade de Terra Boa. Endlich e Fernandes (2014) ao analisar dados sobre os homicídios nos municípios brasileiros, verificaram o crescimento da insegurança e da violência nos pequenos municípios. Na listagem dos municípios mais violentos, trinta por cento têm menos de 20 mil habitantes.

O problema da segurança é responsabilidade do poder público, que, ao longo da história não tem se mostrado eficiente. O crescimento da violência em destinos turísticos pode se desdobrar em outros problemas sociais, como queda do número de visitantes, demissão de empregados no setor, desemprego, falência de empresas e por fim queda nas arrecadações.

As diversas intervenções públicas em praças e parques, resultado do investimento de ministérios como o do Turismo e das Cidades, não foram suficientes para revitalizar muitos desses espaços fragilizados. Como é o caso do Bosque municipal de Terra Boa. Apesar da reforma e instalação de equipamentos de lazer e esporte, o local segue fechado à visitação pública devido à falta de serviços de segurança.

Além dos convênios para a revitalização das praças e do bosque municipal, os demais recursos do Ministério do Turismo destinaram-se à construção do centro de eventos. Nesse aspecto, Terra Boa representa diversos municípios da região, que também buscaram convênios com o MTur para construção de espaços destinados à realização de eventos. Conforme anteriormente apresentado no Gráfico 6, o setor de eventos se destaca entre os convênios estabelecidos nos municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná. Os recursos para a construção de espaços dessa natureza se destacam. Os dados apresentados por período, no Gráfico 6, estão reorganizados a seguir para evidenciar o destaque do setor em toda a região (Gráfico 17).

Gráfico 17 - Região Noroeste do Paraná. Convênios por área estabelecidos entre a Região Turística e o Governo Federal, 1996 - 2016

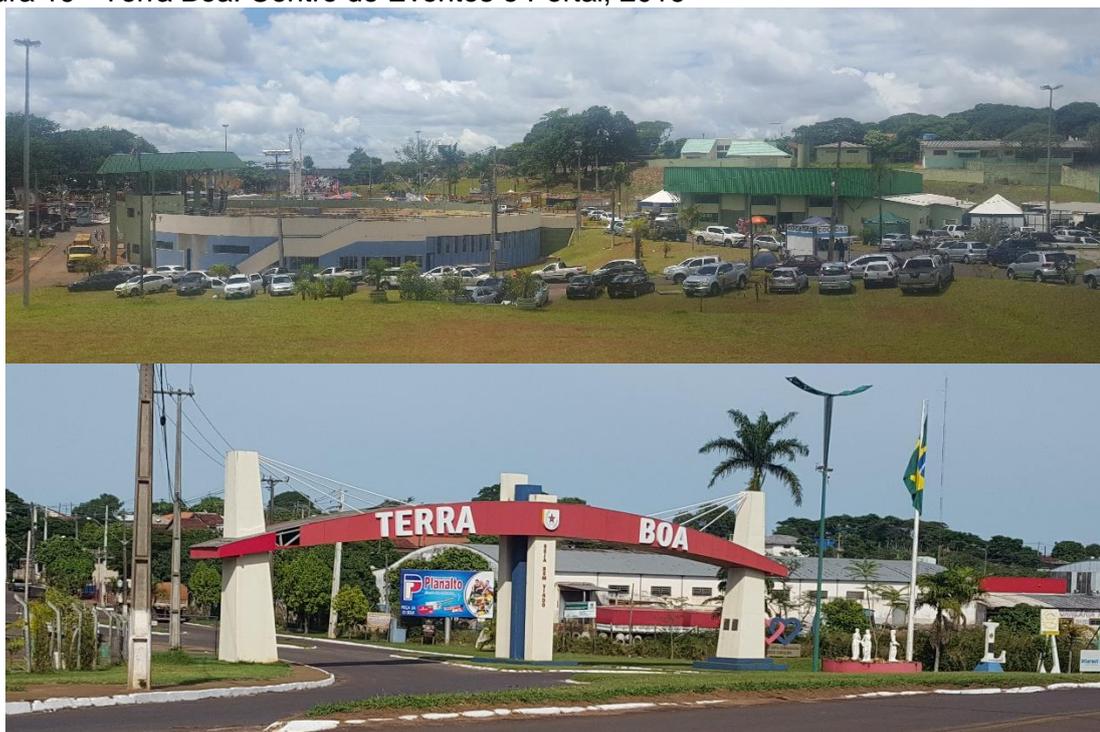


Fonte: Portal da Transparência (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Construção, reforma e revitalização de espaços para eventos é o principal objetivo dos convênios estabelecidos pelos pequenos municípios, dessa região, com o MTur. Completam essa lista dos convênios mais buscados, os recursos destinados para a construção e reforma de praças e construção de portal (Figura 19). Terra Boa estabeleceu convênios nessas três modalidades.

Figura 19 - Terra Boa. Centro de Eventos e Portal, 2016



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2016)

Especificamente sobre os espaços para evento, foram nove convênios, publicados entre 2006 e 2010, que totalizaram R\$2.537.625,00, investidos em um único local. Os convênios destinaram-se à construção do centro de eventos, que conta com área de estacionamento, espaço para instalação de parque de diversões e de serviço de alimentação, arena de rodeio, palco para apresentações, pavilhão de exposições (Figura 20). Não há muito detalhamento dos projetos de execução desses convênios no Portal da Transparência, mas em um dos convênios foi inserida a construção de portal de entrada da cidade.

Figura 20 - Terra Boa. Arena e Pavilhão do Centro de Eventos, 2016



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2016)

As entrevistas, consultas e observações realizadas durante os campos em Terra Boa sinalizaram para um bom uso desse espaço. Segundo as autoridades contatadas, era uma demanda do município, dado que diversos eventos eram realizados no meio da cidade, ocupando praças e ruas públicas, incomodando a rotina dos moradores das proximidades. Os relatos afirmam, ainda, que o espaço do centro de eventos, mais amplo, permite a oferta de mais produtos e serviços, além de se mostrar mais seguro, ampliando a participação das famílias. O espaço se tornou uma alternativa para eventos sociais como festas e bailes particulares, de grupos e associações, pois são poucos espaços disponíveis no município.

São realizados, no local, as atividades anteriormente mencionadas pelo responsável pelo turismo na Prefeitura de Terra Boa: a Festa das Nações, o aniversário do município, a Feira de Artesanato e a Festa do Prato Típico. Esses eventos contam com equipamentos e serviços comuns em festas similares em toda a região: barracas de comidas tradicionais, locais e/ou temáticas, parque de diversões, feiras de produtos regionais e feira agropecuária. Na maior e mais conhecida festa de Terra Boa, é servido o prato típico do município, a Costela da Terra. Festas dessa

natureza foram criadas como uma estratégia para atrair visitação, gerar e ampliar fluxos turísticos. O objetivo era criar uma marca, construir uma identidade local. Trata-se de um processo que se repete em muitos municípios, como uma estratégia de desenvolvimento local.

Na microrregião em que estão inseridos Terra Boa e Iretama, todos os vinte e cinco municípios criaram um prato típico, que é servido em eventos semelhantes.

Observamos a deflagração de diversos processos de invenções de pratos típicos na Mesorregião Centro Ocidental do Paraná, que envolvem vinte e cinco cidades circunvizinhas a Campo Mourão. Elas também promovem eventos comemorativos ao aniversário de sua fundação, nos quais estão presentes rituais de comensalidade celebrados com quitutes consumidos cotidianamente ou em ocasiões especiais (MARTINS, 2016, p.12).

Esses processos de criação de prato típico ampliam-se em todo Brasil: “todo e qualquer lugar reivindica ou inventa um prato típico com o intuito de se afirmar. A busca da identidade através da comida se relaciona de perto com o turismo e suas estratégias de desenvolvimento” (MORAIS, 2011, p. 34). Ainda que as festas dos pratos típicos sejam forte característica dos municípios da microrregião de Campo Mourão, não é uma exclusividade da mesma e tem se tornado manifestação evidente no Estado do Paraná.

O Calendário Oficial de Eventos de 2010 da Secretaria de Estado de Turismo do Paraná ilustra bem esta característica da atualidade. Entre os variados eventos presentes no calendário – de festas religiosas a feiras tecnológicas, passando pelos aniversários dos municípios – é vultosa a referência ao que se denomina comida típica. Duzentos e sessenta e dois eventos divulgam a presença de pratos típicos, comidas típicas, gastronomia típica ou culinária típica como atrativo (MORAIS, 2011, p. 34).

Além da similaridade das festas, seus serviços, produtos e atrações, os pratos típicos, que são o principal atrativo desses eventos, são muito parecidos. Morais (2011) destaca uma disputa pelos pratos típicos:

Bom Sucesso e Céu Azul divulgam o Leitão Desossado na Grelha; Maria Helena, Paranaíba, Iguaraçu, Sabáudia e Palotina reivindicam a Costela ou Costelão ao Fogo-de-Chão; Paraíso do Norte e Astorga, a Leitoa Desossada à Pururuca. Ribeirão Claro, Marechal Cândido Rondon, Santa Fé, Santa Terezinha do Itaipu e Altônia promovem eventos dedicados ao Boi no Rolete; Maria Helena e Tunas do Paraná realizam festas para o Porco no Tacho; Toledo, Ipiranga e Atalaia, para o Porco no Rolete. Por fim, Santo Antônio da Platina e Paranaíba

reivindicam como prato típico a Leitoa ao Fogo de Chão (MORAIS, 2011, p. 34).

Nota-se que o preparo da carne de gado assada é comum na região, especialmente da costela em fogo de chão. Independente da qualidade da alimentação servida, dificilmente um turista se deslocaria grandes distâncias para consumir o prato de Terra Boa, por ser típico em diversos outros locais, muitas vezes mais próximos do local de residência. Sem considerar também a inadequada e insuficiente oferta de alojamentos para os turistas, que se deslocassem para o evento em Terra Boa. Porém, isso não seria um entrave, visto que Cianorte oferta uma satisfatória de alojamentos e está há vinte quilômetros de Terra Boa, só seriam necessárias ações conjuntas de promoção e divulgação, enquanto destino turístico.

A concorrência com produtos próximos e semelhantes faz com que poucas festas municipais de prato típico consigam, individualmente, a projeção mercadológica pretendida. O objetivo de todos esses municípios era criar um produto turístico diferenciado, porém não se observa isso nos eventos regionais. Esses pratos não tiveram a projeção nacional esperada, e não se consolidaram como produto turístico capaz de gerar significativos fluxos de turistas. Sem os turistas, a região ficou sem os esperados novos empreendimentos turísticos e sem os novos postos de trabalho prometidos via turismo.

Todavia, não deixam de ser relevantes como entretenimentos regionais. A participação nas festas dos pratos típicos é um hábito dos moradores da microrregião de Campo Mourão, por exemplo. Especialmente nos pequenos municípios, a participação da população é massiva, bem como a expectativa pela chegada dos visitantes. Diversos autores mencionaram os aspectos sociais positivos dos eventos, como

[...] enaltecer o orgulho das comunidades locais [...]. Reforçam igualmente a coesão social das comunidades, o desenvolvimento do seu potencial, na troca de ideias e na imagem da comunidade local, favorecem a participação em actividades do evento, são igualmente mecanismos comuns para preservar e reavivar tradições e fortalecer culturas antigas (CARVALHO; FERREIRA; FIGUEIRA, 2011, p. 461).

Além da participação local, o excursionismo regional é muito comum em todos os eventos da região, sejam eles religiosos, cívicos, gastronômicos, agropecuários, ou um *mix*, como é comum. Os gastos dos excursionistas são conhecidamente menores do que o gasto total dos visitantes que pernoitam no destino. Contudo,

proporcionalmente ao tempo de permanência, esses gastos podem ser otimizados, ampliando os benefícios econômicos que o excursionismo pode deixar nos núcleos receptores. O excursionismo regional é formado por um público crescente e carente de oferta de entretenimento, portanto, mercadologicamente adequado para os municípios de pequeno porte demográfico. Do ponto de vista das relações interurbanas esse processo mostra interações horizontalizadas entre diversas localidades que não são apreendidas por estudos da rede urbana, como o citado Regic. Porém, a tentativa de atingir públicos distantes faz com que os pequenos municípios deixem de ofertar produtos e serviços ao consumo regional.

Não se pretende discutir identidade, nem regionalidade ou autenticidade desses pratos, apenas considerar que o uso dos pratos típicos, enquanto estratégia de desenvolvimento local via turismo, não tem dado os resultados esperados nos municípios estudados.

O número crescente de eventos dessa natureza fez com que o setor fosse o principal objeto dos convênios estabelecidos com o MTur, inclusive pelos municípios de pequeno porte demográfico da Região Turística Noroeste do Paraná.

As autoridades locais e os diversos agentes culturais têm vindo a multiplicar esforços na criação e organização de uma série de eventos de natureza diversa: exposições, festivais, feiras temáticas, concertos, celebrações, etc. Trata-se de grandes operações culturais dirigidas tanto à população local como aos visitantes que aí acorrem, e que do ponto de vista turístico favorecem a formação da imagem do destino, criam preferências e fidelizam os consumidores, sem prejuízo de serem factores de reforço da memória das comunidades e vectores de desenvolvimento local (SEMEDO, 2008, p. 54).

Em Terra Boa, os efeitos positivos da construção do centro de eventos são enaltecidos em todas as conversas realizadas. Contudo, não se pode ignorar que, em diversos municípios, a manutenção desses centros de eventos se tornou um problema para os gestores locais. Sobre esses aspectos retomaremos após a apresentação de Porto Rico.

4.3 Porto Rico: as implicações do turismo em um pequeno município

Porto Rico foi emancipado em 1963 e era, até então, distrito do município de Loanda. “Por volta de 1967 a população de Porto Rico era em torno de 7.800 habitantes, dos quais a imensa maioria possuía domicílio no campo, e eram pertencentes às colônias estabelecidas no interior das propriedades rurais” (ESTÊVEZ, 2009, p. 67). Na primeira contagem registrada no IBGE, de 1970, Porto Rico apresentava 6.192 habitantes, e desde então, perde população. Atualmente, com 2.530 habitantes, é demograficamente o menor município estudado, também está entre os dez menores da região turística Noroeste do Paraná e, no Estado do Paraná, ocupa a posição de 13º menor município em número de habitantes.

Apresentar Porto Rico, o menor município entre os estudados, após Terra Boa, o maior deles, favorece a verificação de que apesar de representarem as extremidades do grupo em aspectos demográficos, os municípios apresentam similaridades em aspectos econômicos, turísticos e sociais. Ainda assim, suas diferenças não se restringem ao número de habitantes, como observaremos adiante. Essas diferenças e semelhanças das implicações do turismo são comuns a muitos municípios da região Noroeste.

Para compreender Porto Rico em meio a realidade estudada, vale retomar que o IDHM do município é maior que a média nacional, porém está abaixo dos índices estaduais, tal como se observa em Terra Boa. Ainda assim, ambos são considerados municípios com alto desenvolvimento humano. No entanto, o índice de Gini em Porto Rico teve pequeno aumento, indicando uma ampliação na desigualdade na distribuição da renda nos últimos dez anos. Porto Rico, Terra Boa, Iretama e Iguaraçu também se assemelham na classificação como centro local (REGIC, 2008) e sem relevância econômica (IPARDES, 2005). Tal como Iretama, Porto Rico foi considerado como município periférico (COSTA, 2013).

Economicamente, a composição do PIB municipal em Porto Rico aproxima-se do que se observa em Iretama. Devido ao relativo afastamento de centros urbanos maiores, os serviços têm a maior contribuição no PIB municipal, a indústria tem a menor participação, e a agricultura é significativa na composição do PIB e acima da média nacional e estadual, mais uma característica regional.

Historicamente, a pesca foi, para os moradores das margens do Rio Paraná e de suas ilhas, uma forte característica e hábito de vida, e foi se tornando uma atividade

profissional na região. Porém, com a construção da barragem da Hidrelétrica de Primavera - SP e da Hidrelétrica de Itaipu - PR, o nível do Rio se alterou, prejudicando especialmente os locais de reprodução de diversas espécies de peixes. “Conseqüentemente, a quantidade e a diversidade de peixes diminuíram o que diminuiu ainda mais os ganhos com a atividade pesqueira” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 15).

As dificuldades trazidas pela estagnação econômica em Porto Rico, devido ao declínio da pesca e da cafeicultura, levaram as autoridades locais a buscar novas alternativas para o desenvolvimento econômico local. Os investimentos públicos, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, tinham como objetivo suprir as infraestruturas necessárias para o desenvolvimento turístico.

También Porto Rico, municipio situado en las barrancas del río Paraná, hacia fines de la década de 1990 y principios de la década de 2000 sufrió transformaciones estructurales destinadas a cambiar el aspecto de la ciudad e insertarse en el competitivo mercado turístico [...]. Así, Porto Rico mejoró su infraestructura básica. Amplió sus calles, rehizo canales, renovó la iluminación pública, amplió la red de desagües cloacales y mejoró la limpieza pública del área ribereña. Luego se invirtió en hoteles, bares y restaurantes que modificaron el paisaje local (ZANIRATO; TOMAZZONI, 2015, p. 224).

O empenho em inserir infraestrutura básica para apoio ao turismo foi um relevante passo para a região, mas ainda hoje é insuficiente, como apontaremos adiante. A posição geográfica de Porto Rico é comumente mencionada nas falas da comunidade e autoridades. Em algumas ocasiões, a localização é considerada desfavorável, pois o fato de situar no extremo noroeste, e sem ligação rodoviária direta com o Estado do Mato Grosso do Sul faz com que seja considerado um final da linha. Da mesma forma, o acesso mais utilizado para Porto Rico não é asfaltado, feito em estrada simples, de areia, sem iluminação ou sinalização. Conforme reproduzido nas falas dos moradores: “as pessoas só conhecem a cidade se precisam vir aqui por algum motivo específico, não é caminho, não é passagem, é o fim da estrada”.

Entretanto, a posição geográfica, o isolamento citado e a riqueza hídrica fazem com que Porto Rico tenha recursos turísticos particulares, criando aqui, realmente um diferencial do que, comumente, se encontra na região. A Área de Proteção Ambiental - APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná é uma Unidade de Conservação Federal, com área de 1.003.059 ha que além de Porto Rico envolve outros municípios como

Diamante do Norte, Marilena, Nova Londrina, Querência do Norte e São Pedro do Paraná.

Em relação aos demais municípios selecionados para este estudo, Porto Rico é o único que tem o uso turístico de recursos naturais, que conta com uma unidade de conservação, e que por isso, recebeu em 2015 aproximadamente um milhão de reais em ICMS ecológico. O ICMS ecológico consiste em uma compensação financeira para municípios que não podem desenvolver atividades econômicas clássicas, devido à incompatibilidade dessas com áreas de preservação natural. No Paraná, 202 municípios recebem o ICMS Ecológico. Dentre os 165 municípios da porção noroeste do Estado, setenta possuem unidades de conservação, somando 3,6% da área regional em 2010 (DIAS, 2015).

O ICMS Ecológico surgiu pioneiramente no Paraná da busca de alternativas para o financiamento público em municípios com restrições de uso da terra pela existência de unidades de conservação e mananciais de abastecimento público que abasteciam outros municípios em detrimento do desenvolvimento de atividades econômicas clássicas. [...] A iniciativa partiu de municípios que apresentavam limitações para conseguir licenciamento ambiental para atividades econômicas em áreas protegidas por possuírem mananciais de abastecimento público que supriam municípios vizinhos (DIAS, 2015, p. 126).

A extensão do Rio Paraná, atrelado à conservação dessa área, contribui para a beleza cênica e qualidade ambiental da região, o que se torna um relevante recurso turístico.

Em Porto Rico a extensão do rio Paraná é em média de 1.500 metros de largura, 28 km de margens, e as lindas ilhas naturais formadas ao longo de seu curso são mais um atrativo turístico do município. As atividades realizadas na área do rio são pesca, passeios de barco, de lancha e de jet-sky, ou seja, lazer náutico; utilização das praias, notadamente as das ilhas, para tomar sol e desfrutar da beleza cênica, e ainda para se banhar nas águas do rio, o ecoturismo (ESTÊVEZ, 2009, p. 68).

As relações entre visitantes e moradores com a unidade de conservação, especialmente com o Rio Paraná são diversas, e variam entre atividades sociais, culturais, de lazer, profissionais e de subsistência. Culturalmente, os hábitos e tradições das colônias de pescadores, correspondem a particularidades, pois “detinham uma forte identidade cultural, demonstradas através dos arraiás, festas que ocorriam nos finais de semanas nessas colônias” (ESTÊVEZ, 2009, p. 67).

Atividades dessa natureza, caracterizam-se como recursos de interesse turístico. Porto Rico realiza, como os demais municípios estudados, diversos eventos sociais durante o ano como as festas de Carnaval de Rua e Aniversário do Município, com diversas atividades. Contudo, alguns eventos, por estarem atrelados às atividades profissionais e manifestações culturais de comunidades ribeirinhas, tornam-se diferenciais e atingem proporção de eventos turísticos por atrair visitantes de localidades distantes. Dois eventos dessa natureza se destacam no município: A Festa de Pesca Livre e a Festa da Padroeira Nossa Senhora dos Navegantes.

A Festa de Nossa Senhora dos Navegantes surgiu como uma manifestação cultural religiosa, em 1966. Como uma homenagem a Santa, o evento se iniciava com uma procissão levando a imagem da capela até os barcos no Rio Paraná, a procissão continuava com os barcos, que rodeavam a ilha, enquanto entoavam cânticos e orações. No regresso, a festa continuava com uma missa e comercialização de alimentos e bebidas, como as já mencionadas quermesses (ZANIRATO; TOMAZZONI, 2015). O evento, que nasce como manifestação religiosa de uma comunidade local, logo ganha notoriedade e devido à sua particularidade começa a motivar deslocamentos de pessoas mais distantes, interessadas em participar das atividades previstas.

En sus primeras ediciones la fiesta era pequeña y reunía cerca de doscientas personas. Luego ganó notoriedad y fue incorporada por la municipalidad al calendario de eventos de la ciudad debido a su creciente poder para atraer fieles de las ciudades vecinas y del estado de Mato Grosso do Sul (ZANIRATO; TOMAZZONI, 2015, p. 235).

Assim, o evento, essencialmente cultural, passou a ser considerado também uma oportunidade de se converter em ganhos econômicos para o município, o que levou a gestão pública a investir em divulgação (ZANIRATO; TOMAZZONI, 2015). A divulgação, ao atrair maior público, trouxe diversas mudanças para o evento, mudando seu local, ampliando a oferta de alimentos, bebidas e também a programação do mesmo.

La publicidad produjo un inmediato aumento del número de visitantes que exigió que se cambiara el lugar de realización del evento, de la plaza central a la barranca del río Paraná. Además, la fiesta se extendió a dos días (sábado y domingo). A mediados de la década de 1990 se produjeron nuevas modificaciones. Primero se incorporó un churrasco (parrilla) en la plaza pública como un atractivo más para los visitantes, luego se estableció un campeonato de natación y remo, y finalmente se sumó el concurso de la reina de la fiesta con un show

musical. Actualmente la fiesta dura tres días (viernes, sábado y domingo) (ZANIRATO; TOMAZZONI, 2015, p. 235).

O crescimento foi desproporcional, visto que a primeira edição atraiu menos de trezentas pessoas, na década de 1970 participavam, em média, 3 mil pessoas, e em 1997 alcançavam 10 mil pessoas (ZANIRATO; TOMAZZONI, 2015).

Além de fazer de Porto Rico um destino de eventos, a festa também divulgou a navegabilidade dos rios da região de Porto Rico, bem como o turismo de pesca. A proximidade de rios do Mato Grosso do Sul e São Paulo indica a diversidade de espécies disponíveis nos rios da região. Para estimular esse potencial, a gestão pública investe em eventos como feiras náuticas e campeonatos de pesca esportiva.

O turismo de pesca movimentou economicamente outros setores, como as marinas por exemplo. No ano 2000, Porto Rico tinha apenas duas marinas, com capacidade para abrigar pouco mais de cem embarcações, sete anos depois o número de marinas dobrou e houve aumento de 128% no número de embarcações (GALVÃO; STEVAUX, 2010). Em entrevista concedida em dezembro de 2016, o Secretário de Turismo, Benedito José Martins, afirmou que Porto Rico é o segundo maior porto náutico de lanchas do Brasil, com mais de setecentas lanchas aportadas.

Os represamentos no Rio Paraná ao mesmo tempo que prejudicaram a pesca profissional favoreceram o uso turístico. As represas fazem com que o leito do rio não sofra grandes alterações, permanecendo baixo e propiciando o uso de faixas de areias nas margens do rio e nas ilhas para banhos, passeios de barco, esportes náuticos, além da pesca (PARANÁ TURISMO, 2017).

Como a pesca profissional deixou de ser uma atividade econômica rentável para os pescadores, o atendimento aos turistas de lazer e pesca esportiva passou a ser uma alternativa de complementação de renda. Os pescadores passaram a prestar serviços de transportes para os banhistas com destino a áreas conhecidas como prainhas, os bancos de areia localizados nas ilhas do Rio Paraná. O Secretário de Turismo municipal informou que no primeiro sábado de dezembro os barqueiros levaram 3.500 turistas para a prainha, e que esse número aumenta em dezembro, janeiro e nos feriados ao longo do ano. É preciso considerar que além dos turistas transportados pelos barqueiros, há um grande número de visitantes que vai até esse local com barcos próprios ou alugados. Nos finais de semana comuns de verão, esse número triplica e o número de pessoas no município “ultrapassa a marca de oito mil - somando moradores e visitantes” (O DIÁRIO, 2010).

Nas praias, a comunidade oferta outros serviços como aluguel de cadeiras, guarda-sol, serviços de alimentação, entre outros. No inverno, quando está aberta a temporada de pesca, os barqueiros adaptam-se a esse novo público, prestando serviços relacionados à pilotagem, guia de pesca, cozinheiro, aluguel e manutenção de barcos, por exemplo. Alguns barqueiros de Porto Rico se organizam em uma cooperativa formada por doze barcos, e em uma associação com, aproximadamente, oito membros. Para esses grupos, a prefeitura oferece cursos e treinamentos.

Nesse cenário, a ampliação de serviços para atender aos visitantes, especialmente serviços de alimentação e hospedagem, tornam-se indispensáveis. Segundo o Secretário de Turismo, o primeiro meio de hospedagem no município começou a operar em 1985, com quatorze unidades habitacionais. Em 2000, Porto Rico dispunha ainda de um único hotel com 28 camas, mas em 2007 já eram quatro meios de hospedagem com setenta unidades habitacionais (GALVÃO; STEVAUX, 2010). Atualmente, são registrados cinco meios de hospedagens e três restaurantes (IPARDES, 2017). O Secretário informou que atualmente as pousadas e hotéis do município têm 120 unidades habitacionais, com capacidade para atender entre dois e quatro hóspedes cada. Segundo a página da Prefeitura de Porto Rico, na internet, são dois hotéis e quatro pousadas, totalizando seis estabelecimentos. A falta de dados e a imprecisão das informações disponíveis são outro problema comum aos pequenos municípios, por isso além do poder público, realizamos entrevistas com a iniciativa privada.

Em entrevista, o proprietário e funcionárias da pousada Porto do Sol, uma das mais antigas no município, informaram que ela tem quinze anos e seu proprietário é de Paranaíba, confirmando que os altos investimentos que os meios de alojamentos exigem raramente são adequados aos empreendedores locais. Os empresários locais, normalmente conseguem se inserir na oferta de serviços de alimentação. Segundo a página da Prefeitura, o município dispõe de seis lanchonetes, sete bares e quatro restaurantes, com capacidade de atender, simultaneamente, 850 pessoas.

Os entrevistados informaram, porém, que raramente o público da pousada vai até a cidade para realizar refeições, pois a pousada as oferece. Segundo eles, apesar da crise, o número de visitantes está estabilizado, chegando a hospedar cem pessoas em seus 28 apartamentos. Apesar do público se manter estável, também devido à crise, o corpo de funcionários da pousada diminuiu de doze para nove empregados

fixos e registrados. De acordo com o número de hóspedes, funcionários temporários são contratados, embora seja considerada uma situação rara.

Além dos hotéis e pousadas, segundo o Secretário municipal, as imobiliárias do município dispõem de pelo menos quarenta casas para aluguel de temporada, e outras são arrendadas diretamente entre o proprietário e o turista. Muitos moradores, inclusive, deixam suas casas durante as temporadas para alugá-las para turistas. “Para as casas com melhor estrutura e maior número de quartos, a diária chega a R\$650 – superior à média cobrada por um imóvel semelhante no litoral” (O DIÁRIO, 2010). Devido, especialmente, a esse público que aluga imóveis na cidade e também sede de fazendas e chácaras, o público é crescente, de acordo com informações prestadas pelo Secretário Municipal, mas é difícil mensurá-lo.

Grande parte do movimento de pessoas em Porto Rico, nas temporadas de pesca e veraneio, vem das residências secundárias. O primeiro condomínio da região foi instalado dentro dos limites de Porto São Pedro, na década de 1990, mas situa-se mais próximo da sede urbana de Porto Rico. Desde então, no município, observa-se grande transformação na atração de visitantes, moradores ocasionais, não só em condomínios, mas também na área urbana.

Além dos quatro condomínios de alto padrão construídos nos últimos três anos, mais dois empreendimentos serão liberados em 2010. Os novos condomínios, um com 400 e outro com 280 lote, também serão dirigidos ao público de alto poder aquisitivo [...]. Estão em fase de aprovação os projetos para a edificação dos dois primeiros prédios de apartamentos no município, um com 11 pavimentos e outro com 12 (O DIÁRIO, 2010).

O crescimento dos domicílios é registrado nos Censos do IBGE. Em 1991 eram 1.069 domicílios particulares em Porto Rico, em 2010 esse número passou para 1.216. Proporcionalmente, o maior crescimento é nos domicílios de uso ocasional, as residências secundárias localizadas, em sua maioria, nos condomínios. O número dessas residências secundárias, tratados pelo IBGE, na Tabela 8, como ‘domicílios particulares não ocupados, de uso ocasional’ subiu de 104 para 313 unidades entre os anos de 2000 e 2010, representando um crescimento de duzentos por cento em dez anos. Comprova essa tendência do aquecimento imobiliário, os dados sobre os domicílios vagos: eram 230 em 1991 e apenas 91 em 2010.

Tabela 8 - Porto Rico. Número de domicílios por situação de ocupação, 1991 - 2010

Domicílios em Porto Rico	1991	2000	2010
Domicílios - Total	1.069	961	1.216
Domicílios - Particulares Ocupados	746	710	806
Domicílios - Particulares Não Ocupados	321	249	404
Domicílios - Particulares Não Ocupados, de Uso Ocasional	85	104	313
Domicílios - Particulares Não Ocupados, Vagos	230	145	91

Fonte: IBGE (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Grande parte desses imóveis estão localizados nos oito condomínios de Porto Rico. Não contabilizam esses números o novo condomínio em fase de finalização. Este, contará com toda infraestrutura disponível em um *resort*, desde espaços esportivos até parques aquáticos, oferecendo diversas opções internas de entretenimento para os condôminos. Os materiais de divulgação do empreendimento, tal como os *resorts* focam na diversidade de atrativos, produtos e públicos atendidos. O site do *Resort* Porto Rico, altamente interativo, envolve compradores de diversas idades, e ainda que a principal atração seja o turismo de lazer e sol e praia, os produtos ligados ao inverno também são utilizados enquanto atrativo para as vendas (Figura 21).

Figura 21 - Porto Rico. Material de Divulgação Porto Rico Resort Residence, 2016

CONDOMÍNIO
Porto Rico
RESORT RESIDENCE

O MELHOR CONDOMÍNIO
RESIDENCIAL DE LAZER
DA AMÉRICA LATINA!

2 campos de futebol, 8 quadras de beach tennis, quadra de futebol de areia, 8 quadras de vôlei de areia, 7 quadras de tênis, 2 quadras poliesportivas, 2 campos de minissóft, cancha de bocha, cancha de xadrez, espaço teen

ESPAÇO INFANTIL, Parques Náuticos, Pista de Skate, BICUL, Pista de Automodelismo, cidade de criança, sauna, piscina coberta, 2 piscinas para bebês, Academia de terceira idade, Academia completa

Quadras de squash, 16 beach stations, 3 espaços de aventura, 3 espaços zen, spa e hammock, 5 espaços gourmet, 10 churrasqueiras, 3 playgrounds, piscinas de cooper, cooperativa, piscina com 1000 m²

www.portoricoresort.com.br

CONDOMÍNIO
Porto Rico
RESORT RESIDENCE

O EMPREENDIMENTO

Para todas as suas opções de lazer, veja as opções de lazer prioritárias:

PÁGINA CRIANÇAS | PÁGINA ADOLESCENTES | PÁGINA ADULTOS | PÁGINA TODOS

LANÇAMENTO

Complexo de Inverno

Londrina: 260 Km
Cascavel: 305 Km
Umuarama: 135 Km
Paranavaí: 100 Km
Cianorte: 150 Km
Maringá: 170 Km

+70
OPÇÕES
de LAZER

Parcelamento em até
120X
diretamente
com a INCORPORADORA

VOCÊ a dois passos do PARAÍSO.

f (44) 3262 2211 www.condominioportorico.com.br

Fonte: Extraído de Porto Rico Resort Residence (2016)

Segundo o Secretário municipal de turismo, esse será o segundo maior condomínio da América Latina, e estão sendo rapidamente comercializados seus 990 lotes, com foco no público de cidades maiores, que já são os principais proprietários das casas de veraneio de Porto Rico: Londrina, Umuarama, Cianorte, Cascavel, Paranavaí e Maringá.

As alterações que esses condomínios trazem na região são inúmeras, e várias delas já foram registradas nas pesquisas realizadas sobre o município, como o uso de áreas de plantio e de áreas de floresta para a construção, implementação serviços de infraestrutura básica.

A transformação dos espaços naturais em construções para atender o turismo, além de alterar a paisagem, descaracteriza-as, pois traça uma arquitetura estranha ao tradicional e local e a privatiza, podendo tornar inacessível aos moradores, além do aumento natural do preço dos

imóveis, como está ocorrendo atualmente na cidade de Porto Rico (VIOLANTE, 2006, p.43).

A citação anterior é confirmada na próxima imagem, que ilustra as primeiras alterações na paisagem para a instalação do condomínio-resort. Nos limites da construção, é possível observar as áreas de plantio e pastagens, bem como as áreas de vegetação (Figura 22).

Figura 22 - Porto Rico. Área de construção do Porto Rico *Resort Residence*, 2016



Fonte: Extraído de Porto Rico *Resort Residence* (2016)

Os estudos publicados sobre Porto Rico relatam a carência de asfalto, iluminação, saneamento e outros serviços em localidades mais carentes e para as populações ribeirinhas, enquanto problemas dessa natureza não são registrados nos condomínios ou em suas proximidades. Outro exemplo das desigualdades internas no município é evidente nas residências “localizadas nos condomínios fechados, que no geral são grandes casas que contrastam de maneira gritante com o restante da cidade que possui um padrão de residências inferior, mais rústico” (VIOLANTE, 2006, p. 72).

Esse novo público demanda novos serviços, especialmente os relacionados à pesca esportiva. Investimentos externos são observáveis em lojas de venda e manutenção de barcos e artigos para pesca que estão se instalando no município. O Secretário municipal de turismo afirma que a prefeitura busca parcerias na tentativa de ampliar os investimentos locais, com cursos voltados à qualificação e

empreendedorismo, mas os investimentos externos estão se mostrando mais frequentes. Segundo ele, isso é positivo, pois a chegada de investimentos externos estimula a concorrência e o investimento em qualidade por parte dos empreendedores locais.

A atração dos investimentos privados é, muitas vezes, condicionada à disponibilidade de investimentos públicos. Nesse aspecto, Porto Rico estabeleceu 51 convênios com o governo federal (Tabela 9). O Ministério da Saúde foi o órgão superior com maior quantidade de convênios e valor conveniado. Dentre esses onze convênios estabelecidos com o Ministério da Saúde, seis deles estão voltados ao tratamento de resíduos e de esgoto. O último convênio com esse objetivo estabelecido com o governo federal foi em 2012, em detrimento do exponencial crescimento das necessidades de saneamento básico no município.

Tabela 9 - Porto Rico. Convênios estabelecidos com o Governo Federal, 1996 - 2016

Ministério	Nº convênios	Valor conveniado
Ministério da Saúde	11	1.263.017,03
Ministério da Agricultura, pecuária e abastecimento + Ministério do Desenvolvimento social e agrário	7	999.580,00
Ministério das Cidades	5	808.630,00
Ministério do Turismo	9	717.700,00
Ministério da Educação	8	321.190,00
Ministério dos Esportes	4	276.000,00
Ministério do Meio Ambiente	1	75.000,00
Ministério das Comunicações	1	57.495,77
Presidência da República	1	20.000,00

Fonte: IBGE (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Assim como nos demais municípios, é expressiva a quantidade e montante de recursos ligados ao setor agropecuário. Um dos sete convênios estabelecidos para o desenvolvimento da agropecuária pode ser considerado de interesse turístico por subsidiar a realização de um evento, a Feira do Peixe, que consistiu em seminário, treinamento e capacitação dos produtores.

O Ministério das Cidades, com suas obras voltadas à pavimentação, melhoria das condições de habitabilidade e infraestrutura urbana, ocupa o terceiro lugar entre os ministérios que mais foram fonte de recursos para Porto Rico.

O Ministério do Turismo é o quarto na lista dos valores repassados para Porto Rico, mas em quantidade de convênios ocupa a segunda posição, estando atrás

apenas do Ministério da Saúde. Por se encontrar em área de fragilidade ecológica e social, esperávamos maior número de convênios com o Ministério do Meio Ambiente e da Cultura, especialmente convênios voltados à conservação natural e cultural, que automaticamente, protegem recursos turísticos.

Os primeiros quatro convênios estabelecidos entre o Ministério do Turismo e o município de Porto Rico referem-se à busca de recursos para realização de eventos sociais e religiosos, como a festa de Aniversário do Município e a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Os demais convênios destinaram-se a melhorias na infraestrutura da orla de Porto Rico (Figura 23). Dois desses, ainda em execução, preveem a readequação da Praça Beira Rio, a construção de um píer e um centro de informação ao turista.

Figura 23 - Porto Rico. Convênios estabelecidos entre Porto Rico e o MTur, 2016



Fonte: Larissa de Mattos Alves (2016)

Entre os quatro municípios estudados, Porto Rico teve o segundo pior montante em recursos oriundos do MTur, à frente apenas de Iretama. Como várias vezes mencionado, Terra Boa, o maior município entre os quatro, acessou a maior quantidade de recursos para investimentos em obras de interesse turístico. Porém, ao calcular a relação entre valor conveniado por habitante, Porto Rico e Iguaraçu atingiram os maiores números (Tabela 10).

Tabela 10 - Paraná. Convênios do MTur por habitantes em Porto Rico, Iguaçu, Terra Boa e Iretama, 2016

Município	Convênio/habitante
Porto Rico	320,26
Iguaçu	263,21
Terra Boa	196,51
Iretama	22,94

Fonte: Portal da Transparência (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Iretama, mesmo considerando a proporção de moradores por convênio, continua na pior posição, Terra Boa tem um valor intermediário, enquanto o destaque fica com os municípios de menor porte, Iguaçu e Porto Rico, ambos com menos de cinco mil habitantes. Segundo o Secretário de Turismo de Porto Rico, Benedito Martins, nenhum dos convênios estabelecidos foi conseguido direto da Prefeitura com o Ministério do Turismo, via inscrição do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, todos tiveram intermediação de deputados.

O Secretário Municipal de Turismo menciona o aumento dos investimentos estaduais nos últimos anos, especialmente da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedu, da Sanepar e da Copel. A ampliação das redes de abastecimento de água, energia e esgoto são necessárias para atender a todas as novas residências secundárias que estão em construção no município. Na Tabela 11, onde estão organizados os dados do Ipardes (2017) sobre os serviços públicos ofertados, observa-se o crescimento da rede de atendimento de todos os serviços públicos.

Tabela 11 - Porto Rico. Unidades atendidas por serviços públicos, 1980 - 2016

Serviços Públicos	1980	1991	2000	2010	2016
Abastecimento de Água - Unidades Residenciais	210	423	542	796	1.198
Abastecimento de Água - Unidades Comerciais	...	32	33	51	88
Energia Elétrica - Consumo (Mwh)	616	1.870	2.586	4.847	9.105
Energia Elétrica - Consumidores	328	599	831	1.230	1.837
Energia Elétrica Residencial - Consumidores	194	378	542	849	1.320
Energia Elétrica no Setor Secundário (Indústria) - Consumidores	6	6	12	44	65
Energia Elétrica no Setor Comercial - Consumidores	51	45	67	82	161
Atendimento de Esgoto - Unidades Atendidas	836

Fonte: IBGE (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Observa-se que os serviços públicos, ainda que estejam em crescimento, não chegam a todas as unidades habitacionais. O abastecimento de energia elétrica é amplo e de água também, mas insuficiente para todas as residências. Segundo Violante (2006), nas residências mais simples e nas ilhas mais afastadas a ausência de serviços públicos é uma reclamação dos moradores, que observam as redes de abastecimento chegando com grande facilidade aos novos condomínios.

Na Tabela 11, observamos a ampliação do consumo de energia elétrica entre 2010 e 2016. É significativa a ampliação, principalmente ao considerar que o município perde população e que grande parte dos visitantes permanece no município por, no máximo, três dias na semana. Tal gasto indica o alto consumo e os recursos necessários para atender o perfil de visitante mais elitizado. Os dados confirmam também os investimentos privados para o atendimento dos visitantes, ao evidenciar a ampliação de unidades comerciais e industriais no município, especialmente nos últimos anos, entre 2010 e 2016.

O consumo exagerado é um problema do turismo mundial, mas se torna mais preocupante em áreas ambientalmente fragilizadas, que envolvem unidades de conservação, como é o caso de Porto Rico, que demanda de plano de uso da área costeira. A grande carência em serviços públicos é o atendimento da rede de esgoto. Dado o crescimento exponencial do número de moradias em Porto Rico, o tratamento do esgoto é um problema urgente, devido à fragilidade do ambiente natural em que está inserido.

Devido à essa fragilidade e por estar em área de preservação ambiental, são mais comuns os estudos voltados a entender os efeitos do turismo nos ambientes naturais, e os resultados são diversificados. Estevêz (2009) identificou que apesar da ampliação do uso turístico da região nos últimos anos, estimulando inclusive a especulação imobiliária, as áreas verdes aumentaram.

Ao realizar uma análise temporal a partir das três imagens foi possível identificar algumas características marcantes e certas alterações na paisagem do município, de 1988 a 2008: As áreas verdes, de vegetação densa, aumentaram em área e em quantidade. As ilhas apresentaram uma recuperação de sua vegetação, assim como as matas ciliares, que ficaram mais marcadas nas imagens recentes, demonstrando a recuperação que foi realizada. Assinalando para a constituição de corredores de biodiversidade no município. Deve ser destacada a presença de políticas públicas ambientais, fator de grande importância para esta constituição da paisagem nos anos que se seguiram (ESTEVÊZ, 2009, p. 80).

Segundo o estudo, a recuperação ambiental se deve a políticas públicas, nacionais e estaduais lançadas nos anos 1980 e 1990, voltadas à recuperação das reservas permanentes e criação de unidades de conservação. É preciso grande compromisso social da comunidade e empenho no poder público para a conservação dos ambientes naturais, especialmente quando são esses os recursos que fundamentam toda a dinâmica socioeconômica local, sendo responsável pelo sustento de diversas famílias. O uso turístico, sem os devidos estudos, mitigações de impactos e contrapartidas socioambientais, pode tornar o próprio local, turisticamente, desinteressante a longo prazo. É possível observar esse equívoco de planejamento de negócios turísticos em Porto Rico: “A procura por locais de melhor visão e aproveitamento da paisagem faz com que o turismo procure implantar suas estruturas de serviços em terrenos de certa fragilidade ambiental” (VIOLANTE, 2006, p.49).

Os estudos de Galvão e Stevaux (2010), a respeito dos ambientes naturais da planície aluvial da região de Porto Rico, observaram que, até 2010, as análises não indicaram nenhum tipo grave de impacto ou degradação, porém os autores verificaram alguns ambientes com grau de fragilidade muito alto, próximo ao extremo, sendo necessária a restrição de uso desses espaços. O uso turístico desordenado ou mal planejado pode trazer impactos na reprodução dos peixes ao longo de todo o curso do rio, prejudicando, além das comunidades ribeirinhas, a pesca profissional, e o turismo de pesca, indispensáveis recursos econômicos das populações locais.

Observa-se, então, que o Turismo pode ao mesmo tempo ser um expressivo argumento para a conservação de ambientes naturais e manifestações culturais e também o principal fator degradante, fazendo com que, em alguns casos, a presença de visitantes e o uso inapropriado feito pelos mesmos, seja o principal fator do fim da atratividade de um produto turístico, e, em outros casos, o principal fator de estímulo à conservação.

Nas consultas com moradores e observações realizadas, durante os trabalhos de campo em Porto Rico, outras implicações do turismo, além dos que acontecem no ambiente natural, foram elencadas. Segundos os moradores, o consumo no comércio local se amplia muito pouco em proporção ao número de turistas que o município recebe. Os visitantes, especialmente os proprietários de imóveis nos condomínios, em sua maioria realizam as compras nas suas cidades de origem. O comércio do município é utilizado apenas como um comércio de conveniência e emergências. Segundo Chefe de Tributação e Obras, Luiz Novaes de Souza, em média sessenta

por cento dos imóveis pertencem a moradores de Maringá, o restante é de moradores de outras cidades maiores da região, especialmente Paranavaí, Umuarama e Campo Mourão (O DIÁRIO, 2010).

A geração de empregos foi o principal efeito positivo registrado nos estudos sobre Porto Rico. Esses empregos, ocupados em sua maioria pela população afastada de ofícios tradicionais como a pesca, são voltados a atender as residências secundárias. A maior parte dos empregos listados como resultado positivo do crescimento do turismo municipal estão na construção civil e nos serviços domésticos. Porém, são empregos que exigem pouca qualificação, por isso não são altamente remunerados e em raros casos são fixos. Os empregos gerados na construção civil e nos serviços domésticos, ainda que sejam efeito da ampliação do consumo turístico, não entram na contagem dos empregos em atividades características do turismo, com os quais temos trabalhado ao longo da pesquisa.

O Secretário municipal registra que a demanda por trabalhadores nas ATCs é crescente no município. Segundo ele, os hotéis, restaurantes e lanchonetes e demais empreendimentos de Porto Rico reclamam da dificuldade de funcionários fixos, pois a maioria dos trabalhadores do município prefere os serviços domésticos nas residências, que ao pagar por dia, remuneram melhor.

Segundo dados do Ipardes (2017), os empregos registrados em ATCs cresceram desde o início dos registros (Tabela 12). Em 2006, Porto Rico tinha 317 empregos registrados no Rais e apenas dezenove deles eram oriundos de ATCs. Em dez anos o número de empregos totais cresceu 177%, enquanto os empregos gerados em equipamentos turísticos como hotéis, restaurantes e entretenimento cresceram 264%.

Tabela 12 - Porto Rico. Empregos total e no turismo, 2006 - 2015

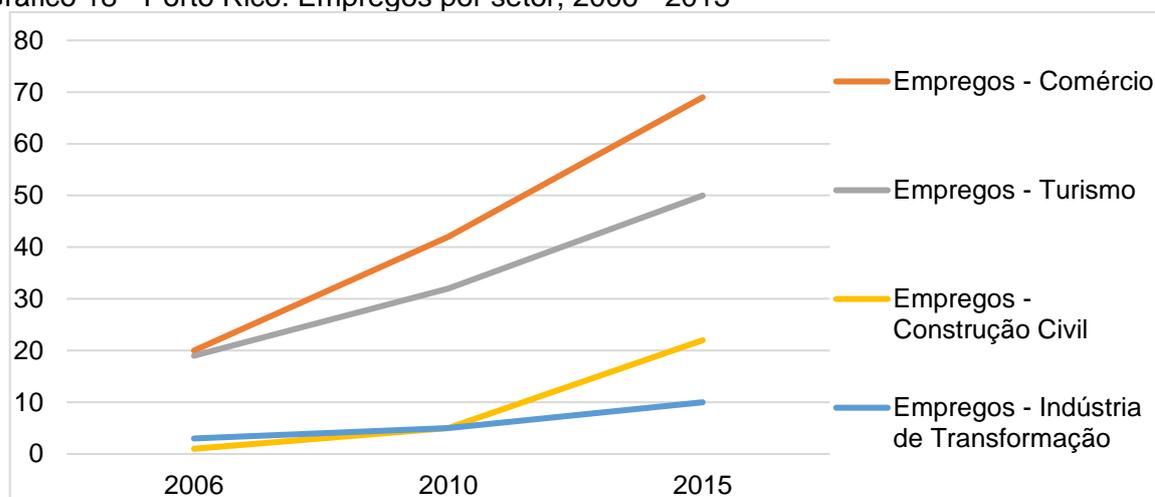
Empregos em Porto Rico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Empregos - Total	317	333	367	402	415	462	452	519	546	559
Empregos - Turismo Total	19	18	16	25	32	33	43	54	53	50
Empregos - Alojamento	12	16	14	17	20	16	26	30	31	23
Empregos - Alimentação	7	2	2	8	5	13	8	14	11	12
Empregos - Cultura e Lazer	-	-	-	-	7	4	9	10	11	15

Fonte: Ipardes (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Ainda que seja um número aparentemente pequeno, principalmente se comparado a outros destinos turísticos, os cinquenta empregos em ATCs em Porto Rico representam quase dez por cento do total dos empregos formais registrados no município em 2015, sem considerar os empregos informais, que são os mais comuns. No entanto, o crescimento não é exclusivo nas ATCs, os empregos gerados pela construção civil e comércio registram aumento, confirmando o que se observou nas entrevistas, consultas e observações em campo (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Porto Rico. Empregos por setor, 2006 - 2015



Fonte: Ipardes (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

O Secretário Municipal complementou dizendo que além da ampliação dos empregos para moradores, em alguns casos, especialmente a construção civil, absorve ainda trabalhadores da região, gerando fluxos de deslocamento pendular. É relevante destacar que, entre 2006 e 2015, os empregos cresceram em detrimento do registro de perda populacional nos últimos censos. Assim, é possível inferir que se não são os novos moradores que estimulam o crescimento dos empregos, certamente é o consumo de visitantes o responsável por isso.

Os campos realizados confirmam que as famílias eram tradicionalmente subsidiadas pela pesca, mas que com a escassez de peixes, agora, os trabalhos relacionados ao atendimento do turista são responsáveis por grande parte da renda familiar. A população em geral avalia os empregos gerados pelos visitantes como um aspecto positivo, pois o turismo surgiu após a estagnação da pesca, apresentando-se como uma possibilidade de reinserção econômica do município e de nova oportunidade de geração de emprego e renda. Essa realidade se difere de outras

críticas feitas ao turismo, quando ele é responsável por poluir recursos hídricos e afastar as famílias dos seus ofícios tradicionais.

Por outro lado, o aumento dos preços especialmente dos alimentos nos períodos de temporada é o principal aspecto negativo apontado pelos estudos e entrevistados. E, a ampliação dos espaços e opções de lazer, apesar de ser um efeito positivo do turismo comum a várias localidades, não se aplica a Porto Rico. Segundo as entrevistas, conversas e observações, a comunidade local pouco usa o rio para o lazer. As crianças usam com maior frequência para brincar, e as famílias em ocasiões especiais vão até algumas praias para passar o dia, como ocorria antes da implantação das estruturas de interesse turístico. Quanto aos eventos, tanto o carnaval de rua quanto a romaria de Nossa Senhora do Navegantes, estão, segundo os entrevistados, cada vez menos adequados para a participação das famílias. O carnaval especialmente, famoso por atrair o público jovem, tem músicas e comportamentos que não agradam nem atraem os moradores mais tradicionais. Nesses momentos de maior fluxo de visitantes na sede do município, o que incomoda os moradores é a sujeira e som muito alto do público jovem.

Avaliar e mensurar as implicações positivas ou negativas em uma localidade é uma tarefa bastante complexa. Atribuir esses resultados a uma única atividade econômica, como o turismo, exige reflexões e comparações com as quais tentaremos contribuir no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 - O TURISMO FRENTE AOS DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DEMOGRÁFICO: ESTUDO COMPARATIVO DOS NÚMEROS E PARA ALÉM DELES

Neste último capítulo, buscamos refletir sobre as semelhanças e diferenças das implicações do turismo nos municípios de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa. Para estabelecer relações entre os municípios, algumas informações previamente mencionadas serão reorganizadas e novos dados serão apresentados. Pretendemos comparar a contribuição do turismo nas economias locais nos quatro municípios, relacionando-os entre si, trazendo para o debate implicações do turismo em outros municípios de pequeno porte demográfico, especialmente, brasileiros e portugueses. As análises superarão aspectos econômicos ao considerar outras implicações das diferentes modalidades de turismo nos municípios de pequeno porte, abordando também aspectos sociais, ambientais, culturais, habitacionais, entre outras. Além das comparações apresentadas a seguir, o capítulo será finalizado experiências verificadas em pequenas localidades portuguesas que se apresentaram como lições e inspirações para o desenvolvimento do turismo na região noroeste do Paraná.

A análise das implicações da atividade turística permitirá identificar os alcances e desafios do turismo frente aos desafios impostos aos pequenos municípios, considerando os papéis dos agentes no processo de desenvolvimento local.

5.1 - O turismo em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa: um estudo comparativo dos números e para além deles

Para retomar as reflexões sobre os aspectos econômicos de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa optamos por buscar no Relatório Anual de Informações Sociais - Rais, elaborado pelo Ministério do Trabalho. Assim, definimos “outra fonte primária usada nas interpretações do crescimento da atividade econômica: o cadastro de informações fisco-contábeis [...] no que diz respeito aos registros do Valor Adicionado Fiscal – VAF” (LACAY, 2015, s/p.).

A porção noroeste do estado do Paraná é conhecida pela economia essencialmente agrícola e crescimento da agroindústria. Os pequenos municípios estudados reproduzem essa característica de produção econômica pautada na

agropecuária, e os dados do VAF confirmam isso. Observamos que o VAF total cresceu em todos os municípios entre os anos de 2007 e 2014, e que isso não é exclusividade dos mesmos, visto que os valores são crescentes também nas micro e mesorregiões em que estes municípios estão inseridos, bem como no Estado do Paraná (Tabela 13).

Tabela 13 - Paraná. VAF de Iretama, Terra Boa, Porto Rico, Terra Boa, Microrregiões e Mesorregiões e Paraná, 2007 - 2014

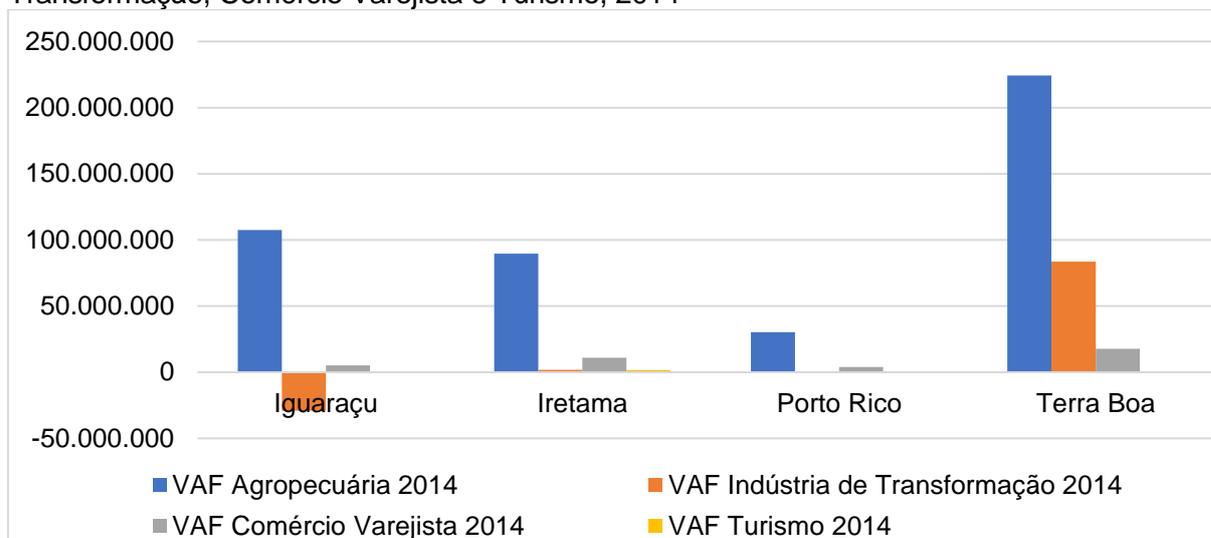
Localidades	VAF - 2007	VAF - 2010	VAF - 2014
Iretama	43.957.687	54.845.353	121.320.498
Terra Boa	94.478.713	208.383.183	356.190.131
MRG Campo Mourão	1.814.803.494	2.688.501.120	4.439.536.418
Centro Ocidental Paranaense	2.847.286.390	4.124.337.642	7.076.998.993
Iguaraçu (Região Metropolitana de Maringá)	49.567.232	65.536.775	96.606.333
MRG Astorga	1.781.217.914	2.729.842.933	3.779.401.559
Norte Central Paranaense	16.534.438.847	23.302.878.019	36.761.285.724
Porto Rico	15.069.012	30.602.979	45.833.757
MRG Paranavaí	1.778.957.109	2.683.594.385	4.400.484.946
Noroeste Paranaense	4.906.174.987	7.615.890.859	13.175.092.587
Paraná	113.435.687.390	155.590.815.056	232.446.636.785

Fonte: Ipardes (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Nos quatro municípios, estudados a agropecuária é extremamente representativa, tanto na composição do PIB apresentada anteriormente, quanto nos números do VAF. A forte presença da agropecuária nos municípios faz com que os dados relativos aos outros setores se tornem imperceptíveis nos gráficos. O VAF da agropecuária em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa é internamente representativo (Gráfico 19) e também é maior que a média estadual, das micro e mesorregiões em que esses municípios estão inseridos. Tais variáveis sugerem que os pequenos municípios, em alguns aspectos, continuam fortemente dependentes economicamente da produção agrícola. Isso porque, o retorno fiscal dos estados e da federação aos municípios também considera dados dessa natureza.

Gráfico 19 - Região Noroeste do Paraná. Valor Adicionado Fiscal Agropecuária, Indústria de Transformação, Comércio Varejista e Turismo, 2014



Fonte: IBGE (2010) e IpardeS (2016)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

No entanto, a movimentação econômica que a agropecuária gera e o ganho fiscal possível através de suas transações financeiras nem sempre se revertem em ganhos diretos para as populações. Outras variáveis relacionadas a emprego e renda podem indicar o papel da agropecuária e de outros setores da economia nos pequenos municípios do noroeste paranaense e, respectivamente, ampliar as análises sobre as implicações do turismo.

Em detrimento do significativo índice do VAF da agropecuária em Terra Boa (63%), por exemplo, os empregos gerados pelo setor não chegam a cinco por cento dos postos de trabalho registrados, a remuneração é abaixo da média municipal, gerando uma massa salarial que pouco impacta na economia local, se comparada a outros setores.

A indústria, porém, apesar de gerar um VAF quase três vezes menor que a agropecuária é responsável por mais de sessenta por cento dos empregos municipais e uma massa salarial dezesseis vezes maior que a agropecuária. Os 2.982 empregos gerados pela indústria terraboense são maiores que o total de emprego dos outros três municípios estudados e representavam 61,9% dos empregos municipais em 2014, contudo, crescem vagarosamente. Ali, o setor industrial é nitidamente o principal vetor de crescimento e o que se costuma denominar de vocação econômica local. Em dezembro de 2017, a Lei Federal 13.537 confere à Terra Boa o título de Capital Nacional da Moda Bebê, fortalecendo a vocação regional para o setor têxtil.

Diferente de Terra Boa, em Iguaraçu, a indústria era responsável por trinta por cento dos empregos em 2010 e, em 2014, esse número se restringe a 9,2%. Excluindo Terra Boa, as demais localidades estudadas (municípios, microrregiões e Estado), tal como Iguaraçu, também observam retrocessos no setor industrial (Apêndice D)

A microrregião de Campo Mourão e seus municípios, Iretama e Terra Boa, são as únicas localidades, entre as estudadas, que apresentam crescimento ou mantêm a proporção de empregos registrados nas atividades agropecuárias entre 2007 e 2014. Em todas as demais localidades a porcentagem dos empregos municipais em atividades agropecuárias caiu. Em Porto Rico, os empregos na agropecuária, em 2007, representavam 19,2% dos empregos municipais, e em 2014 essa proporção caiu para 11,2%. Essa tendência também é observada nas meso e microrregiões de Iguaraçu e Porto Rico, e também no Estado do Paraná.

Notamos que a diversificação produtiva se impõe entre os principais desafios para as localidades estudadas. A queda dos empregos no campo e as fracassadas tentativas de reinserção econômica dos municípios, via atração de plantas industriais, são problemas vividos em grande parte dos municípios de pequeno porte demográfico.

Reverter o quadro de estagnação econômica que paira nesses municípios com a geração de empregos e diversificação da economia local é um grande desafio imposto à grande parte dos municípios de pequeno porte demográfico, e também à Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa.

A preocupação com a recuperação das economias estagnadas e com a geração de emprego supera a necessidade de melhora dos indicadores econômicos, pois, nesses pequenos municípios a oferta de empregos é determinante para a reprodução das condições de vida de populações tradicionais. As atividades econômicas são percebidas em um contexto mais amplo, enquanto estratégias de desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento em sua origem pós-guerra “se vincula con la idea de progreso, asociado al crecimiento económico” (VARISCO, 2008, p. 129). As compreensões mais modernas de desenvolvimento superam a interpretação reducionista do desenvolvimento econômico, onde eram considerados apenas o crescimento das cifras ligadas aos ganhos econômicos, sem considerar a qualidade do crescimento econômico e, principalmente, de outros aspectos socioculturais. Os

conceitos de desenvolvimento evoluem à medida que a sociedade evolui e exige de municípios e regiões a solução de novos problemas (BARQUERO, 2007).

La conceptualización del desarrollo económico evoluciona y se transforma a medida que lo hace la sociedad, a medida que los países, regiones y ciudades tienen que dar solución a nuevos problemas, a medida que las innovaciones y el conocimiento se difunden por las organizaciones económicas y sociales (BARQUERO, 2007, p. 185).

Barquero (2007) assinala que a compreensão de desenvolvimento que se reduzia ao crescimento econômico, evoluiu por meio de diversas vertentes de interpretação, em tentativa de superar os desafios impostos pela globalização. Em suas conceituações, o desenvolvimento vem acompanhado dos diversos termos: local, regional, endógeno, integral, territorial, humano, de base comunitária ou sustentável, que é o termo mais vinculado ao turismo no âmbito acadêmico.

Independente do adjetivo adotado, o fato é que a globalização impõe desafios que não são mais solucionados pelo crescimento econômico, pelo aumento dos ganhos, ainda que sejam indispensáveis. As interpretações contemporâneas do termo desenvolvimento passam a considerar diversos fatores nos planos ambiental, social, cultural, produtivo, tecnológico, político, especialmente no que tange aos recursos locais e ao envolvimento dos agentes locais na tomada de decisões (BARQUERO, 2007).

As reflexões, apontadas por Barquero (2000), destacam a complexidade que o termo desenvolvimento assume quando são atribuídos a ele adjetivos, como endógeno, local e humano. O autor apresenta os detalhamentos que envolvem as definições do tema. Segundo ele, o desenvolvimento econômico local pode ser definido como

un proceso de crecimiento y cambio estructural que mediante la utilización del potencial de desarrollo existente en el territorio conduce a la mejora del bienestar de la población de una localidad o una región. Cuando la comunidad local es capaz de liderar el proceso de cambio estructural, la forma de desarrollo se puede convenir en denominarla desarrollo local endógeno. Los procesos de desarrollo endógeno se producen gracias a la utilización eficiente del potencial económico local que se ve facilitada por el funcionamiento adecuado de las instituciones y mecanismos de regulación del territorio. La forma de organización productiva, las estructuras familiares y tradiciones locales, la estructura social y cultural y los códigos de conducta de la población condicionan los procesos de desarrollo local, favorecen o limitan la local dinámica económica y, en definitiva, determinan la

senda específica de desarrollo de las ciudades, comarcas y regiones (BARQUERO, 2000, p. 6).

Para o autor, o desenvolvimento humano, além dos diversos aspectos endógenos comuns às diversas conceituações, supera as demais interpretações ao colocar o homem como principal beneficiário dos esforços de transformação socioeconômica e ao atribuir aos cidadãos a capacidade de escolher livremente os projetos locais, seus projetos de vida.

El enfoque del desarrollo humano, a su vez, confiere al desarrollo endógeno una nueva dimensión cuando argumenta que se trata de un proceso culturalmente sostenible en el que las capacidades y la creatividad de la población son la base sobre la que se apoya el proceso de acumulación y progreso de las localidades y territorios, y sostiene que el hombre es el beneficiario del esfuerzo de transformación económica y social. El desarrollo endógeno es, desde esta óptica, la expresión de la capacidad de los ciudadanos para escoger y elegir libremente su proyecto de vida y, de esta forma, el sendero de cambio y de transformación de la economía y de la sociedad (BARQUERO, 2007, p. 204).

As teorias ligadas a essa nova proposta complexa de desenvolvimento surgem a partir da crítica à “noción dominante sobre el desarrollo que había regido desde mediados del siglo XX” (VARISCO, 2008, p. 126). Essas novas concepções, ao colocar as demandas locais como individuais, negam a existência de um processo linear globalmente estabelecido de etapas comuns de desenvolvimento. Portanto, o desenvolvimento de uma localidade deve depender dos esforços, recursos de decisões de seus moradores e ser medido por suas demandas particulares (VARISCO, 2008). Deve ser assumida pela sociedade o papel de protagonizar o planejamento e a execução do futuro econômico (BARQUERO, 2007).

Os estudos, historicamente realizados, avaliaram diversos vetores produtivos, especialmente o setor industrial, enquanto estratégias para o desenvolvimento das localidades. Nos estudos realizados sobre a região turística Noroeste do Paraná, notamos que o modelo de produção agropecuária de grande escala não tem direcionado ao desenvolvimento dos municípios.

Estudos mais recentes, impulsionados pela globalização e tendências de inovação, apresentam o turismo como uma atividade econômica capaz de direcionar sociedades ao desenvolvimento local, como salientam diversos autores. Para Barbini (2002, p.76): “Habitualmente, el turismo es considerado como elemento o variable estratégica para impulsar procesos de desarrollo económico”. Varisco (2008, p. 128)

identifica confiança no turismo nos âmbitos acadêmicos e políticos ao afirmar que “es todavía frecuente observar en el ámbito académico y en el ámbito político la convicción de que el desarrollo turístico genera desarrollo local”. Barquero (2000), referência nos estudos sobre desenvolvimento, também menciona que desde a década de 1990 o turismo se apresenta como uma estratégia capaz de motorizar o desenvolvimento, desde que a atividade seja implementada com base nas propostas de desenvolvimento endógeno.

En la última década, lo reducido del potencial de desarrollo ha llevado a las comunidades locales a considerar al turismo rural como actividad estratégica. La cuestión, entonces, es dimensionar adecuadamente la oferta turística de tal manera que sea un elemento impulsor del desarrollo local (BARQUERO, 2000, p. 21).

O turismo, ou ao menos algumas de suas modalidades, tem por objetivo o desenvolvimento regional e a melhora na qualidade de vida das comunidades receptoras. Diferente da agropecuária de exportação e da produção industrial, a comercialização do produto turístico depende, via de regra, da qualidade de vida das comunidades receptoras. Para o turismo, o desenvolvimento local aparece como recurso mercadológico. Pesquisa, que analisa o turismo de Aveiro - Portugal, comprova que a qualidade de vida dos moradores é considerada uma ferramenta de segmentação de mercado e tem influência na decisão de compra do produto turístico (CARNEIRO; EUSÉBIO, 2011).

O comum reconhecimento do turismo como um adequado suporte ao desenvolvimento local deve-se, entre outros fatores, aos seus alcances econômicos, na geração de renda e emprego, frente aos desafios impostos pela globalização aos pequenos municípios, economicamente estagnados, conforme reitera Barbini (2002):

Con frecuencia, en el discurso político, académico y de organismos internacionales como la OMT; se exaltan las contribuciones del turismo a los procesos de desarrollo local, como consecuencia de sus efectos económicos positivos, derivados del empleo formal, las ganancias obtenidas por la venta de productos, servicios o trabajos esporádicos, los beneficios de las empresas en manos de propietarios locales, la mejora de infraestructuras, etc. (BARBINI, 2002, p. 72).

Para refletir sobre os alcances e limites do turismo, enquanto suporte ao desenvolvimento dos municípios de Iguaçu, Iretama, Terra Boa e Porto Rico, partimos da apresentação dos dados sobre suas implicações nas economias locais e regionais. Embora o desenvolvimento transcenda as compreensões mercadológicas,

as atividades econômicas são indispensáveis para a satisfação das necessidades e aspirações dos sujeitos e das sociedades (BARBINI, 2002, p. 74).

Nesse contexto, enquanto motor econômico do desenvolvimento, o turismo só é possível via iniciativas empresariais, indispensáveis para a prestação de serviços. Sobre a escolha do turismo enquanto atividade propulsora ao desenvolvimento, Barquero (2000, p. 21) assinala que “En realidad, esta elección sólo tiene sentido cuando se dan las condiciones de la demanda y la oferta, que hacen viables las iniciativas y proyectos empresariales”.

Retomamos os dados do Rais para avaliar o turismo enquanto atividade estratégica ao desenvolvimento de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa. De acordo com o Rais, os registros são organizados em atividades características do turismo e incluem os setores de alimentação, hospedagem, transporte e entretenimento. A observação dos dados referentes ao VAF permite refletir sobre a contribuição do turismo na economia local, é possível ainda identificar diferenças entre os municípios estudados, e a contribuição dos mesmos nos índices regionais e estaduais.

É preciso considerar que, a informalidade dos empreendimentos turísticos faz com que os dados nem sempre representem com muita fidelidade a realidade dos municípios. Especialmente “no caso da VAF, há restrições de importância para seu uso no setor de serviços, uma vez que nem todos os estabelecimentos do setor terciário declaram-se para o estado, e seu vínculo é apenas com o município ou governo federal” (LACAY, 2015, s/p.). Mesmo com essa fragilidade dos registros de dados sobre o turismo, eles devem ser considerados, pois permitem traçar relações internas, subsidiando a reflexão sobre as implicações do turismo nos municípios de pequeno porte demográfico.

Os números do turismo são tão inexpressivos, que não são observáveis no gráfico anterior, nem mesmo em Terra Boa que tem índices mais expressivos em todos os setores. Terra Boa apresenta o menor VAF nas atividades características do turismo entre todos os municípios estudados, sendo apenas 0,1% do VAF total do município. O pequeno desempenho na economia local também é verificado nos empregos, visto que apenas um por cento dos empregos locais está em atividades relacionadas ao turismo. Os dados apresentados sobre os atrativos, produtos, rendimentos e empregos do turismo em Terra Boa, indicam que o município não tem o turismo como um vetor de desenvolvimento econômico, ainda assim, foi o município

que acessou a maior quantidade de recursos do Ministério do Turismo entre todos os 98 municípios de pequeno porte demográfico da região.

O VAF do turismo nos municípios estudados é, conforme apresentado, quase insignificante em proporção à movimentação econômica gerada por outras atividades produtivas, no entanto, é uma característica comum a todo Estado do Paraná, onde o VAF do turismo corresponde 0,9% do VAF total. A pequena contribuição do turismo no VAF também é observável em Iguaçu (0,7%), que está abaixo do índice do Estado e da mesorregião Norte Central Paranaense, na qual está inserido (Tabela 14).

Tabela 14 - Paraná. Valor Adicionado Fiscal Total e do Turismo, 2014

	VAF-Valor Adicionado Fiscal (R\$ 1,00) Total	VAF Turismo
Iretama	121.320.498	1,2%
Terra Boa	356.190.131	0,1%
MRG Campo Mourão	4.439.536.418	0,4%
Centro Ocidental Paranaense	7.076.998.993	0,3%
Iguaçu	96.606.333	0,7%
MRG Astorga	3.779.401.559	0,4%
Norte Central Paranaense	36.761.285.724	0,9%
Porto Rico	45.833.757	1,5%
MRG Paranaíba	4.400.484.946	0,3%
Noroeste Paranaense	13.175.092.587	0,3%
Paraná	232.446.636.785	0,9%

Fonte: Ipardes (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017).

Iguaçu é responsável por ampliar a participação do turismo no VAF da microrregião de Astorga. Ainda com o pequeno VAF, o turismo gera 15,6% dos empregos de Iguaçu, o que é quatro vezes maior do que a proporção da Mesorregião Central Paranaense, na qual está inserida Maringá, destino de turismo de compras, negócios e eventos (Tabela 15). A diferença entre os dois indicadores de Iguaçu confirmam que dados econômicos, isoladamente, são insuficientes para confirmar o papel de um setor como atividade estratégica.

Tabela 15 - Paraná. Emprego total e proporção por atividade econômica, 2007 - 2014

	Emprego Total 2007	Emprego Total 2014	Agrop. 2007	Agrop. 2014	Ind. de Transf. 2007	Ind. de Transf. 2014	Adm Pública 2007	Adm Pública 2014	Turismo 2007	Turismo 2014
Iretama	1.076	1.441	8,9%	9,7%	4,6%	3,3%	36,8%	28,6%	29,5%	29,4%
Terra Boa	3.244	4.818	3,6%	4,3%	61,6%	61,9%	15,0%	12,0%	0,8%	1,0%
MRG Campo Mourão	35.218	49.012	8,3%	10,1%	25,7%	22,6%	17,6%	16,1%	3,4%	3,6%
Centro Ocidental Paranaense	51.315	70.187	13,3%	9,6%	20,8%	22,8%	19,6%	17,7%	2,7%	3,1%
Iguaçu	692	950	15,9%	11,5%	21,2%	9,2%	30,9%	30,6%	8,4%	15,6%
MRG Astorga	33.644	45.787	9,1%	6,8%	41,8%	42,0%	20,3%	16,4%	1,7%	1,9%
Norte Central Paranaense	456.148	615.946	4,2%	2,9%	29,8%	26,8%	10,8%	9,7%	3,3%	3,6%
Porto Rico	333	546	19,2%	11,2%	0,3%	2,6%	54,4%	40,5%	5,4%	9,7%
MRG Paranavaí	47.540	63.821	12,3%	11,7%	36,6%	32,4%	18,3%	16,5%	1,3%	2,2%
Noroeste Paranaense	131.398	176.196	8,2%	7,5%	42,1%	38,5%	15,4%	14,1%	1,5%	2,3%
Paraná	2.378.931	3.167.134	3,9%	3,2%	24,6%	22,2%	16,8%	15,0%	3,6%	3,9%

Fonte: Ipardes (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

O número de empregos registrados no turismo amplia-se entre os anos de 2007 e 2014 em Iguaçu, Iretama, Terra Boa e Porto Rico. No entanto, não é uma exclusividade do turismo, nem desses municípios. O saldo discreto, porém positivo, é comum nos quatro municípios, inclusive nos que perdem população como Porto Rico e Iretama. Também se observa o crescimento dos empregos nos âmbitos regionais e no Estado do Paraná, tanto no turismo como em outras atividades produtivas como, por exemplo, o comércio varejista.

No período entre 2007 e 2014 não houve grandes mudanças na proporção dos empregos municipais. Mesmo sutis, as pequenas alterações na composição do total dos empregos municipais podem sugerir novos perfis econômicos. A queda dos empregos no campo é uma constante desde a década de 1970, e continua a se reproduzir entre 2007 e 2014, com exceção já mencionada da microrregião de Campo Mourão e seus dois municípios, Iretama e Terra Boa. Apenas em Terra Boa as

indústrias se concretizaram como alternativa para a manutenção dos empregos em um pequeno município.

A proporção dos empregos na administração pública e no turismo diferem do esperado para a composição dos empregos municipais. Todas as localidades estudadas vivenciam a diminuição da proporção dos empregos ligados ao setor público, tão expressivos na maioria dos pequenos municípios, enquanto o número de empregos em atividades características do turismo cresceu em todos os municípios, em suas regiões e no estado do Paraná.

A proporção de empregos gerados em atividades do turismo teve maior crescimento em Iguaraçu e em Porto Rico, e continua sendo significativa em Iretama, onde corresponde a quase um terço de todos os empregos locais, superando os empregos em órgãos públicos. Em Iretama, a remuneração e a massa salarial total no turismo é superior à agropecuária, indústria, comércio, e inclusive da administração pública. E, em Iguaraçu, a massa salarial gerada pelo turismo, só é menor do que os rendimentos totais da administração pública. Nos demais municípios estudados, o rendimento médio do turismo é inferior às médias municipais.

Percebemos que o turismo é uma atividade econômica expressiva em Iguaraçu, Iretama e Porto Rico. Ao mesmo tempo que essa especialidade é positiva por se apresentar como uma possibilidade de reinserção econômica desses municípios, a ausência de planejamento, gestão e acompanhamento da atividade turística mostra-se como um risco ao desenvolvimento de pequenos municípios.

Diversos estudos foram realizados sobre as influências de variados setores produtivos no suporte ao desenvolvimento das localidades. Por exemplo, são comuns análises sobre as implicações do sucesso e fracasso do setor fabril em grandes municípios, especialmente, sobre os desdobramentos das instalações ou falências de plantas industriais do setor têxtil, sapatos e montadoras de automóveis. No entanto, as possíveis implicações da falência do turismo em pequenos municípios chamam a atenção de poucos pesquisadores e gestores.

Em Iguaraçu e Iretama, por exemplo, o fim das operações dos *resorts* pode acarretar em sérios danos socioeconômicos, causando impactos, possivelmente, mais profundos do que o fechamento de multinacionais em grandes centros, devido à frágil economia dos pequenos municípios. Contudo, a manutenção do emprego de algumas centenas de trabalhadores do turismo em um pequeno município não chama a atenção da mídia, da sociedade, nem de entidades públicas e privadas. Contudo,

deveria ser valorizada, pois as implicações na vida das sociedades envolvidas são profundas.

Vimos que os mais evidentes alcances do turismo estão no campo econômico, como a geração de tributos, empregos e remuneração. Todavia, também no campo econômico existe uma série de implicações negativas, que precisam ser corrigidas para que o turismo possa funcionar enquanto atividade estratégica ao desenvolvimento local. Implicações econômicas negativas como o aumento dos preços e a especulação imobiliária são limitações ao desenvolvimento.

A ampliação dos estabelecimentos turísticos é uma implicação positiva comumente atribuída ao setor. Nos quatro municípios estudados, houve aumento no número de empresas prestadoras de serviços de interesse turístico, com destaque para Porto Rico que dobrou o número de estabelecimentos turísticos entre 2007 e 2014, em detrimento do seu pequeno número de moradores e da diminuição da população nos últimos censos (Tabela 16).

Tabela 16 - Paraná. Estabelecimentos turísticos de Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa, 2007 - 2014

Estabelecimentos turísticos	Período/quantidade	
	2007	2014
Iguaçu	5	19
Iretama	2	9
Porto Rico	5	12
Terra Boa	11	17

Fonte: Ipardes (2017)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2017)

Em todos os municípios, a principal ampliação se deve ao setor de alimentação. Em Porto Rico e Terra Boa, o crescimento dos estabelecimentos de alimentação foi relacionado ao crescimento do número de visitantes e aos novos hábitos de consumo dos moradores. Em Iguaçu e Iretama, não é possível atrelar o crescimento dos estabelecimentos de alimentação aos grandes fluxos turísticos que recebe, pois, seus visitantes ficam confinados e a oferta de todos os serviços de alimentação são concentrados nos *resorts*.

Iguaçu e Iretama nos mostraram como a atividade turística pode trazer implicações opostas também nas relações de estímulo ao empreendedorismo e à cooperação. Em Iretama, a concorrência entre o *resort* e os pequenos empreendimentos do entorno não é vista como vantajosa para nenhum lado. Em uma

perspectiva contrária, em Iguaraçu, os pequenos empreendedores do município foram convidados para operar os serviços de alimentação para o *resort*. No entanto, as cooperações não se reproduzem com concorrentes instalados no entorno do *resort*.

Sobre os empregos e estabelecimentos em atividades características do turismo, devemos considerar que a informalidade, os registros em atividades domésticas e a baixa qualificação e remuneração do setor são entraves ao desenvolvimento do setor e das suas localidades, como denuncia Ouriques (2005):

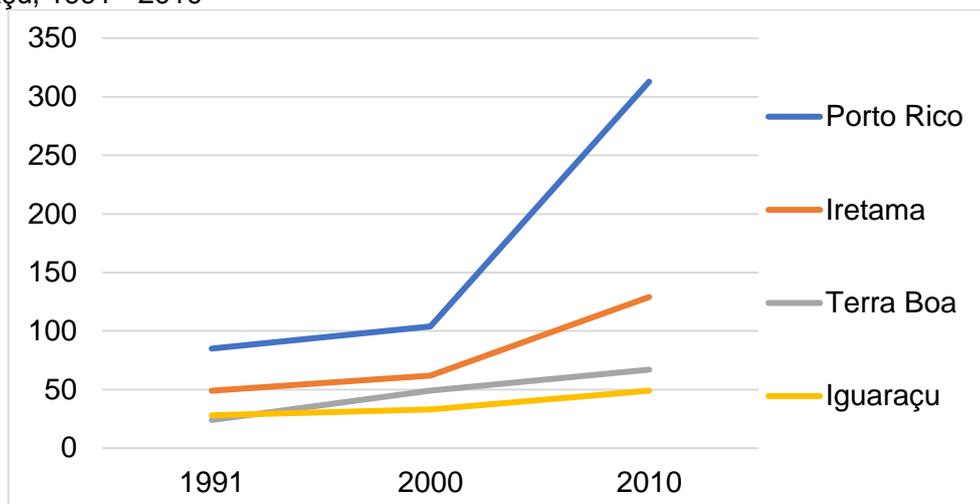
Como setor específico de exploração da força de trabalho, o turismo vem se constituindo, em escala planetária e no Brasil, em particular, como um dos laboratórios da ofensiva global capitalista. Condições de trabalho precárias, jornadas de trabalho extensas, baixas remunerações, contratos temporários, maior incidência de relações de trabalho à margem da legislação, quase ausência de sindicatos e uso preponderante de mulheres, jovens e crianças, é esse o pano de fundo das relações sociais de exploração do turismo no centro e, principalmente, na periferia do capitalismo contemporâneo (OURIQUES, 2005, p.132).

Além dessas questões relacionadas ao emprego e renda, a variação dos preços é mais um aspecto econômico do turismo que se mostra uma limitação a um modelo de desenvolvimento, que permita a distribuição da renda e benefícios locais. Entre os quatro municípios, Porto Rico é o único onde ocorre a convivência entre moradores e turistas, e por isso, apenas ali, o aumento dos preços dos produtos de consumo rotineiro dos moradores foi uma implicação negativa percebida apenas pelos moradores.

Ainda em relação a preços, a especulação imobiliária é grande limitador comum em destinos turísticos, pois além de efeitos econômicos diretos, gera implicações socioculturais ao envolver lugares de moradia. Nos quatro municípios estudados há aumento do número de domicílios, destacando Iretama e Porto Rico, municípios onde isso acontece a despeito do declínio da população, desde a década de 1990.

Da mesma forma, desde o censo de 1991, é crescente o número de domicílios de uso ocasional (Gráfico 20). Para o IBGE (2010) foi considerado como de uso ocasional o domicílio que “servia ocasionalmente de moradia, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim”.

Gráfico 20 - Noroeste do Paraná. Domicílios de uso ocasional de Porto Rico, Iretama, Terra Boa e Iguaçu, 1991 - 2010



Fonte: IBGE (2010)

Org.: Larissa de Mattos Alves (2016)

Em Porto Rico, o Turismo residencial é evidente e influencia diretamente nas dinâmicas locais. Apesar da ampliação dos dados sobre os domicílios de uso ocasional em todos os municípios, durante os trabalhos de campo não percebemos suas implicações em Terra Boa e Iretama. Em Iguaçu, sob influência da região metropolitana de Maringá, a comercialização de terrenos voltados às segundas residências aquece o mercado imobiliário, no entanto esse fluxo turístico ainda não está estabelecido.

Os domicílios de uso ocasional, que se apresentam como um fenômeno recente nos municípios estudados, na Europa, especialmente na França e Espanha, recebem atenção desde a década 1960, quando cresce o número de propriedades com essas características. Desde então, diversas foram as definições sobre as residências secundárias, que consideram critérios como a existência de outra residência principal, o uso voltado ao lazer e ao ócio, e a permanência durante curtos períodos como finais de semana ou por períodos mais longos como férias (ALMEIDA; FERREIRA; PATULEIA, 2011).

O turismo residencial é a atividade que utiliza tais residências secundárias como meio de hospedagem, e é resultado de processos históricos que envolvem a valorização do lazer e do ócio, a comercialização do lazer e o mercado imobiliário, como detalhado na citação:

Novos formatos de residência, mobilidade e ócio, uma impactante proliferação do fenômeno imobiliário no mundo inteiro, reurbanização de espaços rurais, dentre outros fatores de caráter mais global e

regional, produziram ao longo do tempo o turismo de segundas residências (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2016, p. 177).

Diversas implicações, especialmente negativas, do turismo residencial concentram-se nos estudos desenvolvidos sobre a realidade europeia, onde o fenômeno é mais frequente.

A Espanha é detentora de um considerável número de estudos científicos que abordam a problemática do desenvolvimento da atividade turística imobiliária em seu território, enfocando as segundas residências [...]. Esta posição de destaque foi adquirida em virtude do processo crescente de expansão das segundas residências, que transformou a Espanha no segundo polo de turismo do mundo e o primeiro em número de residências secundárias na Europa, com 32% do parque imobiliário europeu, seguido por Portugal, 26,9%, Grécia, 22,7%, e Itália, 17,7% (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2016, p. 181).

Entre as implicações verificadas nos estudos do turismo residencial, destacam-se a segregação social e espacial, “já que expulsa as populações nativas de seus locais de assentamento original, promove aumento considerável dos preços dos imóveis, [...] emergindo contradições de ordem cultural, social e econômica” (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2016, p. 177).

Ainda que a realidade dos pequenos municípios da região noroeste não seja comparável aos megaempreendimentos da Europa ou do nordeste brasileiro, tais experiências deveriam ser consideradas na tomada de decisões locais, que privilegiem menos o capital internacional e estimulem investimentos locais. O setor imobiliário, enquanto principal agente promotor do turismo, agindo livremente de acordo com seus interesses, dificilmente direcionará ao desenvolvimento local. O nordeste brasileiro é um exemplo de que as decisões pautadas nos interesses privados, especialmente dos capitais internacionais não trazem ampliação do bem-estar das comunidades.

A turistificação da zona costeira nordestina, principalmente pelo desenvolvimento da atividade turístico-imobiliária, configura-se em uma nova forma de colonização da costa nordestina brasileira, mais uma vez originada na península ibérica, novamente motivada pela busca da expansão de negócios altamente mercantilistas, porém os novos latifundiários do Nordeste agora são os promotores e investidores do turismo imobiliário (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2016, p. 191).

Além da especulação imobiliária, outras implicações negativas podem surgir, como a saturação dos serviços, estagnação da oferta e edificação dispersa. Essas,

por sua vez, levam à reversão das implicações positivas do turismo com o crescimento econômico da localidade. A falta de planejamento pode levar ao insucesso dos empreendimentos de turismo residencial e desperdício de recursos públicos e privados.

Essa realidade, relatada nos estudos europeus e nos diversos estudos realizados no litoral do nordeste brasileiro, também foi observada durante as pesquisas de campo realizadas.

Por exemplo, parte dos loteamentos de Iguaraçu são comprados por moradores de Maringá para a construção de residências secundárias, com foco nas áreas de lazer, tanto para uso próprio como para arrendamentos. Em Porto Rico, as estruturas comercializadas tomam dimensões mais amplas e intensificam a especulação imobiliária, pois os condomínios, cada vez mais, configuram-se em complexos turísticos imobiliários:

Conglomerados que, dentro de sua estrutura sistematicamente organizada, unem resorts, residências, campos de golfe, marinas e outros equipamentos de lazer em um só produto turístico, que se complementam entre si para atender as necessidades de lazer e ócio, tanto do turista tradicional quanto do turista residencial, pressupondo-se, portanto, uma fusão entre o elemento turístico e o elemento imobiliário (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2016, p. 181).

Um empreendimento dessa natureza, em implantação em Porto Rico, conta com 900 lotes disponíveis para comercialização. Porto Rico requer urgente planejamento turístico, ou maior atenção ao turismo no plano diretor municipal. As experiências internacionais indicam que a saturação desse mercado pode trazer uma série de implicações negativas.

A falta de precisão no planejamento de estruturas tão dispendiosas para a sociedade, a expectativa gerada com as previsões de um aumento no número de empregos diretos e indiretos na região, levam a uma experiência turística para a comunidade local, turistas e trabalhadores às ruínas. É necessário ressaltar o custo desses abandonos e do arruinamento [...]. Projetos imobiliários de grande escala como os resorts turísticos envolvem altos custos sociais e econômicos em termos de terra, capital e trabalho. Assim, o mais estarrecedor que pode ocorrer em investimentos desta dimensão é o seu arruinamento [...]. As ruínas não são apenas marcas na materialidade da paisagem, mas também feridas nos sonhos e projetos de vida de trabalhadores, comunidades residentes e investidores. A materialidade ruínosa é, em síntese, a evidência plasmada na paisagem da capacidade criativa e destrutiva do capital,

que elege territórios para serem explorados, mas que, subitamente, podem ser descartados (NUNES; BRITO-HENRIQUES, 2016, p. 708).

Além de todas essas implicações negativas causadas, mostra-se, proporcionalmente mais custosa a gestão e oferta de serviços públicos para populações flutuantes e espalhadas em grandes áreas de baixa densidade como por exemplo, a coleta de resíduos, manutenção de vias públicas, transporte coletivo, policiamento e segurança.

Nota-se que o uso de estratégias inadequadas para o desenvolvimento das localidades, além de não trazer os alcances prometidos, pode trazer grandes prejuízos socioculturais para moradores, bem como aos investidores públicos e privados.

Ainda que os números sejam indispensáveis para expor com mais precisão dados da realidade, não se pode deixar de refletir para além deles, considerando implicações do turismo em campos sociais, ambientais, culturais, essas, nem sempre mensuráveis. Os eventos, os *resorts*, o ecoturismo, o turismo religioso, cada um desses produtos turísticos traz implicações específicas, que se particularizam não só pelo perfil da atividade, mas também devido às características peculiares de cada localidade.

Observamos implicações socioculturais do turismo nos quatro municípios estudados. Mesmo no caso de Terra Boa, que não atrai turistas e onde turismo não é uma atividade econômica relevante, aspectos ligados ao setor, como a comercialização do lazer e do entretenimento, trazem implicações locais.

Os eventos locais estão entre as poucas opções de entretenimento nos municípios de pequeno porte demográfico, representando significativo espaço de socialização para os moradores. A realização de eventos em datas comemorativas como aniversário do município, festas de pratos típicos e eventos religiosos são comuns a todos os municípios estudados, é uma característica presente na maioria dos municípios da região turística Noroeste do Paraná. Alguns desses eventos geram grandes fluxos de visitantes e turistas, enquanto outros têm como característica principal o entretenimento para moradores no município e poucos visitantes da região, mantendo, ainda assim, sua relevância como espaço de manifestações socioculturais e oportunidade de ganhos econômicos.

Festas de prato típico, romarias e peregrinações religiosas foram criadas em toda a região como uma estratégia para atrair visitação, para gerar fluxos turísticos. O objetivo era criar uma marca individual, característica de cada localidade. Contudo, a

maioria dos eventos realizados pelos municípios estudados não atraem visitantes, não atingem públicos tão amplos quanto desejado por seus organizadores pois, enquanto produto turístico, tais eventos não apresentam diferenciais suficientes para motivar deslocamentos para seu consumo. Dentre os eventos citados apenas os eventos realizados em Porto Rico, devido as peculiaridades apontadas, são capazes motivar deslocamento, permanência e gastos de turistas.

A atração de visitantes de curta permanência, por sua vez é comum nas festas e eventos dos quatro municípios. A participação nas festas dos pratos típicos é um hábito dos moradores da microrregião de Campo Mourão, por exemplo. No entanto, o excursionismo na região não é um produto turístico comercializado.

Ainda em relação às implicações no campo sociocultural, outros aspectos foram observados nos municípios. Verificou-se os alcances do turismo na valorização cultural, e suas limitações ao gerar espetacularização, comercialização abusiva e falseamento das culturais locais. Essas limitações do turismo como atividade estratégica no desenvolvimento humano são frequentemente citadas na literatura, que aponta que os *resorts*, a criação de pratos típicos e os exageros no turismo religioso trazem implicações negativas, especialmente porque geram poucos resultados econômicos locais, além da falta de autenticidade, apelos de tematização e espetacularização do turismo.

Nem todos produtos turísticos serão históricos, ou terão um passado extremamente antigo, e isso não é uma característica negativa. Diversos atrativos têm passado recente, sendo consideradas tradições inventadas, criações de novas gerações. Para Hobsbawm (1984), tradições inventadas são práticas normatizadas ou abertamente aceitas, marcadas pela repetição, e por esse comportamento repetitivo, constroem relação com um passado. Segundo o autor, novas tradições podem ter um passado recente e podem também ter fim devido a necessidades de adaptações.

O passado histórico no qual a nova tradição é inserida não precisa ser remoto, perdido nas brumas do tempo. Até as revoluções e os 'movimentos progressistas' que por definição rompem com o passado, têm seu passado relevante, embora eles terminem abruptamente em uma data determinada [...]. É óbvio que nem todas essas tradições perduram; nosso objetivo primordial, porém, não é estudar suas chances de sobrevivência, mas sim o modo como elas surgiram e se estabeleceram (HOBSBAWM, 1984, p.11).

É nesse sentido que se apresentam as principais críticas quanto aos produtos, serviços e atrativos turísticos: a forma como surgiram e como se estabeleceram, pois não refletem hábitos ou características locais, são artificiais, bem como a sua relação com o passado. São invenções recentes para serem vendidas como tradições. Muitos produtos turísticos são criações inventadas e, muitas vezes encenadas, unicamente com objetivo de vender um espetáculo ao turista, o que gera severas críticas ao setor:

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, 'espetáculo' para uma multidão amorfa através da criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão e, deste modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação (CARLOS, 2007, p. 64).

É relevante reconhecer que alguns produtos turísticos de passado recente sejam identitários. A crítica se aplica aos espetáculos criados para atrair visitantes, como as atividades desenvolvidas em festas dos pratos típicos na região. Conforme mencionado, todos os municípios realizam eventos locais, no entanto, os alimentos comercializados não são típicos, tampouco os *shows* que acontecem. As festas de pratos típicos comercializam, via de regra, alimentos encontrados em qualquer local do país e buscam, para atrair o público, contratar *shows* com artistas externos, de preferência nacionalmente conhecidos, e apresentações estranhas aos hábitos locais. Como exemplo, é possível citar a comum contratação da esquadrilha da fumaça e *shows* de paraquedismo, balonismo, que estão se tornando cada vez mais comuns nos eventos realizados na região noroeste.

Ainda que essas atividades desempenhem seu papel social de entretenimento e lazer local e regional, não representam os hábitos e costumes da região. Martins (2016, p. 24) ao estudar as "Invenções da cultura culinária paranaense" ressalta que a comensalidade não envolve apenas o que se come, mas principalmente como se come, enfatizando as implicações que as festas dos pratos típicos da região têm ao permitir a celebração, a partilha de alimentos, "o estabelecimento de alianças e compromissos sociais; a memória gustativa vivenciada no local e até a ressignificação identitária".

Mesmo que, em alguns municípios, as festas dos pratos típicos não sejam hábitos muito antigos, que remetam à produção local ou consumo de muitas gerações, é uma atividade presente na rotina dos moradores da região turística estudada. Alguns

eventos dessa natureza acontecem há mais de vinte anos e parece que acontecerão por mais algum tempo.

Para o patrimônio cultural a memória é um elemento basilar para construir o sentido de pertencimento entre o sujeito e objeto, ou seja, a memória está contida na identidade, já que os elementos identitários formam-se a partir dos indicadores do passado, ou seja, do reconhecimento do tempo vivido e presente (MARTINS, 2016, p. 24).

As discussões sobre identidade e pertencimento também estão presentes nos estudos sobre os *resorts*. As reflexões geográficas sobre esses empreendimentos turísticos envolvem ainda questões sobre lugar e não-lugar. Outra crítica comum é a tematização excessiva, o que se observa nitidamente em grande parte dos *resorts* do mundo, não só nos estudados. As principais críticas que esses empreendimentos recebem relacionam-se com suas principais características estruturais: a padronização em todo mundo, a artificialidade, a domesticação e o isolamento do hóspede.

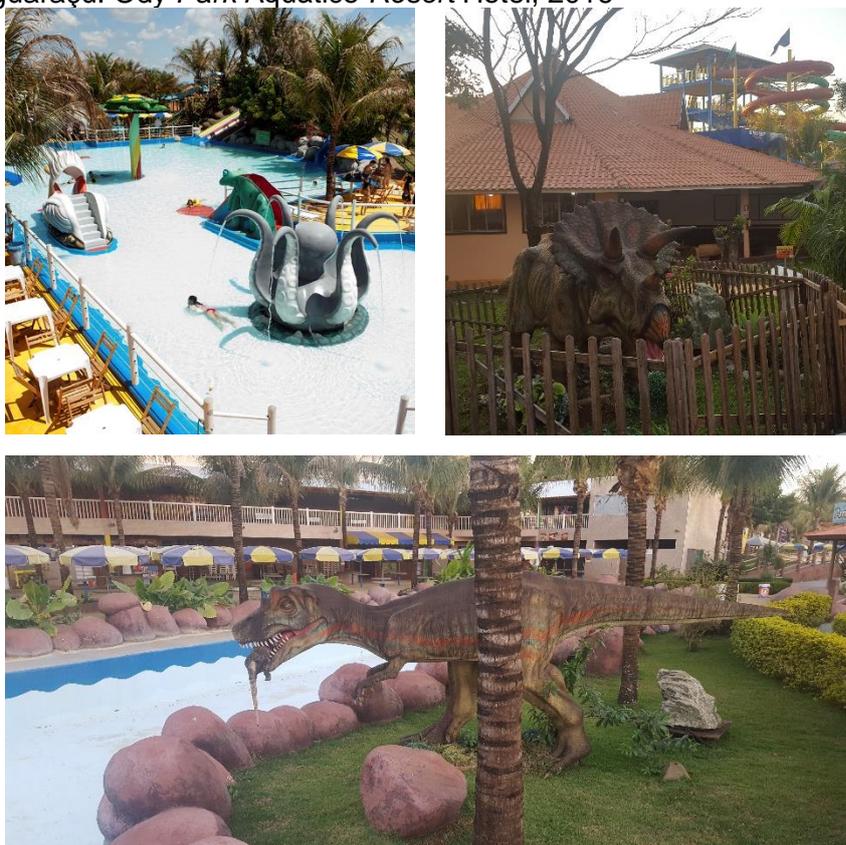
Essas características tendem caracterizar os *resorts* e outros produtos turísticos semelhantes como não-lugar, embora não deixem de ser lugares, pois as duas definições não se excluem. Considerando que as localidades possuem significados diferentes para segmentos sociais diversos e a forma como vivem e se apropriam do referido espaço, Carlos (2007) define lugar como o espaço sentido e apropriado através do corpo e da presença, para a vida. É no lugar que o indivíduo vive, trabalha, habita e se diverte. No lugar, os indivíduos são conhecidos e reconhecidos “como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro” (CARLOS, 2007, p. 18). Nesse sentido, os *resorts* são espaços de vivência e de convivência, onde relações cotidianas são estabelecidas entre seus funcionários, e em alguns casos, como no *Ody Park Aquático*, são também espaços de lazer e entretenimento rotineiro dos moradores de Iguaraçu, que fazem uso do mesmo como sócios.

Se lugar é considerado o espaço identitário e histórico, Carlos (2007, p. 64) considera que “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar”. Para considerar o turismo, Carlos aponta como exemplo de não-lugar os locais “criados enquanto simulacros - são principalmente os *resorts*, verdadeiros paraísos artificiais que ilustram o caso de que

produz-se no espaço global um lugar, que nega o local, sendo portanto um não-lugar” (CARLOS, 2007, p. 65).

Portanto, de acordo com as definições acima, o *Ody Park* também pode ser considerado um exemplo de não-lugar, pois foi adquirido por pessoas estranhas à região com interesse exclusivo de transformação daquela área em algo nunca existente ali. O uso daquele espaço para o lazer não acontecia antes de ser transformado em um parque aquático, da mesma forma que toda a história de produção agropecuária tradicional do município foi ignorada na criação deste produto turístico. A região tem rica diversidade natural, com fauna e flora exuberantes, porém no *Ody* a natureza local foi excluída, e a construção exhibe animais exóticos à região como polvo nas piscinas e dinossauros nas áreas de hospedagem (Figura 24).

Figura 24 - Iguaraçu. *Ody Park Aquático Resort Hotel*, 2016



Fonte: *Ody Park Aquático Resort Hotel* (2016); Larissa de Mattos Alves (2016)

O *Ody* segue uma linha de produtos turísticos que insere excessiva tematização dos espaços para a criação de um cenário representativo de uma narrativa, envolvendo, muitas vezes, o trabalho performático dos funcionários com objetivo de “criar uma sensação de fantasia em quem o visita, de estar fora do mundo real e comum [...], proporcionando encantamento, prazer e estimulando o consumo”

(ARAÚJO, 2015, p.35-40). Esse tipo de produto turístico é chamado na literatura como Disneylandização, que reproduz os princípios de padronização norteadores dos parques temáticos da *Disney Company*.

Esses princípios são também aplicados em tudo que se refere ao mundo Disney, ou seja, desde as histórias infantis até os parques, passando por todo o material de propaganda e souvenirs vendidos sob licença, dentro ou fora dos parques. Essa 'padronização' característica do estilo Disney é copiada nos mais diversos lugares do mundo e das mais variadas maneiras. Essa reprodução dos princípios da Disney deu origem ao termo 'Disneylandização' (ARAÚJO, 2015, p. 35)

Nos *resorts* estudados são evidentes as características da disneylandização. No *Ody Park* Aquático é evidente na tematização dos atrativos e na reprodução de um padrão de serviços e equipamentos comuns a parques temáticos em todo o mundo. Outra característica da disneylandização é visível no Termas de Jurema: a padronização nos produtos comercializados externamente, que levam a imagem do empreendimento. Conforme mencionado, em Iretama, há uma discussão sobre a licença para a venda de *souvenirs* ligados ao *resort* pelos moradores do distrito.

No Termas de Jurema, a padronização e tematização não são tão evidentes como no *Ody Park*. Contudo, também é possível identificar características que o aproximam das definições de lugar e de não-lugar. O Termas de Jurema, por exemplo, há mais de quarenta anos instalado do distrito Águas de Jurema, é parte da rotina e história dos seus moradores, das famílias ali estabelecidas, que têm mais de três gerações de trabalhadores no turismo. Para esses, os espaços internos de circulação de trabalhadores são espaços de vivência, de relações historicamente estabelecidas por várias gerações de moradores do distrito que são funcionários do Termas de Jurema. Para esses, é o lugar do seu trabalho, do trabalho de seus pais, filhos, vizinhos e amigos, também moradores do pequeno distrito.

Entre os principais atrativos desse empreendimento estão as áreas de floresta, as caminhadas pela natureza conservada, e atividades ligadas ao turismo rural como gastronomia tradicional do campo, produção local de doces, queijos e geleias, horta, ordenha, pescarias, passeios a cavalo e charrete. Essas atividades fazem parte da história da região, e a produção agropecuária sempre esteve presente naquela área. No entanto, desde a construção do *resort*, a produção agropecuária deixou de ser a principal atividade econômica dos moradores do distrito Águas de Jurema, que agora são trabalhadores do turismo.

O uso do espaço como área de lazer, que é a principal função de um *resort*, não faz parte da rotina dos moradores de Iretama. Dessa forma, áreas de lazer do *resort* não fazem parte dos espaços de vida, do cotidiano dos mesmos trabalhadores. Os espaços de lazer se assemelham assim às definições de não-lugar, uma vez que é utilizado por turistas de grande rotatividade, e para esses, não é um espaço identitário, relacional e histórico.

Enquanto os serviços do Termas de Jurema são inacessíveis para moradores de Iretama, Ody *Park* desde sua criação é utilizado como espaço de lazer dos moradores de Iguaraçu. Apesar de não reproduzir a história e a cultura das primeiras populações de Iguaraçu, o Ody representa o presente das atuais famílias. É costume recente, a presença dos moradores no *resort* em datas festivas e feriados, bem como levar familiares e visitas para conhecer o *resort*. É um lugar de cotidiano, onde novas histórias e memórias estão em construção, tal como nas festas municipais e eventos gastronômicos, que devido à repetição, estão se tornando cada vez mais típicos/tradicionais na região, ainda que não sejam turísticos.

O uso turístico concentrado em locais e datas específicas, como acontece nas festas populares e religiosas em Porto Rico e Terra Boa ou nos *resorts* de Iguaraçu e Iretama durante os feriados, gera ainda outras implicações negativas. Alguns exemplos foram citados na região como o congestionamento de serviços públicos de saúde, conforme relatado nas entrevistas em Iguaraçu, e a poluição sonora e os comportamentos inadequados que incomodam os moradores de Porto Rico durante o carnaval. As queixas dos moradores se ampliam aos serviços de saneamento, iluminação e asfalto que atendem a zonas turísticas, mas não chegam às comunidades carentes, bem como o aumento dos preços dos imóveis.

A concentração espacial e temporal de visitantes leva a reflexões sobre as implicações negativas do turismo nos destinos turísticos. Desde a década de 1970, os debates sobre o desenvolvimento passam a considerar o aspecto ambiental e sua relação com a sustentabilidade.

As implicações da atividade turística nos ambientes naturais foram consideradas na região estudada. O tema emergiu de forma significativa no município de Porto Rico por sua forte ligação com o turismo de lazer e natureza, especialmente devido às alterações causadas pela construção dos condomínios. O uso turístico desordenado ou mal planejado pode trazer implicações que comprometem a sua sustentabilidade, enquanto atividade econômica ao impactar na reprodução dos

peixes, prejudicando o turismo de pesca ao gerar a poluição das águas, tornando-as impróprias para o banho, ou seja, ao degradar recursos econômicos das populações locais. Por outro lado, as implicações podem ser positivas quando os agentes locais percebem que a conservação de recursos naturais como florestas, rios, lagos e paisagens podem ampliar a diversidade de atrativos, a qualidade e o valor do destino enquanto produto turístico. A conservação de recursos naturais com finalidade de uso turístico é observada nos *resorts* de Iguaraçu e Iretama, e nos condomínios de Porto Rico. No município de Terra Boa a questão ambiental é mencionada apenas em relação ao Parque Municipal, mas, como não está aberto ao público, não foi considerado entre as reflexões sobre o turismo.

Em relação aos alcances e limites socioambientais do turismo, percebemos que o turismo pode ao mesmo tempo ser um argumento para a conservação de ambientes naturais e manifestações culturais, e também o principal fator degradante, fazendo com que, em alguns casos, a presença de visitantes e o uso inapropriado feito pelos mesmos, seja o principal fator do fim da atratividade de um produto turístico.

As preocupações acerca da problemática ambiental e do meio ambiente humano ocupam oficialmente as agendas das nações e dos organismos internacionais desde a década de 1970, através da sequência de conferências convocadas pela Organização das Nações Unidas. Em 1992, entidades ligadas ao setor de viagens e turismo são convocadas pela Organização Mundial do Turismo a se unir ao debate internacional sobre o desenvolvimento humano. Desde então, a literatura e algumas práticas de turismo buscam aproximar os conceitos e definições de turismo e desenvolvimento. Como aconteceu com o termo desenvolvimento, o turismo passa a receber diversos adjetivos e características como o turismo responsável, equilibrado, ecológico, de base local, de base comunitária, participativo, e o mais utilizado: turismo sustentável.

Do mesmo modo que a evolução do termo desenvolvimento, as análises sobre o turismo foram historicamente superando as explicações econômicas para considerar seus aspectos socioculturais e ambientais, conforme assegura Candiotta (2009, p. 49) “percebe-se que, assim como no conceito de desenvolvimento sustentável, o turismo sustentável se fundamenta na dimensão econômica, e incorpora timidamente as dimensões ambiental, social e cultural”.

Para a Organização Mundial do Turismo, o desenvolvimento do turismo sustentável atende às atuais necessidades das sociedades anfitriãs e seus visitantes,

enquanto protege, melhora e amplia as oportunidades para o futuro. Segundo as orientações divulgadas pela OMT, o turismo sustentável é considerado um modelo de desenvolvimento econômico que visa a proteção dos recursos turísticos naturais, históricos, culturais. Deve ser pautado no planejamento capaz de evitar as implicações negativas da atividade na natureza e sociedade, ampliar a qualidade geral do meio ambiente natural e cultural, de modo a garantir a satisfação do turista e beneficiar toda a sociedade (WTO, 1993). Em seus documentos, especialmente voltados a gestores públicos e privados do turismo, a OMT refere-se à natureza e cultura local como um insumo, que deve ser preservado a fim de não interromper o processo produtivo,

entendendo-as como oportunidades e recursos para a continuidade da atividade turística, fato que demonstra o viés utilitarista propagado pela OMT. A OMT mostra-se muito mais preocupada com a sustentabilidade econômica do turismo do que com a busca por um turismo sustentável em suas dimensões (CANDIOTTO, 2009, p. 49).

Na literatura acadêmica a ideia de turismo sustentável recebe críticas, especialmente no que se refere à sua concretização, pois sua definição é vinculada a um cenário perfeito, uma utopia (CANDIOTTO, 2009). As reflexões sobre o desenvolvimento do turismo sustentável ainda estão em construção, e não há uma definição precisa, amplamente aceita. As reflexões acadêmicas estão em constante experimentação e revisão.

Na tentativa de amenizar o embate teórico acerca da sustentabilidade, entra em evidência o termo turismo de base local, devido à sua ampla aplicabilidade. Nas duas definições, turismo sustentável ou de base local, permanecem os princípios de buscar um cenário futuro que seja “socialmente mais justo, ecologicamente prudente e economicamente eficaz” (SAMPAIO, 2004, p. 26).

Na implantação desse modelo de desenvolvimento turístico mais justo, além dos aspectos sociais, econômicos, ecológicos, espaciais e culturais destacados, deve prevalecer o que Sachs (2000) chama de sustentabilidade política. Uma vez que o desenvolvimento não é um padrão globalmente imposto em níveis ou graus, e sim um modelo particular a cada caso, deve prevalecer o equilíbrio entre os interesses envolvidos, especialmente dos moradores de cada localidade. A “Sustentabilidade Política privilegia a negociação da diversidade de interesses envolvidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global” (SAMPAIO, 2004, p. 29).

Barbini (2002) frisa que a intervenção de agentes locais, sejam econômicos, públicos ou sociais, no planejamento e execução dos projetos de desenvolvimento turístico, ampliam as possibilidades de que o turismo, como atividade estratégica, traga implicações positivas para as sociedades.

el aporte del turismo al desarrollo local, será más real, cuanto más endógena sea la lógica económica y cultural de las modalidades turísticas en cuestión. Esta endogeneidad estará dada por la intervención de agentes económicos y actores sociales locales en el diseño de proyectos de desarrollo turístico, lo que permitirá controlar las fugas y generar mayores conexiones con las sociedades locales (BARBINI, 2002, p. 73).

A identificação dos agentes locais e a compreensão de seus papéis e interesses são determinantes para avaliar as implicações do turismo nos municípios de pequeno porte demográfico, uma vez que, “la presencia de estos diferentes tipos de actores con sus lógicas diferentes en la toma de decisiones caracterizará la estructura local” (BARBINI, 2002, p. 79).

Este debate nos remete às primeiras páginas desse trabalho, quando refletíamos sobre a articulação de interesses, as relações de poder e influência e os agentes do turismo organizados em seis grupos: visitantes, comunidade local em geral, recursos humanos, sociedade civil organizada, iniciativa privada e administração pública.

Os levantamentos bibliográficos, documentais e os trabalhos de campo realizados em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa nos deram suporte para analisar o papel dos agentes no turismo municipal. É nesse aspecto que se evidencia a principal fragilidade da gestão do turismo em municípios de pequeno porte demográfico. A atuação (e a não atuação) dos agentes do turismo local é um fator limitante ao desenvolvimento do setor turístico e ao desenvolvimento local via turismo. O reduzido número de agentes locais interessados no turismo distancia os pequenos municípios dos alcances teoricamente atribuídos pelo turismo sustentável.

Os visitantes raramente se apresentam enquanto grupo articulado com o objetivo de defender seus direitos, ainda assim, os interesses dos turistas exercem grande influência na tomada de decisão de gestores públicos e privados. Pois, na busca de atrair consumidores, são as demandas dos turistas que definem, por exemplo, os investimentos e contratações realizados no *Ody Park* e no Termas de Jurema. Por outro lado, o comportamento dos turistas, muitas vezes, coloca-se como

um limitante ao desenvolvimento local. Considerando que o desenvolvimento está diretamente relacionado à ampliação da qualidade de vida e bem-estar das comunidades receptoras, quando a conduta do turista extrapola as convenções sociais ao ponto de tornar-se um incômodo para os moradores, como no caso de Porto Rico, distanciamos-nos das propostas de desenvolvimento.

Da mesma forma, os habitantes de Porto Rico, apesar de incomodados e insatisfeitos com algumas implicações do turismo, não conseguem estabelecer relações e articular seus interesses para influenciar a elaboração de normas para uso dos espaços públicos do seu próprio município. Verificamos, ao longo do trabalho, experiências como Fernando de Noronha, Bonito e Canto Verde, onde a articulação social e a participação na tomada de decisão são apontadas como fatores determinantes nas implicações positivas do turismo. A proximidade afetiva e laços sociais, mais presentes entre os habitantes dos municípios de pequeno porte demográfico, podem contribuir para a articulação dos interesses sociais. Por outro lado, a baixa escolaridade e a pequena proporção da população em idade ativa diminuem a capacidade da comunidade em se articular, exercer poder e influenciar decisões.

Observamos semelhante inércia e vulnerabilidade em outro grupo de agentes do desenvolvimento turístico, os recursos humanos. Os trabalhadores de atividades características do turismo podem desempenhar notável papel no desenvolvimento municipal, tanto em cargos gerenciais e estratégicos ao tomar decisões que causam implicações locais, como em cargos operacionais ao perceber as impressões dos turistas e vivenciar as demandas sociais. No entanto, nos quatro municípios estudados, os recursos humanos do turismo não se posicionam como agentes do desenvolvimento local, nem mesmo em Iguaraçu e Iretama, onde esses trabalhadores são proporcionalmente expressivos.

Ao analisar o papel da sociedade civil organizada e da iniciativa pública nos municípios estudados, notamos algumas peculiaridades. Em Terra Boa e Porto Rico, as organizações e entidades sociais atuam no turismo municipal, especialmente por meio da realização de atividades programadas. Como exemplos, citamos os eventos religiosos organizados pelo Grupo de Homens de Terra Boa e a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de Porto Rico. Esses dois eventos, alcançaram visibilidade, e por isso, as entidades que os organizam conseguem o apoio de agentes públicos e

privados, ou seja, influenciam outros agentes a tomarem decisões que vão ao encontro de seus interesses.

A sociedade civil organizada não se sobressai como agente do turismo em Iguaraçu. Em Iretama, no início dos anos 2000, houve algumas tentativas de articulação entre produtores rurais para criação de um roteiro integrado de turismo rural, mas não trouxe implicações no turismo municipal. Em Iguaraçu e Iretama, a iniciativa privada impera, e seus *resorts* são responsáveis pelas principais implicações do turismo nos municípios, positivas e negativas. O setor imobiliário, apesar de não atuar exclusivamente no turismo, é um subgrupo da iniciativa privada muito influente nos municípios estudados, especialmente Porto Rico. É possível afirmar que, tal como em grande parte dos pequenos municípios turísticos, em Iguaraçu, Iretama e Porto Rico “o controle das diretrizes do turismo permanece nas mãos dos atores hegemônicos do capital, atores que, acima de tudo, buscam potencializar seus lucros e seu poder” (CANDIOTTO, 2009, p. 57).

Por fim, dentre todos os agentes do turismo local, o poder público tem especial responsabilidade no desenvolvimento do turismo municipal, devido aos seus papéis de prover infraestrutura de apoio, regular e fiscalizar as atividades turísticas dos demais agentes locais, salvaguardando o interesse coletivo.

Para os municípios de pequeno porte demográfico, economicamente estagnados, o papel da administração pública municipal em estimular o desenvolvimento do turismo local é primordial. Entre as prefeituras da região, os investimentos mais frequentes estão na manutenção de espaços de lazer e recreação, especialmente para ao uso de moradores e na realização de eventos para atração de visitantes.

Os investimentos de interesse turístico realizados pelo poder público são pequenos, e trouxeram sutis implicações no desenvolvimento local. Entre os investimentos públicos nos municípios de pequeno porte demográfico, salientamos os repasses realizados pelo Ministério do Turismo, que nos municípios estudados voltaram-se especialmente à construção ou reforma de locais de uso público e para promover o turismo de eventos.

Iguaraçu foi o único que não recebeu repasses do MTur para investimentos em espaços públicos, todos os demais municípios realizaram convênios para revitalização de praças, orlas, passeios públicos e bosques. Esses investimentos, a princípio pensados para uso de lazer e recreativo de moradores de pequenos centros, podem

assumir papéis mais complexos, influenciando investimentos turísticos e também de outros ramos econômicos, como afirma Barquero (2007):

La construcción y mejora del capital social fijo y de las infraestructuras es uno de los instrumentos tradicionales en las políticas de desarrollo urbano y regional que se utiliza también en las políticas de desarrollo local, ya que permite mejorar el atractivo de las ciudades y territorios y estimular el desarrollo sostenible (BARQUERO, 2007, p. 200).

Em Iguaraçu, os convênios destinaram-se à construção e melhorias de espaços para realização de eventos como o anfiteatro da casa da cultura e o centro de eventos. O recurso para a construção de um centro de eventos fez Terra Boa se destacar entre os 98 municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná. Porto Rico não estabeleceu convênios para construção de um espaço exclusivo para realização de eventos, mas é preciso lembrar que grandes eventos municipais como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e o carnaval de rua são realizados na orla do Rio Paraná, que foi toda revitalizada com apoio do governo federal. Os recursos federais específicos para eventos, conquistados por Porto Rico, destinaram-se ao pagamento de materiais gráficos para divulgação de eventos locais.

À gestão estadual de turismo no Paraná, enquanto agente do turismo local, resta a tarefa de reproduzir nas regiões e municípios as orientações traçadas na esfera federal. A atuação mais evidente do organismo oficial de turismo do Estado do Paraná, na região turística Noroeste, foram os repasses técnicos e metodológicos do Programa Nacional de Regionalização do Turismo.

O papel do poder público municipal se reduz às contrapartidas dos investimentos federais e à organização e realização de eventos sociais, como as festas cívicas, de pratos típicos, dias santos e as feiras agropecuárias comemorativas ao aniversário dos municípios. Observamos que os eventos realizados em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa não são atividades estratégicas ao desenvolvimento nos municípios por alguns motivos: não geram empregos, bem como a geração de renda para os moradores é irrisória, a concentração de visitantes causa impactos ambientais e aumento nos preços, incomodando aos moradores. “A absorção de mão-de-obra pelo setor vai depender do modelo adotado” (SACHS, 2008, p. 140) Por outro lado, não deixam de ter significativo valor psicossocial, nos casos em que promovem entretenimento, interação e relação entre os moradores, que dispõem de raras opções de lazer, como visto em Iretama e Terra Boa.

Os eventos podem ser considerados como estratégicos para o desenvolvimento. A prefeitura de Gramado, por exemplo, com o objetivo de diminuir os efeitos da sazonalidade do turismo municipal e gerar novos empregos, tem investido no setor de evento. Lá, a gestão pública municipal é um influente agente do turismo, capaz de articular outros grupos locais e dinamizar a economia, atraindo investimentos e turistas com a realização de, ao menos, um grande evento por mês, para diversos públicos, como festivais religiosos, culturais e gastronômicos. Segundo o Ministério do Turismo, Gramado anualmente “sedia cerca de 300 eventos mantidos pela iniciativa privada e pelo menos um grande evento mensal organizado pela Prefeitura, que movimentam em torno de 40% do fluxo local total de turistas” (BRASIL, 2015).

Gramado, com 32.273 habitantes, estabeleceu 78 convênios, que ultrapassaram a quantia de 43 milhões de reais em repasses do MTur. As populações de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa somadas ultrapassam a população de Gramado, totalizando 32.970 habitantes. Juntos, os quatro municípios estudados estabeleceram 28 convênios com o MTur, com um total que não atinge os seis milhões de reais (BRASIL, 2015). Gramado é um raro caso de grandes investimentos em um município que era de pequeno porte demográfico, embora no presente de acordo com a classificação adotada para este trabalho se enquadraria em município de porte médio. São poucos os municípios onde a administração municipal consegue desenvolver eventos turísticos durante todo o ano. O papel de investidor e promotor de atrativos turísticos é realmente uma tarefa difícil para os municípios de pequeno porte demográfico, carentes de recursos humanos e financeiros também em outras áreas.

A extenuação dos órgãos públicos municipais de turismo é um fator que limita as possibilidades que a atividade turística seja utilizada como uma estratégia de desenvolvimento municipal em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa. Em Iguaraçu e Terra Boa, os assuntos relativos ao turismo estão sob responsabilidade das secretarias de cultura e, em Iretama, é a secretaria do meio ambiente que responde pelo setor. Apenas em Porto Rico existe uma secretaria exclusiva para o turismo, no entanto, a pasta é ocupada por um secretário e uma estagiária, que têm à sua disposição dois computadores e um telefone como únicos recursos para a gestão do turismo municipal. Os recursos humanos e materiais são insuficientes para dar

conta da complexidade de ações que devem envolver a busca pelo desenvolvimento do turismo nos quatro municípios.

A eficiência administrativa, o fomento e a interação com outras esferas e instâncias governamentais estiveram entre as ações prioritárias do Governo Federal desde o Plano Nacional de Turismo, lançado na década de 1990. A relevância de uma política pública deve-se à sua adequação “em relação aos problemas e necessidades do setor ou do território em análise nas suas várias escalas” (COSTA; ANTONELLO, 2015, p. 4080). Se os problemas do turismo no Brasil se repetem há quase trinta anos é um indicativo da ineficiência da política e, é relevante que se apresentem novas estratégias voltadas a mudar tais realidades.

Os planos diretores e as leis orgânicas dos municípios estudados colocam o turismo como uma relevante estratégia de desenvolvimento econômico. Porém, a atenção dada ao turismo nesses pequenos municípios, em geral, se restringe às propostas apontadas nas leis e não saem do papel para se transformar em práticas locais, ou reais estratégias de desenvolvimento.

Os pequenos municípios estudados, Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa mostraram-se carentes de políticas locais. Nenhum deles dispõem de uma política para ao desenvolvimento do turismo municipal. Conforme afirma Barquero (2007, p. 202), a “planificación estratégica territorial se ha convertido en los últimos años en un instrumento de gran valor para racionalizar la toma de decisiones y la gestión en las ciudades y regiones, con múltiples ejemplos”.

Não obstante, é preciso reconhecer que, apesar de seus recursos naturais e culturais, esses pequenos municípios também são carentes de atrativos, equipamentos e serviços turísticos e, por isso, incapazes de fazer, isoladamente, do turismo um vetor de desenvolvimento socioeconômico. As políticas podem contribuir também nesse cenário ao valorizar recursos naturais e culturais e estimular o empreendedorismo local.

Desde a criação do MTur, as políticas públicas de turismo pautam-se na regionalização, porém sem ignorar a relevância da escala municipal no crescimento do turismo nacional. Desde o início dos anos 2000, os discursos oficiais apresentam a atividade turística como vetor de redução das desigualdades regionais e sociais, quando afirmam que o plano nacional para o setor apresenta “uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por

meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística” (BRASIL, 2003, p. 7).

A fragilidade do desenvolvimento do turismo regional é evidente no Brasil, e reflete a falhas na implementação do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, a mais relevante política pública desde 2003. O desenvolvimento do turismo regional mostra-se uma estratégia aos pequenos municípios, pois na formatação de produtos turísticos regionais é possível inserir a comercialização dos atrativos e serviços turísticos disponíveis em pequenos municípios, que isoladamente não seriam capazes de motivar fluxos turísticos. Isso porque, “regionalização, na sua essência teórica, promove a integração e sinergia entre os territórios e, no desenvolvimento é vista como o ideal, devido à promoção da união de forças. No entanto, na práxis é complexa e difícil de realizar” (DREHER; SALINI, 2008, p. 16).

É preciso assinalar que a dificuldade em se inserir no concorrido mercado turístico não é exclusividade de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa. A região de Blumenau busca, desde 1996, a integração dos municípios para o desenvolvimento regional no turismo. “Muitas ações definidas no passado, ainda se encontram no estágio inicial de um processo regional, como por exemplo [...] a articulação política. As discussões foram realizadas, mas a implementação não ocorreu de forma efetiva” (DREHER; SALINI, 2008, p. 12).

As ações integradas, na região catarinense, se resumiram à criação de materiais promocionais, o mesmo que aconteceu em diversas regiões brasileiras, inclusive no noroeste do Paraná. A integração regional para a gestão do turismo não é consolidada nos municípios estudados, tal como na região de Blumenau, turisticamente tão relevante. Da mesma forma, nos municípios estudados, o Programa de Regionalização não oferece resultados que confirmem sua eficácia no desenvolvimento turístico regional. Ao contrário, algumas governanças regionais, além de não se apresentarem como instância de gestão, colocaram-se como mais uma escala para a burocracia estatal. “O processo de regionalização é lento, ocasionando certo marasmo nas ações” (DREHER; SALINI, 2008, p. 14). O parecer sobre o caso catarinense, o aproxima da realidade do noroeste do Paraná:

O estudo demonstra que, atualmente, são poucas as ações em prol da regionalização do turismo e, o que ocorre são apenas a aceitação política das propostas do Ministério do Turismo [...]. As ações existentes estão tímidas, lentas e carentes de esforços coletivos. Por isso, existe uma necessidade de adaptação a esta nova realidade de

regionalização do turismo, bem como, um esforço de participação coletiva do poder público, privado, e da sociedade (DREHER; SALINI, 2008, p. 15).

A instabilidade da administração pública municipal leva a um quadro igualmente instável do mapa do turismo regional. Iretama, por exemplo, já integrou três diferentes regiões turísticas desde o início desta pesquisa. Dessa forma, Iretama e Terra Boa nem se quer fazem mais parte da região turística Noroeste do Paraná - Corredores das Águas, que no início de sua criação tinha 115 municípios. No mapa turístico de 2016 apenas 49 municípios integravam a Região, e em 2017 são 59 municípios.

Esta é a sexta edição do Mapa. As versões anteriores foram divulgadas nos anos de 2016, 2013, 2009, 2006 e 2004. A atualização periódica desse instrumento é necessária para que ele esteja adequado à realidade apontada pela Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas, dando assim, continuidade à implementação do Programa de Regionalização do Turismo (BRASIL, 2017).

As mudanças nos mapas da regionalização devem-se à dificuldade dos municípios em se inserir na gestão partilhada do turismo e na insatisfação dos resultados do turismo regional, na verdade, nas expectativas frustradas dos resultados a curto prazo. No entanto, todas essas mudanças na organização dos municípios em regiões turísticas não trouxeram novas ou melhores implicações no desenvolvimento local via turismo.

A participação coletiva e o envolvimento dos agentes locais, conforme reforçado ao longo do trabalho, são imprescindíveis para direcionar ao desenvolvimento local via turismo. Os conselhos formados de agentes locais têm o papel de direcionar os pequenos municípios a um desenvolvimento socialmente responsável e economicamente mais justo. Pois, percebemos que “na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ao acaso, isto é, ao sabor de iniciativas e interesses particulares e não da sociedade como um todo” (DREHER; SALINI, 2008, p. 4).

As ações coletivas, especialmente as políticas e planos de desenvolvimento local, quando construídos coletivamente, têm maiores chances de representar os interesses de maiores grupos sociais. As políticas para pequenos municípios, quando endogenamente construídas, configuram-se nas respostas das “comunidades locais, com el objeto de neutralizar los efectos negativos de la globalización y del ajuste

productivo sobre el empleo y el nivel de vida de la población. (BARQUERO, 2007, p. 198).

Nesse sentido, apesar do imprescindível papel do estado, em todas suas esferas de gestão, os outros agentes elencados não são dispensáveis na construção de planos de desenvolvimento com alcances mais amplos e benefícios melhor distribuídos. Não é possível elencar um ator como melhor protagonista social em detrimento dos outros. Diversas obras apresentam as implicações positivas viabilizadas pela articulação de agentes locais no desenvolvimento do turismo, no Brasil e no exterior.

En América Latina, como en Asia, la política de desarrollo endógeno se basa em iniciativas en las que los proyectos económicos y sociales, se coordinan y gestionan a través nuevas formas de gobernación en las que participan los actores públicos y privados, las organizaciones internacionales y las organizaciones no gubernamentales. (BARQUERO, 2007, p. 2002).

A ampla participação nos projetos de desenvolvimento é mais promissora, ainda assim, é comum que um dos agentes locais seja o promotor do processo turístico, especialmente no início da atração dos visitantes em pequenas localidades. O estágio doutoral realizado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa permitiu conhecer, teórica e empiricamente, os alcances e limites do turismo em pequenas localidades portuguesas, bem como o papel dos agentes locais em cada uma delas. Sobre tais experiências e relações com o turismo nos pequenos municípios estudados estão detalhadas no próximo tópico.

5.2 Aprendendo com experiências internacionais: o turismo em algumas pequenas localidades portuguesas

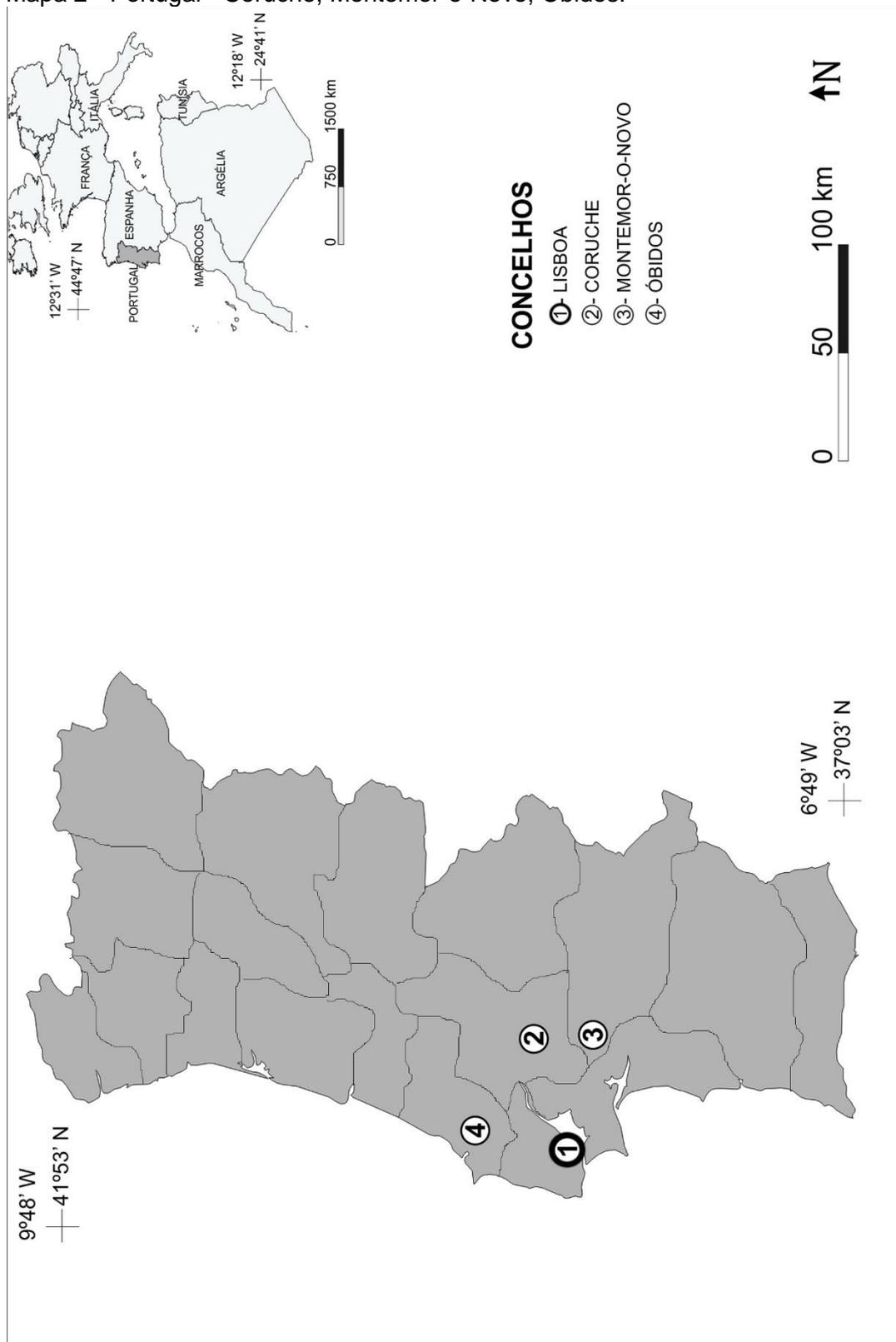
Em diversas passagens deste texto retomamos as dificuldades de se comparar localidades. Ressaltamos, inclusive, os cuidados que devem ser tomados ao estabelecer comparações entre as pequenas localidades. A comparabilidade entre municípios brasileiros e portugueses é complexa devido às essenciais diferenças históricas na formação de suas redes urbanas, e não se tem a pretensão de cumprir esse papel aqui. Por outro lado, é fundamental observar outras realidades pois por mais diferentes que sejam contribuem com a reflexão acerca do território analisado. Ademais, a influência da cultura portuguesa no território, agora brasileiro, é inegável e permite estabelecer algumas relações. Mais do que isso, o maior tempo de estabilização das populações portuguesas faz do país um observatório de experiências para os jovens municípios brasileiros. Montemor-o-Novo, Coruche e Óbidos são três, entre as inúmeras iniciativas portuguesas observadas, que nos remetem às realidades estudadas e permitem traçar relações entre o turismo em pequenas localidades portuguesas e o turismo nos municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná.

Como assinalado antes, é muito difícil estabelecer relações entre os pequenos municípios paranaenses e as localidades portuguesas. A beleza cênica já é um grande diferencial. Portugal é todo tomado por vales, morros, serras, colinas, florestas, praias e vários séculos de histórias materializadas, o que por si só, representam grande valor de atratividade. Nossos municípios, com recentes registros de assentamentos populacionais, têm sua paisagem marcada, prioritariamente, por um relevo pouco acidentado, coberto com produção agrícola em escala industrial. Não consideramos os atrativos locais pouco significativos, apenas são mais facilmente encontrados em outras localidades. Em Portugal, os anos de história imprimiram características singulares a cada sociedade portuguesa. Vilas e povoados muito pequenos têm recursos de primeira grandeza, atraindo grande número de turistas internacionais.

Por esses motivos, a escolha dessas localidades exigiu longo exercício de seleção e descarte, devido às profundas diferenças e peculiaridades que emergiam durante as análises dos pequenos municípios portugueses. Montemor-o-Novo e Coruche foram selecionados devido a semelhanças econômicas com os municípios

estudados, e Óbidos, por ser uma das mais emblemáticas vilas turísticas de Portugal (Mapa 2).

Mapa 2 - Portugal - Coruche, Montemor-o-Novo, Óbidos.



Org.: Ângelo Ricardo Marcotti (2018)

O passado longínquo, as diversas heranças culturais e monumentos de primeira grandeza como os castelos, vilas muradas e paisagens singulares são relativamente comuns em Portugal. Contudo, nem todas as vilas conseguiram apoios para a preservação do património material como ocorreu na, mundialmente conhecida, vila de Óbidos, que apresentaremos adiante. Montemor-o-Novo é um conselho de 17.437 habitantes localizado no Distrito de Évora, há cem quilómetros de Lisboa, que tal como Óbidos tem respeitável contribuição na história portuguesa.

Montemor-o-Novo tem sua origem em época indeterminada, mas as primeiras notícias de sua existência como urbe são do ano 1181 e se origina como vila intramuros. O Castelo de Montemor, com quase dois quilómetros de muralha, foi um dos maiores de Portugal, palco de decisões no país e sede de cortes. “Nos séculos XV e XVI, a vila atingiu grande prosperidade e em 1495, D. Manuel I tomou a decisão, neste castelo, de mandar Vasco da Gama à descoberta do caminho marítimo para a Índia” (PARREIRA, 2015, p. 39). A vila e o Castelo sofreram sérias deteriorações com ataques, incêndios e com o terremoto de 1755. Apesar das históricas tentativas de reedificações no castelo e na muralha, a “zona da vila intramuros é actualmente uma zona arrasada, sem vestígios aparentes de uma das cidades mais importantes a nível regional na Idade Media” (LARANJEIRA, 2011, p. 65).

Diferente de outras localidades, que devido ao aumento populacional cresceram para extramuros, em Montemor a população se transferiu para fora das muralhas motivada pelo comércio nas proximidades das vias de passagem, piorando ainda mais as condições de preservação do património material.

A população começou a abandonar a zona amuralhada, demolindo casas e aproveitando os respectivos materiais para novas construções na zona baixa, situada junto a estrada real, onde se multiplicava a construção de estalagens, casas de comércio, oficinas e onde se realizavam as feiras (LARANJEIRA, 2011, p. 58).

Após mudança da população, o poder local tentou ainda se manter ali e resgatar as populações, porém acabou também se mudando para fora da zona protegida. “O século XIX foi bastante negativo para a conservação do castelo de Montemor, e o abandono das freguesias determinou a degradação vivencial de uma forma mais rápida” (LARANJEIRA, 2011, p. 79). Com o abandono do castelo, seu terreno “foi dividido em talhões que foram vendidos a agricultores” (LARANJEIRA, 2011, p. 79). Actualmente, da cidade murada, restam ruínas das muralhas e torres e

algumas construções em crítico estado de conservação como Igrejas e conventos utilizados como centros de interpretação ou fechados para restauro (Figura 25).

Figura 25 - Montemor-o-Novo. Ruínas do Castelo e Convento da Saudação, 2017



Fotos: Larissa de Mattos Alves (2017)

Dessa forma, do rico passado histórico da região sobraram poucos recursos de interesse turístico. As ruínas de Montemor-o-Novo, algumas igrejas e conventos ainda existentes apresentam pouca competitividade frente aos tão bem preservados monumentos históricos portugueses. Há trinta quilômetros de Évora, prestigiado destino turístico regional, Montemor, quando muito, se torna uma rápida parada para aqueles turistas, não se configurando como um destino de turismo histórico cultural. Nota-se que o poder público, como nos municípios estudados, que deveria ser o principal responsável pela conservação e restauro dos bens culturais, não conseguiu se posicionar como notável agente de desenvolvimento do turismo local neste aspecto.

Assim como na maioria dos municípios da região noroeste do Paraná, o turismo tem pequena participação na economia de Montemor, pautada na agricultura e

produção animal, com destaque à criação de bovinos. Assemelha-se aos municípios paranaenses, ao apostar na diversificação via atração de indústrias, para minimizar o decréscimo populacional das últimas décadas.

Durante o período já decorrido do século XXI, o Concelho de Montemor-o-Novo mantém a tendência de decréscimo populacional verificada nas últimas décadas do século passado perdendo 1.141 habitantes entre 2001 (18.578) e 2011 (17.437). Neste período, acentuou-se a desigualdade do ponto de vista da ocupação do território regional, uma vez que o decréscimo populacional de Montemor-o-Novo (-6%) foi relativamente superior ao registado quer no Alentejo Central (-4%), quer na generalidade da Região (-2%) (MONTEMOR-O-NOVO, 2015, p. 23).

Esse processo chamado por lá de desertificação populacional acentuada agrava-se devido ao envelhecimento da população residente. Trata-se de processo que igualmente foi destacado nesse trabalho quanto a região analisada e a perda de população de alguns municípios de pequeno porte demográfico, ainda que a intensidade possa ser diferenciada. Recentemente, o quadro de estagnação econômica observa pequena mudança, especialmente na sede urbana, devido a uma nova especialização econômica ligadas às Artes que surge nas últimas décadas. Conforme indica diagnóstico elaborado pela Câmara Municipal,

[...] ao longo das últimas décadas, Montemor-o-Novo tem revelado dinâmicas de produção e animação cultural [...] injetando massa crítica e reflexiva no conjunto de práticas e operacionalizando-a com recurso a instrumentos conceptuais de inovação e criatividade social. Esta valorização tem permitido a Montemor-o-Novo não só dinamizar o setor cultural endógeno como ainda atrair e acolher estruturas de criação artística exógenas (MONTEMOR-O-NOVO, 2015, p. 39).

Os documentos oficiais apresentam essa nova especialização como resultado da gestão pública municipal, e indicam que os resultados não são melhores devido à falta de apoio do governo central, especialmente recursos financeiros para obras de restauro no interior das muralhas, conforme ressaltado no diagnóstico realizado pelo município em 2015.

A incapacidade do ex Ministério da Cultura assegurar as obras de reabilitação do Convento da Saudação, inviabilizou a criação do Centro de Congressos, da biblioteca e do centro de documentação e a instalação de serviços de restauração e de alojamento. A não concretização desta componente de investimento reduziu, de forma significativa, o potencial do projeto no alcance deste objetivo e também

o seu contributo induzido para 'Promover e dinamizar o tecido económico' (MONTEMOR-O-NOVO, 2015, p. 42).

No entanto, nas consultas feitas durante os trabalhos de campo, notamos que a população de Montemor e a mídia local indicam outro agente como responsável pelo crescimento de atividades ligadas às artes performáticas no Concelho. E, por essa peculiaridade, Montemor-o-Novo parece um município inspirador para as realidades paranaenses estudadas. Notamos que essa nova especialidade produtiva, ligada às artes e que atrai visitantes, surgiu por iniciativa recente de um único artista, Rui Horta. Esse dançarino e coreógrafo português chegou a Montemor-o-Novo no ano 2000, depois de dez anos morando na Alemanha, período que deu ao seu nome projeção internacional.

Rui observou que em Portugal existiam muitos espaços para apresentações culturais, mas poucos espaços reservados ao apoio aos produtores de atividades culturais. Em uma parceria com a Câmara Municipal de Montemor, o coreógrafo conseguiu o espaço do degradado Convento da Saudação, no interior das muralhas do Castelo, para instalar seu centro interdisciplinar de artes performáticas, especialmente buscando experiências mais interessantes e inovadoras no palco e apoio a novos artistas (GOULART, 2010).

A proposta consiste especialmente em uma incubadora de produções culturais. O Convento da Saudação recebe projetos convidados na modalidade de residência, oferecendo treinamentos avançados, espaço para os artistas compartilharem habilidades, visões, métodos e imersão no processo de produção devido ao espaço inspirador e isolado (O ESPAÇO DO TEMPO, 2017). O espaço recebe, enquanto centro de formação ou de residência, artistas iniciantes ou emergentes de toda Europa, que leva a Montemor visibilidade nacional e internacional, possibilitando também a internacionalização de artistas portugueses (CANELAS, 2011).

Entre as críticas ouvidas no concelho sobre a ausência de apoio do governo federal está o cancelamento da reforma do convento, cedido ao Espaço Tempo.

A degradação de alguns espaços, nomeadamente os não utilizados pelo centro de artes performativas, é notória como no piso térreo dos claustros. Todo o edificado anseia pela recuperação já projectada e cujas obras, orçadas em 14 milhões de euros e que o Espaço do Tempo participaria com metade, chegaram a estar asseguradas pelo Ministério da Cultura, mas que, com a mudança de Governo – e a austeridade que se lhe seguiu fruto da crise neoliberal –, acabaram adiadas *sine die* (GOULART, 2010).

Mesmo sem as condições adequadas, o Espaço “recebe os criadores nacionais e estrangeiros para que nele possam criar e realizar projectos; ao seu dispor têm 14 quartos e quatro estúdios que em tempos serviram de dormitório às religiosas. Algumas partes que ameaçam ruir estão em desuso, mas ainda assim, o Espaço do Tempo “é uma das maiores estruturas do País ao nível das artes performativas e uma referência a nível nacional e internacional” (GOULART, 2010).

Montemor era apresentada por seus moradores como ‘uma das terras mais atravessadas e menos visitadas de Portugal’, mas parece que, com a instalação do centro cultural, o cenário está mudando. Além dos lisboetas, públicos mais distantes vão ao concelho para prestigiar as atividades culturais. “Montemor-o-Novo, recebe cerca de 10000 turistas por ano, tendo vindo a aumentar gradualmente o número de visitas (dados fornecidos pelo Posto de Turismo Municipal de Montemor-o-Novo)” (PARREIRA, 2015, p. 47).

Devido à sua história recente são raros também os estudos e mensurações sobre as implicações socioeconômicas desse projeto a Montemor-o-Novo. No entanto, segundo relatos, é crescente a participação da população nas atividades desenvolvidas no recinto. Trata-se de iniciativa que gera empregos diretos e, indiretamente, os serviços de preparação de cenários e figurinos, som e iluminação e demais equipamentos para eventos, bem como o setor imobiliário e de restauração parecem ensaiar um crescimento, motivado pelo projeto.

O projeto recebe aproximadamente 700 artistas que permanecem entre quinze dias e um mês para a residência, e resulta, em média, quarenta projetos apoiados anualmente (GOULART, 2010).

Em matéria comemorativa dos dez anos do projeto, em 2010, os representantes elencaram contribuições do projeto para o desenvolvimento econômico de Montemor-o-Novo:

A equipa do Espaço do Tempo conta com 12 colaboradores permanentes, entre técnicos e administrativos, e praticamente todos residem no concelho. Por outro lado, a esplanada de Verão funciona com a ocupação remunerada de jovens da cidade. Montemor é uma das cidades mais pobres do País e fazer investimentos na cidade faz parte do nosso projecto. Entre estes conta-se o armazém adaptado a sala de espectáculos, que fez com que a cidade ganhasse mais um espaço que também serve a população (GOULART, 2010).

O Espaço Tempo consiste em uma “associação cultural sem fins lucrativos e todo dinheiro é investido na cidade, nos artistas [...] e em pequenas obras de

melhoramento no Convento”. Além das implicações econômicas, o Espaço Tempo busca imprimir em Montemor avanços socioculturais, realizando trabalhos frequentes com escolas e outros grupos do concelho, oferecendo oficinas, ateliês, buscando a formação e sensibilização de públicos. Os projetos incubados no espaço, obrigatoriamente se revertem em apresentações culturais públicas para moradores, mas que nos últimos tempos tem atraído inclusive moradores de Lisboa, onde vive grande público consumidor de cultura. Além disso, dentro do centro cultural, são realizadas pequenas apresentações e, nos dias de verão, os espaços abertos da cidade e do castelo são ocupados com espetáculos maiores, exibição de filmes, palestras, conferências, debates, exposições de artes e apresentações musicais e culturais. A produção cultural é marcante na cidade, e diversas outras associações e grupos ligados à música, cultura e artes estão se consolidando.

A experiência de Montemor-o-Novo nos permite perceber que, mesmo sem atrativos turísticos de primeira grandeza e sem investimentos públicos, é possível desenvolver o turismo em uma localidade. Nesse caso, podemos considerar que o impulso para o desenvolvimento de atividades turísticas tem origem na iniciativa privada, que surge como um agente exógeno, mas que logo assume o papel de entidade local e se mostra como protagonista de muitas ações estratégicas ao desenvolvimento local. Devido, principalmente, a uma ação de cunho cultural, que motivou a atração de visitantes a lazer, trabalho e estudo, Montemor-o-Novo assiste a uma diversificação econômica, que pode, a longo prazo, auxiliar na reversão do quadro de perda demográfica, envelhecimento da população, estagnação econômica, e manutenção e atração de jovens moradores.

Coruche é um concelho vizinho de Montemor-o-Novo, mas já localizado no Distrito de Santarém. A distância da citada cidade vizinha é de 47 quilômetros, e está a oitenta quilômetros de Lisboa. A população do concelho é de 19 mil habitantes, distribuídos em seis freguesias. Na sede do concelho, a Vila de Coruche, vivem 9 mil pessoas.

Coruche e Montemor, devido à proximidade, apresentam processos históricos de ocupação semelhantes. No entanto, em Coruche construções históricas como o castelo e as muralhas foram completamente destruídas. Existem poucas evidências sobre a história de Coruche, apenas que era considerada uma vila estratégica por estar localizada nas margens do rio Sorraia, via utilizada, historicamente, para conquistas e comércio.

A agricultura é ligada à história do concelho e tem sua origem durante as ocupações romanas. Coruche é um município predominantemente rural, com uma elevada ocupação de áreas florestais. “A especialização produtiva deste concelho apresenta um significativo vínculo à herança de um passado marcado por uma profunda ligação à terra e à cultura tradicional, predominando a produção de arroz, milho, tomate e produtos hortícolas” (CORUCHE, 2009, p. 18).

Em relação às suas grandes áreas de floresta, Coruche se destaca como maior produtor mundial de cortiça, “representando 2,2% do total das exportações portuguesas” (APRCR, 2015, p. 18). A tiragem da cortiça envolve dinâmica de trabalho temporária e informal, que “apesar de não se reflectirem nas estatísticas oficiais, apresentam efectivos contributos para a economia do concelho” (CORUCHE, 2009, p. 16).

O cenário estagnação econômica, envolto de grande influência agrícola com pequena absorção de mão de obra, remete-nos aos municípios de pequeno porte demográfico da região noroeste do Paraná. Os desafios demográficos de Coruche assemelham-se ao que observamos em Montemor-o-Novo, Iretama e Porto Rico: “elevado grau de despovoamento e envelhecimento da população, muito baixas densidades populacionais e difíceis condições de vida”, redução da população jovem e em idade ativa e baixos índices de escolaridade (APRCR, 2015, p.6).

Planos de ação foram traçados visando a dinamização socioeconômica de Coruche, porém não foram capazes de reverter a estagnação econômica do concelho. Nas entrelinhas de alguns desses documentos, observamos uma tendência no discurso da administração pública em apostar a reinserção econômica de Coruche, através do aproveitamento dos transbordamentos das dinâmicas metropolitanas de Lisboa.

Esta proximidade funcional ao principal pólo urbano, económico e empresarial do País, reforça as perspectivas de aprofundamento do posicionamento de Coruche nas tendências de expansão da Área Metropolitana de Lisboa, acarretando simultaneamente desafios decisivos correspondentes ao cumprimento dos pressupostos inerentes a uma integração autêntica e justificada de forma mais expressiva pelos argumentos de atractividade (residencial, económica, funcional, etc.) do que pela mera continuidade geográfica. (CORUCHE, 2009, p. 16)

Muitas expectativas surgem em torno da construção do novo aeroporto de Lisboa, prevista para 2019, em Montijo, há 56 quilômetros de Coruche. A proximidade

do aeroporto também vincula expectativas em relação ao crescimento do turismo regional. Dois aspectos nas políticas de Coruche desalinham das propostas de desenvolvimento local sobre às quais refletimos, as falsas ou exageradas expectativas em torno de um equipamento turístico, no caso o aeroporto, e o planejamento pautado prioritariamente em recursos exógenos, como as demandas da metrópole e não dos moradores.

O turismo em Coruche é reconhecidamente incipiente, e, em linhas gerais, nos remete ao cenário observado em Terra Boa. Ambos os municípios não têm o turismo como uma atividade econômica expressiva, resumindo-se ao setor da restauração, que atende moradores e visitantes em trânsito. Coruche apresenta uma série de recursos naturais e culturais, que ainda não se concretizaram em produtos turísticos, como áreas protegidas, recursos hídricos como rios, açudes, igrejas, centro histórico, pequenos museus, eventos, paisagem e hábitos bucólicos que remetem ao campo.

O potencial turístico ainda incipientemente explorado, formula uma das alavancas de abertura do concelho aos fluxos turísticos nacionais e internacionais, pelo que, posicionar Coruche nas rotas do turismo tradicional ou emergente como o turismo sénior, rural, cinegético, pesca, valorizando os recursos endógenos inimitáveis deste território como a beleza paisagística, a riqueza dos recursos agrícolas, florestais e hídricos, a qualidade de vida, a tranquilidade e o desafogo, consubstancia uma das bases dos desígnios estratégicos deste território (CORUCHE, 2009, p. 30).

Essas características se alinham com o que observamos nos municípios da região turística Noroeste do Paraná. Terra Boa e Coruche apostam na realização de eventos para atração turística. Observamos nesses municípios ações que não se mostraram adequadas para dinamizar as economias via turismo, na mesma forma, não parece adequado que pequenos municípios, ainda sem atrativos e infraestrutura dirijam expectativas para captar turistas internacionais, em detrimento de focar esforços para os consumidores regionais, conforme reitera Sachs (2008, p. 140)

Quer nos parecer que o potencial de atração do Brasil para turistas estrangeiros endinheirados está sendo sobreestimado. A competição internacional, nesse setor de serviços, já é acirrada e os investimentos em redes de hotéis de luxo são muito dispendiosos. No entanto, o turismo interno de massas e a organização de colônias de férias para trabalhadores e escolares não estão recebendo a devida atenção

A ausência de meios de hospedagem aproxima Terra Boa e Coruche em suas limitações. A demanda por esse serviço é apontada no diagnóstico feito pela Câmara

Municipal: “Salienta-se a falta de oferta de alojamento turístico, já que algumas actividades culturais e socioculturais (sobretudo, as que possam ter maior projecção e impacto internacional) dependem da atractividade de turistas, competidores e visitantes” (CORUCHE, 2009).

Apesar do cenário pouco promissor, Coruche superou um dos principais desafios dos pequenos municípios portugueses: identificar um nicho de serviços no concorrido mercado turístico europeu, a tauromaquia. Na tentativa de estabelecer relações entre recursos turísticos portugueses e brasileiros, as touradas seriam para a região de Coruche, o que os rodeios representam nos municípios do interior do Paraná. A tauromaquia é tradicional em Coruche e a Praça de Touros, inaugurada em 1966, é um dos principais pontos turísticos da vila (Figura 26).

Figura 26 - Coruche. Praça de Touros, 2017



Foto: Larissa de Mattos Alves (2017)

O concelho é reconhecido não só por receber corridas de touros em sua praça, mas por desenvolver toda uma rede produtiva ligada ao setor, como apresentado no *site* da Câmara Municipal:

A tradição tauromáquica de Coruche é antiquíssima e uma das mais ativas, existindo no concelho várias ganadarias bravas [...]. É dos poucos concelhos no país, se não o único, onde podemos encontrar todos os elementos ligados à tauromaquia [...]. Entre cavaleiros, forcados, matadores e bandarilheiros encontram-se figuras de reconhecido valor no panorama taurino nacional [...]. Mas este também é um concelho recheado de figuras taurinas em todas as

categorias profissionais, incluindo as de retaguarda, como o ferrador, o embolador, o correeiro, o alfaiate, o condutor do camião dos cavalos, o cocheiro, o moço de espadas (CORUCHE, 2017).

Essas características se diferenciam dos rodeios no Brasil, pois, muitas vezes, são eventos itinerantes, organizados com equipamentos e serviços externos, como exemplificamos nas festas organizadas pelos municípios da região Noroeste do Paraná. E ainda, os rodeios mais tradicionais acontecem poucas vezes no ano, contribuindo para o aumento da concentração de visitantes e implicações da sazonalidade. As corridas de touros, por sua vez, acontecem com maior frequência nas praças de Portugal, por exemplo, a “Praça de Toiros de Coruche, de primeira ordem, dá corridas em vários períodos do ano” (CORUCHE, 2017).

A partir dessa característica, Coruche passa a desenvolver esse perfil específico de turismo. Os complexos taurinos são abertos à visitação, e permitem apreciar ou realizar atividades ligadas ao touro, toureiro e cavalos, oferecem serviços de alimentação e, recentemente, inclusive, hospedagem. Outras atividades complementares no ambiente rural comuns, na região, passam a ser oferecidas em Coruche como percursos de caminhada, de bicicleta e a cavalo, descida do rio Sorraia em canoa, *birdwatching*, pesca esportiva. Alguns eventos realizados em Coruche se destacam por sua particularidade como o Festival Internacional de Balonismo, em março, Sabores do Toiro Bravo, em abril e a Feira Internacional da Cortiça, em maio. O evento Sabores do Toiro Bravo, por exemplo, terá sua 15ª edição em 2018, onde a atração principal são pratos elaborados com carne de touro bravo e elaborados por cozinheiros de Coruche, atraindo visitantes. Em Coruche, observamos a tentativa de diversificar a oferta de atividades tradicionais em composição com serviços inovadores, como a tauromaquia e o balonismo, que coexistem em cooperação, não em concorrência.

Se algumas especializações perduram através do tempo [...], a especialização funcional de uma região pode ser profundamente transformada em alguns anos. Assim, durante uma crise econômica, uma bacia de emprego pode conseguir uma reconversão econômica, desenvolvendo atividades que rompem radicalmente com as do passado (IPEA, 2001, p. 339).

Como mencionado anteriormente, na vila de Coruche não há nenhum meio de hospedagem tradicional, o que se justifica pelo pequeno número de visitantes que o município recebe em relação ao grande investimento que exige a construção de um

hotel ou pousada, por exemplo. Dessa forma, surgem, em Coruche, algumas formas de alojamento adequadas aos investidores locais e às demandas dos visitantes, como o Autocaravanismo, os alojamentos em casa de moradores das vilas ou fazendas, e o turismo de habitação ou aluguel de casas de campo. As fazendas de complexos taurinos abertas à visitação também passaram a ofertar alojamentos característicos do turismo rural. Alojamentos em casa de moradores, ou de áreas de lazer poderiam ser uma alternativa para a falta de meios de hospedagem em Terra Boa, durante os eventos de turismo religioso.

Coruche também compartilha com os pequenos municípios do Brasil a ausência de estudos e pesquisas sobre o turismo. Todavia, de acordo com as consultas feitas aos moradores da região, o crescimento do interesse turístico em Coruche tem origem nas associações de tauromaquia e seus eventos. As hospedagens alternativas em casas de moradores foram surgindo por incentivo dos visitantes, e cresceram por interesse nos próprios moradores em oferecer o serviço, sem o intermédio de associações ou gestores públicos. As ações foram desarticuladas e, só muito recentemente, a Câmara Municipal passa a dar atenção para o setor, apenas como parceiro nos eventos e na divulgação dos atrativos, equipamentos e serviços locais. A vila, com apenas 9 mil habitantes e sem nenhum hotel, já dispõe de mapa turístico, guia de restaurantes, calendário de eventos e integra rotas de turismo regional, ainda que na prática represente apenas local de passagem de turistas. Essas são ações simples, que não observamos em nenhum dos municípios de pequeno porte demográfico da região noroeste paranaense. A identidade ligada à tauromaquia se mostrou um diferencial, que apoiado nesses pequenos investimentos locais em serviços e divulgação, a longo prazo, pode fazer do turismo uma atividade expressiva na diversificação e dinamização da economia local.

Diferente da frágil contribuição do turismo na economia de Coruche, Montemor-o-Novo e Terra Boa, Óbidos tem sua economia fortemente dependente da chegada de turistas. Óbidos, localizada no distrito de Leiria, a cem quilômetros de Lisboa, é uma das mais famosas vilas intramuros portuguesas, onde vivem 2.200 moradores. Essa freguesia é sede do município com o mesmo nome, que reúne pouco mais de onze mil moradores. Presente na história do país desde o século XII, foi palco de disputas, batalhas, conquistas e “encruzilhada de diversos povos e culturas - Celtas, Romanos, Visigodos, Árabes e Judeus [...]”. Óbidos assume ainda uma especial singularidade pela sua íntima relação com as Rainhas de Portugal (FIDALGO, 2009,

p. 44),” que recebiam a vila como presente de casamento. Até o final no século XV a vila teve projeção real e foi importante centro da cultura e da arte portuguesa. “A extinção da Casa das Rainhas, bem como das ordens religiosas em 1834, durante a Revolução Liberal, desferiu um último golpe na vida de Óbidos, lançando a Vila numa longa letargia” (FIDALGO, 2009, p. 45).

O Castelo volta a ser centro de atenções em 1910, quando foi classificado como monumento nacional e, novamente em 1930, quando foi cenário de restauros e reconstruções com recursos federais. Em 1951, além do castelo, toda a vila muralhada (Figura 27) foi classificada como monumento nacional e recebeu, em um de seus edifícios históricos, a primeira pousada portuguesa (FIDALGO, 2009).

Figura 27 - Óbidos. Vila de Óbidos, 2017



Fonte: Extraído de Câmara Municipal de Óbidos, 2017.

Segundo Leal (2013), as principais intervenções e transformações na Vila, essencialmente rural, aconteceram nas duas últimas décadas no século XX, entre 1980 e o ano 2000. Por iniciativa da administração pública municipal, foram realizados investimentos em infraestrutura, educação, restauração do patrimônio material e apoio à produção artística e cultural como bandas, corais, folclore, literatura, escultura, pintura, conforme exemplifica a seguir:

Estas duas ininterruptas décadas são caracterizadas pelo desenvolvimento ao nível das infraestruturas de saneamento, abastecimento de água, captações, eletrificação, abertura e reparação da rede viária, sinalizações, novas pontes, toponímias nas freguesias e lugares habitados, novos cemitérios, recolha de lixo e aterro sanitário

intermunicipal, apoios financeiros para a reparação do património arquitetónico religioso e sua subsistência. Na cultura, em música, intensificou-se apoio às três bandas filarmónicas existentes, igualmente aos três ranchos folclóricos, [...] aos dois grupos corais nascidos, eventos de encontros das referidas bandas, folclore e coros como motivo e estratégias e evolução para os mesmos, *workshops*, grandes concertos com bandas militares, orquestras sinfónicas e música coral sinfónica, [...], piano, canto, guitarra clássica, grupos de câmara (cordas e metais) (LEAL, 2013, p. 50).

Essa valorização no património e na produção cultural influenciaram ações não só voltadas ao turismo cultural, mas também em outras modalidades de turismo como a oferta de visitas guiadas, elaboração de campanhas de divulgação, a realização de eventos náuticos e automobilísticos e construção de auditórios ao ar livre. Além dos recursos culturais disponíveis na vila, o município também dispõe de recursos naturais, como o mar, floresta e lagoa, e produtos turísticos ligados a eles como campos de golfe, condomínios de segunda residência, *resorts* e Spas (LEAL, 2013).

A Vila de Óbidos é conhecida internacionalmente devido aos eventos que realiza por iniciativa da gestão pública, envolvendo diversos agentes locais. Entre eles merecem destaque a Semana Santa, Mercado Medieval, Festival Literário, Semana Internacional de Piano, Festival de Ópera, Maio Criativo, Junho das Artes, Temporada de Cravo, Festival internacional de Chocolate e a Vila de Natal. Nesses dois últimos eventos listados, os 2.200 habitantes da cidade murada de Óbidos recebem aproximadamente 200 mil visitantes (FIDALGO, 2009). Esses eventos diversificam-se nos temas abordados e nos públicos que atingem. Os eventos atraem turistas de lazer, mas também profissionais que vão em busca de conhecimento e qualificação.

Para manter sua identidade cultural e artística, a maioria dos eventos realizam, enquanto foco principal ou como atividade paralela, atividades ligadas à educação e às artes, oferecendo desde oficinas de cunho recreativo até cursos de formação para profissionais especializados, apresentações musicais, culturais e exposições de qualidade, algumas delas gratuitamente, envolvendo assim a sociedade, profissionais e entidades locais. “Com esta atitude, pretende-se promover uma atitude pró-activa das associações e colectividades do concelho bem como uma maior autonomia” (FIDALGO, 2009, p. 68). Como exemplo do envolvimento social, a Câmara Municipal cita o evento Maio Criativo, que considera um evento pioneiro ao disseminar a criatividade nos setores formais e informais, da criança ao sênior.

O Maio criativo é um evento diferente das outras realizações pelas quais Óbidos é referência. Em grande medida porque se baseia no trabalho produzido pelas nossas escolas, pelo parque tecnológico sem esquecer as participações de associações e cidadãos que se envolvem em causas e projetos (LEAL, 2013, p. 70).

Os eventos promovidos pela administração pública em Óbidos buscam ter algo criativo, um diferencial que não seja replicável em outras localidades. A realização desses eventos busca, mais do que atrair visitantes, estimular o consumo dos produtos e serviços locais, revertendo os benefícios em investimentos locais. Fidalgo (2009, p. 57) verificou que enquanto geradores de riqueza, esses eventos permitem “ao Município investir na resolução de algumas das suas fragilidades, como a educação, o apoio social a crianças e idosos e as acessibilidades intra-concelhias, e por outro lado apostar em novos eventos”. E ainda, mais do que uma estratégia para receber visitantes em datas específicas, os eventos realizados dão visibilidade ao município, promovendo-o enquanto destino turístico ao longo do ano, atraindo também investidores.

Nesse cenário tão propício aos investimentos privados, o papel da gestão pública municipal foi fundamental. Após as duas últimas décadas do século XX de investimentos no patrimônio e produção cultural, nessas duas primeiras décadas do século XXI, a gestão pública busca novos investimentos no município, endógenos e exógenos, reafirmando o papel da iniciativa pública em gerar um ambiente socioeconômico de confiança para investimentos privados. Mais do que isso, a Câmara Municipal de Óbidos representou papel de agente protagonista do desenvolvimento local, ao planejar e implementar ações voltadas à diversificação econômica, bem-estar social, valorização dos recursos locais, estabelecendo relações locais e também internacionais. Com a finalidade de compreender a amplitude e particularidades das ações públicas desenvolvidas em Óbidos, apresentaremos alguns exemplos.

A primeira questão a ser apontada é o profundo investimento em amplos setores econômicos. Não só os atrativos turísticos são diversificados, mas toda a economia municipal. Por mais que se diversifique o turismo, não se deposita nesse segmento toda a expectativa de desenvolvimento do município. Observamos investimentos como a criação de parque tecnológico, parque industrial e projetos de irrigação que atingem mais de mil pequenos agricultores.

Entre as ações voltadas ao bem-estar social e valorização dos recursos locais, a gestão pública investe profundamente na educação fundamentada em identidade, cultura, criatividade e inovação, com projetos como Crescer Melhor, voltado às crianças de turmas iniciais com vistas a “promover o desenvolvimento sócio-intelectual e psicomotor das crianças do Concelho de Óbidos e apoiar as famílias (LEAL, 2013, p. 61)”, o Projeto Educação Criativa busca “elevar o grau de exigência de professores e alunos, contatar com profissionais de diferentes partes do mundo, (...) partilhar saberes em diferentes idiomas, aprender sem fronteiras, formar e acompanhar pessoal docente, não docente e pais” (LEAL, 2013, p. 63).” Este projeto, em parceria com empresa local, inseriu no contexto escolar uma nova profissão, os animadores. Como continuação dessas ações, nas escolas foram construídos ateliês criativos e fora das escolas, a Fábrica de Criatividade voltada a formar uma sociedade criativa e empreendedora, que consiste em

um núcleo criado pelo serviço de educação e pretende gerar um conjunto de iniciativas, com vista à promoção da criatividade. Desta forma, propomos construir para uma comunidade mais participativa e ativa num contexto educativo e cultural, sensibilizar e motivar os diferentes públicos para as temáticas da leitura, ilustração, *design*, arte, ambiente, história, escultura, pintura, multimédia, performance, entre outras (LEAL, 2013, p. 67).

Essas especialidades, pautadas na identidade, criatividade, educação e relações locais, permitiram que Óbidos estabelecesse relações mais amplas, participando de redes internacionais de cidades. Entre os exemplos, está a relação direta estabelecida entre Óbidos e Gramado, que trocam experiências especialmente sobre os festivais de natal e do chocolate, e proteção dos patrimônios culturais e naturais. “Através desta gemação, a vila de Óbidos e a cidade de Gramado passam a cooperar, estabelecendo parcerias e desenvolvendo intercâmbios em diversos sectores como o turismo, educação, cultura, economia, acção social, entre outros” (LEAL, 2013, p. 89).

Óbidos, devido aos seus investimentos em criatividade, participa de duas redes de cidades, uma nacional e outra internacional. Rede *Creative Clusters* integra municípios como, “*Reggio Emilia* (Itália), *Mizil* (Roménia), *Enguera* (Espanha), *Catanzaro* (Itália), *Barnsley* (Reino Unido), *Hodmezovasarhely* (Hungria), *Viareggio* (Itália) e o INTELI – Centro de Inteligência em Inovação”. Atualmente, Óbidos é líder dessa rede que tem por objetivo encontrar “novas soluções e novos actores para

rejuvenescer as áreas de baixa densidade” e demonstrar “que a criatividade pode ser o motor do desenvolvimento económico de pequenos e médios centros urbanos e não apenas das grandes cidades” (FIDALGO, 2009, p. 95).

Óbidos também participa de articulação semelhante em território nacional, chamada Rede de Cidades Criativas que reúne outros quatro concelhos: Guimarães, Portalegre, Montemor-o-Novo e Montemor-o-Velho. Este projeto objetiva “apoiar uma rede urbana de vilas e cidades de pequena e média dimensão, [...] criando condições para que a economia das indústrias e clusters criativos tenham mais peso no desenvolvimento destes lugares” (FILDALGO, 2009, p. 97). Outra rede de cidades portuguesas, formada por Óbidos, Moura, Beja, Peniche, Torres Vedras, Silves e Serpa, é a Rede Ecos que tem como proposta “dotar as suas cidades com construção sustentável, bem como divulgar e criar centros electroprodutores que promovam a utilização das energias renováveis” (FILDALGO, 2009, p. 91).

Os méritos de todas essas atividades estratégicas ao desenvolvimento local são atribuídos à Câmara Municipal de Óbidos, órgão da administração pública municipal, equivalente às prefeituras no Brasil. Leal (2013), ao analisar as transformações que aconteceram em Óbidos, relata

Constatámos uma outra visão política com base na criatividade, inovação e empreendedorismo, com consciência das fragilidades, pontos fortes e oportunidades que irão sustentar um crescimento consentâneo com um presente dominado pela tecnologia e novas formas de pensamento (LEAL, 2013, p. 59).

Além de suprir o município de necessidades primárias como saneamento e educação, e dinamizar a economia local com empreendedorismo e inovação, a Câmara Municipal de Óbidos é um exemplo emblemático só por sua capacidade administrativa e modelo de gestão inovador, participativo e com corpo técnico qualificado. Esse perfil é referenciado através da criação de empresas municipais específicas para diferentes setores de atuação, que dispõem de maior autonomia e facilidade para estabelecer parcerias. A Óbidos *Patrimonium*, por exemplo, é uma Empresa Municipal responsável pela idealização e execução de ações voltadas ao desenvolvimento do turismo local, que envolve a realização de todos os eventos citados, a promoção turística, a gestão dos espaços turísticos.

A criação desta empresa municipal consubstancia uma atitude inovadora e de modernização administrativa que permite uma acção mais célere e mais desburocratizada do que a acção directa da

Câmara Municipal, por isso, a criação da Óbidos Patrimonium, E.M. é também um factor de sucesso na refuncionalização do património de Óbidos e de toda a oferta cultural que o município oferece (FILDAGO, 2009, p. 78).

Outra empresa municipal de grande relevância é a Óbidos Requalifica, primordial devido às suas amplas e indispensáveis atribuições no desenvolvimento local, que envolvem a reabilitação de áreas urbanas e naturais, com ações voltadas ao desenvolvimento econômico e à conservação de recursos naturais. Entre os objetivos dessa empresa municipal estão:

[...] prestar serviços nas áreas da reabilitação urbana e ambiental, desenvolver projectos inovadores relacionados com as energias alternativas, gerir os parques empresariais, e realizar estudos, projectos e propostas relativos à urbanização de terrenos, renovação de áreas urbanas e naturais. A Óbidos Requalifica, E.M. deverá promover a inovação e apoiar os empresários que apresentem projectos nas áreas das energias alternativas e da eficiência energética e será, ainda, responsável pela requalificação urbana da vila de Óbidos e pelo estudo e acompanhamento de vários projectos que sejam desenvolvidos nas freguesias rurais (FILDAGO, 2009, p. 94).

A Óbidos Requalifica surge em resposta às preocupações ambientais que envolvem o município, e para dirigir a “sua pretensão em se tornar a primeira Eco-Vila do país” (FILDAGO, 2009, p. 94). A criatividade e a inovação são ações transversalmente tratadas nas empresas municipais, que realizam atividades em parceria como, por exemplo, ações relativas aos diversos *resorts* instalados no município de Óbidos. Segundo as orientações locais, para instalação em Óbidos, os *resorts* devem apresentar características particulares ligadas, por exemplo, à qualidade ambiental, bem-estar, inovação e criatividade.

Dessa forma, os cinco *resorts* em Óbidos não obedecem à lógica mundial de reprodução padronizada de atrativos e serviços turísticos, e diferenciam-se entre si, por suas características particulares em aspectos de atrativos, localização e *design*. O Pérola da Lagoa *Golf Resort* é marcado por sua “ligação com a paisagem envolvente e com o povoamento existente, pois não existe nenhum tipo de barreiras físicas que isolem este empreendimento do espaço envolvente”. (FILDAGO, 2009, p. 81). O Praia *D’El Rey Golf & Beach Resort* localiza-se nas dunas, em frente ao mar, e tem o mais premiado campo de golfe de Portugal. O Aldeamento Bom Sucesso Lagoa *Golf* distingue-se pela inovação no seu design horizontalizado, onde a altura das construções é “substituída por uma integração na natureza pouco comum, com

cobertura vegetal a todo o comprimento e largura e terá uma vista privilegiada para um lago e uma área classificada como reserva ecológica” (FILDAGO, 2009, p. 83). O *resort* Quintas de Óbidos *Country Club*, também às margens do lago, diferencia-se pelo luxo, por seu centro hípico, esportes equestres e pelo baixo índice de construção e preservação de áreas verdes. Por fim, o *Royal Óbidos SPA & Golf Resort* é vendido como um empreendimento ecológico. Os campos de golfe presentes em quase todos os *resorts* vão ao encontro das propostas nacionais e os fazem cooperar, visto que o turista de golfe prefere destinos onde tenha à sua disposição diferentes campos, sem que precise realizar grandes deslocamentos. O golfe está entre os produtos estratégicos do governo português para ampliação do turismo, e Óbidos tem o único campo de golfe inaugurado em 2017 no país (SAPO, 2017).

O cuidado com o planejamento das ações da administração pública de Óbidos envolve ainda as segundas residências, que em vários casos, tal como observamos em Porto Rico, são iniciativas padronizadas, unilaterais de investidores imobiliários. Em Óbidos, a combinação da oferta de *resorts* e segundas residências surgiram como uma necessidade local de atenuar os efeitos da sazonalidade, ampliando a permanência dos visitantes para além dos eventos, fidelizando-os. Com esses empreendimentos “pretende-se atingir um público-alvo que regresse a Óbidos com maior regularidade e por períodos de tempo mais longos, tornando a actividade turística menos susceptível à sazonalidade” (FIDALGO, 2009, p. 81).

Essas propostas para o desenvolvimento municipal do turismo apresentam estreitas ligações com documentos orientadores mais amplos como o Plano Diretor Municipal de Óbidos e Plano Estratégico Nacional do Turismo de Portugal, desenvolvendo iniciativas locais que se caracterizem como Projecto de Interesse Nacional (PIN), enquadrados no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) (FIDALGO, 2009). Podemos interpretar esses programas como uma referência portuguesa à forma de gestão brasileira dos destinos indutores ao desenvolvimento do turismo. O alinhamento de ações locais com as propostas e linhas de investimentos nacionais permite a atração de investimentos públicos e privados.

Ainda em relação ao papel planejador do órgão público local, está a realização de estudos e o acompanhamento de projetos desenvolvidos. Os estudos e monitoramentos das implicações do turismo são essenciais, pois, permitem identificar desvios e redimensionar o plano de desenvolvimento local. A Câmara Municipal de

Óbidos, por exemplo, acompanha o impacto e as avaliações sobre suas ações na imprensa nacional.

Sintomático da mediatização do concelho e do impacto dos eventos na promoção e projecção de Óbidos são as referências na imprensa que nos últimos cinco anos atingiram mais de 4500 por ano [...]. Existe um notório aumento de 2006 para 2007, cerca de mais 2 mil referências na imprensa, para esse facto contribuiu o evento Óbidos Vila Natal, o concurso 'As 7 Maravilhas de Portugal' do qual Óbidos fez parte e ganhou, as iniciativas ambientais inovadoras promovidas pelo Município de Óbidos, como o 'Óbidos Carbono Social' que integra um projecto-piloto de recolha selectiva porta-a-porta e também os empreendimentos turísticos (FIDALGO, 2009, p. 78).

Os acompanhamentos e estudos sobre as implicações do turismo no município é um indispensável instrumento de gestão. Óbidos realiza ações de monitoramento não só para ampliar seu público e o alcance de suas ações, mas também para limitá-lo. O redimensionamento dos objetivos e metas incluem determinações para controlar o crescimento dos investimentos privados já em andamento, mesmo de capital internacional, como o caso de alguns *resorts*. Por exemplo:

houve uma suspensão parcial do PDM de Óbidos com o objectivo de baixar os índices de construção na área do Plano de Estrutura para o Bom Sucesso, junto à Lagoa de Óbidos e faixa costeira. Assim, pretende-se defender valores ambientais e naturais, disciplinar a ocupação do território e diminuição de cargas e a densidade máxima prevista no PDM de 1996, que de 39 mil camas turísticas previstas passa para 20 mil camas. Esta redução visa, segundo o Município de Óbidos, garantir a qualidade da oferta turística (FIDALGO, 2009, p 87).

Essa citação reforça o compromisso de Óbidos de valorizar suas características locais e turísticas de destino ligado à cultura, identidade, tranquilidade e natureza equacionando, nesse processo, o interesse em manter seu pequeno porte demográfico. Um dos objetivos principais da gestão municipal é se tornar "pólo de turismo de grande qualidade, baixa densidade e respeito pelo ordenamento do território, que permitirá a Óbidos manter a sua identidade, ao mesmo tempo que assegura recursos para qualificar as aldeias e vilas do Concelho" (CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, 2009).

Algumas lições principais ficam sobre o turismo em Óbidos. Uma lição é que o fato de ter pequeno porte demográfico não impede o desenvolvimento turístico das localidades, bem como, o crescimento do turismo não precisa implicar em crescimento populacional e mudanças no perfil local. E a principal lição que fica ao conhecer a

realidade do turismo em Óbidos é que ter à disposição recursos naturais e culturais não são suficientes para fazer do turismo uma atividade estratégica ao desenvolvimento local.

Ao longo destes anos, Óbidos mostrou que sabe reconhecer as suas forças, aproveitar as suas oportunidades e solucionar as suas fraquezas, atraindo visitantes, residentes e investidores para o concelho, mostrando que não existe determinismo demográfico na nova economia e que os espaços de baixa densidade podem ser uma alternativa e um complemento dos espaços urbanos (FIDALGO, 2009, p. 138).

Para chegar ao patamar de prestigiado destino turístico da Europa, o município de Óbidos investiu em cultura, conservação ambiental, diversificação econômica e turística, mas principalmente em educação, criatividade, inovação, redes de cooperação e formação de massa crítica com objetivo de ter uma sociedade mais atuante.

Esse nos parece ser um dos aspectos que mais diferenciam o desenvolvimento turístico de Óbidos. Muitos pequenos municípios portugueses têm um plano específico para o desenvolvimento da atividade turística e o turismo está contemplado nos planos de desenvolvimento municipal. O turismo está nas agendas do campo público e nas plataformas de campanha, devido ao grande número de pessoas envolvidas com o setor, exigindo atenção para o mesmo, influenciando decisões, e demandando gestores qualificados.

As prefeituras de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa não têm plano de desenvolvimento turístico, tampouco recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis para a gestão do turismo. São poucos os municípios de pequeno porte demográfico, no Brasil, que dispõem de um plano de desenvolvimento para o turismo local. Quando esse é elaborado, raramente é implementado, e as ações de acompanhamento e avaliação não acontecem.

Além dessa, foi possível identificar outras características que evidenciam a diferença na gestão do turismo entre Brasil e Portugal. As regiões turísticas criadas em Portugal são resultados de iniciativas de âmbito local, que, quando coincidem com as estratégias vizinhas, regionalizam-se. Estar 'inscrito' em uma região e outras questões burocráticas não são pré-requisito para apoio do governo federal, como é no Brasil, onde, "segundo o coordenador-geral de Mapeamento e Gestão Territorial do MTur, Leonardo Riul, 90% dos investimentos de recurso orçamentário da pasta

para 2017 serão feitos em cidades que fazem parte do Mapa do Turismo” (COSTA, 2017).

Quanto ao produto turístico, notamos que os modelos de turismo isolados como os *resorts* padronizados e os parques aquáticos estão em declínio em Portugal, e a falência dessas empresas traz sérias implicações quando instaladas em pequenas localidades. Os turistas neste novo século tendem a escolher produtos diferenciados, preferencialmente representativos na cultura e natureza local, por onde possam circular e interagir com os hábitos locais. Promove-se no Brasil um turismo massivo, predador, com expectativas muito altas, alienador e com resultado social senão pequeno, muito aquém do necessário para responder aos desafios socioespaciais (emprego e renda) regionais, em especial dos municípios de pequeno porte demográfico. Isto é feito, apesar de se perceber sua decadência em nível internacional, pois não foi positivo em outras áreas do mundo, como é o caso de Portugal. No Brasil, principalmente por falta de segurança, nossos serviços turísticos estão cada vez mais concentrados em um único local, murado e monitorado, e em alguns casos, com meras encenações de hábitos locais.

A oferta de cursos de qualificação para os serviços operacionais no turismo também impressiona em Portugal, visto que, inclusive em pequenas localidades, existem escolas de turismo que oferecem, rotativamente, cursos de panificação, cozinha, hotelaria e animação, por exemplo.

O produto turístico português é um composto de recursos históricos, culturais, naturais, urbanos, rurais, criando mais atrativos e diversificando o público, enquanto, no Brasil, vemos nossos municípios apostarem na arriscada superespecialização da oferta.

Da mesma forma que tem seus aspectos positivos, tal como o Brasil, Portugal também tem desafios a superar. Os desafios para o turismo estão nas escalas municipais, regionais, estaduais e na escala nacional. O autor Barros (2015) mostra que os impedimentos do desenvolvimento turístico não é exclusividade brasileira, e que Portugal, com dimensões muito menores e próximo ao grande mercado consumidor europeu, enfrenta desafios semelhantes:

O turismo é uma atividade econômica que, em certa medida, não se distingue das demais. Assim, algumas das dificuldades que conhece são comuns a outros sectores e atividades. Um quadro jurídico ineficiente na resolução de litígios, impostos que distorcem os incentivos para trabalhar e para investir, o nível de carga fiscal, poder

de mercado ou o impacto da regulamentação sobre o investimento directo estrangeiro são exemplos de indicadores onde estamos mal posicionados e que fazem do ambiente de negócios um dos pilares com pior classificação. Não surpreende. Nos últimos anos, múltiplos diagnósticos apontaram estes aspectos como entraves ao crescimento económico: o turismo não lhes escapa [...]. Mas, rankings turísticos a parte, estes são problemas estruturais da economia portuguesa cuja solução é premente (BARROS, 2015, p. 66).

A gestão pública, em suas diversas escalas, independente do porte demográfico, apresentam-se como um indispensável agente do turismo com um mesmo desafio, transformar os discursos em ação. “O futuro depende menos da pedagogia política e mais da Intervenção Pública inovar no estudo das dinâmicas socioeconômicas em causa, na definição de políticas e medidas legislativas, para minimizar as [...] patologias do povoamento urbano” (BRITO, 2009, p. 130).

O turismo não pode ser visto como o antídoto às mazelas municipais causadas historicamente pelo modo de produção capitalista, pois, já evidenciamos suas intrínsecas relações e indissociabilidade. Todavia, a intervenção pública monitorada por agentes locais é capaz de regular os excessos dos ganhos individuais, e nesse sentido, “o turismo pode tornar-se um poderoso motivo de fixação das populações agora emigrantes e do regresso de algumas das que já nos abandonaram” (BRITO, 2009, p. 91).

Assim compartilhamos das concepções de Barbini (2002, p. 74) quando afirma que “el turismo se constituye en oportunidad de ocio y diversión pero también de desarrollo de los sujetos y de la sociedade”. Apenas uma oportunidade de desenvolvimento, pois o turismo, naturalmente, tende a não ser justo nem igualitário. Não existe receita, nem garantia de que suas implicações positivas serão maiores que os efeitos negativos. Fazer do turismo uma atividade estratégica ao desenvolvimento local, tal como fazer uma cidade ideal, “é das mais complexas tarefas que a Humanidade tem enfrentado - se há muitos casos de sucesso, também há muitos fracassos e deve procurar-se no espírito do tempo antever o futuro” (GASPAR, 2011, p. 297).

Dessa forma, parece que o turismo é uma das atividades que pode ser utilizada como estratégia para a busca do desenvolvimento local em municípios de pequeno porte demográfico do Paraná. Não há determinismo demográfico, e dessa forma, pequenos municípios podem se projetar como relevantes centros turísticos, ainda que sempre será preciso ter presente seus limites e que alcance se espera dessa atividade

econômica. De acordo com o aporte que tentou se construir aqui, não se deve esquecer que há desafios socioespaciais que devem ser considerados ao se traçar um plano de ação. Mais do que uma política territorial é uma política que deve conter preocupações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar as implicações positivas e negativas do turismo em municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná. Três objetivos específicos orientaram as reflexões e direcionaram a organização da tese em cinco capítulos. O primeiro objetivo foi avaliar a adequação das políticas públicas de turismo aos municípios de pequeno porte demográfico. O segundo objetivo consistiu em verificar similitudes e divergências nos destinos turísticos de diferentes portes demográficos, buscando estabelecer relações entre o porte demográfico e os produtos e serviços turísticos ofertados. E, o terceiro objetivo foi analisar as dificuldades de inserção das localidades da região Noroeste do Paraná no cenário turístico, direcionando maior atenção às implicações do turismo em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa.

O primeiro capítulo do trabalho foi construído para cumprir o primeiro objetivo específico apresentado. Para avaliar a adequação das políticas públicas aos municípios de pequeno porte demográfico, a pesquisa partiu de reflexões teóricas e conceituais acerca das influências exercidas pela sociedade na formulação de políticas, que vão ao encontro de seus interesses. As análises permitiram afirmar que as políticas públicas são mais legítimas, quanto maior for o engajamento coletivo de grupos sociais na tomada de decisão. Entre os grupos com condições de se posicionar enquanto agente no processo de desenvolvimento do turismo local, destacaram-se os interesses de agentes privados, especialmente compradores e vendedores dos produtos e serviços turísticos. Em escala nacional, o estado sempre foi influente agente do turismo ao definir políticas de estímulo e regulação do setor.

As análises documentais mostram que, historicamente, as diversas políticas elaboradas indicam uma constante (ainda que insuficiente) atenção com o setor, que se intensifica progressivamente desde 1990. Também parece positivo que as políticas tenham continuidade e que não houve drástica mudança nas orientações apresentadas pelo governo federal para os agentes do turismo.

Porém, a análise mais profunda das políticas nacionais para o turismo evidencia um cenário um pouco mais desanimador. Na verdade, o que se observa é uma ineficiência de tais políticas, e por isso a repetição das ações. Essa repetição de ações sinaliza a ineficiência no alcance desses objetivos e a manutenção da centralização da gestão e concentração dos investimentos do turismo, bem como dos

fluxos de visitantes. Além do problema da repetição das ações, a descontinuidade das ações políticas é outro fator limitante ao desenvolvimento do turismo. Na prática, as regiões turísticas não conseguiram se estabilizar enquanto instância de poder e decisão, exemplo disso são os municípios, que ora participam de uma região, ora de outra.

A qualificação profissional, a implantação de infraestrutura de apoio ao turismo, a produção e disseminação da informação turística, o estímulo à promoção e proteção dos recursos locais e o fomento de produtos turísticos são metas que, em linhas gerais, se repetem nos últimos trinta anos de gestão do turismo nacional e são limitações que se reproduzem nos municípios estudados.

Ainda assim, é possível apontar alguns raros avanços nas políticas públicas para o turismo no Brasil, por exemplo, as ações de capacitação para agentes locais, a produção de dados e estatísticas sobre o turismo nacional e os investimentos em comunicação, divulgação e tecnologia. Por outro lado, é um entrave o constante retrocesso de ações pontuais. Prosseguem os investimentos em áreas centrais, destinos indutores, incapazes de fazer o principal propósito do governo federal desde 1994: descentralizar. A descentralização nas políticas, mais parece descentralizar a responsabilidade e a culpa por um desenvolvimento turístico pífio, não a gestão.

Observamos que não há uma política pública de suporte ou estímulo ao desenvolvimento do turismo em pequenos municípios. Os municípios de pequeno porte demográfico têm demandas muito específicas, e por isso exigem atenção especial para se inserir no competitivo mercado de destinos turísticos. Regiões metropolitanas, destinos indutores ou zonas turísticas especiais recebem atenção diferenciada e políticas específicas, devido às suas necessidades particulares, enquanto os destinos turísticos em municípios demograficamente pequenos continuam carentes nesse aspecto.

As carências e dificuldades enfrentadas pelos pequenos municípios não se restringem às demandas turísticas. O que acontece no turismo repete o que acontece em outras áreas, nas políticas territoriais e setoriais como um todo. Nota-se, um cenário de fragilidade, que faz com que os municípios de pequeno porte demográfico não se posicionam frente ao governo federal como um forte ator político e, dessa forma, não possuem expressividade na elaboração de políticas públicas nacionais que os contemplem.

Enquanto o primeiro capítulo teve por objetivo analisar as políticas enquanto discurso, no segundo capítulo são indicados elementos concretos para analisar o alcance das políticas públicas de turismo: os investimentos públicos e privados em municípios indutores ao desenvolvimento do turismo no Brasil.

Dessa forma, o capítulo dois contemplou as análises previstas para cumprir o segundo objetivo específico deste trabalho: verificar similitudes e divergências nos destinos turísticos de diferentes portes demográficos. As análises e comparações entre municípios turísticos de diferentes portes demográficos indicaram que os investimentos estão concentrados nos grandes centros populacionais brasileiros. Tanto os investimentos privados, oriundos de redes hoteleiras internacionais, quanto os investimentos públicos, resultantes de convênios estabelecidos com o governo federal, concentram-se nas cidades grandes, ficando as pequenas localidades às margens desse processo.

Os municípios de pequeno porte demográfico, quando integrados a roteiros turísticos regionais, recebem excursões que duram poucas horas e que deixam poucos resultados financeiros. Mesmo que os municípios pequenos tenham atrativos, a estrutura hoteleira e demais serviços turísticos ficam concentrados em centros maiores.

No entanto, nossas capitais são exemplo de que, dificilmente, será possível resolver o problema da concentração populacional nos grandes centros, pois a população, nessas localidades, cresce em ritmo acelerado, enquanto a infraestrutura básica raramente cresce e frequentemente se deteriora. Os municípios de médio porte demográfico, buscados como uma alternativa para os problemas ocasionados pela concentração industrial, de serviços, empregos e populações, começam a apresentar as mesmas falhas.

O investimento de tempo, dinheiro e energia parece estar na direção errada. Uma possibilidade para estender uma melhor condição de vida é tornar o interior expressivo para a população. Descentralizar não só a gestão, mas também desconcentrar a população e os fluxos de turistas, distribuir, no território, moradores e visitantes é uma viável alternativa de suprir com qualidade as demandas humanas. Essas são ideias que deveriam orientar as ações políticas para o turismo. É preciso alinhar os discursos governamentais de descentralização com práticas coerentes, diferente das atuais que centralizam investimentos e fluxos turísticos em localidades centrais.

Ainda que as reflexões acerca do porte demográfico dos municípios turísticos indiquem desatenção e a fragilidade dos menores, parece que discretamente cresce o poder de influência política dos municípios com menos de 20 mil habitantes. Ainda que em menor proporção, os investimentos públicos de interesse turístico, via convênio com o governo federal, chegam aos pequenos municípios. Contudo, raramente resultam em efetivas melhoras das condições de vida das populações. O exemplo disso são os recursos para pavimentação de vias sem interesse turístico, ou a febre de construção de centro de eventos com pouco uso, e as instalações de portais nas entradas das cidades, que não atraem visitantes. Nos pequenos municípios, ações dessa natureza não trouxeram mudanças sociais, pois se mostraram insignificantes na geração de empregos ou na valorização do patrimônio local, implicações positivas frequentemente atribuídas ao turismo. O equívoco sobre a eficiência dessas estruturas na dinamização econômica via turismo é evidente, não só na região, mas em todo território nacional.

É possível afirmar que os fluxos de recursos federais ensaiam a um novo caminho em direção aos municípios de pequeno porte demográfico, trazendo implicações diretas ou indiretas no setor de lazer, viagens e turismo. Da mesma forma, os fluxos de visitantes, em partes, se redistribuem de grandes centros para municípios do interior. Foram identificadas evidências do processo de novas direções dos investimentos públicos, do capital local, dos fluxos de visitantes, mas não foram suficientes para cumprir as expectativas geradas em torno do desenvolvimento local.

O terceiro objetivo específico propôs a análise das dificuldades de inserção das localidades da região Noroeste do Paraná no cenário turístico, direcionando maior atenção às implicações do turismo em Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa. As informações e análises exigidas por esse objetivo foram organizadas em três capítulos. Partimos da investigação das relações entre as políticas nacionais, analisadas no capítulo um, e as políticas do turismo para o estado do Paraná, com objetivo de compreender como se insere, neste contexto, a região turística Noroeste.

No estado do Paraná e na região turística, a concentração de investimentos públicos e privados também se concentram em centros maiores, reproduzindo o que observamos nos municípios indutores, apresentados no capítulo dois. O capítulo três finaliza com a análise dos investimentos federais e do papel do poder público na dinamização do turismo nos municípios de pequeno porte demográfico da região.

Essas análises levaram à definição dos quatro municípios estudados: Iguaçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa.

O quarto capítulo foi destinado a identificar e refletir sobre as implicações de diferentes modalidades de turismo nos quatro municípios. Diante das reflexões traçadas acerca das implicações do turismo, é relevante retomar algumas afirmações sobre os alcances e limites do turismo, enquanto atividade estratégica ao desenvolvimento dos municípios de pequeno porte demográfico da região turística Noroeste do Paraná.

Em Iguaçu, entre as principais implicações positivas do turismo está a ampliação dos prestadores de serviços estimulados pela criação do *resort*, através da terceirização dos serviços de alimentação para empresas locais. Da mesma forma, a população local que anteriormente precisava se deslocar para ter acesso a opções de lazer, agora aproveita suas horas vagas no parque aquático local.

Em Iretama, crescem os investimentos locais com o objetivo de ampliar o consumo turístico e os gastos dos visitantes do *resort*, porém, essas ações ainda não se reverteram em ganhos reais. O Termas de Jurema, um dos mais premiados *resorts* de interior do Brasil, não resulta em implicações perceptíveis na área urbana, sendo sua existência pouco percebida pelos moradores da cidade, enquanto tem um distrito economicamente dependente do *resort*.

Em Terra Boa, o destaque no recebimento de recursos do MTur não influenciou na atração de visitantes ou na geração de emprego. O município não tem o turismo como um vetor de desenvolvimento econômico, tampouco emerge alguma vocação turística capaz de mudar esse cenário nos próximos períodos. Porém não deixam de ser válidas ações voltadas ao atendimento das demandas dos moradores em equipamentos e serviços de lazer e entretenimento.

Porto Rico, o menor município estudado é também o mais complexo em relação às implicações do turismo. Isso se deve, principalmente, às interações entre turistas e moradores no uso de espaços públicos e serviços turísticos. Em Porto Rico, o uso dos recursos naturais, que geralmente é responsável pela degradação dos mesmos, resultou na melhoria de aspectos ambientais. E ainda, o turismo, ali, surge como uma alternativa para o desemprego que atingia comunidades ribeirinhas após o represamento do Rio Paraná. Por outro lado, o crescimento de empreendimentos turísticos de grande porte como os condomínios e os *resorts* distancia cada vez mais o produto turístico ofertado das características socioculturais locais.

No quinto capítulo está o estudo comparativo sobre o turismo nesses quatro municípios, considerando também as regiões onde estão inseridos, e outras experiências que ajudaram nas reflexões sobre os desafios e alcances do turismo em pequenas localidades. Esses municípios apresentam, ao mesmo tempo, semelhanças e profundas diferenças. Por exemplo, Iguaraçu, tal como Iretama, tem um *resort* como principal produto turístico. Porém, as implicações do turismo no município são muito mais evidentes em Iguaraçu, tanto as positivas ligadas ao emprego e lazer, como as negativas ligadas à saúde pública. Ambos, Iguaraçu e Iretama, têm como principal agente no turismo local o capital privado, e ainda assim, as implicações percebidas são bastante divergentes.

Em Iguaraçu, Iretama e Porto Rico, as implicações positivas do turismo evidenciam-se, principalmente, na geração de emprego, uma possibilidade de manutenção da população no município. No entanto, essas implicações foram atribuídas aos meios de hospedagem, e não à atuação do poder público, evidenciando a iniciativa privada como o agente mais influente na gestão do turismo municipal. Inclusive nos pedidos de convênio, os municípios usam em suas justificativas as ações desenvolvidas pela iniciativa privada.

Um grande entrave à atuação do poder público é a inexistência de recursos humanos e financeiros para a gestão do turismo em municípios de pequeno porte. As prefeituras de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa são carentes de profissionais e recursos para a gestão do turismo. Os gestores públicos não se mostram relevantes agentes do turismo local, pois não desempenham o papel de regulação ou promoção da atividade enquanto área estratégica ao desenvolvimento municipal. A gestão do turismo municipal, comumente, acumula-se a outras pastas como meio ambiente, cultura, lazer, esporte, dentre as quais o turismo raramente é prioridade. Há casos, onde as pastas relacionadas ao turismo e lazer, tratadas como menos importantes nos municípios, têm seus cargos preenchidos para o pagamento de favores e gentilezas de campanha, desconsiderando a capacidade técnica para desempenhar suas funções.

Em Porto Rico e Iretama, a valorização e proteção dos recursos naturais e culturais são alcances evidentes. Essas implicações positivas devem-se às rígidas normativas e fiscalizações de agentes públicos estaduais, mas interessam também aos investidores privados pois a qualidade ambiental influencia na atratividade, comercialização e valor dos produtos turísticos locais.

Iguaraçu, Iretama e Porto Rico, que recebem significativo fluxo de visitantes, centralizam serviços turísticos. No contexto da hierarquia urbana tradicional, os municípios de pequeno porte demográfico raramente conseguem exercer polaridade. Mas a especialização produtiva, por exemplo, pode imprimir redefinições na rede urbana deixando lacunas para a reinserção de centros locais. Iguaraçu e Porto Rico, devido a suas potencialidades e atração de turistas da região metropolitana de Maringá e Londrina, podem ser considerados centros regionais de lazer. Os serviços turísticos de Iretama, por sua vez, não exercem centralidade regional espacialmente delimitada, mas sua polaridade atinge projeções mais amplas, colocando-se como destino de turismo de lazer na região sul e sudeste. Os municípios indicam que os fluxos de visitantes se descentralizam de grandes centros para municípios do interior como Iguaraçu, Iretama e Porto Rico.

Frente aos desafios socioespaciais impostos aos municípios de pequeno porte demográfico, quais os alcances e os limites do turismo verificados na região turística Noroeste do Paraná?

Em síntese, é possível apontar, enquanto principais alcances econômicos do setor, a significativa parcela dos empregos de Iguaraçu e Iretama e a dinamização econômica decorrente disso. Entre os alcances socioambientais, destacam-se a conservação de recursos naturais e manifestações culturais de Porto Rico, bem como a ampliação das opções de lazer e entretenimento, observada em todos os municípios.

No entanto, tais alcances não suprem as expectativas geradas em torno do setor. Para gerar novas implicações positivas do turismo nos pequenos municípios, existem muitos desafios e limites a serem superados.

A ampliação da permanência e dos gastos dos turistas são desafios para o desenvolvimento do turismo local, que devem ser superados por Iguaraçu, Iretama e Porto Rico. Esses municípios atraem fluxos de turistas, mas os poucos atrativos turísticos disponíveis não são suficientes para ampliar a permanência e os gastos. A integração intermunicipal para criação de produtos turísticos regionais é colocada pelo governo federal como uma estratégia para ampliar o número, permanência e gastos dos visitantes. Os processos de regionalização da região noroeste do Paraná devem superar a proposta de que os roteiros regionais atraiam públicos distantes. A regionalização do turismo deve partir da valorização do consumo existente e estimular a valorização das opções de lazer regional.

No entanto, a gestão regional pressupõe condições mínimas de organização municipal, o que não acontece nos municípios estudados, que não dispõem de recursos financeiros, tampouco recursos humanos para a gestão do turismo.

Tal fragilidade da gestão pública do turismo faz com que a iniciativa privada facilmente se apresente como principal agente e beneficiário do turismo municipal. Esse é o caso de Iretama e Iguaraçu onde a gestão do turismo está nas mãos de investidores regionais do ramo hoteleiro, e de Porto Rico, onde o turismo acontece de acordo com os interesses dos agentes imobiliários.

Apesar da longa lista de limitações imposta ao desenvolvimento do turismo nos pequenos municípios da região e dos diversos desafios a superar, identificamos experiências em outras pequenas localidades que se apresentaram como inspirações para ações na região noroeste do Paraná.

A aposta na conservação dos recursos naturais e a preocupação com a sustentabilidade são estratégias que fazem de Bonito - MS um município turístico de pequeno porte demográfico amplamente comercializado no exterior. Paralelamente ao crescimento do turismo, houve melhora nos indicadores socioeconômicos de Bonito nos últimos anos. Contudo, fica o alerta de que a população também cresce, e Bonito se aproxima para a classe de municípios, aqui considerados, de médio porte demográfico.

Ações de diferentes agentes do turismo local podem direcionar as implicações positivas em municípios de pequeno porte demográfico. Em Fernando de Noronha, a participação da comunidade local na gestão do turismo é o fator determinante para o desenvolvimento local. Fernando de Noronha e a prainha do Canto Verde merecem destaque pois a comunidade local se mostra influente, o principal agente promotor do turismo, responsável pela oferta de serviços turísticos, bem como pela tomada de decisão local.

Os investimentos públicos na recuperação do patrimônio cultural fazem de Tiradentes, com aproximadamente sete mil habitantes, um dos principais destinos turístico do sudeste brasileiro. No entanto, os mesmos investimentos públicos levaram à especulação imobiliária e à segregação espacial. O caso de Tiradentes ensina que os investimentos turísticos podem trazer valorização dos bens locais mas, isolados de um plano diretor do desenvolvimento municipal, os investimentos podem também frustrar expectativas.

As experiências observadas nos municípios portugueses, especialmente no caso de Óbidos, comprovam que o turismo é uma referência de desenvolvimento, mas precisa ser diversificado, buscando um calendário que distribua bem essa diversificação ao longo do ano. Não é preciso que o turismo se baseie em poucos pontos ou eventos estigmatizados com projeção internacional, pois isso o simplifica e o torna sempre previsível, o que, de modo geral gera insatisfação. Promover o turismo em pequenas localidades leva necessariamente à reflexão de que o turismo não pode vincular-se a expectativas e marketings exagerados, pois pode trazer frustração, tanto para a sociedade quanto para os visitantes.

Olhar para a realidade dos municípios portugueses permitiu apreender que existe uma contribuição expressiva do turismo, mas que a sua gestão precisa ser cuidadosa em vários aspectos, inclusive não definindo nessa atividade a única estratégia de desenvolvimento para o município. Não é adequado depositar no turismo toda a responsabilidade da geração dos empregos necessários e dinamização econômica para suportar o desenvolvimento local, pois nesse caso dificilmente o segmento corresponderá.

A insistência no papel do poder público na condução do processo de desenvolvimento, apontada durante todo o trabalho, parece ter sido a estratégia acertada no caso de Óbidos, onde o turismo tem alcances mais amplos, tanto na perspectiva econômica e sociocultural. Os investimentos públicos em educação, cultura, diversificação e inovação são os caminhos para criar uma sociedade crítica e atuante, capaz de terminar seus próprios parâmetros, estratégias e metas de desenvolvimento. O turismo, entre diversas outras atividades produtivas, deve ser apresentado pelos governantes como uma das estratégias locais para reinserção dos pequenos municípios, que os munícipes avaliarão, se lhes é interessante, ou não.

Nota-se que todos os exemplos têm implicações positivas, mas também negativas. Não há uma atividade econômica capaz de trazer unicamente resultados positivos. As implicações positivas parecem ser mais evidentes onde há valorização e proteção de atrativos naturais e culturais, e onde a gestão do turismo é pautada em planejamento e participação social, articulando agentes públicos, privados e a sociedade civil organizada.

Municípios de pequeno porte demográfico, nos atuais processos de redefinição da rede urbana, podem ser novas expressões de centralidade, através da oferta de atividades ligadas à criatividade, cultura e turismo. É relevante retomar que a escolha

dos municípios de Iguaraçu, Iretama, Porto Rico e Terra Boa se deu pela análise de indicadores ligados aos investimentos públicos e privados no turismo, respectivamente, convênios e contratação de trabalhadores e não devido aos seus recursos potenciais ao desenvolvimento turístico. Tanto que, Terra Boa, selecionado devido a números relacionados ao investimento público, não apresenta tendências ao crescimento da atividade.

No entanto, outros municípios que não se destacaram nos repasses federais ou nos empregos turísticos, apresentam potencialidades para a reinserção econômica através do turismo. Dessa forma, as análises aqui traçadas também podem orientar reflexões sobre outros pequenos municípios da região. Entre os exemplos, alguns se dirigem para o que observamos em Porto Rico, como São Pedro do Paraná, Querência do Norte e outros municípios lindeiros ao Rio Paraná. Observamos em Santa Fé investimentos em parque aquático que se assemelham ao Ody Park de Iguaraçu. Os grandes investimentos privados no turismo rural não se restringem a Iretama, e foi possível observá-los em Fênix e Roncador, onde estão instaladas tradicionais pousadas rurais, mas devido à administração familiar não geram grandes registros de empregos em atividades características do turismo. Terra Rica chamou a atenção durante os estudos devido a atividades de aventura, como o voo-livre, uma particularidade capaz de atrair fluxos de visitantes.

Esses municípios surgiram ao longo do processo de pesquisa como áreas instigantes à investigação, mas, os recortes adotados e o tempo disponível não permitiram incluí-las neste estudo. Por isso, ficam aqui como pauta para novas pesquisas. Houve também grande interesse em aprofundar os estudos sobre Óbidos, compreender em detalhes as políticas públicas historicamente desenvolvidas ali, e os papéis dos atores locais, buscando identificar as implicações das diversificadas ações do governo local nas condições de vida da população. Da mesma forma, instiga saber os resultados atuais e futuros às implicações do turismo motivado por agentes culturais em Montemor-o-Novo, bem como os caminhos que percorrerá Coruche, ao investir no touro bravo como recurso turístico, sabendo que é uma prática que, apesar de tradicional, recebe severas críticas pelo tratamento que recebem os animais.

O crescimento ou declínio do turismo, enquanto atividade econômica, traz profundas implicações nas condições de vida dos moradores de municípios de pequeno porte demográfico. Por isso, o turismo em pequenos municípios é um fenômeno que exige a atenção de pesquisadores, gestores e comunidades

envolvidas. A ampliação e amadurecimento dos estudos sobre o turismo trarão maior detalhamento à análise da capacidade do turismo em responder aos desafios socioeconômicos, indicando seus alcances e limites enquanto estratégia de desenvolvimento para municípios de pequeno porte demográfico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudia Ribeiro; FERREIRA, Ana Maria; PATULEIA, Mafalda. O turismo residencial: contributos conceptuais para a sua análise. **International Business and Economics Review**, Lisboa, n. 2, p. 149-163, 2011.

ALVES, Priscilla; MELO, Nágela Aparecida de; SOARES, Beatriz Ribeiro. Cidades da Microrregião de Catalão (GO): Reflexões sobre os municípios de Corumbaíba e Ouidor (GO). **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 3, n. 1, ano IX, p. 1-23, dez. 2009.

ALVES, Cícera Cecília Esmeraldo. Um olhar no desenvolvimento do turismo religioso em Juazeiro do Norte - Ceará - Brasil: um enfoque na sustentabilidade. **VI Seminário Latino Americano de Geografia Física e II Seminário Ibero Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra**, Universidade de Coimbra, mai. 2010. Disponível em: < <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema5/cicera>>

ALVES, Larissa de Mattos. **Geografia e poder local: relações entre os hoteleiros, o poder público municipal e as entidades representativas em Campo Mourão/PR**: UEM, 2012. 222 f. Dissertação (mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

ANDRADE, Áurea Andrade de Viana. **Poder, estado e capital nos processos des-territorialização no campo na microrregião geográfica de Campo Mourão-PR**. Maringá: UEM, 2013. 310 f. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2013.

APRCR. Associação para promoção rural da Charneca Ribatejana. **Estratégia de Desenvolvimento Local 2014-2020**. Coruche, 2012

ARAUJO, Valéria de Fátima Chaves. **A tematização do espaço público e a economia criativa local**: estudo de caso a partir do “maior São João do Mundo”, em Campina Grande/PB. Natal: UFRN, 2015. 117 f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. Pequena Cidade: uma caracterização. **Anais do V Encontro de Grupos de Pesquisa: Agricultura, Desenvolvimento regional e transformações socioespaciais**. Santa Maria, nov. 2009.

BARBINI, Bernarda. El aporte del turismo al desarrollo local: condicionantes y posibilidades. **Faces**, n. 14, año 8, may/agosto de 2002. Disponível em: http://nulan.mdp.edu.ar/97/1/FACES_n14_71-86.pdf. Acessado em 05 jan.2018

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo Económico Local y Descentralización: Aproximación a un marco conceptual. **Proyecto CEPAL/GTZ de Desarrollo Económico Local y Descentralización**, Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

BARQUERO, Antonio Vázquez. Desarrollo endógeno: Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, núm. 11, 2007, pp. 183-210, Madrid: Asociación Española de Ciencia Regional, 2007.

BARRETTO, Margarita. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 20, ano IX, p. 15-29, out. 2003.

BARROS, Vera Gouveia. **Turismo em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. (Série turismo)

BERTI, Franciele; DHEIN GRIEBELER, Marcos Paulo; MATTE JUNIOR, Alexandre Aloys. Hierarquização das cadeias produtivas: diagnóstico das atividades econômicas de Gramado (RS). **Ágora**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 112-124, jul. 2017. ISSN 1982-6737. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/10478/6816>>. Acesso em: 05 jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.17058/agora.v19i2.10478>.

BORBA, Carla. **Turismo em resorts**. Caxias do Sul: Educs, 2005.

BORGES, Paulo Roberto Santana. **Inserção da região centro ocidental no cenário econômico do Paraná: atividades industriais**. Maringá: UEM, 2015. 462 f. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2015.

BORTOLO, Carlos Alexandre. **A dinâmica dos espaços públicos de lazer em cidades da aglomeração urbana de Londrina - PR**. Maringá: UEM, 2015. 214 f. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2015.

BOSSO, Julia Nicolosi; CARVALHO, Alissandra Nazareth de. Tomorrowland Brasil e Itu/SP: um estudo de caso sobre a relação entre um grande evento e um pequeno município. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v.6, n. 2, p. 92-117, jul./dez. 2016.

BRANCO, Maria Luisa Gomes Castello. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 89-111.

BRANDÃO, Pâmela de Medeiros. **Análise da Rede Política do Turismo Brasileiro**. Natal: UFRN, 2010. 215 f. Dissertação (mestrado em Turismo) Programa de Pós-Graduação Turismo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

BRASIL. Controladoria-Geral da União: **Portal da Transparência**. Disponível em: <[www.http://transparencia.gov.br](http://transparencia.gov.br)>. Acesso em 16 de mar. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966**. Define a política nacional de turismo, cria o conselho nacional de turismo e a empresa brasileira de turismo, e dá outras providências. Brasília: DOU, 1966.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Censo 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de jul. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **Regiões de Influências das Cidades - 2007**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de jul. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): **IBGE Cidades**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de jul. 2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): **Estudos básicos para caracterização da rede urbana**, Brasília, v.2, Série Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_caracterizacao_tendencias_v02.pdf>. Acesso em 16 de dez. 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): **Ocupações em Atividades Características do Turismo - 2014**. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em 16 de fev. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Documento Referencial Turismo no Brasil 2011/2014**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Gramado (RS) aposta na expansão do turismo de negócios**. 2015. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/%C3%BA%ltimasnot%C3%ADcias/5109-gramado-\(rs\)-aposta-na-expansao-do-turismo-denegocios.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BA%ltimasnot%C3%ADcias/5109-gramado-(rs)-aposta-na-expansao-do-turismo-denegocios.html)>. Acesso em: 12 setembro 2017.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/mturmapaturismobrasileiro2017112410APROVADO.pdf> Acesso em 13 de novembro de 2017.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.pronatec.turismo.gov.br/copa.html>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 13.537**, de 15 de dezembro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13537.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

BRITO, Sérgio Palma. **Território e turismo no Algarve**. Edições Colibri. Lisboa, 2009.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A Praça Brasileira**. Trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Campinas: UNICAMP, 2007. 434 f. Tese (doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Considerações Sobre o Conceito de Turismo Sustentável. **Revista Formação**, v. 1, n. 16, p. 48-59, 2009. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/861/885>. Acesso em: 24 jun.2017

CANELAS, Lucinda. Dez anos e um lugar feliz no Alentejo. **Público** - Comunicação Social, mai. 2011 Disponível em: < <https://www.publico.pt/2011/05/28/jornal/dez-anos-e-um-lugar-feliz-no-alentejo-22158842>> Acesso em 20 dez. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Maria João; EUSÉBIO, Celeste. Segmentation of the tourism market using the impact of tourism on quality of life. **Tourism & Management Studies**, Algarve: n. 7, ISSN: 1646-2408, p.91-100, 2011. Disponível em: <https://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/337/558>. Acessado em 5 de jan. 2018

CARVALHO, Cintia Silva. **Espacialidades em esvaziamento demográfico da Mesorregião Noroeste Paranaense e a oferta de serviços públicos**. Dissertação (mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

CARVALHO, Rui; FERREIRA, Ana Maria; FIGUEIRA, Luís Mota. O contributo dos eventos culturais e criativos para a criação de uma imagem diferenciadora do destino turístico maduro. O caso do Festival Med de Loulé, Algarve. Book of Proceedings - **International Conference on Tourism & Management Studies**, Algarve, v. 1, 2011.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CENTRAL R3. **Iretama**: Pedro Henrique e Fernando hoje, na Expoméia. Disponível em: <<http://www.centralr3.com.br/search/label/Iretama>>. Acesso em 25 de jul. 2016.

CHIARADIA, Tatiana Del Giudice Cappa. **A Essência do Poder Constituinte**. PUC/SP, 2009. 263 f. Dissertação (mestrado em Direito) Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CORNELI, Vanessa Medeiros. **A praça no contexto de pequenas cidades da microrregião de Campo Mourão - PR**. Maringá: UEM, 2013. 308 f. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio. **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: UFBA, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan./jun.1999, p. 43 - 53.

CORRÊA, Roberto Lobato. Os centros de gestão do território: uma nota. **Revista Território**, ano I, n. 1, 1996, p. 23 - 30.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana de formação espacial – uma reflexão considerando o Brasil. In: CORRÊA, R. L. (org). **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 275 - 290.

CORUCHE. Câmara Municipal. **Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação 2013 para o concelho de Coruche**. Coruche, 2009.

CORUCHE. Câmara Municipal. **Turismo**. Coruche, 2017.

COSTA, Eduarda Marques da. Cidades Médias: Contributos para a sua definição. **Revista Finisterra**, Lisboa: Universidade de Lisboa, v.37, n.74, p.101-128, 2002. Disponível em:<www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2016

COSTA, Eduarda Marques da; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Discussão metodológica de avaliação de desenvolvimento de política públicas de ordenamento do território: a experiência no território português. In: **Encontro Nacional da Anpege**, 2015, Presidente Prudente - SP. Anais do XI Enanpege, 2015. p. 4078-4090.

COSTA, Fabio Rodrigues da. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no estado do Paraná**. Maringá: UEM, 2013. 215 f. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, 2013.

COSTA, Fábio R.; ROCHA, Marcio M. Estudo sobre os municípios periféricos na mesorregião centro ocidental paranaense. **Geografia**, v. 18, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/>> Acesso em 19 ago. 2016.

COSTA, Rafael. As 11 cidades do Paraná com maior vocação turística, segundo ministério. **Gazeta do Povo**, Caderno Turismo. Curitiba, 16 set. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/viver-bem/turismo/mapa-to-turismo-no-pr/>>

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. **América Latina: cidade, campo e turismo**, São Paulo: USP, dez. 2006.

CUNHA, Sieglinde Kindl; CUNHA, João Carlos. Competitividade e Sustentabilidade de um Cluster de Turismo: uma Proposta de Modelo Sistêmico de Medida do Impacto do Turismo no Desenvolvimento Local. **Revista Brasileira de Administração**, Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, v. 2, n. 2, jul/dez. 2005, p. 47-62.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. **América Latina: cidade, campo e turismo**, São Paulo: USP, dez. 2006.

DEMO Pedro. Santo estado, maldito mercado: de certas esquerdas que são direitas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 451-476, maio/ago. 2005.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Ricardina. **Instrumentos econômicos de proteção da cobertura florestal e o ICMS ecológico em Campo Mourão: interfaces, contribuições e limites**. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Economia. **Peso do turismo religioso em Portugal oscila entre 10% e 14%**. 04 mai. 2017. Disponível em: <http://www.dn.pt/lusa/interior/papa-peso-do-turismo-religioso-em-portugal-oscila-entre-10-e-14---investigador-7204679.html>

DIOCESE DE CAMPO MOURÃO. Notícias. **Mais de mil participantes no 1º terço dos homens**. Disponível em: <http://www.diocesecampomourao.com.br/noticias/1/2560/Mais_de_mil_participantes_no_1_Encontro_do_Terco_dos_Homens.html>. Acesso em 25 de nov. 2016.

DREHER, Marialva T. & SALINI, Talita S. Regionalização e políticas públicas no turismo: proposta bem-(in)tencionada distante da práxis. In: **V Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul - SEMINTUR**, Caxias do Sul-RS. Anais... Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008.

ENDLICH, Ângela Maria; FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. Aumento da violência em pequenas cidades, sentimento de insegurança e controle social. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 18, n. 493 (30), nov. 2014.

ENDLICH, Ângela Maria. Na trilha conceitual e de definições das pequenas cidades. In: Bovo, M.C; Costa, F. R. (Org.). **Estudos Urbanos: Conceitos, Definições e Debates**. Campo Mourão: Fecilcam - Unespar, 2017, v. 1, p. 33-53.

ENDLICH, Ângela Maria. Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades? **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 5-35, mai./ago. 2007.

ENDLICH, Ângela Maria. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade mínima. **Huellas**, v. 15, p. 149-165, 2011.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná**. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. Resenha de ROQUES, Jean-Luc. *Une sociologie de la petite ville*. Paris: L'Harmattan, 2011, 258p. [ISBN - 978-2-296-55947-9] **Biblio 3W**, Barcelona, v. 18, n. 1050, 25/nov. 2013

ENGELS, F. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ESTEVEZ, Laura Freire. **Políticas públicas e uso do solo no município de Porto Rico/PR**. Dissertação (mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

FERNÁNDEZ, Jorge Benjamin Martinez. **A vida em Porto Rico: Trabalho, aspirações e participação em uma comunidade ribeirinha do Rio Paraná**. Tese (doutorado em ecologia) Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

FERREIRA, Sidney Geraldo. **Os impactos do turismo nas pequenas cidades: um estudo em Itapeverica - Minas Gerais**. Dissertação (mestrado), Programa Mestrado em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.

FIDALGO, Sandra Sardo. **Marketing Territorial de Desenvolvimento das Populações: a paisagem cultural de Óbidos**. Dissertação (mestrado), Programa Mestrado em Geografia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

FIGUEIREDO, Vilma Dominga Monfardini. **Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e**

de qualidade de vida, 1980-2000. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 93-107, jul./dez. 2004.

FRATUCCI, Aguinaldo César. **A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

FRESCA, Tânia Maria. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p.75-81, set./dez. 2010.

GALVÃO, Valdecir; STEVAUX, José Cândido. Impactos ambientales de la actividad turística em los sistemas fluviales: Uma proposta metodológica para el Alto Curso del Río Paraná – Porto Rico (Brasil). **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.19, n. 6, p. 994 - 1010, nov. 2010.

GÂNDARA, José Manoel Gonçalves; TORRES, Enrique; LEFROU, Daniel. A Participação de todos os atores no processo turístico. IBCDTur - **Revista Virtual de Direito e Turismo**, v. 5, p. 35-36, 2005.

GASPAR, Jorge. **Cidade e urbanização no virar do milénio**. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa. 2011. Disponível em <<https://buleria.unileon.es/bitstream/handle/10612/850/Gaspar.pdf?sequence=1>> Acesso em 11 jan. 2016.

GOMES, Carina Sousa. O turismo como via de engrandecimento para cidades: dilemas e estratégias de desenvolvimento de quatro cidades médias da Península Ibérica. **Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações**. Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2012.

GOULART, Ana. Espaço do tempo - Montemor-o-Novo acolhe artes performativas. **Searanova** - Cultura, n. 1712, 2010. Disponível em: <<http://www.searanova.publ.pt/pt/1712/cultura/168/>> Acesso em 20 dez. 2017.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JORIS, Suélin. **Autonomia municipal e participação popular no processo de planejamento e gestão do turismo em cidades pequenas: Um estudo de Balneário Barra do Sul - SC**. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.

LACAY, Marino Castillo. **Aglomerados, arranjos produtivos locais e clusters: reflexões em torno do uso de medidas de aglomeração (QL) e concentração (GL) para a identificação de APLS do turismo no estado do Paraná**. Notas de pesquisa. S./d.

LARANJEIRA, Andreia Sofia Brito. **Abordagem morfológica no estudo de aglomerados urbanos**. Caso de estudo: Montemor-o-Novo. Dissertação (mestrado), Programa Mestrado em Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

LEAL, Luizinho Conceição. **Fábrica de Criatividade de Óbidos**: estudo exploratório e percepções sociais. Dissertação (mestrado), Programa Mestrado em Arte e Educação, Universidade Aberta, Lisboa, 2013.

MAGALHÃES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Município**. São Paulo: Roca, 2002.

MARTINS, Bruna Morante Lacerda. **Invenções da cultura culinária paranaense**: a Festa Nacional do Carneiro no Buraco de Campo Mourão - Paraná (1962-2014). Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

MESQUITA, W.S. Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável no turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 6, n. 3, 2006, p. 81-89

MEYER, Regina Maria Prosperi. Atributos da metrópole moderna. **Revista São Paulo em Perspectiva**, ano XXIV, nº 4, 2000, p. 3 - 9. <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9747.pdf>

MONTEMOR-O-NOVO. Câmara Municipal. **Atualização da Carta Estratégica - Elementos de Diagnóstico - Relatório de Progresso**, out. 2015.

MORAIS, Luciana Patrícia de. **Cada comida no seu tacho**: ascensão das culinárias típicas regionais como produto turístico - o guia Quatro Rodas Brasil e os casos de Minas Gerais e Paraná (1966-2000). Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p. 15-41.

NUNES, Maria Rita; BRITO-HENRIQUES, Eduardo. As novas ruínas do turismo residencial: uma aproximação ao caso Bom Sucesso, Óbidos, Portugal. XV **Colóquio Ibérico de Geografia. Retos y tendencias de la Geografía Ibérica**. Murcia, 2016, p. 701-710. ISBN: 978-84-944193-4-8. 2016.

O DIÁRIO. Vinícius Carvalho. **Maringaenses transformam o cenário urbano de Porto Rico**. 16 jun. 2010. Disponível em: < <http://maringa.odiarario.com/parana/2010/06/maringaenses-transformam-o-cenario-urbano-de-porto-rico/310316/> > Acesso em 03 mai. 2017

O ESTADO. Felipe Muniz Palhano. **Uma nova “essência” para o turismo de luxo**. 17 jul. 2014. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/artefenda/uma-nova-essencia-para-o-turismo-de-luxo>. Acesso em 03 de jan. 2016.

O ESPAÇO DO TEMPO. **Projetos Estruturantes** Montemor-o-Novo, 2017. Disponível em: <http://www.oespacodotempo.pt/pt/o-espaco-do-tempo>. Acesso em 03 de dez. 2017.

ODY PARK AQUÁTICO RESORT HOTEL. **Estrutura**. Iguaraçu, 2017. Disponível em: <https://odypark.com.br/>

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: feitichismo e dependência**. Campinas: Editora Alínea, 2005.

OURIQUES, Helton Ricardo. A santa do turismo: o mercado da fé em Nova Trento. **Textos de Economia**, Florianópolis, v.9, n.2, p.80-92, jul./dez.2006

PARANÁ. **Lei nº 15973, de 13 de novembro de 2008**. Estabelece a Política de Turismo do Paraná, conforme especifica e adota outras providências. Curitiba: DOU, 2008

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES): **Cadeia Produtiva do turismo**. Disponível em <ipardes.gov.br>. Acesso em 13 de maio 2017.

PARANÁ, Paraná Turismo. **Porto Rico**. Curitiba, 2017. Disponível em <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=66>>. Acesso em 12 de mai. 2017.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Turismo para o Estado do Paraná 2012 - 2015**. Curitiba, 2012. Disponível em < <http://www.setu.pr.gov.br>>. Acesso em 12 de dez. 2015.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. **Corredores das Águas – Noroeste do Paraná**. Curitiba, 2016. Disponível em < <http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=252>>. Acesso em 12 de jan. de 2016.

PARANÁ, Secretaria de Estado do Turismo. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional 2008-2011**. Curitiba, 2008. Disponível em: < http://www.setu.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/institucional/plano_desenv2008_2011.pdf>. Acesso em 12 de dez. de 2011.

PARANÁ. Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. **Porto de Paranaguá**. 2016. Disponível em: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=99>

PARREIRA, Cristina de Jesus Varaginho. **Animação Turística no Alentejo**: sobre a oportunidade para criar um serviço aeronáutico inovador. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Projetos, Escola de Ciências Sociais, Departamento de Economia, Universidade de Évora, Évora, 2015.

PÍCCOLO, Daniel Raminelli; GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Distribuição espacial da hotelaria de rede no estado do Paraná (Brasil). **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 466-488, outubro de 2012.

PÍCCOLO, Daniel Raminelli. **Distribuição espacial da hotelaria de rede no estado do Paraná**. Dissertação (mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, Anelise Graciele; RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão - o caso da Cooperacana, Porto Xavier-RS. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p. 95-114, jul./dez. 2008.

RETUR. Rede de Turismo Regional. Regionalização. Disponível em: <<http://www.retur.com.br/?action=rede-de-turismo-regional/regionalizacao>>. Acesso em 03 de jan. 2012.

ROCHA, José Murilo; BRASILEIRO, Iara Lucia Gomes. Turismo em Fernando de Noronha – Uma visão de sustentabilidade a partir do estruturalismo. **Cenário**, Brasília, v.1, n.1, p. 74 - 92, dez. 2013.

RODRIGUES, Adir Balastreri. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano; CAETANO, Loide; JANOLIO, Katiana Maria Embrizi. Desenvolvimento da cidade de Lunardelli através do turismo religioso: Existe sustentabilidade? Ou basta ter fé? **Revista Iniciação Científica CESUMAR**, Maringá, vol. 07, n.02, p. 185 - 196, jul./dez. 2005.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável/sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo: implicações de um novo estudo de desenvolvimento humano na atividade turística**. Blumenau: Edifurb, 2004.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Turismo em Análise**, São Paulo, vol. 18, n.02, p. 148 - 165, nov. 2007.

SAPO, Economia. Conceição Antues. **O único golfe a abrir em Portugal em 2017 está concluído em Óbidos**. 04 jun. 2017. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/economia/2017-06-04-O-unico-golfe-a-abrir-em-Portugal-em-2017-esta-concluido-em-Obidos>> Acesso em 05 jan. 2018.

SANTOS, Fabíola Martins dos. **Geografia das Redes Hoteleiras Mundo, Brasil e Santa Catarina**. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SANTUÁRIO NACIONAL DE APARECIDA. Notícias. **Conheça detalhes da romaria do terço dos homens**. Disponível em: < <http://www.a12.com/santuari-nacional/noticias/detalhes/romaria-do-terco-dos-homens-atrai-70-mil-ao-santuari-de-aparecida> >. Acesso em 25 de nov. 2016.

SÃO PAULO. Observatório de Turismo da Cidade de São Paulo: **Mercado de Trabalho do na Cidade de São Paulo**: Principais Resultados. Disponível em: < http://www.cidadedesaopaulo.com/sp/images/stories/observatorio/net_boletim_mercetra_b_2011.pdf > Acesso em 19 de dez. 2014.

SCHAPOCHNIK, Claudio. Termas de Jurema (PR) terá novo resort em 2018. **O Turismo Etc**, Ribeirão Preto, n. 20160806, 05 jun. 2016. Disponível em: <http://turismoetc.com.br/termas-de-jurema-pr-tera-novo-resort-em-2018/>

SESSA, Alberto. **Turismo e política de desenvolvimento**. Porto Alegre: Uniontur, 1983.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEMEDO, Pedro Miguel Carrilho. **O impacto dos eventos culturais na renovação e diversificação do produto turístico urbano**: o caso de Tomar. Dissertação (mestrado em gestão) Programa de Pós-Graduação em Gestão de Desenvolvimento em Turismo, Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2008.

SILVA, Márcia da. Poder Local: Conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 69-78, dez. 2008.

SILVA, Márcia da; ALVES, Larissa de Mattos. Geografia e poder local: relações entre os hoteleiros, o poder público municipal e as entidades representativas. o caso de Campo Mourão/PR. **Revista da ANPEGE**, v. 9, p. 17-32, 2013.

SOUSA, Plínio Guimarães de; MATIAS, Esdras Matheus; SELVA, Vanice Santiago Frago. Do turismo residencial aos complexos turísticos imobiliários: a apropriação da zona costeira do nordeste brasileiro pela atividade turística imobiliária. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XIX, n. 3, p. 177-198, jul.-set. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n3/pt_1809-4422-asoc-19-03-00177.pdf

SOUZA, Mariana Barbosa de; LEITE, Clarissa Robaina. Território, turismo e sustentabilidade: um ensaio acerca da urbanização em Gramado e Canela/RS. In: **XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas nas Sociedade Contemporânea**, 2015, Santa Cruz do Sul - RS. Anais do XI Seminário...,

2015. Disponível em:
<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13191/2256>

STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; LIMA, Jandir Ferrera; WADI, Yonissa Marmitt. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265, jul./dez. 2013.

STEFANI, Eduardo Baider; SHIBAKI, Viviane Veiga. Atrativo turístico e centralidade cultural: a territorialidade da Avenida Paulista. **Biblio 3W**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, v. XV, n. 879, 5 de julho de 2010.

TERMAS DE JUREMA RESORT. **Sustentabilidade**. Iretama, 2017. Disponível em:
<http://www.termasdejurema.com.br/>

TRENTIN, Fábيا; FRATUCCI, Aguinaldo César. Nacional de turismo no Brasil: da municipalização à regionalização. **Book of proceedings: International conference on tourism & management studies**, Algarve, v. 1, 2011.

TRIBUNA PARANÁ. Felipe Muniz Palhano. **Fé na Santa Rita de Cássia movimentou negócios em Lunardelli**. 16 abr. 2003. Disponível em:
<http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/fe-na-santa-rita-de-cassia-movimentou-negocios-em-lunardelli/>. Acesso em 03 de jan. 2016.

VARISCO, Cristina. Turismo y desarrollo económico local. **Aportes y Transferencias**, Mar del Plata, v. 12, n. 1, pp. 126-148, 2008.

VIOLANTE, Adriano de Cerqueira. **Moradores e turistas no município de Porto Rico, PR**: percepção ambiental no contexto de mudanças ecológicas. Tese (doutorado em ecologia) Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais, Centro de Ciências Biológicas, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

WTO. World Tourism Organization. **Sustainable Tourism Development: Guide for Local Planners**, Madrid, 1993.

ZANIRATO, Silvia Helena; TOMAZZONI, Edegar Luis. Patrimonio, turismo y transfiguraciones en las relaciones identitarias: El Pelourinho (Salvador - Bahia) y Porto Rico (Paraná), Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v.24, n. 2, p.222 - 243, abr. 2015.

Apêndice A - Matriz 65 Destinos Indutores

Localidades	População										Convênios	
	IDHM(2000)	IDHM(2010)	Gini(2000)	Gini(2010)	Pop1991	Pop1996	Pop2000	Pop2007	Pop2010	nº convênios	valor convênio	Hierarquia
Mateiros/TO	0,281	0,807	0,61	0,52	1.490	1.490	1.646	1.737	2.223	1	139.210,50	62,622807 Centro Local
Fernando de Noronha/PE	0,694	0,788	0,5	0,48	1.686	1.522	2.051	2.801	2.630	26	5.022.580,00	729,49601 Centro Local
Alto Paraíso de Goiás/GO	0,572	0,713	0,6	0,65	4.193	5.031	6.182	6.638	6.885	16	3.131.557,65	449,87181 Centro Local
Tiradentes/MG	0,61	0,74	0,56	0,57	10.236	11.602	5.759	6.759	6.961	11	1.290.100,00	124,43094 Centro Local
Lençóis/BA	0,478	0,623	0,6	0,61	7.594	9.626	8.910	9.617	10.368	25	4.076.637,86	358,07096 Centro Local
Tibau do Sul/RN	0,511	0,845	0,56	0,6	5964	5881	7749	10959	11365	15	2.740.300,00	192,22082 Centro Local
Nova Olinda/CE	0,451	0,625	0,65	0,57	11354	11226	12.077	12.974	14.258	13	1.943.901,26	114,33368 Centro Local
Lijoca de Jericoacoara/CE	0,422	0,652	0,65	0,59	9699	12.089	15.442	17.002	17.002	4	197.500,00	10,339773 Centro de Zona A
Marajó/BA	0,354	0,593	0,71	0,71	17496	17611	18.366	17.029	19.101	25	7.410.536,83	378,33955 Centro Local
Bonito/MS	0,564	0,67	0,6	0,54	15543	15096	16956	17275	19.587	18	45.871.724,13	199,39026 Centro Local
Pirenópolis/GO	0,565	0,693	0,55	0,49	25058	24521	21.245	23.006	23.006	19	4.843.248,83	195,19784 Centro Local
São Joaquim/SC	0,589	0,687	0,56	0,48	22295	21956	22.836	24.812	24.812	3	292.500,00	11,37357 Centro Local
Barcelos/AM	0,364	0,5	0,64	0,74	11035	15541	24.197	25.718	25.718	14	7.882.835,71	286,02452 Centro Local
Armação dos Búzios/RJ	0,604	0,728	0,58	0,51	-	-	18.204	27.560	27.560	26	9.389.054,72	332,99244 Centro Local
Ilhabela/SP	0,658	0,756	0,56	0,49	13538	13012	20.836	28.196	28.196	7	5.382.500,00	187,2239 Centro Local
Maragogi/AL	0,419	0,574	0,56	0,54	16403	16768	21.832	28.749	28.749	75	43.101.430,94	133,5326 Centro Local
Gramado/RS	0,698	0,764	0,49	0,48	22095	24837	28.593	32.273	32.273	17	4.533.850,00	140,24964 Centro Subregional B
São Raimundo Nonato/PI	0,497	0,661	0,54	0,55	44208	24650	26.890	32.327	32.327	13	980.107,73	26,113226 Centro Local
Paraty/RJ	0,583	0,893	0,59	0,52	23928	26723	29.544	37.533	37.533	14	25.705.050,00	639,69962 Centro de Zona A
Mata de São João/BA	0,506	0,668	0,54	0,56	30.535	32193	32.568	40.183	40.183	16	2.223.518,17	48,463779 Centro de Zona A
Diamantina/MG	0,75	0,823	0,61	0,57	44299	43042	44.259	45.880	45.880	16	12.653.150,00	230,35045 Centro Local
Barreirinhas/MA	0,361	0,57	0,63	0,61	29065	33065	39.689	54.930	54.930	22	3.809.711,80	55,086277 Centro de Zona A
Aracati/CE	0,523	0,855	0,55	0,53	-	-	61.187	69.159	69.159	36	14.754.187,08	209,93138 Centro Local
Ouro Preto/MG	0,64	0,741	0,56	0,5	-	-	66.277	70.281	70.281	27	14.488.575,00	205,59044 Centro de Zona A
Caldas Novas/GO	0,586	0,708	0,6	0,49	24159	38972	49.660	70.473	70.473	11	1.777.636,80	22,044927 Centro Local
Ipojuca/PE	0,457	0,619	0,53	0,5	59.281	59.281	59.281	80.637	80.637	21	6.796.525,00	77,284176 Centro Subregional A
Cáceres/MT	0,725	0,824	0,61	0,53	85.857	85.857	85.857	87.942	87.942	17	5.980.000,00	58,608489 Centro Subregional B
Parimins/AM	0,488	0,858	0,61	0,59	92.118	92.118	92.118	102.033	102.033	17	9.483.750,00	91,451067 Centro de Zona A
Corumbá/MS	0,673	0,784	0,61	0,55	95.701	95.701	95.701	103.703	103.703	25	10.744.090,36	100,15185 Centro Subregional A
Bento Gonçalves/RS	0,712	0,778	0,47	0,44	91.486	91.486	91.486	107.278	107.278	13	7.523.924,00	69,6086 Centro Subregional B
Balneário Camboriú/SC	0,777	0,845	0,67	0,52	73.455	73.455	73.455	108.089	108.089	23	20.435.337,88	160,99818 Centro de Zona A
Porto Seguro/BA	0,495	0,876	0,62	0,56	95.721	95.721	95.721	126.929	126.929	30	11.214.392,04	79,835352 Centro Subregional A
Paranaguá/PR	0,645	0,75	0,55	0,52	127.339	127.339	127.339	140.469	140.469	15	14.335.000,00	98,383721 Centro Subregional A
Parmaíba/PI	0,546	0,687	0,65	0,57	132.282	132.282	132.282	145.705	145.705	15	3.550.500,00	20,945543 Centro Subregional B
Angra dos Reis/RJ	0,599	0,724	0,53	0,5	119.247	119.247	119.247	169.511	169.511	66	111.316.856,38	487,52193 Capital Regional
Palmas/TO*	0,654	0,788	0,63	0,58	137.045	137.045	137.045	228.332	228.332	41	19.363.805,35	75,613872 Centro Subregional A
Foz do Iguaçu/PR	0,663	0,751	0,57	0,53	258.543	258.543	258.543	258.088	258.088	51	111.139.956,81	390,90705 Capital Regional C
Boa Vista/RR*	0,649	0,752	0,57	0,58	200.368	200.368	200.368	284.313	284.313	23	20.442.766,50	69,36315 Capital Regional C
Sanitarium/PA	0,555	0,691	0,61	0,56	262.536	262.536	262.536	294.580	294.580	22	7.257.004,00	24,523782 Capital Regional C
Petrópolis/RJ	0,649	0,745	0,57	0,55	286.537	286.537	286.537	295.917	295.917	77	67.719.514,37	206,58727 Capital Regional A
Vitória/ES*	0,759	0,845	0,6	0,6	291.941	291.941	291.941	327.801	327.801	31	31.448.999,24	93,586437 Capital Regional C
Rio Branco/AC*	0,591	0,727	0,61	0,59	252.885	252.885	252.885	336.038	336.038	42	31.434.472,00	78,940623 Capital Regional C
Macapá/AP*	0,622	0,733	0,6	0,59	282.745	282.745	282.745	398.204	398.204			

Florianópolis/SC*	0,766	0,847	0,56	0,54	341.781	421.240	62	134.155.020,64	318.47645	Capital Regional A
Porto Velho/RO*	0,613	0,736	0,61	0,56	334.585	428.527	44	37.331.779,51	87.116517	Capital Regional B
Cuiabá/MT*	0,584	0,7	0,63	0,59	483.044	551.098	160	134.272.284,01	243.64502	Capital Regional A
Araçáju/SE*	0,648	0,77	0,63	0,62	461.083	571.149	161	327.252.484,22	572.97217	Capital Regional A
João Pessoa/PB*	0,644	0,763	0,62	0,62	595.429	723.515	93	184.985.186,74	255.67568	Capital Regional A
Campo Grande/MS*	0,623	0,733	0,6	0,56	662.534	786.797	116	184.887.906,39	234.98807	Capital Regional A
Natal/RN*	0,684	0,763	0,63	0,61	709.536	803.739	101	228.515.860,24	284.316	Capital Regional A
Teresina/PI*	0,62	0,751	0,64	0,61	714.583	814.230	161	250.481.061,22	307.62937	Capital Regional A
Maceió/AL*	0,584	0,721	0,66	0,63	796.842	932.748	127	367.384.487,33	393.87325	Capital Regional A
São Luís/MA*	0,658	0,768	0,65	0,61	868.047	1.014.837	61	108.178.776,41	106.59719	Capital Regional A
Goânia/GO*	0,715	0,799	0,61	0,58	1.090.737	1.302.001	201	204.599.854,34	157.14262	Capital Regional A
Belém/PA*	0,644	0,746	0,64	0,61	1.279.861	1.393.399	161	75.565.032,87	54.230721	Metrópole
Porto Alegre/RS*	0,744	0,805	0,6	0,6	1.360.033	1.409.351	131	171.420.800,72	121.63102	Metrópole
Recife/PE*	0,66	0,772	0,67	0,68	1.421.993	1.537.704	244	263.971.144,15	171.66577	Metrópole
Curitiba/PR*	0,692	0,785	0,59	0,55	1.586.848	1.751.907	92	114.951.715,35	65,615193	Metrópole
Maringá/AM*	0,601	0,737	0,62	0,61	1.403.796	1.802.014	99	152.078.424,32	84.93586	Metrópole
Belo Horizonte/MG*	0,726	0,81	0,61	0,6	2.232.747	2.375.151	304	250.549.938,27	105.488	Metrópole
Fortaleza/CE*	0,652	0,754	0,64	0,61	2.138.234	2.452.185	250	461.981.829,54	188.39599	Metrópole
Distrito Federal/DF	0,602	0,716	0,63	0,63	2.043.169	2.570.160	541	960.971.911,72	373.89575	Metrópole Nacional
Salvador/BA*	0,654	0,759	0,64	0,63	2.440.828	2.675.656	231	349.361.760,40	130.57051	Metrópole
Rio de Janeiro/RJ*	0,716	0,799	0,61	0,62	5.851.914	6.320.448	325	261.541.885,77	41.38029	Metrópole Nacional
São Paulo/SP*	0,733	0,805	0,61	0,62	10.405.867	11.253.503	364	502.342.619,29	44.638778	Grande Metrópole Nac

Itambé	15.044	-	6.555	(5,84%)	6.169	(0,54%)	5.952	(0,39%)	5.979	0,05%	0,36	0,746
Itaúna do Sul	4.804	-	4.128	(1,04%)	4.555	0,95%	4.439	(0,28%)	3.583	(1,93%)	0,37	0,658
Ivaté	-	-	-	-	7.041	-	6.932	(0,17%)	7.514	0,84%	0,37	0,706
Ivatuba	13.921	-	2.545	(8,17%)	2.508	(0,13%)	2.785	1,23%	3.010	0,81%	0,43	0,766
Jaracatiá	22.898	-	13.744	(3,94%)	10.614	(2,07%)	8.034	(2,65%)	6.532	(1,92%)	0,5	0,696
Japurá	12.918	-	10.492	(1,88%)	8.115	(2,06%)	7.753	(0,50%)	8.549	1,03%	0,35	0,712
Jardim Olinda	2.419	-	1.305	(4,61%)	1.405	0,70%	1.524	0,94%	1.409	(0,75%)	0,44	0,682
Juranda	-	-	-	-	8.796	-	8.135	(0,83%)	7.641	(0,61%)	0,44	0,708
Jussara	8.471	2,68%	5.723	(4,67%)	6.046	0,51%	6.232	0,45%	6.610	0,51%	0,46	0,718
Lobato	10.174	(3,93%)	3.409	(4,48%)	3.762	0,94%	4.064	0,89%	4.401	0,83%	0,38	0,744
Luiziana	-	-	-	-	9.103	-	7.544	(1,90%)	7.315	(0,30%)	0,48	0,688
Mamboré	34.277	-	24.642	(2,81%)	16.032	(3,18%)	15.150	(0,61%)	13.961	(0,78%)	0,49	0,719
Mandaguapé	16.662	(3,76%)	14.021	(1,59%)	14.697	0,44%	16.798	1,59%	19.781	1,78%	0,41	0,718
Maria Helena	41.270	-	24.952	(3,95%)	8.439	(6,02%)	6.388	(2,70%)	5.956	(0,88%)	0,41	0,703
Marilena	6.945	-	6.971	0,04%	6.725	(0,32%)	6.742	0,03%	6.858	0,17%	0,36	0,681
Mariluz	23.082	-	13.450	(4,17%)	11.053	(1,82%)	10.282	(0,78%)	10.224	(0,06%)	0,46	0,639
Mirador	3.130	-	2.008	(3,58%)	2.337	1,48%	2.499	0,77%	2.327	(0,69%)	0,4	0,68
Morsira Sales	24.007	-	18.933	(2,11%)	17.004	(0,93%)	13.384	(2,37%)	12.606	(0,58%)	0,44	0,675
Munhoz de Melo	6.931	0,64%	4.898	(3,36%)	3.628	(2,36%)	3.401	(0,70%)	3.672	0,80%	0,39	0,726
Nossa Senhora das Graças	6.288	-	4.260	(3,23%)	3.480	(1,66%)	3.833	1,15%	3.836	0,01%	0,33	0,709
Nova Aliança do Ivaí	1.945	-	1.075	(4,47%)	1.206	1,11%	1.337	1,21%	1.431	0,70%	0,34	0,717
Nova Cantu	15.116	-	11.798	(2,20%)	11.260	(0,41%)	9.904	(1,34%)	7.425	(2,50%)	0,48	0,658
Nova Londrina	18.368	(4,19%)	12.111	1,34%	12.854	0,56%	13.172	0,27%	13.067	(0,08%)	0,5	0,758
Nova Olímpia	9.475	-	6.262	(3,39%)	5.397	(1,26%)	5.280	(0,24%)	5.503	0,42%	0,4	0,71
Ourizona	8.272	-	4.881	(4,10%)	3.750	(2,11%)	3.412	(1,00%)	3.380	(0,09%)	0,44	0,72
Paraisópolis do Norte	21.218	(4,48%)	7.835	(3,31%)	8.875	1,21%	9.738	1,08%	11.772	2,09%	0,48	0,746
Paranacity	23.729	(5,09%)	8.321	(2,85%)	8.528	0,23%	9.106	0,75%	10.250	1,26%	0,4	0,717
Paranapoema	4.044	-	2.160	(4,66%)	2.455	1,24%	2.387	(0,31%)	2.791	1,69%	0,43	0,709
Peabiru	19.180	2,54%	16.967	(2,94%)	14.161	(1,50%)	13.487	(0,53%)	13.624	0,10%	0,54	0,723
Perobal	-	-	-	-	-	-	5.252	-	5.653	0,68%	0,41	0,713
Pérola	26.942	-	21.537	(2,01%)	15.046	(2,74%)	9.282	(4,26%)	10.208	1,00%	0,37	0,7
Planaltina do Paraná	8.547	-	4.692	(4,51%)	3.796	(1,74%)	3.987	0,56%	4.095	0,27%	0,43	0,705
Porto Rico	6.192	-	5.341	(1,37%)	3.211	(3,83%)	2.547	(2,30%)	2.530	(0,07%)	0,48	0,735
Presidente Castelo Branco	5.789	-	4.747	(1,80%)	3.633	(2,13%)	4.304	2,05%	4.784	1,12%	0,37	0,713
Quarto Centenário	-	-	-	-	-	-	5.337	-	4.856	(0,90%)	0,61	0,71
Querência do Norte	7.517	8,93%	9.064	(3,83%)	10.384	1,32%	11.439	1,13%	11.729	0,25%	0,5	0,688
Quinta do Sol	15.891	-	7.692	(5,16%)	5.599	(2,47%)	5.754	0,31%	5.088	(1,16%)	0,44	0,715
Rancho Alegre D'Oeste	-	-	-	-	4.151	-	3.109	(2,79%)	2.847	(0,84%)	0,44	0,704
Roncadour	13.468	-	17.960	3,36%	17.573	(0,21%)	13.635	(2,49%)	11.537	(1,54%)	0,53	0,681

Rondon	38.063	22.005	(4,22%)	12.997	8.647	(3,04%)	8.515	(0,17%)	8.996	0,56%	0,41	0,713
Santa Cruz de Monte Ca	7.199	13.180	8,31%	10.005	10.209	0,19%	8.525	(1,83%)	8.092	(0,51%)	0,38	0,71
Santa Fé	12.797	11.527	(0,99%)	9.505	8.708	(0,76%)	8.868	0,20%	10.432	1,76%	0,41	0,705
Santa Inês		4.882	-	2.897	2.044	(2,88%)	2.099	0,30%	1.818	(1,34%)	0,38	0,717
Santa Isabel do Ivaí	12.635	21.191	6,77%	20.245	9.683	(4,74%)	9.147	(0,62%)	8.760	(0,42%)	0,41	0,72
Santa Mônica			-		3.175	-	3.186	0,04%	3.571	1,21%	0,48	0,704
Sant' Antônio do Caiuá		7.243	-	4.040	3.111	(2,09%)	2.879	(0,83%)	2.727	(0,53%)	0,35	0,696
Sant' Inácio	11.420	8.353	(2,69%)	5.612	5.514	(0,16%)	5.191	(0,65%)	5.269	0,15%	0,53	0,739
São Carlos do Ivaí	10.108	7.575	(2,51%)	4.690	4.972	0,55%	5.904	2,08%	6.354	0,76%	0,4	0,682
São João do Caiuá	18.542	10.266	(4,46%)	7.193	6.008	(1,50%)	6.092	0,16%	5.911	(0,30%)	0,44	0,664
São Jorge do Ivaí	22.361	17.912	(1,99%)	9.136	6.087	(3,03%)	5.567	(0,95%)	5.517	(0,09%)	0,43	0,743
São Jorge do Patrocínio			-		9.137	-	6.585	(3,10%)	6.041	(0,83%)	0,4	0,676
São Manoel do Paraná			-		2.374	-	2.072	(1,41%)	2.098	0,13%	0,44	0,725
São Pedro do Paraná		6.379	-	4.802	3.247	(2,94%)	2.734	(1,76%)	2.491	(0,89%)	0,4	0,704
São Tomé		9.298	-	7.158	5.115	(2,59%)	5.038	(0,17%)	5.349	0,62%	0,38	0,725
Tamboara	11.831	9.793	(1,72%)	5.257	4.579	(1,17%)	4.254	(0,79%)	4.664	0,96%	0,34	0,731
Tapajara		22.220	-	12.782	12.057	(0,52%)	13.092	0,95%	14.598	1,15%	0,39	0,703
Tapira		21.313	-	12.467	8.528	(2,87%)	6.282	(2,93%)	5.836	(0,71%)	0,42	0,697
Terra Boa	17.143	19.673	1,48%	16.268	14.249	(1,13%)	14.641	0,31%	15.776	0,78%	0,4	0,728
Terra Rica	18.819	18.004	(0,33%)	16.979	13.509	(1,84%)	13.796	(0,09%)	15.221	1,03%	0,39	0,71
Tuneiras do Oeste		19.838	-	12.292	11.460	(0,82%)	9.012	(2,37%)	8.695	(0,35%)	0,38	0,695
Uniflor		4.176	-	3.076	2.662	(1,22%)	2.360	(1,26%)	2.466	0,45%	0,37	0,72
Xamburé		19.851	-	12.126	8.771	(2,52%)	6.501	(2,88%)	6.012	(0,75%)	0,48	0,706

Empregos													Convênios Mtur		Localidade
2008	2007	2008	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	hoasp 2014	n°	valor convênio	valor liberado		
4	2	3	3	3	1	2	15	4	5	1	4	567.750,00	252.045,00	Allamina do Paraná	
4	4	3	2	2	2	2	3	4	1	0	6	831.250,00	490.000,00	Alto Paraíso	
31	23	8	29	26	26	26	59	37	63	14	3	609.375,00	492.375,00	Alto Paraná	
8	8	7	8	10	8	10	13	17	17	0	3	492.500,00	492.500,00	Alto Piquiri	
1	2	11	17	20	20	29	28	16	21	0	4	750.750,00	407.877,60	Amaporã	
-	-	-	-	-	1	-	-	1	3	0	1	140.400,00	0	Angulo	
12	12	4	13	12	12	15	12	24	27	0	3	250.000,00	250.000,00	Aranua	
9	9	44	43	34	34	27	32	28	47	0	3	637.980,00	274.386,12	Atalaia	
18	12	14	20	23	23	22	24	19	19	1	6	1.486.875,00	1.274.208,00	Barbosa Ferraz	
3	4	4	2	3	3	1	4	5	9	3	2	200.000,00	200.000,00	Boa Esperança	
-	-	1	2	3	3	3	4	4	4	0	0	-	-	Brasilândia do Sul	
2	-	-	-	-	24	1	3	5	7	0	2	243.750,00	103.989,13	Cafetal do Sul	
20	25	21	27	24	30	30	30	38	40	2	7	1.319.175,00	810.225,00	Campina da Lagoa	
11	17	30	38	29	26	26	34	39	35	8	0	-	-	Cidade Gaúcha	
-	4	4	4	3	4	4	4	1	2	0	3	706.875,00	396.288,72	Corumbatai do Sul	
1	2	2	8	5	5	4	5	5	5	0	5	1.072.500,00	308.930,00	Cruzeiro do Sul	
10	7	5	9	12	12	12	10	7	6	0	7	515.000,00	438.780,78	Diamante do Norte	
5	7	8	9	7	10	10	14	21	17	0	1	341.250,00	0	Douradina	
7	10	12	22	27	27	37	47	46	27	0	1	10.000,00	10.000,00	Doutor Camargo	
38	33	28	38	41	46	46	53	88	64	8	4	1.857.500,00	780.000,00	Engenheiro Beltrão	
-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	0	1	107.250,00	107.250,00	Esperança Nova	
-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	0	3	635.000,00	471.200,05	Farol	
4	7	2	5	5	5	3	7	13	12	5	2	194.025,00	188.822,55	Fênix	
6	5	4	6	8	8	11	15	18	10	0	3	731.250,00	487.500,00	Florai	
22	24	24	25	27	27	34	44	52	50	0	3	468.000,00	429.390,00	Floresta	
5	3	5	4	5	5	18	18	5	4	0	2	487.500,00	487.500,00	Flórida	
4	9	10	7	7	7	5	4	4	7	0	5	888.250,00	888.250,00	Francisco Alves	
8	8	9	9	10	16	16	14	17	16	0	2	487.500,00	419.493,75	Guairaçá	
1	1	1	1	1	1	1	-	-	0	0	0	-	-	Guaporema	
2	1	1	4	7	7	4	11	10	11	1	4	344.175,00	197.925,00	Icaraima	
45	71	82	92	105	136	136	105	22	148	19	3	1.048.125,00	553.781,00	Iguaraçu	
5	6	8	9	9	2	2	3	1	3	0	0	-	-	Inajá	
2	3	1	3	4	4	4	3	4	8	0	2	438.750,00	316.875,00	Indianópolis	
28	21	38	28	33	48	48	58	72	70	24	10	1.054.581,05	1.018.018,08	Iporã	
268	319	329	335	341	369	369	407	487	423	408	2	243.750,00	121.875,00	Inetama	
3	3	4	5	6	6	6	8	11	27	0	3	633.750,00	97.500,00	Itaguajé	

5	3	3	3	2	3	2	3	2	3	0	3	243.750,00	0	Iambé
1	1	-	1	2	1	3	2	0	4	0	4	531.375,00	409.500,00	Itaúna do Sul
4	4	4	7	7	12	9	14	18	2	1	2	419.250,00	417.494,83	Ivaté
1	1	-	1	1	1	4	3	2	5	0	5	1.123.750,00	980.629,75	Ivatuba
1	1	1	4	7	8	15	12	15	5	4	5	980.175,00	835.853,83	Janiópolis
25	15	16	15	20	20	15	17	18	2	0	2	353.925,00	97.500,00	Japurá
-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	0	1	146.250,00	79.298,75	Jardim Olinda
18	19	15	13	16	34	5	34	38	8	3	8	1.138.500,00	541.000,00	Juranda
18	8	24	30	24	24	20	28	31	0	8	8	1.199.250,00	809.249,93	Jussara
2	6	4	5	8	20	17	5	6	5	0	5	536.500,00	536.500,00	Lobato
2	-	2	3	1	3	2	7	6	2	0	2	770.250,00	183.428,75	Luiziana
8	10	13	20	19	23	20	22	19	0	0	9	1.861.725,00	900.175,00	Mamborê
38	33	44	43	58	51	58	87	98	14	5	5	828.750,00	538.250,00	Mandaguçu
1	4	4	6	5	4	4	7	12	0	2	2	243.750,00	243.750,00	Maria Helena
38	7	3	11	10	6	11	111	112	0	6	6	897.250,00	538.500,00	Marilena
5	5	6	17	22	20	23	19	20	0	1	1	100.425,00	100.425,00	Mariluz
-	-	-	-	-	-	-	2	2	0	1	1	243.750,00	0	Mirador
13	14	18	18	24	25	24	19	22	0	6	6	1.044.750,00	663.360,00	Moreira Sales
5	6	5	5	6	1	2	5	4	0	6	6	1.876.875,00	1.755.000,00	Munhoz de Melo
6	6	18	12	9	12	8	6	6	0	6	6	907.500,00	623.196,50	Nossa S. das Graças
-	-	-	-	1	-	-	-	0	0	0	1	300.000,00	0	Nova Aliança do Ivaí
4	3	3	3	2	3	2	4	11	0	5	5	682.640,00	581.100,00	Nova Cantu
35	42	47	38	48	49	53	62	63	28	4	4	1.104.750,00	849.750,00	Nova Londrina
1	3	4	3	5	2	2	6	6	0	5	5	2.514.120,00	734.745,00	Nova Olímpia
-	-	-	-	-	-	3	1	1	2	0	2	458.250,00	458.250,00	Ourizona
17	13	15	20	27	23	23	28	37	6	5	5	2.213.678,79	1.108.380,05	Paraíso do Norte
11	10	17	20	21	18	24	24	22	3	3	3	850.000,00	0	Paranacity
-	-	1	-	2	3	1	2	4	0	0	0	Paranapoema	Paranapoema	
25	23	26	38	41	48	33	31	44	0	2	2	292.500,00	292.500,00	Pesbiru
8	8	-	17	-	2	2	6	8	2	4	4	655.750,00	412.000,00	Perobal
18	21	14	25	31	27	27	28	35	1	7	7	1.552.500,00	1.230.750,00	Pêndá
6	7	6	6	8	7	11	10	14	0	1	1	195.000,00	0	Planaltina do Paraná
31	25	24	39	47	47	56	65	62	31	9	9	992.650,00	435.150,00	Ponto Rico
8	4	2	2	3	-	-	-	0	0	0	0	Presidente Castelo Branco	Presidente Castelo Branco	
3	1	-	1	-	-	-	-	0	0	3	3	454.625,00	210.874,88	Quanto Centenário
13	19	13	22	15	17	18	22	19	3	6	6	1.333.375,00	1.138.921,00	Querência do Norte
1	-	6	8	3	2	-	-	1	0	2	2	100.000,00	100.000,00	Quimã do Sul
1	-	1	2	1	-	1	-	2	0	2	2	298.250,00	298.250,00	Rancho Alegre D'Oeste
6	7	18	10	17	17	20	18	19	4	6	6	793.990,00	347.740,25	Roncador

-	6	7	9	9	20	18	20	27	31	5	3	658.125,00	343.297,50	Rondon
2	3	6	3	6	7	9	7	12	15	6	6	1.180.000,00	910.285,25	Santa Cruz de Monte Cast
69	68	63	68	111	106	106	96	103	108	58	3	568.425,00	262.750,00	Santa Fé
-	1	-	-	-	1	1	2	1	0	0	1	243.750,00	0	Santa Inês
7	6	14	17	19	26	26	26	32	32	6	5	665.700,00	246.950,00	Santa Isabel do Ivaí
2	4	3	1	-	1	1	2	2	2	0	1	292.500,00	146.250,00	Santa Mônica
2	1	-	2	2	3	3	3	1	4	0	2	448.500,00	6.592,98	Santo Antônio do Caiuá
22	23	20	23	27	30	30	28	24	32	7	2	292.500,00	292.500,00	Santo Inácio
4	6	6	5	9	13	13	10	9	6	0	4	721.500,00	435.678,75	São Carlos do Ivaí
3	3	1	2	5	6	6	7	4	5	0	0	975.000,00	0	São João do Caiuá
7	10	10	14	18	18	18	16	18	20	0	2	975.000,00	0	São Jorge do Ivaí
6	10	11	10	9	7	7	6	9	10	0	6	678.750,00	237.500,00	São Jorge do Patrocínio
-	-	1	4	4	3	3	2	1	2	0	2	109.640,00	109.640,00	São Manoel do Paraná
9	9	11	10	10	17	17	13	20	19	0	4	222.925,00	222.925,00	São Pedro do Paraná
15	13	12	9	10	6	6	6	18	11	0	9	1.991.250,00	1.202.621,23	São Tomé
2	4	1	2	2	1	1	2	2	3	0	2	487.500,00	372.255,10	Tamboara
37	28	48	52	48	64	64	62	78	70	7	3	438.750,00	195.000,00	Tapajara
5	2	3	3	4	6	6	8	7	9	0	3	481.650,00	279.547,91	Tapira
27	36	37	40	27	39	39	60	65	66	2	13	2.710.200,00	2.320.200,00	Terra Boa
10	17	20	17	23	33	33	24	28	29	2	7	978.695,00	978.695,00	Terra Rica
8	5	4	5	3	6	6	4	8	15	1	6	1.029.175,00	200.425,00	Tuneiras do Oeste
5	2	4	6	7	6	6	1	5	5	0	4	555.750,00	335.731,50	Uniflor
2	1	1	1	1	-	-	-	2	2	0	6	881.250,00	637.500,00	Umbre

Apêndice C - Matriz Iguaçu, Iretama, Porto Rico, Terra Boa

Município	Ind Excl Social 2000				Ind Excl Social 2010				CA 1970-8				CA 1980-9				CA 2000-1 Pop. Projetsads			
	posição	ind pobreza	emprego	exclusão	posição	emprego	pobreza	exclusão	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total		
Iguaçu	198	0,576	0,654	0,801	852	0,641	0,819	0,728	3.590	1,04%	3.590	1,04%	3.590	1,04%	3.590	1,04%	3.590	1,04%		
Iretama	3259	0,374	0,083	0,397	3057	0,383	0,644	0,549	15.814	4,69%	15.814	4,69%	11.339	3,14%	10.622	0,63%	10.419	0,63%		
Porto Rico	2284	0,55	0,114	0,464	2559	0,443	0,748	0,585	3.211	1,37%	3.211	1,37%	2.547	2,30%	2.530	0,07%	2.568	0,07%		
Terra Boa	1460	0,526	0,183	0,504	256	0,744	0,879	0,76	14.249	1,73%	14.249	1,73%	14.641	0,31%	15.776	0,78%	16.818	0,78%		
População	Total	%Total	%Total	%Total	Total	%Total	%Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total	Total	%Total		
Iguaçu	15.631	9,855	3,70%	6,526	3,284	4,52%	3,590	1,04%	3.590	1,04%	3.590	1,04%	3.590	1,04%	3.590	1,04%	3.590	1,04%		
Iretama	15.042	-	22,102	4,69%	15,814	2,59%	11,339	3,14%	15.814	4,69%	11.339	3,14%	10.622	0,63%	10.419	0,63%	8.918	0,63%		
Porto Rico	6.192	-	5,341	1,37%	3,211	3,63%	2,547	2,30%	3.211	1,37%	2.547	2,30%	2.530	0,07%	2.568	0,07%	2.386	0,07%		
Terra Boa	17.143	19,673	1,48%	16,268	1,73%	14,249	1,13%	14,641	0,31%	14.249	1,13%	14,641	0,31%	15.776	0,78%	16,818	0,78%	17.556	0,78%	
Município	PIB/cap2 PIB/cap2010	Gini 2000	Gini 2010	IDHM2000	IDHM2010	IPDM 2010	IPDM 2013	IPDM 2014												
Iguaçu	20,911	29,077	0,5162	0,4155	0,659	0,758	0,7662	0,7092	16,1	4,29	19	19	19	19	19	19	19	19	19	
Iretama	9,183	15,784	0,623	0,5843	0,543	0,665	0,6773	0,6773	42,67	14,82	9	9	9	9	9	9	9	9	9	
Porto Rico	10,834	17,066	0,4762	0,4874	0,618	0,735	0,7574	0,7859	26,62	7,08	13	13	13	13	13	13	13	13	13	
Terra Boa	11,528	17,917	0,4606	0,4009	0,624	0,728	0,7725	0,7893	16,85	2,3	23	23	23	23	23	23	23	23	23	
Município	Estabelecimentos no Turismo (RAIS) - Total																			
Iguaçu	6	6	6	6	11	13	10	10	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19		
Iretama	3	2	3	5	6	8	12	10	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9		
Porto Rico	8	7	8	8	11	9	10	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13	13		
Terra Boa	10	14	12	15	16	14	19	20	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23		
Município	Empregos no Turismo (RAIS) - TOTAL																			
Iguaçu	45	71	82	92	105	136	105	148	19	19	19	19	19	19	19	19	19	19		
Iretama	288	319	329	335	341	389	407	423	487	487	487	487	487	487	487	487	487	487		
Porto Rico	31	25	24	39	47	47	56	62	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65		
Terra Boa	27	36	37	40	27	39	60	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65	65		
Município	Rendimento Nominal Total (Massa Salarial) no Turismo (RAIS) - Total (R\$ 1,00)																			
Iguaçu	24.004,07	45.784,69	63.171,51	76.767,99	95.964,97	131.287,45	114.601,56	22.140,43	213.432,11	213.432,11	213.432,11	213.432,11	213.432,11	213.432,11	213.432,11	213.432,11	213.432,11	213.432,11		
Iretama	193.418,19	228.253,12	268.044,37	301.293,31	363.137,95	441.140,32	537.073,60	691.049,63	730.287,55	730.287,55	730.287,55	730.287,55	730.287,55	730.287,55	730.287,55	730.287,55	730.287,55	730.287,55		
Porto Rico	14.228,34	12.744,37	13.606,34	23.071,80	32.401,02	35.002,98	48.972,06	66.717,02	70.647,29	70.647,29	70.647,29	70.647,29	70.647,29	70.647,29	70.647,29	70.647,29	70.647,29	70.647,29		
Terra Boa	16.711,26	22.036,96	24.118,43	30.102,99	23.639,49	33.107,68	60.565,82	71.851,55	74.949,29	74.949,29	74.949,29	74.949,29	74.949,29	74.949,29	74.949,29	74.949,29	74.949,29	74.949,29		
Município	Rendimento Médio no Turismo (RAIS) - Total (R\$ 1,00)																			
Iguaçu	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014		
Iretama	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014		
Porto Rico	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014		
Terra Boa	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014	2014		
Município	Empregos - Estabelecimentos Hotéis																			
Iguaçu	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4		
Iretama	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2		
Porto Rico	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3		
Terra Boa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
Município	Convênio e Mitr																			
Iguaçu	quantidade valor conv valor liberado																			
Iretama	3 1.061.128,00																			
Porto Rico	2 243.700,00																			
Terra Boa	9 81.027.500,00																			
	13 3.903.300,00																			

Apêndice D - Contribuição do Turismo nas economias locais

	População 2000	População 2007	População 2010	População 2014	IDHM 2000	IDHM 2010	Gini 2000	Gini 2010	PIB per capita (R\$ 1.000) 2007	PIB per capita (R\$ 1.000) 2010	PIB per capita (R\$ 1.000) 2014	PIB per capita (R\$ 1.000) 2014	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Total 2007
Iretama	11.335	10.773	10.622	10.730	0,543	0,665	0,62	0,58	6.225	9.118	18.127	18.127	65.273
Terra Boa	14.640	15.348	15.776	16.674	0,624	0,728	0,46	0,4	7.895	11.512	21.924	21.924	107.914
MRG Campo Mourão	217.149	215.948	217.374	224.566					12.611	15.783	26.757	26.757	2.481.625
Centro Ocidental Paranaense	346.648	335.515	334.125	340.863					11.726	15.116	26.451	26.451	3.608.385
Ignatçu (Região Metropolitana de Maringá)	3.598	3.841	3.982	4.241	0,659	0,758	0,51	0,42	13.250	20.888	25.732	25.732	47.464
MRG Astorga	173.407	179.574	183.911	193.449					9.803	14.283	22.502	22.502	1.615.340
Norte Central Paranaense	1.829.068	1.960.201	2.037.183	2.173.618					13.814	18.369	28.402	28.402	23.854.081
Porto Rico	2.530	2.519	2.530	2.606	0,618	0,735	0,48	0,48	7.498	10.755	17.051	17.051	17.709
MRG Paranavai	257.881	265.281	270.794	283.984					8.885	12.419	20.801	20.801	2.153.473
Noroeste Paranaense	641.084	662.933	678.319	713.004					9.670	13.555	23.497	23.497	5.842.939
Paraná	9.563.458	10.108.484	10.444.526	11.081.692	0,65	0,749	0,6	0,53	16.064	21.562	31.411	31.411	143.964.634

	População 2000	População 2007	População 2010	População 2014	IDHM 2000	IDHM 2010	Gini 2000	Gini 2010	PIB per capita (R\$ 1.000) 2007	PIB per capita (R\$ 1.000) 2010	PIB per capita (R\$ 1.000) 2014	PIB per capita (R\$ 1.000) 2014	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Total 2007
Iretama	11.335	10.773	10.622	10.730	0,543	0,665	0,62	0,58	6.225	9.118	18.127	18.127	100,0
Terra Boa	14.640	15.348	15.776	16.674	0,624	0,728	0,46	0,4	7.895	11.512	21.924	21.924	100,0
MRG Campo Mourão	217.149	215.948	217.374	224.566					12.611	15.783	26.757	26.757	100,0
Centro Ocidental Paranaense	346.648	335.515	334.125	340.863					11.726	15.116	26.451	26.451	100,0
Ignatçu (Região Metropolitana de Maringá)	3.598	3.841	3.982	4.241	0,659	0,758	0,51	0,42	13.250	20.888	25.732	25.732	100,0
MRG Astorga	173.407	179.574	183.911	193.449					9.803	14.283	22.502	22.502	100,0
Norte Central Paranaense	1.829.068	1.960.201	2.037.183	2.173.618					13.814	18.369	28.402	28.402	100,0
Porto Rico	2.530	2.519	2.530	2.606	0,618	0,735	0,48	0,48	7.498	10.755	17.051	17.051	100,0
MRG Paranavai	257.881	265.281	270.794	283.984					8.885	12.419	20.801	20.801	100,0
Noroeste Paranaense	641.084	662.933	678.319	713.004					9.670	13.555	23.497	23.497	100,0
Paraná	9.563.458	10.108.484	10.444.526	11.081.692	0,65	0,749	0,6	0,53	16.064	21.562	31.411	31.411	100,0

Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Total 2010	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) 2007	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Agropecuária 2010	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Indústria 2014	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Indústria 2007	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Indústria 2014	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Serviços 2007	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Serviços 2010	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Serviços 2014	Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (R\$1.000,00) Adm.Pública 2007
90.872	183.141	16.861	4.206	27.460	10.161	39.628	65.079	17.738	
170.693	343.488	29.125	35.231	40.495	79.418	55.021	135.520	25.314	
3.139.369	5.467.569	588.908	569.116	1.176.669	1.001.290	1.494.569	2.438.253	354.820	
4.650.024	8.252.566	1.061.628	720.575	1.652.122	1.276.856	2.117.134	3.605.598	549.806	
79.699	102.288	17.032	23.333	7.336	7.336	19.650	34.785	8.474	
2.432.203	4.041.652	355.582	494.949	688.153	786.589	928.112	1.684.237	313.228	
32.604.633	54.843.117	1.917.323	7.618.420	13.210.623	12.423.592	17.948.408	30.668.817	3.198.228	
26.062	42.153	7.724	1.247	6.141	2.489	8.809	15.089	6.008	
3.155.463	5.515.044	747.841	584.621	880.149	1.014.720	1.200.679	2.310.545	444.401	
8.492.911	15.393.291	1.121.321	1.822.346	2.544.829	3.529.105	3.463.200	6.674.802	1.097.991	
192.924.564	301.106.711	17.801.324	54.221.383	72.532.341	75.758.464	97.169.280	156.145.617	17.233.912	
100,0	100,0	25,8	4,6	42,1	5,5	43,6	35,5	27,2	
100,0	100,0	26,4	20,6	37,5	23,1	32,2	39,5	23,5	
100,0	100,0	18,8	18,1	47,4	18,3	47,6	44,6	14,3	
100,0	100,0	22,6	15,7	45,8	15,5	45,5	43,7	15,2	
100,0	100,0	25,3	13,7	26,8	7,2	24,7	34,0	17,9	
100,0	100,0	35,9	19,5	40,7	19,5	38,2	41,7	19,4	
100,0	100,0	22,0	20,3	55,0	22,7	55,0	55,9	13,4	
100,0	100,0	8,0	23,4	34,7	5,9	33,8	35,8	33,9	
100,0	100,0	20,2	18,5	40,9	18,4	38,1	41,9	20,6	
100,0	100,0	19,2	18,5	43,6	22,9	40,8	43,4	18,8	
100,0	100,0	8,9	28,1	50,4	25,2	50,4	51,9	12,0	

Valor adicionado bruto a preços baseicos (R\$1.000,00) Adm.Pública 2010	Valor adicionado bruto a preços baseicos (R\$1.000,00) Adm.Pública 2014	VAF - Valor Adicionado Fiscal (R\$ 1.000) Total 2007	VAF - Valor Adicionado Fiscal (R\$ 1.000) Total 2010	VAF - Valor Adicionado Fiscal (R\$ 1.000) Total 2014	VAF Agropecuária 2007	VAF Agropecuária 2010	VAF Agropecuária 2014	VAF Indústria de Transformação 2007	VAF Indústria de Transformação 2010	VAF Indústria de Transformação 2014
23.043	37.410	43.957.687	54.845.353	121.320.498	27.597.557	34.344.738	89.714.818	753.388	988.312	1.830.209
35.457	59.849	94.478.713	208.383.183	356.190.131	54.441.758	128.736.045	224.290.531	20.765.833	45.183.673	83.577.238
486.777	829.069	1.814.803.494	2.688.501.120	4.439.536.418	929.268.396	1.345.751.851	2.349.348.543	259.430.589	433.992.110	673.224.890
750.939	1.249.069	2.847.286.390	4.124.337.642	7.076.998.993	1.632.114.270	2.279.611.570	4.056.520.887	323.967.754	522.267.705	869.716.310
10.989	19.945	49.567.232	65.533.677	96.606.333	33.230.399	50.780.510	107.454.179	3.048.089	1.733.676	-29.127.697
438.908	730.493	1.781.217.914	2.729.842.933	3.779.401.559	849.863.189	1.134.514.238	2.056.387.283	464.976.168	1.026.389.415	866.134.525
4.468.337	7.765.315	16.534.438.847	23.302.878.019	36.761.285.724	3.488.313.409	4.404.361.807	7.541.026.843	5.006.397.245	7.190.864.165	11.156.279.776
8.281	13.721	15.069.012	30.602.979	45.833.757	11.774.352	25.208.914	30.311.762	12.218	20.032	122.263
622.316	1.040.908	1.778.957.109	2.683.594.385	4.400.484.946	823.605.840	1.196.633.543	1.964.543.413	424.930.406	729.332.157	1.248.668.994
1.536.755	2.579.221	4.906.174.987	7.615.890.859	13.175.092.587	2.229.836.897	3.239.054.145	5.640.467.414	1.183.633.880	2.186.686.435	4.146.690.257
23.732.561	40.602.794	113.435.687.390	155.590.815.056	232.446.636.785	21.278.515.730	28.145.513.482	48.021.421.124	44.049.357.989	59.407.697.690	83.187.363.883
25,4	20,4	43.957.687	54.845.353	121.320.498	62,8	62,6	73,9	1,7	1,8	1,5
20,8	17,4	94.478.713	208.383.183	356.190.131	57,6	61,8	63,0	22,0	21,7	23,5
15,5	15,2	1.814.803.494	2.688.501.120	4.439.536.418	51,2	50,1	52,9	14,3	16,1	15,2
16,1	15,1	2.847.286.390	4.124.337.642	7.076.998.993	57,3	55,3	57,3	11,4	12,7	12,3
13,8	19,5	49.567.232	65.533.677	96.606.333	67,0	77,5	111,2	6,1	2,6	-30,2
18,0	18,1	1.781.217.914	2.729.842.933	3.779.401.559	47,7	41,2	54,4	26,1	37,6	22,9
13,7	14,2	16.534.438.847	23.302.878.019	36.761.285.724	21,1	18,9	20,5	30,3	30,9	30,3
31,8	32,6	15.069.012	30.602.979	45.833.757	78,1	82,4	66,1	0,1	0,1	0,3
19,7	18,9	1.778.957.109	2.683.594.385	4.400.484.946	46,3	44,6	44,6	23,9	27,2	28,4
18,1	16,8	4.906.174.987	7.615.890.859	13.175.092.587	45,4	42,5	42,5	24,1	28,7	31,5
12,3	13,5	113.435.687.390	155.590.815.056	232.446.636.785	18,8	18,1	20,7	38,8	38,2	35,8

3.436.877	6.071.048	11.076.347	95.638	251.679	434.733	5.196.731	13.732	1.031.457	408.961	1.844.554	2.217.871
5.304.382	8.953.815	17.710.865	204.238	381.924	310.435	1.823	44	1.772.730	1.772.730	5.864.848	7.528.606
142.537.111	217.736.585	392.053.478	5.357.537	8.363.547	14.691.180	5.456.382	184.749	2.054.782	124.555.631	134.297.834	168.256.541
201.356.521	307.711.783	569.669.243	6.652.484	10.372.137	19.491.258	5.570.867	292.143	2.237.062	166.385.967	205.229.846	278.032.129
3.669.389	5.188.554	5.148.250	134.640	237.481	625.721	1.241	1.241	577.713	661.853	2.172.681	
112.010.661	202.148.527	323.714.353	3.793.901	5.201.597	7.691.005	145.954	150.865	410.286	53.442.930	65.291.321	133.700.608
1.955.278.873	3.005.027.876	5.051.058.700	121.267.094	181.480.222	359.680.459	3.304.453	3.691.417	3.736.035	1.026.591.554	1.680.255.683	2.701.979.268
877.752	2.640.299	4.062.982	171.574	178.721	270.631	112.508	142.398	406.836	199.323	102.186	329.073
153.325.516	251.123.125	433.176.635	4.624.083	5.983.359	12.115.761	373.360	278.104	631.733	53.043.657	48.877.143	104.536.621
417.199.677	662.445.854	1.190.611.813	15.663.173	21.687.081	56.424.789	899.344	940.479	1.588.212	134.938.813	186.780.190	312.365.687
10.249.936.109	16.210.126.744	25.004.340.460	730.292.932	1.083.832.220	2.291.556.863	43.069.187	42.933.616	58.557.999	5.613.407.132	7.974.153.749	13.399.569.632
7,8	11,1	9,1	0,218	0,499	0,358	11,822	0,025	0,850	0,930	3,363	1,828
5,6	4,3	5,0	0,216	0,183	0,087	0,002	0,000	0,000	1,876	2,814	2,114
7,9	8,1	8,8	0,295	0,311	0,331	0,301	0,007	0,046	6,863	4,995	3,790
7,1	7,5	8,0	0,234	0,251	0,275	0,196	0,007	0,032	5,844	4,976	3,929
7,4	7,9	5,3	0,272	0,362	0,648	0,000	0,002	0,000	1,166	1,010	2,249
6,3	7,4	8,6	0,213	0,191	0,203	0,008	0,006	0,011	3,000	2,392	3,538
11,8	12,9	13,7	0,733	0,779	0,978	0,020	0,015	0,010	6,209	7,211	7,350
5,8	8,6	8,9	1,139	0,584	0,590	0,747	0,465	0,888	1,323	0,334	0,718
8,6	9,4	9,8	0,260	0,223	0,275	0,021	0,010	0,014	2,982	1,821	2,376
8,5	8,7	9,0	0,319	0,285	0,428	0,018	0,012	0,012	2,750	2,453	2,371
9,0	10,4	11,1	0,644	0,697	0,986	0,038	0,028	0,025	4,949	5,125	5,765

VAF Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer 2007	VAF Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer 2010	VAF Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer 2014	VAF ACTs - Total (R\$.1.000.2007)	VAF ACTs - Total (R\$.1.000.2010)	VAF TURISMO TOTAL 2014	Empregos - Total 2007	Empregos - Total 2010	Empregos - Total 2014	Empregos - Associação 2007	Empregos - Associação 2010	Empregos - Associação 2014
0	0	0	5.292.369	265.411	1.466.190	1.076	1.183	1.441	96	115	140
0	0	0	203.951	388.959	330.050	3.244	3.918	4.818	117	168	207
2.250	2.355	2.355	30.599.885	8.374.791	36.057.897	35.218	40.601	49.012	2.924	3.249	4.951
2.250	2.355	2.355	32.126.675	10.505.207	21.041.466	51.315	57.348	70.187	6.842	6.187	6.764
0	0	0	134.649	171.620	637.833	692	869	950	110	110	109
154.042	6.996	352	4.683.108	5.843.592	35.381.283	33.644	39.860	45.787	3.055	2.784	3.116
1.197.859	1.064.021	569.828	138.178.769	162.838.302	347.421.950	456.148	541.083	615.946	19.335	19.247	18.037
2.104	12.550	62.430	284.082	321.119	677.467	333	415	546	64	65	61
2.104	12.550	62.430	4.774.522	6.281.940	12.386.767	47.540	54.661	63.821	5.849	6.422	7.485
2.104	12.550	62.430	37.029.464	21.638.224	48.394.778	131.398	151.197	176.196	10.762	11.554	13.296
2.937.099	3.239.472	3.074.622	884.507.671	1.047.847.862	2.378.931	2.783.715	3.167.134	91.627	102.590	102.848	
0,000	0,000	0,000	12,0	0,5	1,2	90,2	88,6	83,1	8,9	9,7	9,7
0,000	0,000	0,000	0,2	0,2	0,1	91,1	88,5	91,6	3,6	4,3	4,3
0,000	0,000	0,000	0,6	0,3	0,4	72,8	72,4	72,9	8,3	8,0	10,1
0,000	0,000	0,000	0,4	0,3	0,3	74,4	73,0	73,6	13,3	10,8	9,6
0,000	0,000	0,000	0,3	0,3	0,7	81,6	83,7	75,9	15,9	12,7	11,5
0,009	0,000	0,000	0,3	0,2	0,4	86,8	85,9	82,8	9,1	7,0	6,8
0,007	0,005	0,002	0,8	0,7	0,9	67,3	64,9	62,3	4,2	3,6	2,9
0,014	0,041	0,136	1,9	1,0	1,5	87,7	88,7	76,7	19,2	15,7	11,2
0,000	0,000	0,001	0,3	0,2	0,3	84,3	83,3	79,9	12,3	11,7	11,7
0,000	0,000	0,000	0,3	0,3	0,3	82,4	81,2	79,9	8,2	7,6	7,5
0,003	0,002	0,001	0,8	0,7	0,9	66,1	63,9	62,2	3,9	3,7	3,2

Empregos - Indústria de Transformação 2007	Empregos - Indústria de Transformação 2010	Empregos - Indústria de Transformação 2014	Empregos - Comércio Varejista 2007	Empregos - Comércio Varejista 2010	Empregos - Comércio Varejista 2014	Empregos - Indústria Direta e Indireta 2007	Empregos - Indústria Direta e Indireta 2010	Empregos - Indústria Direta e Indireta 2014	Empregos no Turismo - Total 2007	Empregos no Turismo - Total 2010	Empregos no Turismo - Total 2014	Empregos no Turismo - Total 2007	Empregos - Indústria de Transformação 2007
49	45	48	113	122	174	396	425	412	317	341	341	423	-
1.999	2.360	2.982	327	400	596	488	515	579	25	23	48	48	12
9.044	10.336	11.058	6.290	7.871	10.000	6.183	6.489	7.910	1.191	1.439	1.788	1.788	462
10.678	11.854	15.985	9.226	11.317	14.371	10.078	10.847	12.391	1.373	1.680	2.168	2.168	590
147	262	87	36	61	86	214	207	291	58	105	148	148	4
14.053	17.911	19.219	4.661	5.876	7.208	6.844	7.021	7.502	584	657	850	850	235
135.864	156.274	164.820	87.160	105.609	119.217	49.390	52.076	59.738	15.013	17.842	22.118	22.118	8.282
1	5	14	28	42	70	181	224	221	18	32	53	53	2
17.382	19.196	20.689	7.496	9.304	10.918	8.723	9.704	10.511	610	884	1.380	1.380	286
55.394	61.301	67.852	19.947	25.637	30.230	20.289	21.730	24.877	1.942	2.570	4.062	4.062	1.007
585.818	658.613	703.155	412.331	496.137	567.155	398.574	421.072	475.420	84.799	98.993	122.520	122.520	47.354
4,6	3,8	3,3	10,5	10,3	12,1	36,8	35,9	28,6	29,5	28,8	29,4	29,4	0,4
61,6	60,2	61,9	10,1	10,2	12,4	15,0	13,1	12,0	0,8	0,6	1,0	1,0	0,4
25,7	25,5	22,6	17,9	19,4	20,4	17,6	16,0	16,1	3,4	3,5	3,6	3,6	1,3
20,8	20,7	22,8	18,0	19,7	20,5	19,6	18,9	17,7	2,7	2,9	3,1	3,1	1,1
21,2	30,1	9,2	5,2	7,0	9,1	30,9	23,8	30,6	8,4	12,1	15,6	15,6	0,6
41,8	44,9	42,0	13,9	14,7	15,7	20,3	17,6	16,4	1,7	1,6	1,9	1,9	0,7
29,8	28,9	26,8	19,1	19,5	19,4	10,8	9,6	9,7	3,3	3,3	3,6	3,6	1,8
0,3	1,2	2,6	8,4	10,1	12,8	54,4	54,0	40,5	5,4	7,7	9,7	9,7	0,6
36,6	35,1	32,4	15,8	17,0	17,1	18,3	17,8	16,5	1,3	1,6	2,2	2,2	0,6
42,1	40,5	38,5	15,2	17,0	17,4	15,4	14,4	14,1	1,5	1,7	2,3	2,3	0,8
34,6	23,7	22,2	17,3	17,8	17,9	16,8	15,1	15,0	3,6	3,6	3,9	3,9	2,0

Empregos - Transporte Terrestre 2014	Rendimento Médio-Totol 2007	Rendimento Médio-Totol 2010	Rendimento Médio-Totol 2014	Rendimento Médio Aproveitável, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca 2007	Rendimento Médio Aproveitável, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca 2010	Rendimento Médio Aproveitável, Extrativa Vegetal, Caça e Pesca 2014	Rendimento Médio Indústria, 2007	Rendimento Médio Indústria, 2010	Rendimento Médio Indústria, 2014	Rendimento Médio Comércio 2007	Rendimento Médio Comércio 2010
-	695	932,38	1.485,19	543,78	712,73	1.137,25	597,23	809,67	1.093,70	668,96	910
30	652,13	878,72	1.300,49	650,23	822,42	1.113,54	586,5	813,54	1.240,18	629,85	839,7
277	811,2	1.108,53	1.660,69	673,76	935,64	1.357,44	635,07	923,83	1.379,34	872,52	1.170,63
296	780,86	1.070,03	1.598,12	667,56	948,56	1.335,76	640,76	927,44	1.365,28	828,95	1.103,21
-	734,37	935,08	1.504,44	672,66	904,02	1.377,02	713,67	797,49	1.137,00	537,94	840,75
136	736,51	988,78	1.513,34	635,15	865,58	1.259,08	717,83	971,18	1.501,31	653,72	874,38
2765	903,41	1.186,05	1.790,34	767,05	1.035,16	1.532,92	788,96	1.039,68	1.597,66	755,47	1.023,58
-	801,73	984,04	1.594,61	596,47	842,31	1.389,79	476,66	693,51	1.457,79	502,48	770,36
295	748,25	993,03	1.513,08	643,36	858,29	1.264,98	714,24	944,78	1.499,06	656,09	881,4
884	753,81	1.006,09	1.529,53	663,7	888,62	1.282,28	693,96	941,66	1.473,03	689,25	939,95
13.381	1.103,19	1.426,64	2.098,62	696,74	944,98	1.413,75	1.038,38	1.373,59	1.992,99	780,89	1.032,27
Empregos - Transporte Terrestre 2014	695	932,38	1.485,19	36,6	48,0	76,6	40,2	54,5	73,6	45,0	61,3
0,6	652,13	878,72	1.300,49	50,0	63,2	85,6	45,1	62,6	95,4	48,4	64,6
0,6	811,2	1.108,53	1.660,69	40,6	56,3	81,7	38,2	55,6	83,1	52,5	70,5
0,4	780,86	1.070,03	1.598,12	41,8	59,4	83,6	40,1	58,0	85,4	51,9	69,0
0,3	734,37	935,08	1.504,44	44,7	60,1	91,5	47,4	53,0	75,6	35,8	55,9
0,4	736,51	988,78	1.513,34	42,0	57,2	83,2	47,4	64,2	99,2	43,2	57,8
0,4	903,41	1.186,05	1.790,34	42,8	57,8	85,6	44,1	59,2	89,2	42,2	57,2
0,5	801,73	984,04	1.594,61	37,4	52,8	87,2	29,9	43,5	91,4	31,5	48,3
0,5	748,25	993,03	1.513,08	42,5	56,7	83,6	47,2	62,4	99,1	43,4	58,3
0,4	753,81	1.006,09	1.529,53	43,4	58,1	83,8	45,4	61,6	96,4	45,1	61,5
0,4	1.103,19	1.426,64	2.098,62	33,2	45,0	67,4	50,4	65,5	95,0	37,2	49,3

Rendimento Médio - Comércio 2014	Rendimento Médio - Administração Pública 2007	Rendimento Médio - Administração Pública 2010	Rendimento Médio - Administração Pública 2014	Rendimento Médio no Turismo - Total 2007	Rendimento Médio no Turismo - Total 2010	Rendimento Médio no Turismo - Total 2014	Rendimento Médio no Alojamento 2007	Rendimento Médio - Alojamento 2010	Rendimento Médio - Alojamento 2014	Rendimento Médio - Alojamento 2017	Rendimento Médio - Alojamento 2010
L263,74	711,25	898,81	1.536,15	735,62	1.057,89	1.222,37	735,62	1.058,48	1.750,02		
L210,06	820,86	1.051,23	1.611,11	636,74	906,29	1.214,74	401		705	735,99	907,1
L707,58	951,74	1.261,99	1.887,85	660,49	877,31	1.371,06	687,89	975,54	1.585,31	506,19	693,4
L626,56	881,6	1.172,48	1.794,58	637,91	848,49	1.304,55	674,88	947,21	1.528,96	495,81	676,97
L374,04	807,96	1.014,54	1.618,02	637,15	917,02	1.472,42		943,25	1.955,22	451,01	636,65
L329,33	831,61	1.140,15	1.813,91	579,87	791,18	1.234,20	599,19	830,7	1.372,96	481,53	696,01
L554,63	1.116,32	1.435,53	2.241,17	730,61	918,43	1.384,74	658,65	869,66	1.378,00	556,42	762,34
L114,97	917,64	1.057,83	1.913,35	516,67	711,03	1.146,07	504,06	642,95	1.129,76	617,5	731,2
L304,75	862,29	1.168,63	1.823,55	578,99	773,77	1.172,66	526,47	783,06	1.160,48	477,76	679,45
L419,89	912,65	1.203,56	1.883,59	602,94	819,86	1.220,45	598,85	847,4	1.246,92	520,31	736,2
L549,03	1.632,32	2.146,16	3.248,79	716,77	913,86	1.387,32	718,77	924,01	1.445,06	576,24	760,18
Rendimento Médio - Comércio 2014	Rendimento Médio - Administração Pública 2007	Rendimento Médio - Administração Pública 2010	Rendimento Médio - Administração Pública 2014	Rendimento Médio no Turismo - Total 2007	Rendimento Médio no Turismo - Total 2010	Rendimento Médio no Turismo - Total 2014	Rendimento Médio no Alojamento 2007	Rendimento Médio - Alojamento 2010	Rendimento Médio - Alojamento 2014	Rendimento Médio - Alojamento 2017	Rendimento Médio - Alojamento 2010
85,1	47,9	60,5	103,4	40,5	71,2	116,0	40,5	71,3	117,8	0,0	0,0
93,0	63,1	80,8	123,9	40,0	69,7	93,4	30,8	0,0	54,2	56,6	69,8
102,8	57,3	76,0	113,7	39,8	52,8	82,6	41,4	58,7	95,5	30,5	41,8
101,8	55,2	73,4	112,3	39,9	53,1	81,6	42,2	59,3	95,7	31,0	42,4
91,3	53,7	67,4	107,5	42,4	61,0	97,9	0,0	62,7	130,0	30,0	42,3
87,8	55,0	75,3	119,9	38,3	52,3	81,6	39,6	54,9	90,7	31,8	46,0
86,8	62,4	80,2	125,2	40,8	51,3	77,3	36,8	48,6	77,0	31,1	42,6
69,9	57,5	66,3	120,0	32,4	44,6	71,9	31,6	40,3	70,8	38,7	45,9
86,2	57,0	77,2	120,5	38,3	51,1	77,5	34,8	51,8	76,7	31,6	44,9
92,8	59,7	78,7	123,1	39,4	53,6	79,8	30,2	55,4	81,5	34,0	48,1
73,8	78,7	102,3	154,8	34,2	43,5	66,1	34,2	44,0	68,9	27,5	36,2

Rendimiento Medio - Alimentación 2014	Rendimiento Medio - Cultura e Lacer 2007	Rendimiento Medio - Cultura e Lacer 2010	Rendimiento Medio - Cultura e Lacer 2014	Rendimiento Medio - Transporte Terrestre 2007	Rendimiento Medio - Transporte Terrestre 2010	Rendimiento Medio - Transporte Terrestre 2014
970,28						
1.000,83				632,67	905,87	1.317,00
1.069,75	597,53	937,47	1.520,35	955,04	1.205,20	1.808,13
1.038,09	595	910,6	1.519,41	943,16	1.190,30	1.794,23
1.141,03	650,94	976,86	1.555,55			
1.082,39	648,65	897,44	1.502,59	701,99	902,3	1.310,79
1.203,38	664,57	916,22	1.481,85	1.166,00	1.400,21	1.870,88
1.104,25	0	801,12	1.232,87			
1.014,20	505,45	709,99	1.159,85	883,01	1.055,76	1.581,79
1.090,47	544,75	820,77	1.128,17	842,07	1.060,76	1.538,51
1.176,49	722,54	979,89	1.597,04	1.039,58	1.272,18	1.788,58

Rendimiento Medio - Alimentación 2014	Rendimiento Medio - Cultura e Lacer 2007	Rendimiento Medio - Cultura e Lacer 2010	Rendimiento Medio - Cultura e Lacer 2014	Rendimiento Medio - Transporte Terrestre 2007	Rendimiento Medio - Transporte Terrestre 2010	Rendimiento Medio - Transporte Terrestre 2014
65,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
83,9	0,0	0,0	0,0	48,6	69,7	101,3
64,4	36,0	56,5	91,5	57,5	72,6	108,6
65,0	37,2	57,0	95,1	59,0	74,5	112,3
75,8	43,3	64,9	103,4	0,0	0,0	0,0
71,5	42,9	59,3	99,3	46,4	59,6	86,6
67,2	37,1	51,2	82,8	65,1	78,2	104,5
69,2	0,0	55,9	77,4	0,0	0,0	0,0
67,0	33,4	46,9	76,7	58,4	69,8	104,5
71,3	35,6	53,7	73,8	55,1	69,4	100,6
56,1	34,4	46,7	76,1	49,5	60,6	85,2

Apêndice E – Roteiro - entrevista nos municípios (hotéis e prefeituras)

Nome:

Órgão:

Função:

1. Historicamente como foi a participação do município nos programas desenvolvidos pela Setu/Retur/MTur/Embratur? Atualmente como é a participação?
2. Quais ações são realizadas para o desenvolvimento do turismo pela prefeitura?
3. Como esse órgão/empresa trabalha pelo desenvolvimento do turismo municipal?
4. É possível indicar referências (pessoa/empresa) no turismo municipal (pessoas atuantes, influentes, atuantes, conhecidas)? Porque esse destaque?
5. Qual relação entre empresas/entidades X prefeituras?
6. Qual perfil dos trabalhadores – corpo técnico (origem, formação)?
7. Qual o perfil dos visitantes do município/empresa? (origem, idade, motivação)
8. Quais vantagens a obra X (ex: construção do centro de eventos/reforma da praça – obra conveniada) trouxe para os moradores? E para o turismo/turistas no município?
9. Quais os principais atrativos turísticos do município que motivam deslocamento de visitantes?
10. O número de visitantes é crescente, diminui ou estabilizado?
11. Quais opções de lazer que o município tem? (para moradores – ex. pesqueiros)
12. Os moradores frequentam os atrativos-equipamentos de lazer existentes?
13. Quais recursos existem que ainda podem ser desenvolvidos para aumentar o turismo no município? (O município poderia investir mais em turismo? Em que? O que o município tem de diferente que poderia atrair mais pessoas?)
14. O que falta para o turismo se desenvolver no município?
15. Quais impactos negativos o turismo trouxe?
16. Quais impactos positivos o turismo trouxe?
17. Como o turismo pode beneficiar mais o município? (faltam empregos, evasão de jovens)
18. O que faz nas horas vagas?
19. Viaja? Com que frequência? Para onde? Motivo?
20. Com que frequência visita as termas de Jurema/Ody? (verificar se o entrevistado foi como turista ou visita subsidiada)

Apêndice F - Autorização de uso de dados pessoais e organizacionais

Eu, _____, R.G n° _____, **autorizo** o uso de dados biográficos e organizacionais, por mim revelados em depoimento pessoal, para compor obras diversas de publicação dos resultados e divulgação de pesquisa, que venham a ser planejadas, criadas e/ou produzidas pelo projeto de pesquisa vinculado ao Curso de Doutorado em Geografia na Universidade Estadual de Maringá - UEM, intitulado: **“Políticas públicas de turismo e suas implicações em municípios de pequeno porte demográfico da região noroeste do Paraná”**, em realização pela pesquisadora Larissa de Mattos Alves e orientado pela Prof^a. Dr^a Ângela Maria Endlich.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa como também em mídia eletrônica (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), desde que relacionados a divulgação de pesquisas científicas.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos, e assino a presente autorização.

_____, _____ de _____ de 2016.

Assinatura

Instituição:
Cargo/função:
Cidade:
Telefone para contato:
e-mail: